UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA "JÚLIO DE MESQUITA FILHO"
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS

MOZART LACERDA FILHO

A EXPERIÊNCIA DA CLANDESTINIDADE POLÍTICA: RELATOS ORAIS DE EX-MILITANTES DE ESQUERDA DURANTE DA DITADURA MILITAR (1964-1979)

FRANCA, SP
2011

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA "JÚLIO DE MESQUITA FILHO"
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS

MOZART LACERDA FILHO

A EXPERIÊNCIA DA CLANDESTINIDADE POLÍTICA: RELATOS ORAIS DE EX-MILITANTES DE ESQUERDA DURANTE DA DITADURA MILITAR (1964-1979)

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais – UNESP – Campus de Franca como exigência para obtenção do título de Doutor em História.

Orientador: Prof. Dr. Samuel Alves Soares

FRANCA, SP
2011

Lacerda Filho, Mozart
A experiência da clandestinidade política em relatos orais de ex-militantes de esquerda durante a ditadura militar – 1964 a 1979 / Mozart Lacerda Filho. –Franca : [s.n.], 2011
213 f.

Tese (Doutorado em História). Universidade Estadual Paulista. Faculdade de Ciências Humanas e Sociais.
Orientador: Samuel Alves Soares

1. Ditadura militar – História – Brasil, 1964-1979. 2. Repressão – Memória – História oral. 3. Clandestinidade – Política. I. Título

CDD – 981.08

MOZART LACERDA FILHO

A EXPERIÊNCIA DA CLANDESTINIDADE POLÍTICA EM RELATOS ORAIS DE EX-MILITANTES DE ESQUERDA DURANTE A DITADURA MILITAR: de 1964 a 1979.

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais – UNESP – Campus de Franca como exigência para obtenção do título de Doutor em História.

Orientador: Prof. Dr. Samuel Alves Soares

BANCA EXAMINADORA

Presidente: Samuel Alves Soares

1º Examinador: Márcia Pereira – Unesp/Franca

2º Examinador: Eduardo Mei – Unesp/Franca

3º Examinador: Sandra Mara Dantas - UFTM

4º Examinador: Paulo Ribeiro Rodrigues Cunha – Unesp/Marília

Franca, ____ de _____ de _____

Para
Rowena, Laura e Maria Luíza.
Razões de Tudo.

SONHO IMPOSSÍVEL

Sonhar
Mais um sonho impossível
Lutar
Quando é fácil ceder
Vencer
O inimigo invencível
Negar
Quando a regra é vender
Sofrer
A tortura implacável
Romper
A incabível prisão
Voar
Num limite improvável
Tocar
O inacessível chão
É minha lei, é minha questão
Virar esse mundo
Cravar esse chão
Não me importa saber
Se é terrível demais
Quantas guerras terei que vencer
Por um pouco de paz
E amanhã, se esse chão que eu beijei
For meu leito e perdão
Vou saber que valeu delirar
E morrer de paixão
E assim, seja lá como for
Vai ter fim a infinita aflição
E o mundo vai ver uma flor
Brotar do impossível chão

J. Darion - M. Leigh
Versão Chico Buarque e Ruy Guerra/1972
para o musical para *O Homem de La Mancha* de Ruy Guerra

AGRADECIMENTOS:

Em primeiríssimo lugar, agradeço a minha família. Souberam, de um modo muito carinhoso, Rowena, Laura e Malu, deixar-me com o tempo necessário para que pudesse me dedicar à execução desse trabalho. Mesmo quando minha vontade era de estar com elas – o que ocorreu inúmeras vezes – as três, cada uma a sua maneira, souberam me devolver ao trabalho.

Um especial agradecimento a Alfredo, Antonio Carlos Braga, Francisco Medeiros, Gilberto Martins Vasconcelos, Jairo de Oliveira Gerwenstein, Marco Aurélio F. Lisboa, Maria Clodilte V. Ayer, Maria Madalena P. Soares, Mariana, Marilete Otony Tibery, Natália de Melo Souza Andrade, Teresinha de Jesus Castro, Waldo Silva e todos os demais ex-militantes que conosco compartilharam suas memórias. É redundante, mas absolutamente verdadeiro, dizer que sem a colaboração deles essa pesquisa não existiria.

Externo um forte sentimento de gratidão ao Departamento de Pós-graduação em História da Universidade Estadual Julio de Mesquita de Franca por ter-me acolhido nestes seis anos (dois no mestrado e quatro no doutorado), dando-me a mão nos nossos momentos de maior dificuldade.

Às professoras Suzeley Kalil Mathias e Márcia Pereira pela enorme ajuda concedida quando do Exame Nacional de Qualificação. As contribuições teóricas advindas das discussões que travamos serviram para recolocar esse trabalho no seu caminho original.

Aos professores Alberto Aggio, Maria Margarida de Carvalho, Márcia Naxara, Maria Teresa Malatian, Jean Marcel Carvalho e Ana Raquel Portugal agradeço muito não só pelas lições de história que aprendi, mas também pela atenção e pelo apoio que recebi quando cheguei à UNESP. Posso dizer que tenho muito orgulho de ter sido aluno de vocês.

Aos funcionários da Sessão de Pós-graduação da Unesp, em especial à funcionária Maisa, meus sinceros agradecimentos pelas informações prestadas e pela paciência dispensada. Muitíssimo obrigado por tudo.

Aos funcionários dos Arquivos Públicos das cidades de Uberaba, Uberlândia, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, Salvador, Recife, Curitiba,

Fortaleza, Campinas, Patos de Minas, Araxá, Jundiaí e Ribeirão Preto. A atenção que nos foi dispensada contribuiu de forma singular para a existência deste trabalho.

Aos meus queridos alunos que ouviram durante minhas aulas, boa parte das ideias que são arroladas nesta pesquisa. Merecem especial atenção esses alunos uma vez que o tema tratado nestas páginas nem sempre coincidia com o tema da aula a ser ministrada para eles.

Igualmente grato sou aos meus leitores do Jornal Manhã, jornal diário no qual sou colunista semanal desde 2006 e que, também, leram muitos dos pressupostos que se aqui se encontram. Àqueles que entraram em contato comigo e fizeram seus comentários deixo um enorme abraço de gratidão.

Um agradecimento especial aos meus empregadores de quem sempre tive o apoio necessário para desenvolver minhas pesquisas.

Professor Samuel, muito obrigado por tudo. Já lhe disse isso uma vez e repetirei: sua simplicidade num ambiente tão marcado por vaidades de toda ordem é exemplo a ser seguido, e sua forma de conduzir o relacionamento orientador/orientando somente o faz alvo de admiração.

LACERDA FILHO, Mozart. A EXPERIÊNCIA DA CLANDESTINIDADE POLÍTICA EM RELATOS ORAIS DE EX-MILITANTES DE ESQUERDA DURANTE A DITADURA MILITAR: de 1964 a 1979. TESE DE DOUTORADO. 216.p

RESUMO

O objetivo desta pesquisa é compreender a experiência da clandestinidade através da memória social, em relatos orais de ex-militantes que foram clandestinos entre 1964 e 1979. Pretende-se, também, entender como eram construídas e mantidas as suas redes de sociabilidades ─ uma vez que delas dependiam sua sobrevivência ─ e mapear a tensão permanentemente vivida por eles em função de serem obrigados a se manterem numa situação limítrofe. Importante ressaltar que as vozes desses atores políticos apontam para uma multitonalidade, e, por isso, ambiciona-se buscar um sentido para a pluralidade de verdades que brotam desses relatos. O desafio é recompor trajetórias individuais em uma trajetória coletiva, através da explicitação de valores de referência comuns aos discursos e a um núcleo de sentido. Ademais, esperamos, nesse trabalho, mostrar como a vida subjetiva desses ex-militantes interferiram nas suas decisões políticas. A clandestinidade como vivência traumática também será investigada por esse estudo. As fontes de pesquisa são os relatos de ex-militantes pertencentes a algum tipo de organização clandestina. Estes relatos foram colhidos entre os anos de 2004 a 2010. Para o tratamento metodológico das fontes, sobretudo as de cunho oral, dialogamos com Maurice Halbwachs, Verena Alberti, Elizabeth Ferreira e Marieta de Moraes Ferreira. Para as análises que partem da concepção da experiência clandestina como traumática e catastrófica, utilizaremos nesse trabalho as discussões teóricas propostas por Márcio Seligmann-Silva acerca da relação história e catástrofe. Ainda nessa mesma linha, utilizaremos os pontos de vista de Jeanne Marie Gagnebin. Tendo em vista que o tema da clandestinidade exige uma interpretação polifônica, conceitos psicanalíticos – trauma, sublimação, resistência, dentre outros – serão discutidos. Para tanto, textos de Sigmund Freud e Melanie Klein foram analisados, assim como o trabalho da psicanalista ─ e ex-militante da organização de esquerda Ação Popular ─ Maria Auxiliadora Arantes que investiga a condição da clandestinidade numa perspectiva interna.

Palavras Chave: Memória, História Oral, Ditadura Militar, Organizações de Esquerda, Clandestinidade.

LACERDA FILHO, Mozart. A EXPERIÊNCIA DA CLANDESTINIDADE POLÍTICA EM RELATOS ORAIS DE EX-MILITANTES DE ESQUERDA DURANTE A DITADURA MILITAR: de 1964 a 1979. TESE DE DOUTORADO. 216.p

RESUMEN

El objetivo de esta investigación es comprender la experiencia de la clandestinidad de la memoria social, en las historias orales de antiguos militantes que eran inmigrantes ilegales entre 1964 y 1979. El objetivo es entender cómo se construyeron y mantuvieron sus redes de sociabilidad ─ ya que su supervivencia dependía de ellos ─ y el mapa de la tensión permanente experimentados por ellos debido a que se ven obligados a permanecer en una situación fronteriza. Es importante destacar que las voces de estos actores políticos apuntan a una multitonalidad, y por lo tanto tiene como objetivo obtener una idea de la pluralidad de verdades que nacen de estos relatos. El desafío es reconstruir las trayectorias individuales de un viaje colectivo a través de la explicitación de la referencia a los discursos y un núcleo común de significado. Además, esperamos, en este trabajo, mostrar cómo la vida subjetiva de los ex militantes interferiron en sus decisiones políticas. La clandesdinidad como vivencia traumática también será investigada en este estudio. Las fuentes de investigación son los relatos de los antiguos militantes pertenecentes a algún tipo de organización clandestina. Estos informes fueron recogidos entre los años de 2004 a 2010. Para el tratamiento de las fuentes metodológicas, sobre todo la naturaleza de comunicación oral, hablamos con Maurice Halbwachs, Verena Alberti, Isabel Ferreira, Marieta de Moraes Ferreira. Para el análisis a partir de la concepción de la experiencia clandestina como traumáticas y catastróficas, utilizaremos en este trabajo los debates teóricos propuestos por Márcio Seligmann-Silva sobre la relación entre la historia y la catástrofe. Sin embargo, es esta misma línea, vamos a utilizar los puntos de vista de Jeanne Marie Gagnebin. Dado que el tema de la clandestinidad requiere una interpretación polifónica, conceptos psicoanalíticos - trauma, la sublimación, la resistencia, entre otros - serán discutidos. Por lo tanto, los textos de Sigmund Freud y Melanie Klein fueron analizados, y la obra del psicoanalista y ex militante de organización de izquierda ─ Acción Popular ─ María Auxiliadora Arantes, que investiga investigar la condición de la clandestinidad desde una perspectiva interna.

Palabras clave: memoria, historia oral, dictadura militar, las organizaciones de la izquierda, Clandestinidad.

LACERDA FILHO, Mozart. A EXPERIÊNCIA DA CLANDESTINIDADE POLÍTICA EM RELATOS ORAIS DE EX-MILITANTES DE ESQUERDA DURANTE A DITADURA MILITAR: de 1964 a 1979. TESE DE DOUTORADO. 216.p

ABSTRACT

The aim of this research is to understand the experience of furtiveness by the social memory, in oral histories of former militants who were illegal immigrants between 1964 and 1979. The aim is also to understand how they were constructed and maintained their networks of sociability ─ since their survival depended on them ─ and map the permanently tension experienced by them due to being forced to remain in a border situation. Importantly, the voices of these political actors point to a multi-tonal, and, therefore, aims to get a feel for the plurality of truths that spring from these accounts. The challenge is to reconstruct individual trajectories on a collective journey through the explicitness of reference to the speeches and a common core of meaning. Furthermore, we hope, in this work, to show how the subjective life of ex-militants interferes in their political decisions. The undercover as traumatic experience will also be investigated in this study. The research sources are the accounts of former militants belonging to some kind of underground organization. These reports were collected from 2004 to 2010. For the treatment of methodological sources, especially the nature of the oral ones, we will dialogue with Maurice Halbwachs, Verena Alberti, Elizabeth Ferreira, Marieta de Moraes Ferreira. For the analysis starting from the conception of illegal experience as traumatic and catastrophic, we will use in this work the theoretical discussions proposed by Márcio Seligmann-Silva about the relation between history and catastrophe. Still in this same line, we will use the views of Jeanne Marie Gagnebin. Given that the issue requires an interpretation of hiding polyphonic, psychoanalytic concepts - trauma, sublimation, resistance, among others - will be discussed. Hence, Sigmund Freud and Melanie Klein's texts have been analyzed, as wellas the work of psychoanalyst and former ─ militant from leftist organization Ação Popular ─ Maria Auxiliadora Arantes who investigates the condition of furtiveness in an internal perspective.

Keywords: Memory, Oral History, Military Dictatorship, Organizations of the Left, underground.

SIGLAS UTILIZADAS:

AIs: Atos Institucionais
ALN: Ação Libertadora Nacional
AP: Ação Popular
APML: Ação Popular Marxista-Leninista
APU: Arquivo Público de Uberaba
CEB: Comunidades Eclesiais de Base
COLINA: Comando de Libertação Nacional
DOI-CODI: Destacamento de Operações de Informações - Centro de Operações de Defesa Interna
DOPS: Departamento de Ordem Política e Social
DSN: Doutrina de Segurança Nacional
EUA: Estados Unidos da América
FISTA: Faculdade de Filosofia Ciências e Letras Santo Tomás de Aquino
FIUBE: Faculdades Integradas de Uberaba
IPM: Inquérito Policial Militar
JEC: Juventude Estudantil Católica
JUC: Juventude Universitária Católica
ME: Movimento Estudantil
MEC-USAID: Ministério da Educação e Cultura - United States Agency for International Development
MNR: Movimento Nacional Revolucionário
POLOP: Partido Operário Libertador
PCB: Partido Comunista Brasileiro
PC do B: Partido Comunista do Brasil
PDS: Partido Democrático Social
PDT: Partido Democrático Trabalhista
PFL: Partido da Frente Liberal
PMDB: Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PT: Partido dos Trabalhadores
TFP: Tradição, Família e Propriedade

UEU: União Estudantil Uberabense

UFMG: Universidade Federal de Minas Gerais

UFRJ: Universidade Federal do Rio de Janeiro

UnB: Universidade de Brasília

UNE: União Nacional dos Estudantes

UNIUBE: Universidade de Uberaba

URSS: União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

VAR-PALMARES: Vanguarda Armada Revolucionária Palmares

VPR: Vanguarda Popular Revolucionária

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO....15

CAPÍTULO 1. História, Memória E Clandestinidade: Apontamentos Metodológicos ...31

1.1 Memória e história – Le Goff, Halbwachs E Nora: alguns apontamentos metodológicos....33

1.2 História oral: algumas considerações sobre suas origens e práticas metodológicas....41

1.3 Entrevistando clandestinos: a clandestinidade presente nos relatos orais de ex-militantes de esquerda....47

CAPÍTULO 2. O Brasil do Pós Golpe Civil-Militar de 1964 e a Clandestinidade Política: O Contexto Histórico do Militante Clandestino. 53

2.1 Os Atos Institucionais de número 1 a número 4 – o golpe civil-militar: de 1964 a 1968. 56

2.1.1 O Ato Institucional número 2 (AI-2) – 27 de outubro de 1965 59

2.1.2 Os Atos Institucionais número 3 (AI-3) e 4 (AI-4)....61

2.2 O Ato Institucional Número 5: o golpe civil-militar de 1968 A 1979. 63

2.3 As organizações de esquerda clandestinas....74

2.3.1 A Ação Popular – AP 78

2.3.2 A ORM-POLOP: Organização Revolucionária Marxista Política Operária ..86

CAPÍTULO 3: Auscultando a Memória de Militantes que Experimentaram a Clandestinidade Política....90

3.1 História, clandestinidade e traumatismo psíquico. 90

3.2 Militância interrompida ou opção pela clandestinidade? 95

3.3 Memória, trauma e testemunho: investigando as polifonias da clandestinidade 106

CAPÍTULO 4. Vida Clandestina 112

4.1 Tornando-se invisível 112

4.2 Identidade secreta....118

4.3 Esconderijos....126

4.4 A vida cotidiana do militante clandestino 131

4.5 Relacionamentos Clandestinos 137

4.5 Prisão e tortura....148

5. Considerações finais....155

6. Referências....162

ANEXOS....166

INTRODUÇÃO:

A cena inicial do filme *O Ano em que Meus Pais Saíram de Férias* é de singular beleza e serve de metáfora inicial para introduzirmos o tema desse trabalho. Forte e leve ao mesmo tempo, ela descreve as agruras de um militante de esquerda em situação de clandestinidade em meados dos anos 70.

Bia e Daniel (Simone Spoladore e Eduardo Moreira, respectivamente) são os pais de Mauro (Michael Joelsas), um garoto de 12 anos. Em função de serem militantes de uma organização de esquerda e estarem, ambos neste momento, clandestinos, os pais são perseguidos pelos órgãos de repressão da ditadura militar e, por isso, precisam deixar o filho na casa do avô paterno.

O clima é de extrema tensão: por um lado, é uma ação que exige muita pressa, para que os militantes não sejam presos pelo regime ditatorial e, como consequência imediata, também não sejam presos, torturados e, o pior que poderia acontecer naqueles tempos, não ponham a perder todos os esforços da organização a que pertenciam. Por outro lado e ironicamente, é preciso que, se fosse possível, que este mesmo tempo passasse mais lentamente, já a morosidade proporcionaria momentos mais duradouros com o filho que está prestes a ser abandonado, vitimado por escolhas políticas feitas pelos pais.

O momento em que Mauro, com os olhos completamente cheios de lágrimas e o semblante esboçando a mais completa insegurança pelo que pode vir a lhe acontecer, é deixado pelos pais na calçada da casa do avô e, pela última vez olha o fusca azul que se afasta é, se podemos assim dizer, uma das cenas mais bonitas do cinema nacional.

Esse trabalho objetiva compreender justamente as condições históricas que levaram um número significativo de pessoas a trocarem de nome, abandonar suas famílias, seu trabalho, seus cursos universitários, seus projetos mais íntimos, etc, e adotarem uma nova vida, num novo lugar, com novas pessoas. Enfim, nosso objetivo geral deste trabalho é investigar a vida clandestina desses militantes que pertenciam a uma organização política igualmente clandestina e como essa clandestinidade afetou suas as relações, quer no plano pessoal, quer no plano político.

Os objetivos específicos que nos moveram nesta pesquisa foram:

a) compreender, utilizando fontes orais, a experiência da clandestinidade através da memória social de ex-militantes que viveram essa experiência durante os anos de 1966 até 1979;

b) entender como eram construídas e mantidas as redes de sociabilidades dos militantes clandestinos, uma vez que dela dependiam sua sobrevivência;

c) mapear a tensão permanentemente vivida por esses militantes, em função de serem obrigados a se manterem numa situação de experiência limítrofe, que é a própria clandestinidade;

d) tendo em vista que as vozes desses militantes em clandestinidade apontam para uma multitonalidade, procuramos enxergar um sentido para a pluralidade de verdades que brotam desses relatos. Aqui o desafio é recompor trajetórias individuais em uma trajetória coletiva, através da explicitação de valores de referência comuns aos discursos e a um núcleo de sentido;

A vida clandestina exige dos militantes ajustes extraordinários para sua realização. O mais difícil deles talvez seja "matar" sua identidade legal. A clandestinidade exige o desaparecimento do mundo legal, passo primeiro na luta pela manutenção da vida. Nessas condições, não se trata de construir uma vida anônima para esses militantes e sim fazer com eles assumam outra identidade, ou melhor, uma nova forma de identificação. Nessas condições, esses militantes passam a representar um papel que não foi construído através de trajetórias de vida nem de interações estabelecidas ao longo do percurso.

Assumem uma identidade *pro tempore* que convive, ao mesmo tempo, com a sua identidade original, não podendo, em hipótese alguma, desconectar esses dois mundos, sob o risco de perderem contato com a realidade e, por conta disso, colocarem sua vida, e da organização a que pertenciam em risco. Essa perda de realidade pode ser tanto política como de cunho interno.

Pondo de lado, momentaneamente, as divergências ideológicas que sempre acompanharam a esquerda brasileira, quer antes, quer depois do golpe civil-militar de 1964, podemos afirmar que a clandestinidade era parte de um projeto que visava, em linhas gerais, devolver ao País a condição de liberdade, surrupiada por efeito da chegada dos militares ao poder.

Por conta disso, essa pesquisa procurou mapear as trajetórias criadas e mantidas pelos militantes que viveram a experiência clandestina. Sabemos que a atuação no campo era vital para as pretensões guerrilheiras e, por isso, as esquerdas brasileiras debateram durante um bom tempo sobre qual o melhor modelo de guerrilha deveria ser adotado: uma guerrilha rural, com ênfase na tese do foco guerrilheiro ou uma guerrilha urbana, com foco na organização de grupos urbanos.

E foi na segunda opção que a clandestinidade, na maioria das vezes, encontrou os espaços necessários para seu desenvolvimento. A vida urbana, sendo o palco maior da experiência clandestina dos militantes estudados neste trabalho recebeu atenção especial, onde buscamos compreender como as relações mantidas entre os sujeitos e as exigências de adequação à vida urbana. Em diversos momentos, viver na cidade exige de todos uma visibilidade, por vezes, indisponível ao militante clandestino. Disso decorre que a extrema complexidade dos espaços urbanos – para quem precisa nele se ocultar – exigiu dos ex-militantes uma sofisticada engenharia de adaptação.

Outro desafio enfrentado por aqueles que viveram a clandestinidade e que também foi alvo de reflexão nessa pesquisa diz respeito ao movimento de *aparecimento* e *desaparecimento* constantes. Lados de uma mesma moeda, consequencia direta da necessidade de sobrevivência, emergir e submergir nos espaços permitidos (e naqueles em que a permissão não existia, mas as necessidades exigiam) garantia, de algum modo, o sucesso das operações políticas que eram confiadas ao militante clandestino.

Para enfrentar as dificuldades impostas por esse movimento de aparecimento/desaparecimento que marca a vida clandestina, o militante precisou construir itinerários políticos relativamente “seguros”, sem os quais suas ações poderiam se comprometer. Esses itinerários constituíam o espaço do confronto, das vitórias e das derrotas, das alegrias e das frustrações. É nossa intenção tentar conhecer como foram criadas e mantidas essa malha geográfica.

Mas a condição de clandestino é, por definição, cerceadora. Ao clandestino não estão disponíveis todas as escolhas. A restrição da

disponibilidade de escolha é usual à condição humana, mas no caso dos clandestinos é forçosamente reduzida e mais ainda, condicionada dialeticamente. Mas ao militante clandestino, a mais banal das ações disponíveis a qualquer outro, requeria um minucioso conjunto de ações de segurança visando suas condições e as condições da organização a que pertencia.

Diante disso, depararam-se, aqueles que viveram a clandestinidade, com um cruel e frio paradoxo: de um lado havia um projeto político que precisava ser posto em prática, um conjunto de crenças políticas que precisavam ganhar a adesão do maior número de pessoas possível e que, para tal, exigia um ir e vir pleno, um conhecimento total dos itinerários a serem percorridos; por outro lado, o militante designado para qualquer função de ordem política, tem na sua condição de clandestino um fator cerceador.

Afirmando de outro modo: ser clandestino, sem nenhuma sombra de dúvida, impede o militante de ir e vir livremente a os espaços que, necessariamente precisa ocupar. Por isso, seus passos, suas ações, seu poder de mobilidade sofrem consideráveis constrangimentos. Mesmo quando assumiu outra identidade, mesmo quando conseguia legalizá-la (por meios de documentos falsos, por exemplo), esse militante teve, por menor que tenha sido, sua capacidade de articulação, de algum modo, cerceada e constrangida.

Decorre disso um segundo paradoxo. Se por um lado, a condição de clandestino aumentava a probabilidade de sobrevivência do militante e de seu projeto político, por outro o impedia justamente de desempenhar as ações que justificavam e explicavam a adesão à vida clandestina. Tentando adiantar uma faceta do debate que se arrolará em capítulos subsequentes, gostaríamos nessa introdução de citar dois depoimentos ilustrativos daquilo que estamos a afirmar. Primeiro Alfredo, ex-militante da Ação Popular (AP) e que viveu clandestino por sete anos[1]:

> Entrei na clandestinidade para não ser novamente preso e poder ajudar meus companheiros a lutar contra a ditadura dos militares. Era uma questão de vida ou morte. Mas... uma vez clandestino, não tive mais espaço de mobilidade suficiente para ajudá-los. Não podia mais

[1] Depoimento concedido ao autor em janeiro de 2007.

> aparecer na faculdade, nos Centros Acadêmicos, nos lugares públicos. Confesso que nestes primeiros instantes, me senti um derrotado.

Mariana, ex-militante da AP e que viveu clandestina também por sete anos, endossa[2]:

> Recebi algumas incumbências que não puderam ser totalmente realizadas, ou que foram realizadas de forma parcial, porque me faltava um poder de mobilidade mais amplo na cidade em que eu estava e, justamente, por ser eu de outro lugar, não dispunha.

Importante ressaltar que, nestes dois fragmentos, o termo *poder de mobilidade* é citado por ambos. Podemos concluir que essa questão tinha um enorme peso para que militava de modo clandestino. Os deslocamentos impostos aos militantes clandestinos que os obrigou, em inúmeros casos, a travarem uma luta contra os órgãos de repressão da ditadura em solo muitas vezes desconhecidos, trazia ainda outro fator complicador: os agentes repressivos, ainda que clandestinos, dispunham de uma mobilidade infinitamente maior do que os militantes de esquerda. Seus passos, para onde quer que fossem, não experimenta o mesmo grau de limitação daqueles vividos pelas organizações clandestinas e seus membros. Eis a dialética da clandestinidade política de esquerda: a mobilidade restringida pela imobilidade.

Ademais, quando uma ação, ilegal ou não, empreendida pelos agentes da repressão era descoberta e, por acaso, não fosse levada a termo, proporcionalmente não provocava os mesmos estragos de quando uma ação dos militantes de esquerda era descoberta. Se um agente repressivo, por exemplo, torturasse até a morte um militante qualquer, ao ser descoberto nessa ação, ele não sofreria nenhum tipo de penalidade que pudesse resultar num impedimento da sua mobilidade.

Em contrapartida, se um militante de esquerda comprometesse, por qualquer motivo, uma ação de sua organização, tinha como fato resultante o impedimento de continuar naqueles espaços, sob o risco de ser preso e, consequentemente, expor, a si mesmo e seus companheiros, aos órgãos de

[2] Depoimento concedido ao autor em julho de 2008.

repressão política. Ou seja, os equívocos de um militante clandestino de esquerda quase sempre o obrigava deslocar-se para outro lugar. O mesmo não acontecia com os agentes da repressão. Um fragmento de entrevista que ilustra essa questão nos é dado por Jairo de Oliveira Gerwenstein, ex-militante da Ação Popular (AP) e que viveu em clandestinidade por sete anos[3].

> Nós não tínhamos direito ao erro. Ou fazíamos a coisa do modo correto ou pagávamos um preço muito alto. Nossos fracassos quase sempre resultavam em abandono de algum aparelho, mudança, no mínimo, de bairro, refazer contatos com outros setores da organização. Preto no branco era o seguinte: fracassou, tinha que começar tudo de novo, de modo lento e bem cauteloso. A repressão, que nunca se acautelava de nada, vibrava com os nossos fracassos.

Da extrema cautela dos clandestinos à imprudência dos órgãos de repressão. O ônus político é que distingue os atos. Para um lado, é a possibilidade de tudo perder, ao outro, no mínimo a impunidade, siamesa da barbérie.

O recurso à clandestinidade, embora de forma e motivação distintas, atende às necessidades dos dois setores antagônicos. Para uns, como refúgio para a sobrevivência, para outros, como esconderijo para as práticas violentas da repressão. Este último caso foi amplamente utilizado pelos órgãos de repressão da ditadura militar.

Em busca de equacionar todas essas questões, essa pesquisa dividiu-se em quatro capítulos. No primeiro, a intenção é apresentar e discutir os procedimentos metodológicos em que a pesquisa se ancorou. Tendo em vista que estamos diante de um trabalho de história oral, onde as fontes primárias foram 26 depoimentos colhidos, neste momento da escrita optamos por discutir a complexa relação entre o conceito de memória e o de história.

Tal relação sofreu nos últimos anos uma forte transformação. O uso da metodologia da história oral, bem como das narrativas que dela se originam, fazem surgir, e todo historiador teve ter isso em mente, uma historiografia é não uma representação exata do que existiu, mas que se esforça em propor uma possibilidade (CHARTIER, 2002) de se compreender como o passado

[3] Depoimento concedido ao autor em julho de 2007.

chega até o presente. O que o historiador escreve não é aquilo que se passou, e, sim, uma produção discursiva.

Tentando compreender as mudanças epistemológicas que a escrita da história sofreu e que permitiu o uso de fontes orais, discutimos no capítulo primeiro, intitulado **História, Memória, Clandestinidade: Apontamentos Metodológicos**, os seguintes autores: Jacques Le Goff, Maurice Halbwachs, Pierre Nora e Roger Chartier. Todos eles, podemos dizer de forma mais geral, traduzem em seus trabalhos os ecos daquilo que a Escola dos Annales legou para o campo da historiografia: a busca por uma história mais reflexiva, menos centrada nos grandes feitos, menos dada a enxergar padrões estruturantes e, por assim dizer, mais focada num movimento de renovação.

História e Memória (Jacques Le Goff), A Memória Coletiva (Maurice Halbwachs), Entre Memória e História: a Problemática dos Lugares (Pierre Nora) e O Mundo como Representação (Roger Chartier) são livros e artigos que foram utilizados para melhor esquadrinhar o binômio história e memória.

Ainda no primeiro capítulo, num outro item, o foco de nossa reflexão foi a história oral em si mesma. Compreendendo-a como reflexo das mudanças historiográficas tratadas na sessão anterior do capítulo, fizemos algumas considerações acerca da sua utilização como possibilidade de interrogarmos o passado.

Como todo campo epistemológico novo, houve muitas discussões acerca da possibilidade de uso das narrativas orais como uma maneira lançarmos alguma luz àquilo que não podemos mais viver. Até mesmo sobre sua definição muitas divergências surgiram. Sem arvorar a competência de encontrarmos um conceito único do que seja história oral, optamos por tomar uma pequena definição de Verna Alberti (2005, p.155), como paradigma desse trabalho:

> A História Oral é uma metodologia de pesquisa e de constituição de fontes para o estudo da história contemporânea surgida em meados do século XX, após a invenção do gravador a fita. Ela consiste na realização de entrevistas gravadas com indivíduos que participaram de, ou testemunharam acontecimentos e conjunturas do passado e do presente.

Posteriormente, o trabalho pioneiro de Paul Thompson *A Voz do Passado* foi analisado. A obra discute os fundamentos teóricos da história oral nas suas particularidades: como devem ser elaborados projetos, como devem ser conduzidas as etapas de realização e, posteriormente, como devem ser analisados o material colhido nas entrevistas.

Além dessa precípua importância de ressaltar os procedimentos metodológicos que circundam a história oral, a obra de Thompson também procura demonstrar que, entre outras coisas, a importância dos relatos orais para se repensar o papel da historiografia. Afirmando com ele (1992, p. 20):

> A história oral não é necessariamente um instrumento de mudança; isso depende do espírito com que seja utilizada. Não obstante, a história oral pode ser um meio de transformar tanto o conteúdo quanto a finalidade da história. Pode ser utilizada para alterar o enfoque da própria história e revelar novos campos de investigação; pode derrubar barreiras que existam entre professores e alunos, entre gerações, entre instituições educacionais e o mundo exterior; e na produção da história – seja em livros, museus, rádio ou cinema – pode devolver às pessoas que fizeram e vivenciaram a história um lugar fundamental, mediante suas próprias palavras

Entendemos, dessa forma, que Paul Thompson promove a valorização dos indivíduos como verdadeiros atores sociais, que, por mais simples que sejam, ajudaram a fazer a história. Na medida em que, prossegue o autor, essas vozes são ouvidas, uma nova história se descortina e pode ser pensada, onde os sujeitos são vistos dentro da história e que seu cotidiano interessa aos cientistas históricos.

Num outro item do capítulo 1 nos dedicamos a descrever os procedimentos metodológicos que nos permitiram ouvir os depoentes que nos narraram sua experiência clandestina. Com o intuito de fazer saber a origem de sua militância, como entraram em clandestinidade, como foram vividos esses anos e qual o balanço que fazem desse momento da vida política do Brasil, entrevistamos 13 ex-militantes. Como cada um deles nos forneceu dois depoimentos, esse trabalho usa o número 26 para se referir à quantidade de depoimentos coletados.

Em duas tabelas, apresentamos seus nomes e detalhes de sua militância tais como organização a que pertenceu, tempo de clandestinidade, cidades em que atuou como militante clandestino, datas das entrevistas, origem de sua militância política, profissão atual, dentre outros.

O golpe civil-militar de abril de 1964 restringiu a liberdade de ação dos militantes das organizações políticas de esquerda. As restrições impostas pelo golpe militar foram diminuindo os espaços de atuação política legal. Partidos políticos dissolvidos, organizações políticas declaradas ilegais, sindicatos, universidades associações de classe e entidades estudantis proibidos e invadidas. Restaram, à militância política de esquerda, poucas alternativas: sair do país ou nele permanecer em condição de clandestinidade. E é esta decisão que se apresentava a todos os que estavam implicados na luta política.

Por isso, no capítulo 2, intitulado **O Brasil do Pós Golpe Civil-militar de Abril de 1964 e a Clandestinidade Política: o Contexto Histórico do Militante Clandestino**, nosso principal objetivo foi o de mapear os eventos históricos que engendraram a chegada de uma parcela de militares ao poder.

O viés adotado neste primeiro momento foi o de colocar os primeiros cinco Atos Institucionais em foco. A premissa que defendemos é a de que neles já estava latente todo o projeto político que este grupo defendia para o Brasil. Tentando dar uma feição de democracia ao golpe deflagrado, os militares golpistas tinham em mente que seria necessário para alocarem-se no poder usar de meios cerceadores desde os primeiros instantes.

O trabalho de Sebastião Cruz e Carlos Martins, intitulado *De Castello à Figueiredo, uma incursão na pré-história da "abertura"*, publicado em Sociedade e Política no Brasil pós-64 organizado por Maria Hermínia Tavares, e utilizado neste capítulo mostra que a legitimidade alcançada por força das sucessivas decretações de Atos Institucionais (AIs) foi a forma escolhida pelos militares golpistas para levarem a termo um projeto que, desde os primeiros instantes, se mostrou carregado de autoritarismos.

Com isso, essa pesquisa tentou mostrar que a ida de muitos ex-militantes políticos para à vida clandestina deu-se por conta de medidas contidas nestes AIs. Além disso, procuramos demonstrar que a onda crescente

de autoritarismo adotada pelo governo militar e que culminou com extremamente autoritário quinto ato já estava embrionária desde o primeiro, rompendo, de alguma forma, com uma certa historiografia que sobrecarrega o AI-5 quando o quesito é a adoção de ações truculentas. Não há dúvida, frise-se, que o Ato número cinco notabilizou-se pelo endurecimento para com todos os setores que obstinavam, até aquele momento, em discordar da linha de governo imprimida pelos militares golpistas. Somente buscou-se neste capítulo trazer à tona o quanto de arbitrariedade já estava contido nos demais Atos.

O último item do capítulo 2 refaz a trajetória histórica das organizações de esquerda onde militava os depoentes que este trabalho ouviu. Em face de a maioria deles pertencer à Ação Popular (AP) e à Política Operária (POLOP), uma ênfase maior foi dada aos eventos históricos que permitiram o aparecimento de tais organizações.

A AP foi criada num período anterior ao golpe, em 1962 e relaciona-se as mudanças pela quais passou a Igreja Católica, que nesse período sofreu a influência de correntes humanistas, baseadas, sobretudo, em pensadores como Emmanuel Mounier, Lebret e Teilhard de Chardin. O pensamento desses intelectuais rompia com a tradicional visão de que os praticantes do catolicismo não deveriam intervir na realidade social. Assim, a nova orientação defendia que os cristãos deveriam voltar suas atividades no combate à miséria e à pobreza da população, diminuindo as desigualdades sociais, ou seja, esses pensadores defendiam uma maior politização do pensamento cristão. Por conta disso, houve uma aproximação com o marxismo.

No inicio dos anos 60, os cristãos que se organizavam em torno dos movimentos da Igreja, sobretudo os ligados à Juventude Universitária Católica (JUC) e a Juventude Operária Católica (JOC), passaram a criticar as posições adotadas pela alta cúpula da Igreja, que defendia a manutenção das estruturas sociais e na passividade perante as condições históricas. Isso fez com que integrantes da JUC (não só, mas, sobretudo eles) se sensibilizassem para os problemas sociais brasileiros. Afirmando com o sociólogo Marcelo Ridenti (2002, p. 217):

> Para eles [membros da JUC] ao invés de acatar a ordem supostamente natural da sociedade existente, tratava-se de agir em nome de Deus para transformar as estruturas, criar uma ordem socialmente justas, baseada nos princípios cristãos (RIDENTI, 2002, p.217).

Desta forma, foi fundada a AP, um grupo de católicos que desejavam transformar a realidade que o País vivia e que adotou uma doutrina política própria, intitulada, neste principio de atuação de *socialismo humanista*, definido por Jean Rodrigues Sales como (SALES, 2007, p. 28):

> Um movimento político-ideológico, fundamentado numa ideologia própria, numa visão do homem e do universo que sendo universal aspira a ser um ponto de convergência e união de toda a força para trabalhar o desenvolvimento integral do homem; um movimento revolucionário que se propõe a formar quadros que possam participar de uma transformação radical da estrutura da sociedade brasileira em sua passagem do capitalismo ao socialismo.

Assim sendo, a AP distinguia-se politicamente de outros grupos de esquerda como o PCB, por exemplo, por ter na urgência imediata da implantação do socialismo, que deveria ser o objetivo do presente e não um projeto para o futuro.

Defenderam, dessa forma, os membros da AP uma articulação política que articulava um movimento revolucionário em uma etapa apenas, a socialista, o que faz com seus militantes atuassem diretamente em diversos movimentos de massa. Em função dessa orientação, muitos membros da AP, ainda que na clandestinidade, evitaram ao máximo que puderam o uso das armas.

Em relação à Política Operária (POLOP), esta apresentou, quando de sua criação, uma origem bem mais complexa do que a AP, uma vez que contribuiu para a sua formação uma gama muito variada de interpretações acerca do momento histórico que a política brasileira vivia.

A POLOP teve sua origem ligada à Juventude Socialista do Partido Socialista Brasileiro (PSB). Antes ser apenas POLOP, a organização era ORM-POLOP: Organização Revolucionária Marxista – Política Operária. Em fevereiro de 1961, depois de uma longa discussão (GORENDER, 1990), houve uma junção entre os círculos de estudantes provenientes da Mocidade Trabalhista de Minas Gerais com Liga Socialista de São Paulo mais alguns militantes de

origem trotskistas e outros dissidentes do PCB do Rio de Janeiro, São Paulo e Minas. Esse amálgama tão variado é considerado por vários estudiosos o (RIDENTI, 1993) motivo principal por tantas dissidências que acometeu a POLOP com o passar dos anos.

Em 1964, depois do golpe que derrubou o governo do presidente João Goulart, a POLOP tentou articular uma guerrilha contra o regime militar, no Vale do Rio Doce, mas foi abortada ainda na fase de planejamento, em Copacabana, pelo Centro de Informações da Marinha (CENIMAR). Esse projeto de guerrilha no Vale do Rio Doce, deu origem, em 1967, à chamada Guerrilha do Caparaó, liderada por militantes do Movimento Nacionalista Revolucionário (MNR).

Para se ter uma ideia da importância da POLOP dentro do movimento de esquerda durante o regime militar, basta dizer que dos quadros da POLOP saíram inúmeros militantes que, posteriormente, ajudaram a criar outras várias organizações, sendo possível citar o Comando de Libertação Nacional (COLINA), a Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), o Partido Operário Comunista (POC), a Vanguarda Armada Revolucionária Palmares (VAR-PALMARES) dentre outras.

As obras A Revolução Faltou ao Encontro (Daniel Reis Filho), O Fantasma da Revolução Brasileira (Marcelo Ridenti), Combate nas Trevas (Jacob Gorender), Revolução de 1964: a Versão e o Fato (Adolpho João Paula Couto), A História da Ação Popular: da JUC ao PC do B (Haroldo Lima) e Da Cruz à Estrela: a Trajetória da Ação Popular Leninista-marxista, de Esther Kuperman.

No capítulo 3, intitulado **Auscultando a Memória de Militantes que Experimentaram a Clandestinidade Política**, os conceitos de traumatismo psíquico, esquecimento, testemunho são situação limítrofe debatidos com o intuito de aproximá-los de da experiência clandestina dos militantes ouvidos por esse trabalho.

Uma das premissas centrais desse capítulo é a de que a vivência da clandestinidade nas condições históricas engendradas por um golpe civil-militar não exige apenas arrojo político. Tenacidade emocional é também um dos

elementos cruciais para quem precisa ser clandestino. Por isso, essas experiências foram vistas como muito próximas das narrativas oriundas de era de catástrofes, onde nem sempre os elementos simbólicos são construídos, impossibilitando até mesmo a comunicação dessas experiências.

Pelo manejo dos referenciais teóricos usados neste momento da pesquisa a história oral aproximou-se dos arcabouços intelectuais utilizados quando se atenta para os testemunhos daqueles que vivenciaram situações-limites. Isso implica em uma série de mudanças metodológicas, onde se destacam a importância da subjetividade daquele que fala (e por certo, também daquele ouve), que agora ganha especial relevo. Outra mudança que se verifica ao ouvir o testemunho daquele que presenciou o horror está necessidade de se compreender aquilo que não foi dito. Assim os silêncios e os esquecimentos passam a ser fundamentais na ausculta dessas narrativas não verbalizadas.

Num primeiro momento, esse trabalho, acerca do tema que se está discutindo, tratou de buscar na psicanálise de Sigmund Freud, Anna Freud e de Melanie Klein subsídios teóricos para que se pudesse falar em traumatismo psíquico, conceito por assim dizer externo aos historiadores. Defendemos que aqueles que viveram na clandestinidade se sujeitaram a ter suas mentes marcadas, traumatizadas em função da agressividade contida, de modo inerente, no ato de ser clandestino. É bom lembrar que a possibilidade de a experiência clandestina tornar-se um trauma para aquele que a experimenta é hiperdimensionada se levarmos em conta que muitos desses militantes viveram também a prisão e a tortura.

Demos ênfase ao trabalho de Maria Auxiliadora Arantes *Pacto Re-Velado*. Nele a autora, ex-militante da AP, aproximou conceitos de psicanálise da vida clandestina com o intuito de dar conta de uma determinada vida emocional, suscitada pela experiência da clandestinidade, que deixou, em muitos casos, marcas naqueles que a viveram.

Para as discussões acerca do conceito de testemunho na era das catástrofes, os trabalhos de Marcio Selligman-Silva foram utilizados. Sustenta esse autor que nem sempre aquele que viu consegue dar seu testemunho,

quão horrível foi o fato testemunhado. Assim, acossado por uma visão da catástrofe e, provavelmente traumatizado por ela, a testemunha modifica o conteúdo do seu testemunho a fim de dar sentido ao que não é possível ser, em linguagem intelectiva, ser compreendido. É preciso dizer que muitas discussões levantadas neste terceiro capítulo sofreram um melhor acabamento no capítulo quatro, o que trata da vida clandestina propriamente dita.

Além dos autores já mencionados, as análises do capítulo 3 ainda recorrem às contribuições de Horácio Etchegoyen, Otonni Fernandes, Herbert de Souza, Alzira Alves de Abreu, Robert Antelme, Jean-Paul Sartre, Flávio Tavares e Jeanne-Marie Gagnebin.

Antes de passarmos a uma reflexão acerca do conteúdo do capitulo quatro, intitulado **Vida Clandestina**, faremos algumas considerações sobre a experiência da clandestinidade. Ela foi a alternativa que muitos militantes de esquerda encontraram para continuar no país, combatendo o regime militar, entre 1964 e 1979. Todas as organizações políticas, colocadas na ilegalidade e proibidas, tiveram muitos de seus militantes presos, torturados e assassinados. Muitos foram banidos, muitos foram exilados. Um contingente significativo permaneceu dentro do Brasil e tornaram-se clandestinos.

Objetivavam, em linhas gerais, com a clandestinidade combater o regime militar, resistir em luta contra os avanços do regime opressor e denunciar as violências cometidas contra os militantes. O militante político que fez a escolha da clandestinidade, provavelmente estava capturado pelas condições sociais e políticas que imperavam no país.

Nesta perspectiva, a escolha da clandestinidade era uma questão de sobrevivência, decorrente de sua condição de militante perseguido e considerado inimigo pelas forças militares e policiais.

A clandestinidade é comumente narrada ─ tanto nos relatos orais quantos nos escritos ─ como uma experiência de solidão e vulnerabilidade ante o restante da sociedade e a própria organização a que pertenciam. Em função disso, os militantes eram obrigados a redefinirem suas identidades, criando assim um micro-universo invisível e ambíguo.

A clandestinidade não representava uma ruptura completa com a sociedade, mas sim se caracterizava por criar um contexto de isolamento relativo. É por isso que exige a adoção de novos nomes e, mais do que isso, de outras personalidades, com distintas características pessoais e profissionais, redes de relações sócias e estórias de vida. Todos os laços anteriores têm de ser cortados sem que, contudo, novas relações possam ser assumidas por representarem riscos individuais e para a organização. Desta feita, a clandestinidade consiste em uma situação onde duas condições antagônicas convivem simultaneamente: a visibilidade e a invisibilidade.

Na tentativa de compreender as múltiplas facetas da vida clandestina, suas implicações pessoais e políticas e, sobretudo, para analisar mais detidamente esse importante momento da trajetória desses atores é que nos dedicamos, no quarto capítulo, a trazer inúmeros relatos orais dos entrevistados. Montado esquematicamente de modo a permitir que essas vozes pudessem ganhar relevo e, por isso, serem ouvidas e decodificadas, o capítulo quatro é o mais longo de todos.

De início, ele apresenta o drama vivido pelos militantes em situação de clandestinidade que eram obrigados a criarem disfarces e até mesmo a mudarem de nome. Nas narrativas presentes neste capítulo é possível perceber a dicotomia criada pela necessidade de se construir uma nova identidade a partir do momento em que a clandestinidade era real.

Posteriormente, dedicamos a tentar compreender como era a vida de um militante clandestino que era obrigado a viver basicamente em esconderijos. No jargão da militância política esses lugares eram chamados de aparelhos. Houve aqueles que viveram alguns meses trancados neles. Entretanto, houve quem viveu anos dentro de aparelhos. Estes podiam ser de amigos, que simpatizantes com a causa das esquerdas, abrigavam em seu interior algum militante que necessitava de guarita.

Assim, o militante clandestino compartilhava da vida dos moradores do aparelho e, em muitos casos, criou-se uma cumplicidade. Havia, por outro lado, aparelhos alugados pelas organizações de esquerda com o único fim de serem

esconderijos de militantes procurados. Nestes, era comum que os militantes dividissem o espaço com outros que estavam nas mesmas condições.

O dia-a-dia desses militantes clandestinos também foi alvo de investigação. Interessou-nos neste momento entender como foram construídas as formas de relacionamento criadas para que as demandas políticas fossem levadas a termo. Neste momento, fizemos várias considerações acerca das trajetórias experimentadas pelos militantes em clandestinidade. Tomando por base que deslocar-se era vital para o militante em situação clandestina, ouvimos vários depoentes acerca dessa situação.

Um especial destaque foi dado para as formas de relacionamentos interpessoal que a militância clandestina, de um certo modo, obrigou esses ex-militantes a desenvolverem. Ao aderirem à clandestinidade, relacionamentos antigos foram dando lugar aos novos. Diante disso, novos amores substituíram, paulatinamente, os velhos. Militantes houve que, nessa trajetória, engravidaram, tornaram-se mães e pais e foram, em alguns casos, obrigados a abandonar esses relacionamentos. O peso que essas questões tiveram na vida de militância desses personagens foi alvo de investigação.

E por fim, o último item do capítulo quatro tratou da prisão e da tortura a que alguns militantes ouvidos foram submetidos. Essas narrativas, foi possível perceber, tentaram dar sentido ao que de mais tenebroso esses militantes puderam viver na sua trajetória política. Nem todos os entrevistados que foram presos e torturados deixaram seu depoimento. Simplesmente não conseguiram falar. Já outros, deu-nos a impressão de que mal podiam esperar pelo momento de passar adiante as terríveis sevícias a que foram submetidos.

Acerca do recorte temporal adotado (1964-1979), gostaríamos de tecer breves comentários. Com a deflagração do golpe civil-militar de 1964, os militares que ocuparam o poder iniciaram um período de cerceamentos políticos que culminaria com a adesão, senão de imediato, de vários militantes na clandestinidade. O ano de 1979 marca, para muitos, o final dessa clandestinidade.

Eis um breve resumo daquilo que nos próximos quatro capítulos poderá ser estudado.

CAPÍTULO 1. HISTÓRIA, MEMÓRIA E CLANDESTINIDADE: APONTAMENTOS METODOLÓGICOS

Numa definição bastante simples, podemos afirmar que a memória é a forma encontrada pelos homens de trazer de volta a presença do passado. Assim, ela possui dupla origem: psíquica e intelectual. Disso decorre que a memória é uma seleção representativa do passado, que nunca se limita ao que o indivíduo isolado lembra, mas alcança uma dimensão muito maior, uma vez que todo indivíduo está sempre inserido num contexto familiar, social, nacional. Na perspectiva de Maurice Halbwachs (1877-1945), toda memória é "coletiva". Ou ainda, conforme Henry Rousso, falando sobre o trabalho de Halbwachs.(ROUSSO, 2005, pp.94-95):

> Seu atributo mais imediato é garantir a continuidade do tempo e permitir resistir à alteridade, ao 'tempo que muda', as rupturas que são o destino de toda vida humana; em suma, ela constitui – eis uma banalidade – um elemento essencial da identidade, da percepção de si e dos outros.

Jacques Le Goff, em obra lapidar sobre o assunto, nos lembra que foram os gregos antigos quem deram à Memória o *status* de uma deusa, de nome *Mnemosine*. Ela era a mãe das nove musas procriadas no decorrer de nove noites passadas com Zeus. *Mnemosine* fazia com que os homens se lembrassem dos seus heróis e dos seus grandes atos. Além disso, ela controlava toda a poesia lírica. Assim sendo, o poeta era um homem cuja memória possuía seu corpo, tornando-o um leitor do passado, uma testemunha inspirada dos tempos antigos, aqueles que já não voltam, a não ser através da sua memória.

Por isso, na leitura da mitologia grega, as musas eram as responsáveis pela ciência universal e inspiravam as chamadas artes liberais. As nove filhas de *Mnemosine* eram: *Clio* (história), *Euterpe* (música), *Talia* (comédia), *Melpômene* (tragédia), *Terpsícore* (dança), *Erato* (elegia), *Polínia* (poesia lírica), *Urânia* (astronomia) e *Calíope* (eloquência). Portanto, dentro dessa concepção, a história é filha da memória. Entretanto, a harmonia entre história

e memória, entre Mnemosine e Clio presente na mitologia grega demorou cerca de vinte e cinco séculos para que se transportasse para o campo da historiografia. Somente nas últimas quatro décadas, Mnemosine e Clio deram-se as mãos.

Os últimos 40 anos do século XX foram marcados por inúmeras transformações ocorridas no campo da História. Isso decorreu de uma profunda reavaliação das complexas relações que aproximaram ou separaram a história dos estudos sobre a memória. Esse processo de reconsideração dos entrelaçamento entre os vetores de força da história e da memória foi o ápice de uma série de questionamentos a que se propuseram os historiadores. Esse movimento pretere uma historiografia com feições mais tradicionais em detrimento de uma noção mais arejada acerca do trabalho do historiográfico.

Segundo o historiador Peter Burke (2000), as compreensões mais tradicionais das relações entre a história e a memória apresentavam-se sob uma forma relativamente primária: o objetivo primeiro do historiador era ser o bastião da memória daquilo que acontecia com o fator humano em relação às coisas públicas. Dessa maneira, o historiador registrava os fatos históricos para que aqueles que viessem depois pudessem com o passado aprender a não mais repetir os mesmos erros.

Demonstrava-se, assim, o velho teorema em que a atividade historiográfica do presente zelava pelo passado, compreendia o presente e, consequentemente, antecipava o futuro. Desta forma, temos em Cícero (106 – 43 a.C.), a história como vida da memória. Repetindo esse mantra, Heródoto (484 – 425 a.C.), Jean Froissart (1337 – 1410) e o Conde de Clarendon (1609 –1674) defendiam uma escrita da história cuja finalidade era a de manter viva a memória dos grandes fatos e feitos notáveis (BURKE, 2000).

Entretanto, essa explicação tradicional, em que a memória é vista apenas como reflexo imóvel do que aconteceu no passado e que o historiador pode ter acesso por meio de fontes *confiáveis*, mostrou-se muito limitado para teorias historiográficas do mundo contemporâneo, sobretudo depois dos anos 60. À medida que o trabalho do historiador se desprende de uma visão mais tradicional, novas fontes passam a ser levadas em conta – os testemunhos, por

exemplo – e todo um processo de abertura levará a história a flertar com uma multidisciplinaridade, onde outras ciências – Antropologia, Filosofia e Sociologia, sobretudo – passaram a interessar os historiadores.

Diante disso, o binômio história/memória mostrou-se mais complexo, a relação mais íntima, exigindo um maior nível de adensamento das ideias produzidas na intenção de melhor compreendê-lo. Aconteceu, então, que a história, que, antes, via na memória apenas um objeto a ser preservado, passou a problematizá-la, indagando-a, elevando-a à condição de objeto a ser questionado.

Relembrar os eventos do passado, ocupar-se deles e sobre eles produzir uma escrita apresenta-se como o uma atividade que exige dos historiadores agora a confecção de pressupostos intelectuais, uma revisão de seus posicionamentos políticos, uma reavaliação das intenções daquilo que desejamos ver rememorados. Em síntese, o julgamento da memória por parte do historiador tornou-se também objeto da atividade historiográfica. Sem essa Filosofia da História, disciplina indispensável ao novo historiador, corre-se o risco de perpetuarmos versões, distorcermos informações e, o que é pior, tornarmos a História inócua e com pouco valor.

Para melhor elucidar e dar consistência às análises políticas acerca da vida clandestina de militantes atuantes na esquerda brasileira no pós-golpe civil-militar de abril de 1964, objeto de estudo desse trabalho, se faz preciso, neste momento, estudarmos um pouco mais detidamente os conceitos de memória coletiva.

1.1 MEMÓRIA E HISTÓRIA – LE GOFF, HALBWACHS E NORA: ALGUNS APONTAMENTOS METODOLÓGICOS

Jacques Le Goff é uma das pioneiras vozes em historiografia quando pensamos nas implicações do entrelaçamento entre os conceitos de história e memória. Não por acaso, dentro da sua extensa obra, destaca-se o livro publicado no Brasil em 1990, intitulado História e Memória. Para ele (1990, p. 476):

> a memória é um elemento essencial do que se costuma chamar identidade, individual ou coletiva, cuja busca é uma das atividades fundamentais dos indivíduos e das sociedades de hoje, na febre e na angústia.

Segundo Jacques Le Goff, as ciências que se ocuparam com o tema da memória, tais como a biologia, a psicologia, a neurofisiologia, a psicofisiologia e a psiquiatria, contribuíram de modo singular para ampliar o nível de compreensão da relação entre memória social e memória histórica. Mais: os intelectuais perceberam que não há memória sem linguagem, uma vez que antes de ser lembrada e, posteriormente, narrada, toda lembrança necessita de uma linguagem para ser compreendida.

Desta forma, aponta Le Goff, a memória, que antes era muito mais analisada na sua perspectiva empírica, passou, paulatinamente, a ser vista por trás de *constructos teóricos*, dando a esses estudos muito mais sustentação e densidade. Acerca da importância da linguagem para a memória, vejamos o próprio Le Goff (1990, p. 424):

> O ato mnemônico fundamental é o comportamento narrativo que se caracteriza antes de mais nada por sua função social, pois que é a comunicação a outrem de uma informação, na ausência do acontecimento ou do objeto que constitui o seu motivo. Aqui intervém a linguagem, ela própria produto da sociedade. A utilização da linguagem falada, depois escrita, é de fato uma extensão fundamental das possibilidades de armazenamento da nossa memória que, graças a isso, pode sair dos limites físicos do nosso corpo para ser interposta quer nos outros corpos quer nas bibliotecas. Isso significa que, antes de ser falada ou escrita, existe uma certa linguagem sob a forma de armazenamento de informações na nossa memória.

Isso desaguou no fato de os cientistas dessas mesmas disciplinas sentirem uma especial necessidade de aproximarem suas descobertas de um diálogo com as ciências humanas, uma vez que perceberam que muito daquilo que os indivíduos lembram diz respeito a questões históricas. Chegaram esses cientistas à conclusão de que o ato de rememorar é bastante marcado pelas conjunturas sociais que cercam os homens.

Le Goff também sustenta que a vida cultural dos homens depois do advento da escrita tornou-se bem diferente da vida cultural dos povos anterioe

a ela, alterando consideravelmente o modo como o homem formula seu conteúdo mnemônico.

Os antigos agrupamentos que viveram antes da invenção da escrita mantiveram as suas tradições utilizando-se de narrativas que eram oralmente transpostas às demais gerações: personalidades, folclore, crenças, modo de produção, técnicas de sobrevivências, caracteres artísticos, dentre outros compunham os elementos da memória e davam sentido de identidade a esses povos.

Entretanto, a escrita altera todo esse esquema, uma vez que muda os modos de transmissão dos elementos de memória. A escrita, para o bem ou pra o mal, dá à memória uma substancialidade que antes dela não se alcançava. A escrita, segundo Le Goff, acompanhando o desenvolvimento dos grandes centros urbanos, permitiu que se criassem exercícios de re-examinação e re-ordenação da memória.

Merecedor de igual destaque dado à linguagem e à escrita, segundo Jacques Le Goff, os monumentos-documentos criados pelo homem carregam em si dados mnemônicos que nos ajudam a compreender a marca do homem ao longo da história. Vejamos o próprio Le Goff (1990, p. 535):

> A memória coletiva e a sua forma científica, a história, aplicam-se a dois tipos de materiais: os documentos e os monumentos. [...] o que sobrevive não é o conjunto daquilo que existiu no passado, mas uma escolha efetuada quer pelas forças [...] quer pelos historiadores. Estes materiais da memória podem apresentar-se sob duas formas principais: os monumentos, herança do passado, e os documentos, escolha do historiador. [...] O monumento tem como características o ligar-se ao poder de perpetuação, voluntária ou involuntária, das sociedades históricas (é um legado à memória coletiva) [...] A concepção do documento/monumento é, pois, independente da revolução documental e entre os seus objetivos está o de evitar que esta revolução necessária se transforme num derivativo e desvie o historiador do seu dever principal: a crítica do documento – qualquer que ele seja – enquanto monumento. O documento não é qualquer coisa que fica por conta do passado, é um produto da sociedade que o fabricou segundo as relações de forças que aí detinham o poder. Só a análise do documento enquanto monumento permite à memória coletiva recuperá-lo e ao historiador usá-lo cientificamente, isto é, com pleno conhecimento de causa.

Fazendo, a fim de ser fiel ao autor, uma pequena diferenciação, poderíamos dizer que o documento é fruto de uma relação de poder entre os povos: aqueles que tiveram mais poder também tiveram a primazia da criação desses documentos, implicando numa escrita forjada segundo um complexo relacionamento de forças.

Já os monumentos caracterizam-se por estar vinculados à necessidades de os povos escreverem seus nomes na história e, assim, transformarem memórias individuais em memórias coletivas.

O primeiro intelectual a estudar a relação entre memória e memória coletiva e produzir um trabalho sistematizado foi Maurice Halbwachs, sociólogo francês, na sua obra póstuma *A Memória Coletiva*. Nela, o sociólogo interessou-se mais detalhadamente por aquilo que denominou "estrutura social da memória". Segundo Halbwachs, as memórias, mais do que atributos individuais, são construções dos grupos sociais. Embora a lembrança seja uma atividade individual, os grupos sociais exercem influência sobre o conteúdo que será, individualmente, recordado e sobre as maneiras como aquele mesmo conteúdo será trazido à tona. Logo, os indivíduos, mais do que se lembrarem de suas experiências individuais, por mais significativas que foram, identificam-se com os acontecimentos coletivos que tiveram alguma relevância para o grupo a que pertencem.

O ponto de sustentação da memória, seguindo essa linha de raciocínio, é o passado vivido pelo indivíduo. Esse passado vivido é o elemento que permite a construção de uma narrativa acerca daquilo que foi vivido pelo sujeito de maneira viva e natural. Para Maurice Halbwachs, esses eventos históricos contidos na memória dos indivíduos são mais significativos do que o "passado apreendido pela história escrita" (1990, p.75).

Aprofundando o que Maurice Halbwachs quis dizer com o termo "memória histórica": para ele, a memória histórica é vista como o suceder de uma série de acontecimentos que tiveram muita relevância para a história de um grupo, de um povo, de um país. Dessa forma e segundo o sociólogo francês, há um antagonismo entre memória e história. Antes de avançarmos,

pensemos melhor sobre a concepção de Maurice Halbwachs sobre o que vem a ser a história.

A história criticada por ele e a qual o conceito de memória coletiva irá se contrapor é aquela que subordina um evento ao outro, um agrupamento humano a outro, criando uma história mais importante e mais necessária. Nesse tipo de história, há espaço para indivíduos mais bem posicionados e que, logo, se beneficiam desses posicionamentos. E, fato grave, segundo Halbwachs, os historiadores que seguem essas máximas contribuem para que essas versões se cristalizem. Acrescenta o pensador francês que esse tipo de história caminha para se chegar a uma história universal, uma vez que são eliminadas as dicotomias e as células de conflito.

Já na perspectiva do conceito de memória coletiva (ou seria melhor memórias coletivas?), há uma valorização justamente dos detalhes, que, somados uns aos outros, criam uma história multifacetada, na qual os antagonismos não tem vocação para uma solução única, padronizada. Há, inclusive, a possibilidade de nem mesmo haver solução. Uma historiografia assim possibilita uma maior vivacidade do passado.

Vejamos o próprio Maurice Halbwachs (1190, p. 89-90):

> O que justifica ao historiador estas pesquisas de detalhe é que o detalhe somado ao detalhe resultará num conjunto, esse conjunto se somará a outros conjuntos, e que no quadro total que resultará de todas essas sucessivas somas, nada está subordinado a nada, qualquer fato é tão interessante quanto o outro, e merece ser enfatizado e transcrito na mesma medida. Ora, um tal gênero de apreciação resulta de que não se considera o ponto de vista de nenhum dos grupos reais e vivos que existem, ou mesmo que existiram, para que, ao contrário, todos os acontecimentos, todos os lugares e todos os período estão longe de apresentar a mesma importância, uma vez que não foram por eles afetadas da mesma maneira.

Ao pensar a memória, exalada nas relações dos sujeitos com seus diversos agrupamentos, Halbwachs elevou o trabalho do historiador dos fenômenos coletivos a um patamar até então inédito: a busca pela compreensão da história dos homens passa pela compreensão da narrativa oral desses mesmos homens, uma vez que será, agora, necessário decodificar

seu testemunho. Essa decodificação pressupõe a análise de aspectos subjetivos e intrínsecos àquele que fala e por isso exige do historiador, um enorme esforço epistemológico para dar o real peso que essas narrativas possuem. Caso esses cuidados não sejam tomados, o risco que se corre é a homogeneização dos conteúdos da memória, não situando-os adequadamente.

A matéria prima dos depoimentos com quais trabalhamos na história oral são as lembranças. Segundo Maurice Halbwachs (1990, p. 71):

> a lembrança é em larga medida uma reconstrução do passado com ajuda de dados emprestados do presente, e, além disso, preparada por outras reconstruções feitas em épocas anteriores e de onde a imagem de outrora se manifestou já bem alterada.

Isso implica dizer que as lembranças do passado não estão condenadas a estarem desconectadas do tempo presente.

Halbwachs, com seus estudos, contribuiu definitivamente para a compreensão dos quadros sociais que compõe a memória. Assim sendo, ele diz que a memória individual projeta-se, sempre, numa coletividade. O sujeito traz em si a lembrança, mas está sempre relacionando-se com a sociedade, seus grupos e instituições. É no contexto dessas relações que construímos nossas lembranças. A rememoração individual se faz na tessitura das memórias dos diferentes grupos com que nos relacionamos. Segundo Helenice Rodrigues da Silva (2002, p. 427):

> Nos estudos de Maurice Halbwachs, a memória não é só um fenômeno de interiorização individual, ela é, também e, sobretudo, uma construção social e um fenômeno coletivo. Sendo uma construção social, a memória é, em parte, modelada pela família e pelos grupos sociais. Vale dizer, a memória individual se estrutura e se insere na memória coletiva. Halbwachs parte, então, de uma oposição entre o universo da memória (situada em termos da experiência vivida, da imagem, do afeto, etc) e o da história (situada em termos de uma crítica, de um problema, de conceitos). A formulação de tal dicotomia permitiu a demonstração dos mecanismos da constituição de uma memória coletiva, ou seja, ela mostrou as modalidades do seu enraizamento e da sua ligação a comunidades concretas.

Importante destacar na obra de Halbwachs é que pela memória o passado vem à tona, combinando-se com as percepções imediatas,

deslocando-as, ocupando todo o espaço da consciência. Afirma também que a natureza da lembrança é social e que ela nos aparece por efeito de várias séries de pensamentos coletivos emaranhados, e se não podemos atribuí-las exclusivamente a estes, ela se torna independente, mas necessita de um apoio por si só para se sustentar. A memória coletiva é fruto da construção social do passado. Os relatos individuais vão criando núcleos de sentido, desnudando uma vivência coletiva, uma participação grupal. Dessa participação coletiva da história, obtém-se pontos de vistas comuns entre os membros de um grupo. Aquilo que denominamos comunidade afetiva. Vejamos o próprio Maurice Halbwachs (1990, p. 27):

> Não basta que eu tenha assistido ou participado de uma cena onde outros homens eram espectadores ou atores para que, mais tarde, quando eles a evocarem diante de mim, quando reconstituírem peça por peça a sua imagem em meu espírito, subitamente esta construção artificial se anime e tome a aparência de coisa viva, e a imagem se transforme em lembrança. Frequentemente, é verdade, tais imagens que nos são impostas pelo nosso meio, modificam a impressão que possamos ter guardado de um fato antigo, de uma pessoa outrora conhecida. Pode ser que essas imagens reproduzam mal o passado, e que o elemento ou a parcela de lembrança que se achava primeiramente em nosso espírito seja sua expressão mais exata: para algumas lembranças reais se junta assim uma massa compacta de lembranças fictícias.

Um dos estudos mais inquietantes sobre o binômio história/memória foi proposto por Pierre Nora, historiador francês intimamente ligado aos estudos que relacionam memória e identidade francesa.

Nora inova ao tentar compreender a relação entre história e memória fazendo do presente a referência principal ao se analisar a memória e suas representações. Afirmando com Jurandir Malerba (2009, p. 74):

> Nora propôs uma abordagem inovadora à narrativa histórica. Ao organizar seu projeto, ele procedeu do presente retroagindo ao passado, como no desenho de uma árvore genealógica. O efeito foi fazer do presente a referência primeira, abrindo o campo de investigação para uma miríade de modos pelos quais a herança nacional francesa fora desde sempre pensada.

Percebe-se, portanto, que o historiador francês, ao fixar o referencial de análise no tempo presente, propõe uma compreensão reversa da história.

Diante desse pressuposto, Nora vai cunhar a expressão *Lugares de Memória* para designar um novo objeto de estudo dos historiadores.

Os lugares de memória são os diferentes lugares em que a narrativa histórica é alocada, sendo eles, por sua vez, ligeiramente conectados entre si. Assim sendo, os lugares de memória criam um dinamismo historiográfico uma vez que se inferem acerca das representações da memória de um modo mais fluido, contemplando idiossincrasias, contradições, possibilitando, no presente, uma visão mais equilibrada – menos tendenciosa, portanto – daquilo que foi o passado.

O historiador – qual um esteta, que com seus dotes artísticos nos re-apresenta algo já vivido de modo revigorado e com o frescor da atualidade – usando esses lugares de memória tem a oportunidade de nos re-apresentar, com quase igual intensidade, aquilo que já não está mais presente entre nós.

Os lugares de memória, na concepção de Pierre Nora, têm a particular propriedade de tornar passível de novas interpretações, no presente, o que, no passado, já estava condenado a ser compreendido de um único modo. Esse é o desafio do historiador: não descobrir um passado novo; mas descobrir um modo novo de ler o passado. Ainda segundo Malerba (2009, p. 75)

> Ao abordar o passado a partir do lugar privilegiado do presente, o historiador contempla os domínios da memória, cada um dos quais podendo ser resgatados ao presente. A história torna-se a arte de situar essas memórias. Esse método de situar a narrativa histórica nos lugares da memória foi empregado por muitos historiadores desde então.

O que se quis mostrar com essa breve análise desses três historiadores acerca da relação entre história e memória nem tanto foi seus pontos de divergência e nem de convergências. Primeiro se objetivou tornar claro a importância que o tema suscita dentro do campo historiográfico, e a fecundidade de novos estudos demonstram essa premissa.

Depois, procurou-se situar o debate dentro de três eixos principais e, por fim, tornar mais segura as análises acerca da opção que esse trabalho fez por mergulhar na memória de ex-militantes que viveram na clandestinidade política. Para tanto, fizemos uso de ferramentas da metodologia da história oral.

Sabemos que nem todos os estudos historiográficos que levam em conta a oralidade são estudos acerca da relação história e memória. Mas, acreditamos, outrossim, que há uma fina sintonia entre esses dois campos epistemológicos, uma vez que ouvir relatos orais é trazer à tona , de modo inevitável, conteúdos de memória. E situá-los no contexto histórico tão igualmente inevitável.

1.2 HISTÓRIA ORAL: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE SUAS ORIGENS E PRÁTICAS METODOLÓGICAS

Nosso intuito, nesse momento, não é fazer um inventário das mudanças epistemológicas que possibilitaram aos historiadores pensarem na história do tempo presente como um legítimo objeto de análise científica, não ficando nada a dever aos consagrados estudos clássicos acerca dos fenômenos históricos.

Entretanto, há a necessidade de fixarmos alguns parâmetros que nos permitam fazer análises dos testemunhos colhidos com alguma mínima margem de segurança.

Nesta pesquisa trabalhou-se com a premissa maior de que a fundação da Escola dos Annales, movimento intelectual francês, ocorrido nas primeiras décadas do século XX, projetou, juntamente com seus defensores, uma série de novas concepções acerca da escrita da história.

Buscando uma história mais abrangente, esses historiadores passaram a reivindicar uma historiografia que desse conta dos novos desafios, trazidos por complexas alterações nas mais variadas dimensões da vida humana. Entre essas complexidades, estava a problemática das fontes históricas (muito embora essas discussões, neste momento, ainda não se apresentassem com a necessária envergadura intelectual, que, posteriormente, se verá).

Um dos pressupostos básicos dos *Annale* foi questionar o predomínio do objeto político na historiografia que se fazia. Já havia, nesse questionamento, o embrião de se escrever uma história onde os elementos culturais fossem mais presentes. Outro desafio trazido no bojo dessas discussões: como contemplar eventos históricos recentes? Para esses fenômenos vivos, que ainda não

haviam sido contemplados nos tradicionais “documentos”, que leitura fazer, que nível de compreensão alcançar?

Ou melhor: como entender a história do momento atual? Como os Annales não conseguem dar uma resposta a essas indagações, optaram por referendar as tradicionais fontes históricas. Afirmando com Marieta Morais Ferreira (2007, p. 6):

> A imensa transformação que se operou no campo da história a partir da França, e que se difundiu para outros países, tampouco questionou a valorização das fontes escritas. Ao contrário, reafirmou-a. Ao valorizar o estudo das estruturas, dos processos de longa duração, a nova história atribuiu às fontes seriais e às técnicas de quantificação uma importância fundamental.

Foi somente na década de 80 do século passado que houve uma significativa mudança no campo da historiografia. Vários fatores contribuíram para que isso ocorresse: as análises qualitativas ganharam importância no cenário historiográfico, a subjetividade passou a ser alvo de investigações mais sistematizadas, optou-se por dar maior ênfase nos vetores de força alicerçados na importância do indivíduo em detrimento das análises estruturais. Com isso, o objeto cultural ganhou destaque, há uma redefinição do político e a história do tempo presente passou a figurar no rol de preocupações dos historiadores, antropólogos e sociólogos. A própria interdisciplinaridade é, em si, uma conquista bastante significativa desse momento.

Paralelamente a essas mudanças, um novo conceito ganhava destaque dentro dessa nova escrita da história e, consequentemente, passava a chamar a atenção dos historiadores. Roger Chartier, num artigo intitulado O Mundo como Representação, introduz dois novos conceitos: apropriação e representação.

Por apropriação, Chartier entende o consumo cultural como uma operação de produção que, embora não fabrique nenhum objeto, assinala a sua presença a partir de maneiras de utilizar os produtos que lhe são impostos.

E, por representação, ele nomeou os modos pelos quais, em diferentes lugares e momentos, uma determinada realidade é construída, pensada e dada a ser interpretada por diferentes grupos sociais. Operando com esses dois

conceitos, foi possível aos historiadores ampliar o espectro de suas investigações, fazendo novas indagações acerca da relação história/memória. Assim, os relatos orais passaram a ser alvo de interesse dos historiadores, que viram neles um peculiar tipo de representação do objeto histórico. Ancorando novamente em Ferreira (2007, p. 8), com ela afirmamos:

> A valorização de uma história das representações, do imaginário social e da compreensão dos usos políticos do passado pelo presente promoveu uma reavaliação das relações entre história e memória e permitiu aos historiadores repensar as relações entre passado e presente e definir para a história do tempo presente o estudo dos usos do passado. A história busca produzir um conhecimento racional, uma análise crítica através de uma exposição lógica dos acontecimentos e vidas do passado. A memória é também uma construção do passado, mas pautada em emoções e vivências; ela é flexível, e os eventos são lembrados à luz da experiência subsequente e das necessidades do presente. Essa perspectiva que explora as relações entre memória e história possibilitou uma abertura para a aceitação do valor dos testemunhos diretos, ao neutralizar as tradicionais críticas e reconhecer que a subjetividade, as distorções dos depoimentos e a falta de veracidade a eles imputada podem ser encaradas de uma nova maneira, não como uma desqualificação, mas como uma fonte adicional para a pesquisa.

O primeiro tipo de história oral que se vai construir e que se difunde rapidamente é uma espécie de contra-história, sobretudo se levarmos em conta que a história que toma por base os depoimentos orais vai, num primeiro momento, dar voz, basicamente, aos excluídos da história, caracterizando-se, assim, por ser politicamente engajada. É nesse contexto que podemos situar *Vozes do Passado*, de Paul Thompson, publicado no Brasil, em 1978. Segundo ele (1992, p. 44):

> A história oral é uma história construída em torno de pessoas. Ela lança a vida para dentro da própria história e isso alarga seu campo de ação. Admite heróis vindos não só dentre os líderes, mas dentre a maioria desconhecida do povo. Estimula professores e alunos a se tornarem companheiros de trabalho. Traz a história para dentro da comunidade e extrai a história de dentro da comunidade. Ajuda os menos privilegiados, e especialmente os idosos, a conquistar dignidade e autoconfiança. Propicia o contato – e, pois, a compreensão – entre classes sociais e entre gerações. E para cada um dos historiadores e outros que partilhem das mesmas intenções, ela pode dar um sentimento de pertencer a determinado lugar e a determinada época. Em suma, contribui para formar seres humanos mais completos. Paralelamente, a história oral propõe um desafio aos mitos consagrados da história, ao juízo autoritário inerente a sua tradição. E

> oferece os meios para uma transformação radical no sentido social da história.

Pode-se perceber na citação acima a defesa da ideia de que a história oral tem por objetivo primeiro resgatar a história do povo, das classes menos ouvidas, aqueles que não foram contemplados pelas narrativas tradicionais, e, por tabela, promover a democratização da história em si mesma, inserindo essas pessoas numa nova forma de escrita da história.

As inúmeras mudanças, algumas já discutidas anteriormente, ocorridas recentemente no campo historiográfico no século XX oportunizaram um novo debate acerca do papel e da origem das fontes históricas, permitindo, dessa forma, que a história oral viesse a ocupar um lugar de destaque nos debates historiográficos atuais.

A fim de criarmos um corrimão epistemológico seguro, que nos permita dialogar com os depoimentos que essa pesquisa coletou, faz-se necessário, ainda que de modo bastante breve, percorrer o itinerário da história oral no Brasil.

Sabemos das enormes dificuldades enfrentadas por aqueles que se propõem ouvir o outro. A mais difícil delas talvez seja, justamente, *ouvir*. Saber depreender dos elementos expostos pelo depoente os subsídios necessários para se interrogar o passado, lembrando que a narrativa elaborada por aquele que narra é tão somente uma re-apresentação do que foi vivido.

Walter Benjamim, em *O Narrador*, (BENJAMIN, 1994, p. 197) afirma “a arte de narrar está em vias de extinção”, tentando nos alertar para o fato de que, na era das inovações tecnológicas – ou na era da reprodutibilidade técnica, como diria o mesmo Benjamin –, a experiência passada de pessoa para pessoa, a construção artesanal de uma história que passa de boca em boca, de um relato que não tem a pretensão de oferecer todas as interpretações e explicações, cede lugar para as informações produzidas em série, desumanizadas pelo seu caráter pragmático.

Diante disso, é preciso que saibam todos aqueles que ouvem narrativas dessa fragilidade do discurso narrado. Não para que celebremos uma época que parece não existir mais, mas para que saibamos reconhecer nas vozes

daqueles que nos propomos a escutar os múltiplos núcleos de sentidos que elas vocalizam. Essa vocalização múltipla é exemplo fidedigno da fragilidade de nossa condição humana. Afirmando com João Carlos Moreira da Silva Filho:

> Somente da aceitação da finitude, da fragilidade, enfim, da própria condição humana é que pode brotar uma história redimida, que se convença da impossibilidade de abarcar tudo com um discurso científico e nivelador, o que fica cruamente evidente diante do sofrimento e da barbárie.

Por isso, podemos afirmar que é necessário ouvir. A aceitação da finitude humana funda uma nova narratividade que, mesmo sabedora da impossibilidade de transmitir a experiência por completo (experiência essa que contempla o sofrimento, como é o caso dos ex-militantes que experimentaram a clandestinidade, a prisão e a tortura), não se furta a transmiti-la, ainda que seja através dos silêncios ou dos olhares angustiados.

É importante que os fatos sejam narrados pelas testemunhas, ainda que o testemunho nunca faça jus ao que, de fato, aconteceu, conforme já adiantamos, pois é, justamente, na imprecisão de vários acontecimentos que não foram trazidos à narração, ou foram de modo fragmentado, que se poderá vislumbrar um indício do passado.

Mas, feito esse pequeno preâmbulo, voltemos à história da história oral. A história oral dá seus primeiros passos no início dos anos 50, após a invenção do gravador, nos Estados Unidos, na Europa e no México. Desde então, difundiu-se bastante e ganhou cada vez mais adeptos, ampliando-se o intercâmbio entre os que a praticam: historiadores, antropólogos, cientistas políticos, sociólogos, psicólogos, pedagogos, profissionais da literatura, etc.

Philippe Joutard (2002) apresenta-nos um lúcido trabalho historiográfico a respeito da evolução da história oral nos últimos 25 anos. Seu trabalho faz um balanço sistematizado a partir de diversos outros trabalhos, tanto de ordem individual ou coletiva, mostrando a evolução da prática, no que diz respeito à metodologia e ao papel da história oral, no conjunto das historiografias contemporâneas.

Nele, Joutard disserta brevemente sobre a história africana, que, no seu início se serviu muito das fontes orais para se constituir como proposta de

investigação, chegando ao início do século XX, momento em que o procedimento é duramente criticado, pois os historiadores não acreditavam haver rigor científico na prática de ouvir pessoas. Os documentos oficiais eram os preferidos dos historiadores.

A reintrodução da prática aconteceu com muita veemência na segunda metade do século XX. Muito embora seja preciso afirmar que a história oral não foi muito bem recebida pelos historiadores, com exceção daqueles radicados nos Estados Unidos, que consideraram a originalidade desse método fundamental para um maior alargamento das concepções do passado.

Philippe Joutard identifica quatro gerações de historiadores dedicados ao tema: A primeira surgiu nos Estados Unidos, nos anos 50 ao lado das ciências políticas, que se ocupavam somente dos indivíduos notáveis, com intenção de coligir material para os historiadores e dados que seriam utilizados por futuros biógrafos. Era um trabalho sem reflexão metodológica e que serviu aos *Correspondentes Documentais do Comitê de História da II Guerra Mundial*. Em 1956, registram-se os arquivos sonoros do Instituto Nacional de Antropologia, para a recordação dos chefes da revolução mexicana.

A segunda geração de historiadores surgiu no fim dos anos 60, na Itália, com sociólogos e antropólogos próximos aos partidos de esquerda. Utilizavam a história oral para reconstruir a cultura popular. Essa nova geração desenvolve *uma nova história*. Através da antropologia, pretende dar voz aos povos sem história, iletrados; valoriza os vencidos, os marginais e as diversas minorias: operários, negros, mulheres. Uma história que se pretende militante e se acha à margem do mundo universitário. Foi praticada por não profissionais, educadores e sindicalistas, e os movimentos pregavam o não conformismo sistemático. Posteriormente, essa forma de história difunde-se ainda mais na Inglaterra e na América Latina (sobretudo, na Argentina).

1975 é marcado pela terceira geração, quando acontece o *Congresso Internacional de Ciências Históricas de San Francisco*. O período é destacado pela multiplicação de instâncias de discussão sobre história oral, pela aceitação dos procedimentos nas universidades, pela aproximação com museus e arquivos, pela proliferação de trabalhos e pesquisas, pela comunidade de

pessoas envolvidas para trabalhos direcionados, pelas reflexões epistemológicas e metodológicas acerca do tema. A França adota a história oral como um meio pedagógico eficaz de motivar os alunos.

A quarta geração ficou caracterizada na década de 90, com o início de uma nova geração, aqueles nascidos nos anos 60. Nesse período, valorizam-se mais a subjetividade, como consequência ou como finalidade da história oral. Entre outros fatores, o desenvolvimento da tecnologia foi um forte aliado no aperfeiçoamento das técnicas utilizadas, como é o caso do vídeo.

No Brasil, especificamente, a metodologia foi introduzida na década de 1970, quando foi criado o *Programa de História Oral do Centro de Pesquisa e Documentação em História Contemporânea no Brasil*, o CPDOC. A partir dos anos 90, o movimento em torno da história oral cresceu muito. Em 1994, foi criada a *Associação Brasileira de História Oral*, que congrega membros de todas as regiões do país, reúne-se periodicamente, em encontros regionais e nacionais, e edita uma revista e um boletim. Dois anos depois, em 1996, foi criada a Associação Internacional de História Oral, que realiza congressos bianuais e também edita uma revista e um boletim. Atualmente, no mundo inteiro é intensa a publicação de livros, revistas especializadas e artigos sobre história oral. Há inúmeros programas e pesquisas que utilizam os relatos pessoais sobre o passado para o estudo dos mais variados temas.

1.3 ENTREVISTANDO CLANDESTINOS: A CLANDESTINIDADE PRESENTE NOS RELATOS ORAIS DE EX-MILITANTES DE ESQUERDA

Para as análises que essa pesquisa pretende sustentar, foram feitas 13 entrevistas, sendo que todos os depoentes concederam-nos um segundo testemunho. Os anos em que essas entrevistas foram realizadas vão de 2004 a 2010. Levando-se em conta os anos das primeiras entrevistas, em 2005, foram ouvidos cinco ex-militantes que experimentaram a clandestinidade. Em 2006 e 2007, foram entrevistadas duas pessoas em cada ano e, nos anos de 2004, 2008, 2009 e 2010, foi ouvido um ex-militante em cada ano.

Se pensarmos na segunda entrevista que cada depoente concedeu, teremos a seguinte distribuição: em 2005, 2007 e 2009 foram re-entrevistados quatro ex-militantes em cada ano. Em 2006, foram re-entrevistados dois e, em 2004 e 2010, foi re-entrevistado um militante em cada ano.

Gostaríamos de dizer que, ao todo, entrevistamos 23 ex-militantes de esquerda que experimentaram a vivência clandestina no período em que esse trabalho se debruça. Gostaríamos de dizer que limitamos o número de depoentes a 13 em função da narrativa dos demais não se apresentarem com a mesma estrutura lógica, impossibilitando análises conceituais mais refinadas.

Num primeiro momento, foi apresentado a todos um questionário mínimo de 12 perguntas, cujo principal objetivo era provocar uma discussão acerca da vivência clandestina desses ex-militantes. À medida que o testemunho exigia, outras perguntas foram formuladas. Para responder a essas perguntas, os depoentes gastaram, em média, duas horas. A entrevista mais curta se desenrolou em 50 minutos e a mais longa em 3 horas. No segundo depoimento, procurávamos ampliar pontos anteriormente discutidos ou abordar alguma questão que não fora tratada antes. Esses encontros tiveram duração média de uma hora e meia.

Desses 13 entrevistados, apenas uma não esteve na condição de militante clandestina. A opção de incluí-la no grupo de depoentes que essa pesquisa analisou se deu pelo fato de ser amiga pessoal de sete dos entrevistados e por ter vivido muito próxima a elas quando de seu período na clandestinidade.

Maria Clodilte Vieira Ayer foi uma das militantes da Ação Popular de Belo Horizonte com maior trânsito dentro da organização. Em função de ser um quadro de forte formação teórica e de extrema organização intelectual, foi considerada pela direção nacional da AP como elemento central para as articulações políticas necessárias a uma organização clandestina.

Na atualidade, Maria Clodilte faz de sua residência ponto de encontro de desses ex-militantes. Maria Lúcia Resende Garcia, ex-militante da AP em Belo Horizonte, escreveu um livro de memórias intitulado *Geração 60, Geração Esperança*. No final da obra, a autora elenca alguns dos participantes da

Geração 60, dizendo onde estão vivendo e do que se ocupam. Refere-se assim à Clodilte (2003, p. 102): “Com Clodilte já me encontrei diversas vezes. Ela, de certa forma, é o ponto de ligação com os antigos militantes”.

Desses 13 depoentes, sete são do sexo masculino e seis do sexo feminino. Três, das seis mulheres que tiveram seus depoimentos analisados, choraram enquanto respondiam às perguntas. Mariana, pseudônimo de uma ex-militante da AP de Belo Horizonte chorou compulsivamente nos dois depoimentos que colhemos. Dos sete homens, apenas Alfredo chegou às lágrimas em um dos depoimentos.

No tocante às organizações a que pertenciam os ex-militantes que foram entrevistados, sete pertenciam à AP e quatro à POLOP. ALN e PC do B tiveram um entrevistado cada. O fato de a maioria dos entrevistados pertencerem à AP e à POLOP se dá em função de terem sido essas as organizações com maior penetração no Movimento Estudantil, origem política de todos os treze entrevistados.

Quanto a suas cidades de origem, Uberaba, MG, é o berço de cinco dos entrevistados, quatro são da também mineira Belo Horizonte, dois de São Paulo, um de Patos de Minas e um de Uberlândia, ambas também cidades mineiras. Analisando as cidades onde os entrevistados atuaram como militantes clandestinos, São Paulo foi a que teve o maior número de militantes nessa condição: onze. Na sequência vieram as cidades de Belo Horizonte, nove; Rio de Janeiro, sete; Salvador e Recife, três; Uberaba, dois. Curitiba, Uberlândia, Diadema, Ribeirão Preto, Santo André, Campinas e Jundiaí foram citadas apenas uma vez.

Ao todo, esses treze militantes viveram 66,8 anos na condição de militante clandestino. Marilete Otony Tibery, da ALN, foi a ex-militante que menos tempo viveu clandestina: 8 meses. Waldo Silva, também da AP, o ex-militante com mais anos de clandestinidade: 10 anos.

Como já advertido, doze dos treze entrevistados nessa pesquisa viveram na condição de clandestinos. Em relação ao ano em que essa clandestinidade se inicia, 1969 representa o começo para quatro ex-militantes; três iniciam sua

vida clandestina em 1970; dois em 1968 e um em 1971. Vale a pena ressaltar que dois ex-militantes iniciaram sua vida clandestina em 1967.

Quanto a suas ocupações hoje em dia, dos treze entrevistados três são professores e ainda estão trabalhando nas suas respectivas instituições; duas são donas de casa e abandonaram suas profissões depois de se casarem (antes do casamento uma ex-militante era professora e a outra, micro-empresária); dois depoentes atuam como advogados, dois são funcionários públicos (um tem sido candidato a vários cargos públicos sem, entretanto, conseguir se eleger para nenhum deles); temos um que é assessor político, um empresário e outra que atua como médica. Apenas um não nos permitiu revelar sua profissão.

Para finalizar, acrescentamos que apenas dois depoentes não nos permitiram revelar seus nomes e nem suas atuais profissões. Foi adotado, então, pseudônimos para nos referirmos a eles. Um deles solicitou-nos que o tratássemos, nestas páginas, pelo nome que adotava à época em que vivia a condição de militante clandestino. Trata-se de Alfredo. A outra militante a que nos referimos por seu pseudônimo é Mariana.

Seguem abaixo duas tabelas que facilitam a consulta dessas informações:

Tabela 1.

Nome	Organização	Tempo de clandestinidade	Período vivido na clandestinidade	Atuação Política de origem
1. Gilberto Martins Vasconcelos	POLOP	2 anos	1968 – 1970	Movimento Estudantil
2. Francisco Medeiros	POLOP	6 anos	1970 - 1976	Movimento Estudantil
3. Waldo Silva	AP	10 anos	1969 – 1979	Movimento Estudantil
4. Marilete Otony Tibery	ALN	8 meses	1969 – 1970	Movimento Estudantil
5. Teresinha de Jesus Castro	POLOP	2 anos	1970 – 1972	Movimento Estudantil
6. Jairo de Oliveira Gerwenstein	AP	7 anos	1967 – 1974	Movimento Estudantil
7. Mariana (pseudônimo)	AP	7 anos	1969 – 1976	Movimento Estudantil
8. Marco Aurélio F. Lisboa	PC do B	8 anos	1971 – 1979	Movimento Estudantil
9. Natália de Melo Souza Andrade	AP	6 anos	1968 – 1974	Movimento Estudantil
10. Alfredo (pseudônimo)	AP	7 anos	1969 – 1976	Movimento Estudantil
11. Antonio Carlos Braga	POLOP	4 anos	1970 – 1974	Movimento Estudantil
12. Maria Clodilte V. Ayer	AP	Não viveu clandestina		Movimento Estudantil
13. Maria Madalena P. Soares	AP	7 anos	1967 – 1974	Movimento Estudantil

Tabela 2.

Nome	Data da 1ª entrevista	Data da 2ª entrevista	Cidade onde iniciou sua militância	Cidades onde atuou como clandestino	Profissão Atual
1. Gilberto Martins Vasconcelos	Janeiro de 2010	Fevereiro de 2010	Uberaba	Belo Horizonte São Paulo	Advogado
2. Francisco Medeiros	Julho de 2006	Janeiro de 2007	São Paulo	São Paulo Campinas Jundiaí Rio de Janeiro Salvador Recife	Advogado
3. Waldo Silva	Setembro de 2006	Julho de 2007	Belo Horizonte	Belo Horizonte Uberaba Uberlândia Rio de Janeiro São Paulo	Assessor político
4. Marilete Otony Tibery	Maio de 2005	Junho de 2005	Uberaba	Belo Horizonte	Dona de casa
5. Teresinha de Jesus Castro	Abril de 2004	Maio de 2004	Uberaba	Uberaba Ribeirão Preto São Paulo Rio de Janeiro	Dona de casa
6. Jairo de Oliveira Gerwenstein	Julho de 2007	Julho de 2009	Patos de Minas	Belo Horizonte São Paulo Rio de Janeiro	Empresário
7. Mariana (pseudônimo)	Julho de 2008	Janeiro de 2009	Belo Horizonte	Belo Horizonte São Paulo Salvador Recife Curitiba	Funcionária Pública
8. Marco Aurélio F. Lisboa	Setembro de 2005	Julho de 2006	Belo Horizonte	Belo Horizonte São Paulo	Funcionário Público e Político
9. Natália de Melo Souza Andrade	Janeiro de 2005	Julho de 2005	São Paulo	São Paulo Diadema Santo André Rio de Janeiro	Médica
10. Alfredo (pseudônimo)	Janeiro de 2007	Março de 2007	Uberlândia	Belo Horizonte São Paulo Rio de Janeiro	Não permitiu informar
11. Antonio Carlos Braga	Maio de 2009	Junho de 2009	Uberaba	Belo Horizonte Rio de Janeiro São Paulo Salvador	Professor universitário
12. Maria Clodilte V. Ayer	Setembro de 2005	Julho de 2006	Belo Horizonte		Professora aposentada
13. Maria Madalena P. Soares	Agosto de 2005	Outubro de 2005	Uberaba	Belo Horizonte São Paulo Recife	Professora universitária

CAPÍTULO 2. O Brasil do pós golpe civil-militar de 1964 e a Clandestinidade Política: O Contexto Histórico do Militante Clandestino.

A chegada dos militares ao poder, em abril de 1964, via golpe civil-militar, objetiva superar, entre outras coisas, o medo de que se instalasse por aqui um governo comunista. Vivia-se em plena Guerra-Fria e, pouco tempo antes, Cuba havia feito triunfar, com relativo êxito, um projeto político semelhante.

Não bastasse tudo isso, o Presidente João Goulart era bastante associado – pelas alas mais conservadoras da sociedade brasileira, militares e setores da classe média incluídos – como favorável a uma série de reformas, as famosas *reformas de base*, que poderiam culminar com a implantação de uma república socialista. Portanto, os militares não esconderam, em nenhum momento, que o comunismo (e aqueles que faziam a sua defesa) era o seu inimigo público número um.

Dizendo de outro modo: parte das ações dos militares, quando no poder, foi tentar dizimar os movimentos populares por reformas de base em geral e, no particular, partidos e organizações de esquerda, socialistas e comunistas. A "ameaça comunista" precisava ser afastada de vez, mantendo o Brasil alinhado ao poder de influência estadunidense.

> As elites orgânicas articularam-se internacionalmente para desestabilizar o governo Goulart, cuja política exterior provocava aversão. No Brasil, a Escola Superior de Guerra, a Sociedade de Estudos Interamericanos, a Fundação Aliança para o Progresso, o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais e o Instituto Brasileiro de Ação Democrática colaboravam com órgãos congêneres dos Estados Unidos, como o *Council on Foreign Relations, Agency for International Development, Council for Latin América* e a CIA (...). O golpe de 1964 não foi mero reflexo de uma administração desastrosa, mas o triunfo da ordem internacional e das forças conservadoras" (COUTO, 1994, p. 41).

O que atemorizava os setores mais conservadores da sociedade brasileira era o poder de organização e de mobilização de várias organizações populares. As entidades estudantis, as ligas camponesas, os sindicatos, as comunidades de base e de setores militares de baixa patente estavam muito bem articuladas, impondo à direita uma necessidade de ações de contra-

partida. Ademais, a possibilidade concreta de realização das inúmeras reformas sociais, mesmo que dentro dos ditames do capitalismo vigente, associada a uma possível inserção autônoma do nosso país no cenário internacional, diretamente afetava os interesses das classes dirigentes brasileiras e dos Estados Unidos, líder-mor do bloco capitalista na ordem bipolar. Todos esses elementos contribuíram para a consolidação do golpe de abril de 1964.

A derrocada do governo João Goulart, que fora legalmente construído, aconteceu entre os dias 31 de março e 02 de Abril de 1964. No dia 31, as tropas militares, sob as ordens do General Mourão Filho e sediadas em Minas Gerais, marcharam em direção ao Rio de Janeiro. O Governador mineiro, Magalhães Pinto, fez saber a nação, por intermédio de um manifesto, sua insatisfação com João Goulart, acusando-o de subverter a legalidade.

Os generais Humberto de Alencar Castelo Branco e Arthur da Costa e Silva, que mais tarde seriam os dois primeiros presidentes militares, já se encontravam em plena campanha a favor do golpe. Os que ainda não haviam se decidido, como é o caso do General Amaury Kruel, comandante do 2º Exército e o ex-Ministro da Guerra de Jango no ano anterior aderiram logo em seguida. Ao término do dia 1º de abril, o golpe estava totalmente consolidado. É importante ressaltar que a implantação da ditadura militar de abril de 1964 contava com o apoio de importantes setores civis. Governadores, membros do clero, da imprensa e das camadas médias urbanas ovacionaram, cada um pelos motivos que lhe eram mais pertinentes, a chegada dos militares ao poder.

Os militares chegaram ao poder praticamente sem nenhum esboço de resistência. As que houve aconteceram de tal maneira pontuais que foram rapidamente contornadas: a tentativa de resistência engendrada pelo Governador do Rio Grande do Sul Leonel Brizola não foi aceita pelo próprio Presidente João Goulart; a Central Geral dos Trabalhadores, CGT, organizou uma convocação de greve geral em apoio à permanência de Jango, mas também não obteve êxito.

O general Costa e Silva criou, no dia 01 de abril, o Supremo Comando Revolucionário. Era composto por ele próprio e pelo Vice-Almirante Augusto

Rademaker e pelo Brigadeiro Correia de Melo, que seria responsável pela decretação do AI-1. O Presidente João Goulart nem renunciou e nem saiu do país. Sem o apoio de parcela significativa dos militares e sem nenhuma mobilização popular de relevância, acabou derrubado na madrugada do dia 02 de Abril, quando o Congresso Nacional declarou a vacância do cargo e deu posse ao deputado Ranieri Mazzilli. Jango se viu obrigado a exilar-se no Uruguai no dia 04.

O governo militar, que começa com o golpe de 1964, no intuito de ser melhor compreendido, deve ser avaliado no contexto internacional do mundo bipolar. Para a América Latina, os anos 60 foram particularmente dramáticos, pois, até então, os Estados Unidos não consideravam a região como parte do rol de suas prioridade, a despeito do que acontecia com a Europa e a Ásia, onde a "ameaça comunista" era mais forte.

Mas tudo isso muda com a Revolução Cubana de 1959 e sua crescente aproximação com o bloco socialista. Cuba mostrou que o socialismo poderia vigorar até mesmo numa área de influência dos estadunidenses, promovendo uma mudança de estratégia política dos EUA em relação à América Latina. Um cuidado maior e uma vigilância mais efetiva passaram a ser pensadas para tentar evitar que qualquer possibilidade de novas cisões com o bloco ocidental fosse levada a diante.

Assim deve ser compreendida e analisada a participação dos EUA na desestabilização e derrubada do governo de João Goulart. A Operação Brother Sam pode ser citada como o exemplo mais significativo da intervenção dos estadunidenses nesse momento da política brasileira. Ela previa, entre outras coisas, o envio de frotas para dar apoio aos golpistas fornecendo armas, munições e combustível, caso a resistência provocasse uma guerra civil (CERVO & BUENO, 2002).

Tendo sido consolidado o golpe civil-militar, o Comando Revolucionário, como os próprios militares se chamavam, fez com que o Congresso, totalmente avariado por cassações, elegesse o General Humberto de Alencar Castelo Branco para o posto de Presidente da República. Todos os outros presidentes militares foram assim elegidos, dando um ar de originalidade para a ditadura que tivemos por aqui. A ditadura brasileira não foi personificada numa só

pessoa. O regime foi formalmente institucionalizado por força das sucessivas publicações de Atos Institucionais, aos quais previam, dentre outras coisas, um projeto ditatorial com eleições regulares. Assim, os desmandos dos governos militares, que se sucederam por mais de vinte anos, poderiam passar uma aparência de legalidade.

Este trabalho, que, em linhas gerais, tenta descrever as motivações – políticas e pessoais – que levaram muitos militantes de esquerda a aderir a clandestinidade, entende que a vida clandestina foi o resultado de inúmeras ações cerceadoras levadas a termo pelos aparelhos repressores da ditadura militar. Esses atos cerceadores faziam parte de uma complexa rede de ações que objetivava impor constrangimentos a todos àqueles que, de algum modo, discordassem das ações impetradas pelo novo governo.

Assim sendo, os Atos Institucionais (e alguns decretos-lei), brecha jurídica encontrada pelos militares para impor suas ideias, foram, ao longo do tempo, os mais importantes instrumentos usados a serviço da limitação das ações dos descontentes com o governo ditatorial. Sem fazer distinção entre aqueles que estavam insatisfeitos (se militantes de alguma organização ou não) com o rumo que a política brasileira tomava, os AIs conferiram poder ao Comando Revolucionário, como eles próprios se auto-intitulavam.

Dessa forma, entendemos que as ações finais que levaram muitos militantes à vida clandestina têm sua origem em diversas cláusulas expostas nos diversos Atos Institucionais. Outro entendimento que gostaríamos de externar é a nossa discordância com a ênfase dada ao quinto Ato Institucional, de efeitos castradores, sem sombra de dúvida. Ao nosso olhar, os AIs anteriores já traziam medidas que, ao longo dos anos, culminariam com a radicalização do AI-5. Defendemos mais: muitos dos motivos que levaram à adesão da clandestinidade por parte de muitos militantes têm sua origem nos primeiros Atos Institucionais. Para tentar sustentar o que acabamos de dizer, passaremos a uma análise de algumas normas e resultados impostos pelos Atos Institucionais.

2.1 OS ATOS INSTITUCIONAIS DE NÚMERO 1 A NÚMERO 4: O GOLPE CIVIL-MILITAR: DE 1964 A 1968.

O AI-1, Ato Institucional nº 01, foi assinado e decretado no dia nove de abril de 1964 pelo general Arthur da Costa e Silva, o tenente-brigadeiro Francisco de Assis Correia e Melo e o vice-almirante Augusto Hamann Rademaker Grunewald, que constituíam, naquele momento, o Comando Supremo Revolucionário. Este fora anunciado como sendo a nova configuração do poder de fato no país após a derrubada de João Goulart. Para reafirmação do poder desse Comando, o Presidente da Câmara Ranieri Mazzili, substituto legal de Jango, segundo os termos da Constituição Vigente datada de 1946, nomeou os membros do Supremo Comando Revolucionário como os três ministros militares. A elaboração desse primeiro AI ficou aos encargos do jurista Francisco Campos e de Carlos Medeiros da Silva, um advogado de posições extremamente conservadoras.

No seu espírito filosófico, o AI-1 sustentava que o movimento civil e militar que levou o governo João Goulart à derrocada era uma verdadeira revolução e que simbolizava os interesses e as vontades de toda a sociedade brasileira e que, além disso, tinha por objetivo garantir ao novo governo as maneiras indispensáveis à tarefa de reconstrução das ordens econômica, financeira, política e moral da nação brasileira.

Ademais, ainda segundo os signatários do referido Ato, a nova ordem legislativa era vital, uma vez que os processos constitucionais até então aplicados não foram suficientemente capazes de sepultar um governo que se propunham, na ótica dos militares que estavam no poder, a bolchevizar o país.

Consolidado a aplicação do AI-1, este externava suas ideologias através de artigos que, em suma, podem ser resumidos por meio das seguintes medidas (COUTO, 1999):

Ficava mantida a Constituição de 1946, com as modificações feitas pelo Ato (artigo 1º);

- O Congresso permaneceria em funcionamento, com as limitações elencadas no Ato (artigo 1º);
- Ficariam suspensas as garantias de estabilidade e vitaliciedade (artigo 7º, que teria validade pelo período de seis meses, contados da

publicação do Ato), artigo que serviu de base aos expurgos de funcionários públicos civis e de pessoal militar identificados com o regime deposto;

- Seriam instaurados inquéritos e processos visando à apuração da prática de crimes contra o Estado (artigo 8º - na prática, esse artigo originou os IPMs - Inquéritos Policiais-Militares, utilizados, sobretudo, contra pessoas ligadas ao governo João Goulart e aos movimentos sociais a ele ligados);
- A previsão da possibilidade de suspensão de direitos políticos e cassação de mandatos a nível federal, estadual e municipal (artigo 10º, válido pelo período de sessenta dias, contados da publicação do Ato).

Dessa maneira, a intenção maior dos militares era promover a exclusão política das chamadas classes populares, desarticulando, por força de atos repressivos, suas instituições de organização sindical e participação autônoma, além do partido que conferia aos trabalhadores, neste momento, sua base de sustentação parlamentar, o Partido Trabalhista Brasileiro.

Em 11 de abril de 1964, o general Humberto de Alencar Castelo Branco foi, indiretamente, eleito pelo Congresso Nacional como o novo presidente da República, de acordo com os termos publicados, dois dias antes, no AI-1, em seu 2º artigo.

No início, seu governo preocupou-se em afastar, com cassações de parlamentares ligados à João Goulart, qualquer tipo de resistência ao golpe recém instalado. Outra intervenção foram as aposentadorias compulsórias nas Forças Armadas, no Judiciário e no funcionalismo público, utilizando os instrumentos constantes do primeiro Ato Institucional. A prerrogativa dessas ações estava incutida na ideológica da Doutrina de Segurança Nacional (CRUZ; MARTINS, 1983), que sustentava a necessidade de uma tomada de poder que pudesse, desde os primeiros momentos, afastar qualquer tipo de possíveis resistências.

Portanto, era clara a preocupação em eliminar pessoas ligadas ao ex-presidente João Goulart. Paralelo a isso, Ato Institucional número 1 objetivava expulsar da política, os elementos ligados ao comunismo, à subversão e à

corrupção. Por isso, nesse momento, muitos militantes de esquerda, sobretudo aqueles ligados ao PCB, viram-se na necessidade de aderir à clandestinidade.

À guisa de ilustrar os efeitos práticos da aplicação do AI-1 alguns números podem ser citados (VIANA FILHO, 1976):

a) Foram presas cerca de cinco mil pessoas nas semanas seguintes à deposição de João Goulart;
b) Contando na própria carne, dentro das Forças Armadas, 421 oficiais foram punidos sendo compulsoriamente mandados para a reserva.
c) Até o final de 1964, cerca de 1200 militares de diversas patentes, das três armas haviam sido retirados da ativa.
d) Dentro do funcionalismo público, em 1964, houve aproximadamente 1400 casos de afastamento de servidores de diversos setores, a maior parte nos três primeiros meses do novo governo.
e) Com base no artigo 10º do "AI-1", que estabelecia a possibilidade de cassações dos mandatos de parlamentares, 40 membros do Congresso Nacional e 43 deputados estaduais foram atingidos na publicação do Ato Institucional.

2.1.1 O Ato Institucional número 2 (AI-2) – 27 de outubro de 1965

Logo na introdução do texto do Ato Institucional nº 2, um leitor mais atento não teria a menor dificuldade em perceber que, implicitamente, seus signatários tinham a necessidade de justificar as medidas que nele constava: o Comando Revolucionário se sentia ameaçado por "agitadores de vários matizes", que poderiam se aproveitar do fato de a Revolução ter reduzido por um curto espaço de tempo as limitações a certas garantias constitucionais. Portanto, os militares que estavam no poder precisavam corrigir esse erro. As medidas adotadas no AI-2 podem dividir-se em três categorias (ALVES, 1984):

a) Aquelas destinadas a controlar o Congresso Nacional, com o consequente fortalecimento do Poder Executivo;
b) As que visavam especialmente ao Judiciário;
c) E as que deveriam controlar a representação política.

Para sustentar o que afirmamos no primeiro item, podemos citar o artigo 2º, que reduzia de dois terços para maioria simples, a aprovação de qualquer emenda constitucional enviada ao Congresso pelo Poder Executivo; o artigo 5º, que reduzia os prazos de discussão de projetos de lei de iniciativa da presidência da república; o artigo 13º, que transferia ao Executivo a prerrogativa para decretação ou prorrogação do "estado de sítio"; o artigo 30º, que concedida competência ao Executivo para editar atos complementares e decretos-leis e o artigo 31º, o mais explícito de todos, no qual se previa que o Poder Executivo poderia decretar o recesso do Congresso Nacional, momento em que o ocupante daquele Poder poderia governar através de decretos-leis.

Podemos, portanto, afirmar que, desde a implantação do AI-1 e agora, com a decretação do AI-2, a repressão que se abateria sobre os militantes de esquerda não fora obra do acaso e nem mesmo uma atitude circunstancial, motivada por esse ou aquele aspecto. Ao contrário, desde logo os aparelhos repressivos do governo dos militares tinham em mente encurralá-los, obrigando-os a um esquema de luta em que as ações clandestinas faziam parte das estratégias políticas adotadas. Dizendo de outro modo: qualquer estudo, ainda que breve, do conteúdo normativo do AI-2 chega à inevitável conclusão do aumento repressivo do aparato estatal sobre a vida cotidiana de seus cidadãos e do fortalecimento do Poder Executivo federal e de sua máquina de repressão, características próprias das ditaduras.

Se, quando estudamos o AI-1, evidencia-se uma discordância dos historiadores acerca da filosofia das medidas tomadas e do espírito de excepcionalidade que legitimaria a necessidade daquele tipo de legislação de emergência para preencher o vácuo de poder pós derrocada do governo constitucional de João Goulart (GASPARI, 2006), em relação ao AI-2, os historiadores quase não divergem e se chega, de modo bem simples, a uma conclusão quase geral: o golpe civil-militar, deflagrado em abril de 1964, encaminhara-se, sem sombra de dúvidas para uma efetiva ditadura, com a inviabilização de qualquer projeto político que não se coadunasse com a proposta do governo.

Vejamos o que nos diz Aarão Reis (2000):

> Com o novo Ato (AI-2), reinstaurou-se o estado de exceção, a ditadura aberta. O governo aparentava um ar de fracasso. Associado à repressão e à recessão, tornara impopular, sobretudo nos grandes centros urbanos, um movimento, que, no nascedouro, dispunha de substancial apoio, embora heterogêneo.

Com a decretação do AI-2, deu-se prosseguimento à eliminação das estruturas de poder dentro do Estado, visando o estabelecimento de um único poder. Percebe-se claramente essa intenção quando se contempla a desarticulação da oposição política, alcançada por meio da extinção dos partidos políticos, previsto no ato em questão.

Além de apontar para um retorno à violência e à repressão política, policial e institucional, o AI-2 apontou também para a consolidação de um projeto político em que o regime militar instituiu uma sequência de normativos legais com o objetivo de criar um novo ordenamento jurídico que sustentasse o seu projeto de governo. Dentro dessa filosofia, os militares que ocupavam o poder criaram a figura do Inquérito Policial Militar (IPM), que teria inúmeros militantes de esquerda como seu alvo preferencial.

A análise do governo do marechal Humberto de Alencar Castelo Branco e dos Atos Institucionais que foram editados durante seu mandato é primordial para o entendimento e a compreensão daquilo que veio depois, especialmente o governo presidido por seu Ministro do Exército, general Arthur da Costa e Silva. Segundo Sebastião Cruz e Carlos Martins (1983):

> a consideração do período Castelo Branco é crucial para a análise do regime autoritário no Brasil, não só porque nele estão postos quase todos os elementos que, exacerbados em seu grau máximo nos anos seguintes, conformariam a conjuntura que veio a desaguar na crise de 68 e na edição do AI-5, mas também porque nele já está claramente colocado o dilema que perpassa toda a história desse regime: a disputa pela definição do rumo a ser imprimido ao processo político.

2.1.2 Os Atos Institucionais número 3 (AI-3) e 4 (AI-4)

O Ato institucional número 3 foi decretado em 05 de fevereiro de 1966 e determinava que as eleições para governador e vice-governador seriam realizadas de forma indireta. Dessa maneira, esses dois cargos passaram a ser eleitos pelos membros das assembléias estaduais. Uma vez eleito, os

governadores escolheriam o prefeito da capital de cada estado. Assim, os militares que ocupavam o poder não corriam o risco de verem maiores dissidências entre o governador e o prefeito da sua principal cidade.

Para garantir uma aura de democracia, foi estipulado que as cadeiras do legislativo federal fossem escolhidos pelo voto direto. Nas eleições de 3 de setembro de 1966, os militares elegeram 17 governadores de estado. Muitos dos candidatos da oposição não concorreram nesta eleição por discordar do modo como ela se deu.

Mesmo com essa representativa vitória, as cassações continuaram e, ainda e no dia 12 de outubro de 1966, seis deputados do Movimento Democrático Brasileiro (MDB) foram cassados. Em meio a essa e outras cassações, a Aliança Renovadora Nacional (ARENA) obteve maioria absoluta no Congresso Nacional.

O AI-3 representou um importante passo no desmantelamento da democracia. As eleições indiretas para governador representou uma diminuição na representatividade da vontade política popular.

Para legitimar um governo que funcionava por meio de AIs e Decretos-Lei, o governo dos militares propuseram, ainda em 1966, a promulgação de uma nova constituição. Nela, seriam incorporadas as mudanças ocorridas por força do que os anteriores AIs legislavam, tornando legal uma série de arbitrariedades e consolidando cada vez mais o projeto político dos militares que ocupavam o poder desde abril de 1964. Como os setores antagônicos ao regime vigente opuseram forte resistência à ideia de uma nova constituição, em sete de dezembro de 1966 foi editado o Ato Institucional número quatro (AI-4).

O presidente Humberto de Alencar Castello Branco convocou o Congresso Nacional para a votação e promulgação do Projeto de uma Constituição, que revogava definitivamente a Constituição de 1946. Esta já havia recebido tantas emendas que estava totalmente descaracterizada.

Com a maioria dos deputados oposicionistas afastados, o Congresso Nacional transformado em Assembléia Nacional Constituinte, elaborou a sexta Constituição do Brasil, a quinta da República. Buscou institucionalizar e legalizar a ditadura militar, aumentando a influência do Poder Executivo sobre o Legislativo e Judiciário e criando desta forma, uma hierarquia constitucional,

centralizadora. As emendas constitucionais que eram atribuições do Poder Legislativo, com o aval do Poder Executivo e Judiciário, passaram a ser iniciativas únicas e exclusivas dos que exerciam o Poder Executivo, ficando os demais relevados a meros espectadores das aprovações dos *pacotes*, como seriam posteriormente nominadas as emendas e legislações baixadas pelo Presidente da República.

2.2 O ATO INSTITUCIONAL NÚMERO 5: O GOLPE CIVIL-MILITAR DE 1968 A 1979.

O “golpe dentro do golpe”, como ficou conhecido o quinto Ato Institucional (AI-5) foi decretado pelo Presidente-Marechal Arthur da Costa e Silva no dia 13 de dezembro de 1968, uma sexta-feira. Se, para entender as articulações dos mecanismos históricos que culminaram na decretação dos AI-1 e AI-2, tivemos que retroceder no tempo ─ sob o risco de nossa análise tornar-se turva ─, o mesmo se faz necessário para se compreenderem os acontecimentos políticos de 1968, que culminaram na edição do AI-5. Ou seja: uma análise detalhada desses eventos é, de algum modo, uma medida preventiva contra possíveis erros interpretativos. Vale lembrar que esses eventos não tiveram suas origens exclusivamente no ano de 1968, sendo fruto de toda uma dinâmica de acontecimentos que estava em curso desde muito antes.

Oficialmente a justificativa utilizada para a decretação do AI-5 foi a recusa do Congresso Nacional em quebrar o dispositivo que garantia imunidade parlamentar aos deputados e a consequente impossibilidade de o governo ditatorial processar o deputado Márcio Moreira Alves, que, no dia 02 de setembro de 1968, em seu discurso na câmara dos deputados, propunha ─ em represália à invasão da Universidade de Brasília pelos agentes do DOPS e por soldados da PM, ocorrida dias antes ─, entre outras coisas, “que as moças, as namoradas, aquelas que dançam com os cadetes e frequentam os jovens oficiais” (ALVES, apud VENTURA, 1988, p. 181) assim não mais fizessem. Ou seja: o deputado Márcio Moreira Alves estava propondo, do púlpito do

Congresso Nacional, num discurso oficial, uma greve de sexo, cujo alvo eram os oficiais do Exército.

Disse mais, Márcio Moreira Alves: aproveitando que as comemorações do sete de setembro estavam aproximando-se, propôs, também, que os pais não deixassem que seus filhos desfilassem ao lado dos oficiais, lembrando que "a presença de seus filhos neste desfile é um auxílio aos carrascos que os espancam e os metralham nas ruas" (VENTURA, 1988, p. 181).

Em face desse discurso, o governo pediu ao Congresso Nacional licença para processar o seu autor. No dia 12 de dezembro de 1968, o pedido de licença seria derrotado por 216 votos contra, 141 a favor e doze em branco (VENTURA, 1988, p. 244). A partir daí, a edição do quinto Ato Institucional passou a ser recorrentemente interpretado como uma resposta do governo à derrota imposta pelos deputados, servindo-lhe de justificativa.

Por todo um clima de insatisfação com as medidas autoritárias do regime militar, pelas pressões que recaíam sobre o governo do marechal Costa e Silva ─ entre elas, as manifestações estudantis durante todo o ano de 1968 ─ nada mais precipitado do que creditar a edição do AI-5 a uma reação a uma derrota sofrida pelo governo ditatorial num pedido feito ao Congresso Nacional. Essa derrota simbolizou, no máximo, uma desculpa para uma ação que, como veremos, muito antes já se cogitava.

Pode-se dizer que a ideia de um quinto Ato Institucional estava nos planos do governo ditatorial desde o dia 27 de janeiro de 1968 ─ sobretudo se levarmos em conta as intenções da ala "linha dura" do governo, como eram chamados os militares que desejavam um maior endurecimento por parte do comando "revolucionário".

O Jornal Correio da Manhã do dia 27 de janeiro de 1968 assinalava que "o governo pode emitir, a qualquer momento, novo Ato Institucional" (VALLE, 1999, p. 41) e que, para isso, dispositivos militares haviam sido colocados em prontidão. Essa possível edição de um novo Ato Institucional devia-se, neste momento, entre outras coisas, a pressões contestatórias da Frente Ampla[4] e do

[4] A Frente Ampla consistia numa articulação política entre os ex-presidentes Juscelino Kubitscheck e João Goulart, mais um ex-simpatizante do golpe civil-militar de 1964, Carlos Lacerda. Este último, desde a prorrogação do mandato do mal. Humberto de Alencar Castelo Branco esboçava retirar seu apoio aos militares, e por isso aproxima-se dos dois ex-presidentes, seus desafetos políticos. Em face de o bi-partidarismo ser, na verdade, peças de

ME, que, desde anos anteriores, tinha como rotina fazer algum tipo de protesto contra as atitudes do regime militar.

Em janeiro de 1968, o que leva os estudantes a protestarem é o problema dos “excedentes”, alunos que, mesmo tendo passado no vestibular, não encontravam vagas nas faculdades. Estes, também, demonstrariam seu descontentamento com a política educacional do regime militar, em protestos no mês seguinte.

Em 31 de março, os militares que ocupavam o poder tinham a intenção de comemorarem o quarto aniversário da “Revolução”. Mas, três dias antes, no dia 28, um episódio abalou as pretensões do governo militar e marcou o início de uma série de protestos estudantis, que culminou na Passeata dos 100 mil, ocorrida três meses depois: a morte, aos 18 anos, do estudante secundarista Édson Luís Lima Souto, baleado durante um conflito entre a Polícia Militar do Estado da Guanabara e participantes da Frente Unida dos Estudantes do Calabouço, FUEC, que se manifestaram contra o aumento do preço da refeição e pela melhoria e conclusão das obras do restaurante.

Com a morte do estudante, as relações entre a classe estudantil e o governo militar, que já não eram das melhores, entram em franco desgaste, e o assassinato de Édson Luís foi usado pelos estudantes como forma de mostrar às pessoas comuns o que era capaz de fazer o regime ditatorial.

Entrementes, outro efeito mais significativo teve o assassinato do estudante: aglutinou, fora do ME, forças de resistências contras as atitudes tirânicas do regime militar. A morte de Édson Luís foi uma espécie de marco zero daquele ano de 1968 e de uma série de protestos nos quais não só estudantes participaram, mas também intelectuais, artistas, jornalistas, entre outros. Corroborando com essa nossa ideia, Zuenir Ventura afirma (VENTURA, 1988, p. 103):

> Pode-se dizer que tudo começou ali — se é que se pode determinar o começo ou fim de algum processo histórico. De qualquer maneira, foi o primeiro incidente que sensibilizou a opinião pública para a luta estudantil. Como cinicamente lembrava a direita, era o cadáver que faltava.

---

manobra do regime autoritário, a Frente Ampla apresenta-se como uma oposição real e imediata.

No enterro de Édson Luís, compareceram mais de 50 mil pessoas, segundo a professora Maria Ribeiro do Valle (VALLE, 1999, p. 49). Foi a maior concentração popular depois do golpe civil-militar de 1964. Não estiveram ao cortejo somente estudantes, conforme relata *O Metropolitano*, órgão oficial da União Metropolitana de Estudantes, a UME[5]:

> Aquele povo todo, operários, artistas, estudantes, funcionários públicos, mães e representantes de diversas classes, estava ali motivado pelo crime da ditadura. Isso foi, possivelmente, a causa condicionante. Mas não se pode negar que todos estavam ali trazendo a sua revolta contida durante todos aqueles anos, trazendo para fora de si as contradições que apresentam com o sistema vigente, injusto.

A morte de Édson Luís repercutiu em vários lugares do País, e os estudantes organizam passeatas em vários Estados, sempre reprimidos pela polícia. No momento do enterro do estudante no Rio, o centro de Belo Horizonte foi tomado por grande multidão recebida por papel picado do alto dos edifícios, conforme afirma Margarida Luiza de Matos Vieira (1998, p. 86).

Manifestações estudantis contra a ditadura militar sucederam-se em todo o País e com uma intensidade cada vez maior. No dia 21 de junho, ainda do ano de 1968, no Rio de Janeiro, ocorreu uma sucedânea de episódios que viria a ser conhecida como sexta-feira sangrenta, na qual a repressão aos estudantes resultou em 23 pessoas baleadas, quatro mortas, inclusive o soldado da PM Nelson de Barros, atingido por um tijolo jogado de um edifício, 35 soldados feridos a pau e pedra, seis intoxicados e quinze espancados pela polícia, segundo relata o jornalista Zuenir Ventura.

Se o segundo governo militar reprimia as manifestações estudantis e, com isso, passava uma imagem de que as coisas estavam nos seus devidos lugares, quem acompanhava mais de perto a situação do atual governo via que não era bem isso o que acontecia e também compreendia que as pressões sob o governo do marechal Arthur da Costa e Silva não vinham somente das ruas.

O alto comando da Revolução, sobretudo os militares linha-dura, como ficaram conhecidos aqueles que almejavam um maior recrudescimento por parte da Presidência da República, em nome da Doutrina de Segurança

[5] Enterro, O Metropolitano, órgão oficial da UME, nº 7, 1968, p. 6 *apud* VALLE, Maria Ribeiro Ibid p. 49.

Nacional, exigia medidas cada vez mais drásticas. É neste contexto que devemos entender o endurecimento, gradativo e consciente, imposto pelo regime militar e que, consequentemente, culminaria na edição do AI-5. Ilustrando esse endurecimento, afirmamos com Ventura (VENTURA, 1988, p. 121):

> Durante uma semana, várias cidades pegaram fogo. Rio de Janeiro, São Paulo, Belo Horizonte. Em nome do governo, ameaçou-se com estado de sítio, ato institucional, intervenção federal e procedeu-se a ocupação militar do Rio de Janeiro.

Numa demonstração de que nem todos os membros do governo eram regidos pela mesma batuta, o ministro da Justiça, Luis Antonio da Gama e Silva, baixou uma portaria ─ a portaria 177 ─ proibindo qualquer atividade política da Frente Ampla em todo território nacional.

Diante do exposto, podemos afirmar que os acontecimentos em curso no emblemático ano de 1968 dão conta de sua complexidade e que tentar resumir essa mesma complexidade em apenas um ou outro fato é compactuar com uma análise simplista por demais, desfocada da realidade, que só serve para ratificar interpretações parciais e tendenciosas.

Se depois da tempestade sempre vem a bonança, a calmaria que estava prestes a ser construída teria um sabor amargo para o regime militar, uma vez que culminaria numa das mais importantes manifestações populares contra qualquer regime autoritário a que o País já assistiu. Na quarta-feira, dia 26 de junho de 1968, ou seja, cinco dias após a sexta-feira sangrenta, o regime militar assistiria ao que ficou conhecido como Passeata dos 100 Mil.

Quando pensamos em uma “calmaria construída”, o que queremos dizer é que houve uma articulação envolvendo autoridades estaduais, federais, estudantes, políticos, artistas, intelectuais, parte do clero, o governador Negrão de Lima e, claro, a própria população. Empenhados em construir um clima que possibilitasse a realização de um protesto ─ no caso, uma passeata ─ que, embora não apresentasse palavras de ordem, foi um marco simbólico da força estudantil.

Os constrangimentos impostos de ambos os lados – os militares que ocupavam o poder e a parcela da população insatisfeita com os rumos que a política nacional tomava – respeitou uma lógica e possuía uma certa

racionalidade. Diante disso, podemos afirmar que as passeatas estudantis, os enfrentamentos constantes entre os estudantes e a polícia ─ seja no Rio de Janeiro ou em outro Estado da federação ─ representou constrangimentos também impostos à própria ditadura militar, fazendo com que seus itinerários repressivos se deslocassem para outras "praças" país a fora. Fato de singular expressão foi a invasão da Universidade de Brasília, UNB, por forças repressivas. Poerner (1979, p. 297) assim descreve o episódio:

> 30 carros da Polícia Civil, duas companhias da Polícia Militar, agentes do DOPS e do Serviço Nacional de Informações, e mais de 12 choques da Polícia do Exército invadiram a universidade de Brasília, arrombando salas de aula, espancando alunos, professores, parlamentares e até um major do exército que lá estudava. Além de prejuízos materiais (...) com a destruição de equipamentos de pesquisa de que o país tanto carece para se desenvolver, o balanço da violência registrou inúmeros feridos, entre os quais o estudante Waldemar Alves da Silva, atingido por uma bala de calibre 45 na cabeça. Era o caso de se perguntar: o que havia na Universidade para justificar a intervenção policial-militar, a operação de guerra contra estudantes e professores? Resposta das autoridades: havia lá cinco estudantes subversivos, entre os quais o líder Honestino Monteiro Guimarães, cuja captura seria imprescindível à segurança nacional. Por estudantes subversivos entenda-se todos aqueles que, estudando a realidade de seu país, procura transformá-la no sentido da democratização.

Além da busca pelos "estudantes subversivos" dentro da UNB e das demais universidades, estava também clara a tentativa dos órgãos repressivos de limitar as ações do ME fora do eixo Rio-São Paulo, assim como de desfocar a atenção da opinião pública para o que vinha acontecendo no Rio de Janeiro, que, em função de ser um centro mais populoso, ganhava mais exposição da mídia.

Mas as ações impeditivas impostas ao ME pelos órgãos de repressão da ditadura militar não vinham apenas dos órgãos oficiais. Coube ao CCC, Comando de Caça aos Comunistas, com forte influência no Estado de São Paulo, objetar resistências ao ME paulista. Órgão com raízes na extrema direita, que, desde a ditadura Vargas, influenciava a política paulista, o CCC travou um dos mais fortes confrontos com os estudantes de esquerda oriundos da Rua Maria Antônia, onde funcionava a Faculdade de Filosofia Ciências e Letras da USP. Em outubro de 1968, os dois grupos foram responsáveis pelo que ficou conhecido como *A Batalha da Rua Maria Antonia*.

Na Rua Maria Antônia ficava, além da faculdade de Filosofia da Universidade de São Paulo, a Universidade Mackenzie. Nesta, havia estudantes que eram adeptos de organizações de extrema direita. Podemos citar, além do CCC, a FAC (Frente Anticomunista), e a Mac (Movimento Anticomunista). Esses estudantes de extrema direita, associados aos da classe média que estudavam nas faculdades Mackenzie, representavam, segundo jargão esquerdista da época, "a fina flor da burguesia paulista". Comentando a posição dos estudantes do Mackenzie e os enfrentamentos ocorridos no mês de outubro em São Paulo, Frei Betto (1998, p. 142) diz:

> O Mackenzie traduziu muito bem a posição da fina flor da burguesia paulista à época. Era uma burguesia que começava a desfrutar do milagre econômico da ditadura recém-implantada e que tinha no Mackenzie o reduto ideológico de formação de seus melhores quadros. Devido a proximidade com a Faculdade de Filosofia, houve enfrentamentos diretos, inclusive armados. É preciso ressaltar que só os setores da direita do Mackenzie possuíam armas de fogo, os outros usavam instrumentos defensivos: canivetes de madeira arrancada de construções, pedras e escudos de tampas de carteiras. Além do Mackenzie desfrutar de uma melhor posição topográfica, o que possibilitava mais visibilidade, é importante destacar que eles tinham o apoio do aparelho repressivo: a polícia estava do lado deles. Quando a repressão baixava era sempre em cima dos alunos da Faculdade de Filosofia. Inclusive os jornais da época noticiavam os fatos com posição favorável ao Mackenzie, exceto a Folha da Tarde, então editada por Jorge Miranda Jordão, que manteve uma posição mais crítica até 1969, quando foi ocupada diretamente pela Polícia Federal.

Durante dois dias, os grupos contrários enfrentaram-se com bombas, pedras, rojões, coquetéis molotov e tiros. Desses confrontos, uma nova morte: o estudante secundarista José Guimarães, "que resolvera ajudar a turma da Filosofia", como aponta José Luís Sanfelice (1986, p. 148). É claro que os enfrentamentos na Rua Maria Antônia agravaram a situação política no âmbito geral, mas, especificamente, agravou-se mais ainda a situação do ME. Isso porque, dos confrontos entre os estudantes rivais, ficou no ar uma sensação de violência "injustificada". Sendo sem justificativa, esses momentos de violência careciam de ser estancados, dando aos órgãos de repressão motivos para a adoção de uma postura mais rígida. Não se trata de criar um silogismo, no qual a conclusão é de os estudantes são eles próprios os responsáveis pela violência que se abateria sobre eles com a edição do AI-5. O que se está discutindo é que, de forma muito hábil, os defensores de uma política mais

incisiva contra os movimentos de resistência, enxergaram nos conflitos da Rua Maria Antonia mais um episódio que mereceria uma contrapartida à altura. Caso isso não feito, alegam os que defendiam essa contrapartida, o caos e a desordem criada pelos estudantes poderiam sair do controle, generalizando-se por todo o País.

Por tudo o que afirmamos, a violência não-justificada precisava ser contida. Era a senha para que um maior recrudescimento por parte dos órgãos de repressão fosse utilizado. No dizer do estudante José Dirceu, presidente da União Estadual Estudantil de SP, quando relembra os enfrentamentos ocorridos na Maria Antônia afirma: “o sinal para o desencadeamento da repressão” (VENTURA, 1988, p. 207).

Paralelo a tudo isso, ou, melhor, em razão de tudo isso, a UNE não conseguia articular o seu XXX Congresso Nacional. A UEE/SP – que se mostrava, ao menos para os padrões do momento, menos fragilizada – foi acionada para realizá-lo. O local escolhido: o sítio Murundu, pertencente ao município de Ibiúna, a setenta quilômetros de São Paulo.

Em tempos tão vigiados, não seria fácil manter na clandestinidade um evento que reuniria mais de 700 delegados e representantes de estudantes oriundos de todo o País. Ainda mais numa cidade tão pequena, onde a menor agitação seria facilmente percebida. O fato é que, na manhã do dia 12 de outubro, a repressão cercou e invadiu o referido sítio e prendeu as principais lideranças políticas do ME. Presos, os estudantes foram levados para o presídio Tiradentes em São Paulo, onde fizeram greve de fome, e, depois, foram enviados para seus Estados de origem.

Justamente por terem seus principais líderes presos, os estudantes fizeram eclodir em todo País manifestações de protestos contra os acontecimentos em Ibiúna, e, então, as greves estudantis passaram a se constituir as armas utilizadas por eles. Verificou-se uma mobilização não só de estudantes, mas também de mães que tiveram seus filhos presos e de professores. A exemplo disso, basta lembrarmos que se realizou, no Rio de Janeiro, o *I Fórum do Professores Universitários*, que decidiu comemorar o dia do professor, 15 de outubro, em frente ao Ministério da Educação e Cultura (MEC), deixando claro seu repúdio ao fechamento do Congresso da UNE.

O ME sofreu seus piores reveses desde que os militares chegaram ao poder, em abril de 1964. Mas o fechamento do XXX Congresso Nacional representou um duro golpe nas suas pretensões de reconduzir o País a uma democracia. Isso porque nada menos que quatro dos seus principais líderes de então foram presos: Vladimir Palmeira, José Dirceu, Luis Travassos e Jean Marc van der Weid. Os três primeiros só foram liberados em setembro de 1969, quando foram enviados ao México, juntamente com outros doze presos políticos, em função de resgate exigido para libertarem o embaixador norte-americano Charles Burke Elbrick, sequestrado dias antes pela Ação de Libertação Nacional (ALN) numa conjugação de esforços com o Movimento Revolucionário 8 de outubro (MR-8). Já Jean Marc saiu da prisão apenas em 1971, quando foi enviado ao Chile, juntamente com 69 companheiros, em troca do embaixador suíço Giovanni Enrico Bucher, sequestrado, em sete de dezembro, pela Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), comandada pelo Capitão Carlos Lamarca.

Por conta de todos esses eventos vividos durante o ano de 1968, o marechal Arthur da Costa e Silva, reunido com o Conselho de Segurança Nacional, no dia 13 de dezembro de 1968, decretou o Ato Institucional Número Cinco, pondo fim à réstia de liberdades que ainda havia. Estava previsto nos seus artigos, entre outras coisas, que o Presidente da República – depois de consultar o Conselho de Segurança Nacional, órgão que ampliou consideravelmente seu poder de atuação depois do AI-5 – e "sem as limitações previstas na Constituição", podia suspender os direitos políticos de quaisquer cidadãos por 10 anos e cassar mandatos federais, estaduais e municipais, ainda que de representantes eleitos pelo povo.

Por força do artigo 5º, os direitos políticos poderiam todos ser suspensos, o que, na prática, significava a suspensão do direito de votar e ser votado nas eleições sindicais e a proibição de atividades ou manifestações sobre assunto de natureza política. O artigo 10º suspendeu a garantia de *habeas corpus* nos casos de crimes políticos. Ademais, todos os órgãos de imprensa passaram a sofrer forte censura por parte dos aparelhos repressivos.

Apesar de tudo que o AI-5 simbolizou em termos de cerceamento da vida política no País, a UNE ainda tentou continuar sua luta contra a ditadura.

Podemos destacar, dentre outras formas dessa luta, um manifesto de repúdio à posse do novo presidente-general, Emílio Garrastazu Médici; à proposta de greve contra a vinda ao Brasil de Nélson Rockfeller; à campanha nacional contra a tortura; à tentativa de fazer ressurgir do jornal da UNE, intitulado *O Movimento* e a luta contra o ensino pago.

A vinda de Rockfeller ao Brasil, entre 16 e 18 de junho de 1969, tinha uma forte conotação política e visava a intensificar a ação política norte-americana em terras tupiniquins. Sobre as ações da UNE e como a repressão policial tratou os estudantes quando da estada de Rockfeller por aqui, Luiz Manfredini (1989, p. 58) afirma:

> O enviado de Nixon realizava uma turnê diplomática e de negócios à América Latina e, por onde passava, era recebido com hostilidade maciças, especialmente da parte dos estudantes. No Brasil, a UNE encabeça os protestos com a palavra-de-ordem Fora Rockfeller. Prometia colocar os estudantes nas ruas e sacudir o país. O milionário americano chegaria acompanhado por nada menos que 30 agentes de segurança e teria a sua volta fantástico esquema de proteção. Mas a polícia brasileira resolveu trabalhar preventivamente e realizava, nas capitais, rigorosas aperações-limpeza nos dias que antecederam à chegada do magnata. Assim, não apenas as organizações revolucionárias, mas todos os pólos de oposição encontravam-se, naqueles dias, sob virtual cerco.

Para combater a resistência do ME à repressão desencadeada pelo AI-5, o governo Costa e Silva baixou o Decreto-lei nº 477, de 26 de fevereiro de 1969, definindo infrações disciplinares praticadas por professores, estudantes, funcionários de ensino público ou particular.

Tentava-se aplicar um golpe letal no ME, bem como em qualquer tipo de organização setorial no âmbito escolar. As infrações disciplinares previstas no 477, em seu Artigo 1º, eram:

a) Aliciar ou incitar deflagração de movimento grevista ou dele participar (Art. 1º, item I);
b) Atentar contra as pessoas ou bens, tanto em prédio ou instalações de qualquer natureza, dentro de estabelecimento de ensino ou fora dele (Art. 1º, item II);

c) Praticar atos destinados à organização de movimentos subversivos, passeatas, desfiles ou comícios não-autorizados ou deles participar (Art. 1º, item III);
d) Conduzir, realizar, confeccionar, imprimir, guardar ou distribuir material subversivo (Art. 1º, item IV);
e) Sequestrar ou manter em cárcere privado professor, aluno ou funcionário de estabelecimento de ensino (Art. 1º, item V);
f) Usar dependência ou recinto escolar para fins de subversão ou prática de atos contrários à moral e à ordem política (Art. 1º, item VI).

Para as infrações contidas no Artigo 1º, as punições seriam:

a) Demissão ou dispensa e proibição de ser nomeado, admitido ou contratado, por qualquer outro estabelecimento de ensino, pelo prazo de cinco anos, quando se tratasse de membro do corpo docente ou funcionário de qualquer instituição de ensino;
b) Desligamento e proibição de se matricular em qualquer estabelecimento de ensino, pelo prazo de três anos, se se tratasse de aluno. No caso de bolsista, haveria a perda do benefício por um prazo de cinco anos, se brasileiro, e expulsão do território nacional, se estrangeiro.

Os responsáveis pela edição do decreto 477 ─ o Presidente Arthur da Costa e Silva, o ministro da Justiça Luiz Antônio da Gama e Silva e o ministro da Educação Tarso Dutra ─ pretendiam amordaçar toda resistência no âmbito das comunidades escolares, objetivo evidente tanto pela natureza das infrações e das penalidades, como pelos prazos estipulados para a defesa dos infratores: 48 horas para a defesa, conforme Artigo 3º, e mais 72 horas para o dirigente do estabelecimento proferir a decisão, conforme mesmo Artigo, § 3º e 4º[6].

Há ainda sérios agravantes não-explicitados nesse instrumento para instituir a repressão oficial nos estabelecimentos de ensino, particularmente

[6] Decreto-lei nº 477, de 26 de fevereiro de 1969 in http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=194943, acessado em 01/05/2011.

nas universidades. Na perspectiva dos militares no poder, subversiva era qualquer manifestação ou atitude contrária à ordem instituída pelo Estado com vontade coletiva. Portanto, além das medidas repressivas contidas no Decreto-lei 477, outras punições previstas ou não na legislação militar poderiam recair sobre os infratores, inclusive o enquadramento na Lei de Segurança Nacional.

Os artífices da repressão, e seus agentes, não se atentaram para o seguinte fato: no máximo se esvazia ou reduz temporariamente os movimentos de oposição, sem, necessariamente, conseguir eliminá-los totalmente. Prova disso foi a ocorrência do Congresso de Ibiúna, de várias manifestações estudantis em plena vigência do decreto 477, bem como a reorganização do ME em âmbito nacional, culminando, em 1979, com o XXXI Congresso da UNE, realizado em Salvador, Bahia.

Todas essas ações coercitivas tomadas pelos órgãos de repressão da ditadura militar com o objetivo de dizimar a militância estudantil repercutiram nas ações políticas de inúmeros militantes de esquerda. A mais significativa delas talvez tenha sido a entrada de um grande contingente para a vida clandestina.

2.3 AS ORGANIZAÇÕES DE ESQUERDA CLANDESTINAS

Quando, em abril de 1964, os militares chegaram ao poder pelas vias de um golpe de estado, as esquerdas brasileiras eram, dizendo de um modo bastante abrangente, representadas por quatro grandes grupos: o Partido Comunista Brasileiro (PCB), o Partido Comunista do Brasil (PC do B), a Ação Popular (AP) e a Organização Revolucionária Marxista – Política Operária (ORM-POLOP).

Em função dessas organizações não conseguirem articular um plano de ação para, no mínimo, tentar contra-golpear os militares golpistas e, justamente, por essa ausência de ações, essa desmobilização revelou, em certa medida, um despreparo na leitura da realidade brasileira naquelas conjunturas, fez surgir uma série de outros agrupamentos cujo principal objetivo era obter sucesso onde as quatro organizações supra citadas falharam. Ou seja: como o golpe civil-militar não encontrou nenhum tipo de

resistência ao ser deflagrado, as esquerdas que lhe imputaram alguma resistência só o fizeram depois de o inimigo já ter confortavelmente se instalado no poder.

A oposição à ditadura no pós-64 chegou a ser constituída de mais de quarenta grupos, muitos deles nascidos já sob a égide da clandestinidade, segundo os dados do Projeto Brasil: Nunca Mais (BNM), levantados a partir dos processos judiciais movidos pelos órgãos de repressão da ditadura contra seus inimigos.

Como não poderia deixar de ser, havia um grande número de divergências entre todas essas organizações. Entretanto, elas poderiam, segundo Marco Aurélio Garcia, citado por Marcelo Ridenti (1993), ser agrupadas em torno de três grandes vertentes: uma referente ao caráter da revolução brasileira (nacional-democrática ou socialista), outra, referente às formas de luta para chegar ao poder (maior ou menor peso das massas no processo revolucionário) e, finalmente, aquela referente à qual projeto político seria necessário para se levar a termo à revolução (seria um modelo partidário marxista-leninista clássico ou um partido de feições mais flexíveis no sentido cubano). O modo como cada organização se estruturou, pensou a realidade brasileira e, consequentemente, qual o modelo de luta foi implantado dependeram diretamente das interpretações elaboradas pelas questões trazidas por esses três vetores.

Como já afirmamos, as organizações de Esquerda ganharam novo ânimo com os casos de revolução comunista em Cuba e na China. Os líderes e a imensa maioria dos membros dessas organizações, viam esse dois países novos exemplos e elementos teóricos de que necessitavam para se contrapor ao reformismo soviético. O sucesso das Revoluções Cubana e Chinesa e o carisma que possuíam seus líderes mais importantes, Fidel Castro e Che Guevara, em Cuba e Mao Tsé Tung na China, suprimiam uma ausência que as facções da esquerda no Brasil sentiam.

Por isso, a esquerda mais radical que pregava a luta armada enxergou nos exemplos desses países a possibilidade e os fundamentos de que precisavam para deflagrar a luta armada no Brasil. Tanto do ponto de vista teórico como também do ponto do apoio de treinamento militar. Nada que se

assemelhasse ao envio de tropas e envio de grande quantidade de material bélico, por exemplo. Mas, sim uma ajuda moral. Entretanto, do ponto de vista das esquerdas radicais isso já era a glória. Assim, era muito importante o apoio dado por esses países. A partir daí as esquerdas radicais procuraram preparar a revolução continental, propugnada principalmente por Fidel e Che como a única forma de romper com o isolamento que Cuba começava a sentir.

De acordo com a linha adotada, Cubana ou Chinesa, as organizações de esquerda no Brasil delimitavam o campo a se orientar, uma vez que cada um desses países apontou formas diferentes de luta armada. Os chineses, ao analisarem a conjuntura internacional, interpretavam o mundo dividido e tensionado entre dois sistemas inconciliáveis, e a guerra revolucionária era indispensável para efetuar as transformações anti-imperialistas e antifeudais. Delinearam um perfil próprio e já pretendiam competir com a URSS pela liderança do mundo em desenvolvimento.

Os cubanos, embora também favoráveis à luta armada contra o imperialismo, apresentavam um caminho próprio: o foco guerrilheiro. E negavam qualquer dinamismo revolucionário às burguesias nacionais, distinguindo-se, assim, de soviéticos e chineses (REIS FILHO, 1990). A teoria do foco revolucionário inspirava-se na experiência cubana, e, os textos de Che e Regis Debray eram as suas principais referências teóricas. Por isso, a ALN ela aderiu, muito embora Marighela tivesse proposto a criação de uma coluna móvel, mirando-se no exemplo da Coluna Prestes e da Grande Marcha chinesa, liderada por Mao Tsé Tung. A coluna móvel deveria atuar por toda a Belém-Brasília e não teria base fixa para dificultar sua destruição. O PCBR, a VPR, o MR-8, a COLINA, a VARPALMARES, a POLOP a ANL entre outras organizações de esquerda também se inspiraram na revolução cubana. E, embora afirmassem ser o campo a área prioritária de atuação guerrilheira, concentraram suas ações nas cidades, tendo como justificativa a necessidade de acumular recursos para o deslocamento de militantes para o campo, bem como garantir a sobrevivência dos militantes que viviam clandestinamente.

Quase todos esses grupos enviaram militantes para treinamento em Cuba. O partido revolucionário, guiado por uma teoria revolucionária, deixava de ser imprescindível para se deflagrar a revolução. A organização militar, por

possuir uma maior poder de articulação, era mais importante naquele momento. Acreditavam, os defensores dessa teoria, que como aconteceu em Cuba, a importância do Partido e o caráter da revolução não eram determinantes para dar início à guerrilha, e, sim, considerados assuntos a serem tratados num segundo momento. Ernesto Che Guevara deixou claro o que pensava da luta guerrilheira nos países em desenvolvimento (GUEVARA, 1982, p. 13-14).

> Consideremos que três contribuições fundamentais fez a Revolução Cubana para a mecânica dos movimentos revolucionários na América, são elas: as forças populares podem ganhar uma guerra contra o exército; nem sempre há que se separar que se dêem, todas as condições para a revolução, pois o foco Inssurrecional pode criá-las; na América sub-desenvolvida, o terreno da luta armada deve ser fundamentalmente o campo. Destas três contribuições, as duas primeiras lutam contra a atitude comodista de revolucionários, ou pseudo-revolucionários que se refugiam, e refugiam em sua inatividade, no pretexto de que contra o exército profissional nada se pode fazer, e a alguns outros que ficam a esperar que, de uma forma mecânica, se dêem todas as condições objetivas e subjetivas necessárias, sem preocupar-se de acelerá-las. Claro, como se apresenta hoje para todo o mundo, esta duas verdades indubitáveis foram antes discutidas em Cuba, e provavelmente sejam discutidas na América também.

Essas afirmações eram interpretadas como revelando pouca preocupação com a organização política, menosprezando-se, nesse tipo de concepção, o partido, enquanto agrupamento revolucionário de vanguarda, substituído pela determinação de um grupo de homens armados.

A guerra popular prolongada significou outra concepção da época, de como tomar o poder pela luta armada. Partia da experiência chinesa, da grande marcha de Mao e dos seus ensinamentos sobre como um inimigo em situação de inferioridade deveria agir para atingir o momento exato de passar da defensiva estratégica à ofensiva, prolongando ao máximo a luta até obter o desgaste necessário do adversário. Concentrando suas forças na zona rural, e em regiões que possibilitassem o apoio da população, a "guerra popular" teria sucesso.

A linha chinesa foi adotada no Brasil pelo PC do B – que expressou bem sua posição no documento *Guerra Popular, O Caminho da Luta Armada no Brasil*, datado de janeiro de 1969 – e pela Ação Popular Marxista Leninista.

Divergências posteriores fizeram o PC do B assumir uma postura crítica em relação ao maoísmo. O Partido Comunista Brasileiro continuou seguindo fielmente as orientações da URSS. O PCB defendia a transição pacífica, apesar de ser um dos principais alvos da repressão militar.

Tendo em vista que dos treze ex-militantes de organizações de esquerda, onze estavam vinculados ou a AP (sete) ou à POLOP (quatro), passaremos a um detalhamento dessas duas organizações.

2.3.1 A AÇÃO POPULAR – AP

A AP é criada por volta de 1961/1962, e seus fundadores militavam na Ação Católica Brasileira. A Ação Católica era composta, como diziam à época, pelo A, E, I, O, U. Em entrevista que nos concedeu, Oldack Miranda[7], que foi da direção regional da JEC ─ Juventude Estudantil Católica ─ em Belo Horizonte, no ano de 1965, relata:

> A Ação Católica era constituída pelo AEIOU: JAC (Juventude Agrária Católica), a JEC (Juventude Estudantil Católica), integrada pelos [estudantes] secundaristas; a JIC (Juventude Independente Católica), com professores e profissionais liberais; a JOC (Juventude Operária Católica) da qual saíram muitos quadros operários da AP, principalmente na sua primeira fase cristã e finalmente a JUC (Juventude Universitária Católica), esta composta pelos [estudantes] universitários (informação verbal).

Os quadros estudantis da AP vieram da JEC, Juventude Estudantil Católica, e da JUC, Juventude Universitária Católica, e tiveram como meta tentar compatibilizar a revolução socialista com as idéias cristãs e, por isso, as idéias debatidas buscaram uma resposta que pudesse conciliar o anseio revolucionário com a militância católica. Filósofos como Teilhard de Chardin, Padre Lebret e Emanuel Mounier, que ofereciam embasamento teórico para se atingirem tais objetivos, passaram a ser intensamente discutidos nos meios estudantis. Um evento histórico, vindo de fora do país, foi fundamental para que as ideias socialistas ganhassem a adesão dos estudantes católicos

[7] Depoimento concedido ao autor em setembro de 2004.

brasileiros e incentivassem ainda mais o seu ímpeto revolucionário: a Revolução Cubana.

Mas os estudantes católicos que aderiram ao marxismo, a fim de fazerem a revolução, sempre tiveram muito claro que a conscientização das massas seria vital às suas pretensões. Conscientização essa que também seria o grande diferencial da AP quando comparada às outras organizações revolucionárias que também optaram pelo marxismo ─ em quaisquer que sejam a sua vertente ─ como sustentação de um modelo revolucionário. No manifesto do Diretório Central dos Estudantes da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, um documento, redigido em 1961, exala as preocupações dos estudantes ligados à JUC. Nele, o padre Henrique Lima Vaz (ARANTES, 1994, 23) afirma:

> Temos consciência de que a promoção das classes operário-urbanas e campesino-rurais se coloca, neste momento, dentro da perspectiva cristã, como o passo mais largo que a história exige das vanguardas atuantes, no sentido da humanização do mundo. Nesta promoção, a educação das massas é uma tarefa de primeira hora. Conservar a educação como instrumento cultural de dominação das classes privilegiadas é servir à opressão dos humildes.

No trecho acima citado, percebemos que os ideais de “educação das massas” já estavam presentes nas matrizes da formação intelectual do militante da JUC, e essas mesmas ideias nortearam a militância na AP.

A UNE (União Nacional dos Estudantes) chega à JUC por intermédio do projeto UNE-volante: uma caravana integrada por 25 estudantes, dirigentes da UNE e dirigentes do seu CPC, Centro Popular de Cultura, deslocam-se por todas as capitais do País reunindo-se com os estudantes da cidade para debates e apresentações artísticas de seu CPC. Todas as capitais do Brasil foram sede da UNE, com exceção de São Paulo, Niterói e Cuiabá.

Essa movimentação viabilizou a integração do ME com suas entidades representativas, possibilitando inclusive a decretação da primeira greve nacional universitária, a qual paralisou os estudantes na defesa da participação nos órgãos colegiados na proporção de 1/3 para os estudantes, 1/3 de professores e 1/3 de ex-alunos. Essa greve fica conhecida como greve do “Um Terço”. Durante as atividades desenvolvidas pela UNE-volante, suas lideranças

– notadamente Herbert de Souza e Aldo Arantes – vão se articulando com jucistas, intelectuais, professores, num movimento fora dos limites da Igreja Católica.

Paralelamente ao trabalho da UNE-volante, acontecia, em São Paulo, a primeira de uma série de reuniões entre jucistas e não-jucistas que ajudaram a radicalizar o processo de fundação da AP. Haroldo Lima e Aldo Arantes (1984, p. 35), que escreveram, na prisão, um livro sobre a história da AP, referem-se a ela dessa forma:

> Esta reunião aprovou um documento chamado "Estatuto Ideológico, que defendia a "revolução brasileira" e o "socialismo". Grupo de Ação Popular (GAP) foi o nome então escolhido para a nova organização. A forma organizativa adotada foi a de um sistema de coordenações, pelo qual uma coordenação nacional articulava-se com coordenações regionais razoavelmente autônomas. O aparecimento, logo em seguida, de um agrupamento fascista denominado de Grupo de Ação Patriótica (GAP) determinou o abandono da sigla inicialmente pensada e a organização passou a ser conhecida temporariamente por "grupão".

Em junho de 1962, realiza-se em Belo Horizonte a segunda reunião de fundação da AP. Dessa reunião, sai o documento *"Esboço do Estatuto Ideológico"*, aprovado por representantes de 14 Estados do País. É eleita a coordenação nacional, e o nome Ação Popular – que se referia ao nome de um jornal alternativo editado em Belo Horizonte por integrantes do "grupão", líderes e ex-líderes da Ação Católica – é assumido em definitivo.

Já como AP, a organização elegerá Vinicius José Caldeira Brant presidente da UNE no XXV Congresso Nacional. Importante destacar dois pontos, que demonstram a força que a AP terá no ME: 1º) o presidente anterior da UNE era o estudante jucista Aldo Arantes, que participou da fundação da AP; 2º) os próximos presidentes também eram integrantes da AP: José Serra (1963/1964), Altino Dantas (1965/1966), José Luis Moreira Guedes (1966/1967), Luis Travassos (1967/1968), Jean-Marc van der Waid (abril a setembro de 1969) e Honestino Guimarães, último presidente antes da reorganização da entidade, após a anistia, em 1979.

A AP, do ponto de vista de seu funcionamento, era composta de uma direção nacional, que coordenava as direções regionais. A AP dividia-se em três principais setores: *Movimento Estudantil*, *Movimento Camponês* e

Movimento Operário. Para tanto, montava células, também hierarquizadas, com vistas a atuarem nesses segmentos.

Em fevereiro de 1963, em Salvador, realiza-se o *1º Congresso de Fundação de Ação Popular*. Herbert de Souza é eleito o primeiro coordenador da nova organização. Aprova-se, também, o documento-base da organização. Acerca dele, Haroldo Lima e Aldo Arantes (1984, p. 37) afirmam:

> O Documento-Base define-se pelo socialismo, pela socialização dos meios de produção. Declara-se ao lado da "corrente socialista que está transformando a História moderna", destaca o "papel de vanguarda da Revolução Soviética", a "importância extrema, decisiva mesmo", do marxismo, tanto na teoria tanto na prática revolucionária. Mas sua base idealista impede-o de ver o socialismo como resultado da luta da classe operária à frente das demais classes exploradas e oprimidas e leva-o admitir em tese, mas a criticar em essência, o tipo de Estado necessário à construção do socialismo ─ a ditadura do proletariado. Afirmando o objetivo ─ o socialismo ─ e criticando ou ressalvando o meio prático de realizá-lo ─ a ditadura do proletariado ─, o Documento-Base resvala para a defesa de um socialismo utópico ─ que chama de "socialismo como humanismo" ─ e que provavelmente seria um socialismo sem ditadura do proletariado, desconhecido do ponto de vista da experiência histórica concreta da humanidade e inviável no quadro da luta de classes.

A explicação dada pelos autores para o fato de a AP, segundo seu documento-base, criticar a ditadura do proletariado ─ e a consequente adoção de um socialismo humanista ─ dava-se devido ao desconhecimento, por parte de seus ideólogos, da essência das idéias de Marx. A percepção de ditadura do proletariado formada pela AP, ainda segundo essa interpretação, era identificada com as ideias do marxismo vulgar e não-científico.

E isso fez com que o golpe civil-militar de 1º de abril de 1964 encontrasse uma AP que se declarava socialista, defensora de uma revolução, portanto, mas que não apresentava uma proposição de como essa revolução seria realizada. Por isso mesmo, o golpe trouxe a imperiosa necessidade de a AP re-interpretar suas propostas para a sociedade brasileira e a necessidade de definir o curso geral de sua prática. E nesse repensar de atitudes, o caráter reformista dará lugar ao caráter revolucionário. Vejamos Aldo Arantes e Haroldo Lima (1984, p. 62):

> O que preponderou na AP, em seguida ao Golpe de 1964, foi o despertar viçoso de uma perspectiva revolucionária, refletida na

> "Resolução Política de 1965". Três questões principais distinguem a "Resolução Política de 1965": a caracterização da etapa da revolução no Brasil, a posição sobre o caminho da revolução e o problema da linha organizativa. A Resolução define a etapa da revolução brasileira como "socialista de libertação nacional".

As idéias marxistas interpretadas pelas obras de Mao Tse Tung e Che Guevera ─ um dos artífices da Revolução Cubana ─ exercem direta influência sobre a definição de qual caminho a revolução socialista deveria ser feita no Brasil. A organização política teria à frente um partido proletário, e esboçava-se uma luta revolucionária de cunho popular. Dessa feita, era necessária uma aproximação e, consequentemente, maior esclarecimento das massas populares. Voltando aos historiadores da AP (1984, p. 64):

> As posições fundamentais afirmadas nas Resoluções Políticas de 65 mostravam que a AP, do ponto de vista filosófico, continuava com as mesmas posições gerais do Documento-Base; do ponto de vista de classe, continuava uma organização pequena burguesa. Mas do ponto de vista político, já não era uma organização democrática reformista: transformara-se em uma organização democrática revolucionária.

Em 1967, a AP passa por um intenso debate no qual se procurava alinhar as demandas revolucionárias com as possibilidades concretas de êxito na realização da revolução, e seus militantes resolvem se aproximar do marxismo-leninismo. A corajosa resistência do povo indochinês na Guerra do Vietnã e a revolução cultural proletária da China defendiam amplos movimentos de massa, em que a participação dos estudantes era vital.

Por essa época, voltaram da China importantes líderes da AP, como Jair Ferreira de Sá e Aldo Arantes. Este escreve o *texto amarelo*, no qual explica como se organizavam o *Movimento Operário*, o *Movimento Camponês*, a *Guerra Popular*, o *Partido de Vanguarda* e a *Frente Única*. Jair Ferreira de Sá, propõe, na 1ª Reunião Nacional Ampliada de AP, realizada em junho/julho de 1968, o *Esquema de Seis Pontos*, no qual fazia uma apologia do modelo chinês de revolução. Devido ao momento promissor da revolução naquele país, o *Esquema* teve grande receptividade dentro da AP, e seus adeptos

aglutinaram-se em torno da *Corrente 1*. Sob a ótica maoísta, defendida por essa corrente (KUPERMAN, 2003)[8]:

> O Brasil era considerado um país semi-feudal, e em decorrência dessa concepção a mudança pretendida para a sociedade brasileira deveria ser iniciada por uma revolução democrática e popular. A aproximação com os trabalhadores do campo era fundamental para sua estratégia revolucionária, visto que para essa concepção de revolução o campesinato era considerado a força motriz para a transformação da sociedade brasileira. Tais princípios levaram, inclusive, alguns militantes, oriundos das classes médias, a se proletarizarem, ou seja, tornarem-se operários ou camponeses, trabalhando em fábricas ou no campo.

Em contraposição às ideias defendidas no documento *Esquema de Seis Pontos*, surgiu a *Corrente 2*. A divergência entre ambas basicamente girava em torno da interpretação de que o Brasil era um país feudal, com a qual não concordavam. E não concordavam, sobretudo, porque, em 1966, Caio Prado Jr. publica *A Revolução Brasileira*, em que rebate a idéia de que no Brasil ainda havia resquícios de uma sociedade semi-feudal. Segundo Haroldo Lima e Aldo Arantes (1984, p. 71):

> Em oposição aos "seis pontos" da "corrente 1", alguns setores passaram a defender um sistema de idéias que ficou conhecido como "corrente 2". Sustentavam posição anti-revisionista, mas não defendiam a existência de uma terceira etapa do marxismo-leninismo. Consideravam capitalista a sociedade brasileira, não viam nela nenhum traço feudal significativo, razão porque defendiam uma revolução imediatamente socialista para o país.

Por enxergarem no Brasil a existência de estruturas feudais, alguns de seus membros defendiam as propostas foquistas, as quais tinham inspiração no modelo de revolução cubano, que se deveriam iniciar pelo campo, uma vez que a cidade é terreno ocupado pelo inimigo, e, por isso, as chances dos guerrilheiros eram pequenas. Dizendo com Jacob Gorender (1990, p. 76):

> Calcados principalmente na própria experiência, que pretendiam tivesse verdade universal, os escritos cubanos salientavam a

[8] KUPERMAN, Esther. **Da cruz à estrela: a trajetória da Ação Popular Marxista-Leninista**. Revista Espaço Acadêmico, Ano III, nº 25, junho de 2003. In http://www.espacoacademico.com.br/025/25ckuperman.htm, acessado em 08/03/2011.

> impossibilidade do êxito da luta revolucionária quando se trava nas cidades, onde o inimigo concentra seu poder. O *lócus* privilegiado da revolução só pode ser o campo, onde o inimigo se vê obrigado a dispersar as forças, enquanto os revolucionários recebem o apoio dos camponeses para a guerra de guerrilhas.

Na *II Reunião Ampliada*, realizada em junho de 1969, Jair Ferreira de Sá foi eleito dirigente principal da Comissão Executiva Provisória, CEP, da qual também fizeram parte Duarte Perreira, Haroldo Lima, Aldo Arantes, José Renato Rabelo e Paulo Stuart Wright. Essa comissão deveria encaminhar providências com vistas à eleição do Comitê Central da organização.

Em outubro de 1969, circula um documento dentro da AP intitulado *Preparar Ativamente a Guerra Popular*, que afirmava (1984, p. 129):

> O sentimento de repulsa ao governo Médici era tão grande na AP e no meio de seus amigos que a Circular "Preparar Ativamente a Guerra Popular", vista como capaz de encaminhar um efetivo processo de luta armada contra o regime dos generais recebeu amplo apoio e despertou grande entusiasmo. A circular, de outubro de 1969, criticava o "direitismo na preparação da guerra popular", a concepção espontaneísta segundo a qual o simples desenvolvimento da luta de massas levaria automaticamente à luta armada, sem ser necessária uma preparação específica a respeito. Propunha a reorientação geral de todo o trabalho camponês da AP e indicava a necessidade de se realizar uma "pesquisa de áreas estratégicas", com vistas a escolher novas áreas de trabalho, mais adaptadas ao desenvolvimento futuro da guerra do povo.

Entrementes, a preparação da guerra popular passou a ser questionada por uma parte da AP que não concordava com os caminhos da luta armada. Começou esse grupo por ponderar que a luta armada significava uma posição dogmática e direitista. Esse será o grupo, liderado por Jair Ferreira de Sá, que não aceitará, posteriormente, a fusão da AP com o PC do B.

Nos primeiros anos da década de 1970, os militantes da APML estiveram envolvidos em uma intensa luta política interna: a fusão com o PC do B ou a manutenção da autonomia partidária e as primeiras formulações que levariam ao questionamento da influência maoísta e da estratégia de guerra popular. Essas eram algumas das questões apresentadas nos documentos produzidos naquele momento. Em 1972, ocorreria a segunda ruptura, na qual a organização dividiu-se em dois campos: aqueles que defendiam a manutenção da orientação maoísta e, mais tarde, incorporaram-se definitivamente ao PC do

B e os militantes que buscavam novas definições programáticas, mantendo-se sob a denominação de APML.

Em março de 1971, realizou-se a *III Reunião Ampliada da Direção Nacional*, na qual a AP passaria oficialmente a designar-se APML ─ Ação Popular Marxista Leninista. Segundo Cunha Arantes (1994, p. 35):

> Nesta reunião houve uma adesão explícita ao marxismo-leninismo, consubstanciada no Programa Básico, que defendia abertamente o materialismo dialético e o histórico, fundado por Marx e Engels, o internacionalismo proletário; o caminho específico da luta armada para o Brasil como sendo o da guerra popular, e não mais incorporado a proposta chinesa de cerco a partir do campo, mas explicitando a necessidade da luta articulada entre a cidade e o campo. Houve também nova concepção organizativa com a adoção do sistema de comitês, conforme o método leninista de organização. É adotada a nova denominação: Ação Popular Marxista-Leninista do Brasil ─ APML.

Em janeiro de 1973, o Comitê Central da APML decidiu por maioria de nove membros a incorporação ao PC do B, nele reconhecendo a autêntica vanguarda proletária. Mas, como a AP nunca primou por decisões consensuais, Jair Ferreira de Sá e Paulo Stuart Wright opuseram-se a tal decisão e foram expulsos (ARANTES, 1994, p. 117). Juntos, mantiveram a APML como organização independente, intitulada, agora, AP Socialista, editando, inclusive, uma revista de mesmo nome.

Acerca desses últimos acontecimentos dentro da AP, que culminaram na fusão ao PC do B por parte de seus militantes e a manutenção da AP Socialista, é significativo o depoimento de Oldack Miranda[9]:

> A AP se tornou APML no processo de luta interna em direção ao maoismo. Quando a AP entrou para o PC do B houve uma dissidência: a AP Socialista formada por Jair de Sá, Paulo Writgh, Manoel da Conceição, Mata Machado, Gildo Lacerda, Doralina e outros. Digo dissidência porque a maioria da AP decidiu entrar para o PCdoB e uma minoria se recusou (informação verbal).

Mas a AP Socialista será alvo de forte repressão policial por parte da ditadura militar, e, muito mais do que levar a termo suas idéias políticas, a organização terá que se preocupar em manter seus quadros longe das prisões,

[9] Depoimento concedido ao autor em setembro de 2004.

uma vez que, por conta da operação Gilberto Prata, as prisões eram inúmeras. Afirmando com Kuperman (2003):

> Entre os anos de 1972 e 1973, período de intensa atuação por parte das polícias políticas, a APML, como as demais organizações clandestinas, teve parte de seus militantes presos, sendo alguns, inclusive, assassinados nos porões do regime militar. Entre os desaparecidos encontra-se Paulo Wright, militante que participou intensamente dos debates que se desenvolviam a respeito da renovação da política da organização. As prisões despertaram novos debates entre os militantes que não haviam sido detidos, principalmente a respeito da segurança da estrutura interna e dos dados obtidos pelos órgãos de segurança através dos militantes que haviam sido capturados. Datam deste período alguns documentos que resgatam discussões em torno do comportamento dos militantes submetidos a torturas pelas polícias políticas. Estes documentos também expressam a profunda crise ideológica pela qual passavam os quadros da APML. Também foram presos e assassinados Honestino Guimarães, último presidente da UNE, Humberto Câmara, membro da penúltima diretoria da UNE, Gildo Macedo Lacerda, ex-vice-presidente da UNE e pertencente à direção nacional da APML, Fernando Santa Cruz e Eduardo Collier.

Das organizações de esquerda que se opuseram ao regime militar implantado em abril de 1964, o itinerário político da AP é todo repleto de constantes debates ideológicos, imprimido na sua evolução um caráter colidente. Consequência disso foram os sucessivos rachas vividos pela organização e o enfraquecimento devido às perdas oriundas desses debates. Vale destacar, pelas pesquisas realizadas, que a fusão da AP com o PC do B não se deu de maneira uniforme e retilínea, como que numa ascensão natural de seus caminhos. Essa ideia, defendida pelos militantes Haroldo Lima e Aldo Arantes, sobretudo, enfraquece a compreensão do peso político que a AP possuía, uma vez que sacrifica a identidade democrática presente na organização, um de seus elementos que mais contribui para uma diferenciação da AP com as demais organizações de esquerda surgidas na mesma época.

2.3.2 A ORM-POLOP: Organização Revolucionária Marxista – Política Operária

A ORM-POLOP inicia sua vida política no ano de 1961, no contexto de radicalização do movimento de massas causado pela bandeira das reformas de

base que começavam a tomar força no centro dos movimentos populares os quais haviam ganhado destaque. A POLOP vai se formar a partir da organização de ex-militantes do PCB em aliança com alguns companheiros radicalizados do PSB e alguns comunistas independentes.

A POLOP será a primeira organização de esquerda brasileira, depois dos trotskistas, a formular uma análise da revolução brasileira que põe em xeque as concepções stalinistas que estavam alocadas nas fileiras “pensantes” do PCB. Mesmo a divisão política, mencionada no início desse trabalho, que teve início, no PCB, em 1956, não conseguiu superar alguns princípios da leitura stalinista do processo revolucionário para a realidade brasileira.

Esse debate avançará com POLOP, expressando desde o início o papel crítico das propostas da burguesia para a solução da crise em que se encontrava o país e constituir um proletariado independente da tutela das classes dominantes. “Para isto formar um partido revolucionário de vanguarda.” (Reis Filho, 1990, p. 34). Tendo a POLOP surgido não apenas da divisão interna do PCB, mas de um “racha” a nível internacional, de um núcleo estabelecido no Rio de Janeiro, ligado à III Internacional e suas tradições leninistas que havia rompido com Stálin sem se ligar a Trotsky.

A oposição da POLOP às formulações que o PCB cultivava encontrava referência na ascensão dos movimentos populares na cidade e no campo. Não era aceitável à esquerda se render à burguesia nacional a manifestação de seus ideais revolucionários em circunstância nenhuma, menos ainda naquela conjuntura de crescimento do movimento popular.

Ela enxergava o caso do desenvolvimento capitalista brasileiro numa ótica mundial. Para os seus militantes, chegava ao final a fase de expansão capitalista nas regiões periféricas, fruto do desenvolvimento dependente a que foram submetidas no Brasil. Viria agora um período de estrangulamento econômico em que a burguesia brasileira lutaria para repassar para as classes trabalhadoras todo o ônus econômico dessa recessão. Então caberia à classe trabalhadora levar adiante as reformas sociais necessárias para se criar uma base social e econômica capaz de romper com a dependência sistêmica do Brasil em relação ao circuito capitalista hegemônico dos EUA (GORENDER, 1990).

Em função disso, a POLOP observará o caráter socialista da revolução brasileira, para propor uma solução para o problema da dependência estrangeira do desenvolvimento do Brasil. Tendo a burguesia brasileira demonstrado estar conectada integralmente ao sistema imperialista não haveria contradição estrutural entre a burguesia brasileira e o imperialismo. Como demonstra Reis Filho (1990, p.34) sobre a leitura da POLOP naquele momento.

> A burguesia estabelecera sólidas alianças com o latifúndio e o imperialismo no processo de desenvolvimento econômico brasileiro. Teria dessa forma possibilidades de lutar por melhores condições, mas sempre no interior do sistema imperialista.

Seria uma relação de cooperação antagônica dessas burguesias nacionais com as burguesias imperialistas. É desse modo que se assegurou a exploração imperialista após a retirada dos exércitos coloniais, afirma os intelectuais da POLOP (REIS FILHO e SÁ, 2006)

Para a nova organização era óbvia a questão: tratava-se de um capitalismo dependente com tendências a degeneração da sociedade brasileira em geral e, em particular, da classe trabalhadora, ou o socialismo e ruptura radical com o circuito imperialista liderado pelos EUA.

Antes, porém, havia alguns obstáculos a serem superados, segundo as formulações sobre a conjuntura nacional que a POLOP declararia: primeiro a tradição populista na qual o proletariado brasileiro fora formado, com forte pendor direitista. Segundo, esse fato aparecia como grande problema para a realização da consciência de classe e do entendimento de sua missão de levar adiante a revolução socialista.

Para isso, a POLOP produzia algumas resoluções: “formar uma frente dos trabalhadores da cidade e do campo, organizar comitês de empresa com órgão de representação dos operários em cada local de trabalho.” (Reis Filho, 1990, p. 35)

O documento intitulado *Programa Socialista para o Brasil* de setembro de 1967, será o texto chave para orientação dos militantes adeptos da concepção socialista da revolução brasileira, segundo a versão da POLOP. Em obra já citada Daniel Aarão Reis Filho e Jair Ferreira de Sá (2006, p. 125),

coletaram os principais textos das organizações de esquerda mais significativas desse momento. Vejamos o que diz o documento da POLOP em que as questões acima são reverberadas:

> O modo de produção capitalista, que marca a economia brasileira, é a base em que se sustenta a dominação: burguesia industrial, comercial, agrária e financeira. O desenvolvimento capitalista no Brasil trouxe consigo o crescimento da classe operária e o amadurecimento da contradição entre capital e o trabalho. A burguesia só pode evoluir à custa da exploração crescente das massas trabalhadoras.

Concluindo, podemos dizer que a POLOP, de acordo com a leitura que seus membros faziam da situação brasileira, se afirmava como herdeira da tradição do marxismo-leninismo e de suas prerrogativas revolucionárias. Via-se, assim, como um partido de vanguarda da classe trabalhadora, o instrumento de máximo de poder de articulação dos trabalhadores no processo revolucionário. Assumia, também, responsável por imprimir o caráter socialista necessário ao processo revolucionário que caminhava no Brasil. E, dentro de suas concepções, o proletariado, independente da correlação de forças que se apresentava, era indubitavelmente a classe social preparada para levar a tarefa revolucionária a termo. Todos esses entendimentos colocavam a POLOP como artífice central da transformação social e política que o Brasil necessitava naquele momento.

CAPÍTULO III: AUSCULTANDO A MEMÓRIA DE MILITANTES QUE EXPERIMENTARAM A CLANDESTINIDADE POLÍTICA

3.1 História, Clandestinidade e Traumatismo Psíquico.

No centro da cidade de Uberaba, em frente à prefeitura, na Praça Rui Barbosa, há uma enorme estátua do português Antonio Eustáquio da Silva e Oliveira, o Major Eustáquio, que, em 1810, fundou, naquele lugar, um pequeno povoado, embrião do que seria uma das mais importantes cidades mineiras.

O monumento, todo feito em bronze, está depositado sobre um pedestal de 2 metros de altura e retrata o fundador da cidade de Uberaba olhando, com altivez, para o horizonte, demonstrando a intrepidez necessária àqueles que, sem medir esforços, alcançam seus objetivos, vencem seus desafios e inscrevem, de modo perene, seu nome na história. Para um homem que venceu índios, falta d'água, traição dos amigos e todo o tipo de má-sorte, nada mais natural que os uberabenses, ao passarem diante de sua estátua, reverenciassem sua valentia e denodo sem limites.

Pois bem, para isso servem os monumentos. Para que nos lembremos dos feitos do nosso povo, nos identifiquemos com eles e, assim, perpetuemos nossa memória. A memória histórica se alimenta de ícones coletivos. Daí a importância de ornamentarmos nossas praças, ruas e todos os lugares de convívio (ou de memória, como preferem alguns) com edificações que não nos deixem esquecer quem foram os nossos heróis e quais foram seus feitos heróicos. Esses espaços servem para que, no presente, vivamos, cultuamos, nosso passado, que, uma vez vivido e experimentado no momento atual, não corre o risco de ser esquecido. Sempre lembrado, esses homens – e, consequentemente, o que fizeram – ganham a eternidade.

Entrementes, as pessoas que diariamente passam pela Praça Rui Barbosa, defronte à citada escultura, não têm por hábito ficar diante dela mais do que ínfimos instantes, milionésimos de segundos. Para ser justo com a verdade, a imensa maioria dessas pessoas nem mesmo param diante da homenagem feita ao fundador de Uberaba. Ocupadas com seus afazeres que, muitas vezes, parece não se resolver nas 24 horas do dia, essas pessoas

simplesmente não enxergam o cidadão-mor de sua cidade, sob o risco de não verem cumprir seus urgentes compromissos.

Antipatriotas? Desconhecedoras da própria história? Pessoas frias e insensíveis com os mitos fundadores de seu povo? Podemos acusá-las disso? Para Sigmund Freud, o pai da psicanálise, não, não podemos nada disso afirmar. Para ele, o que ocorre com elas é algo muito simples e comum, não merecedora da nossa atenção. Pelo contrário, se os transeuntes que diariamente passam pela estátua do Major Eustáquio diante dela ficassem parados, fixados, isso sim indicaria que algo de estranho estaria acometendo tais pessoas. Indicaria, por exemplo, que algo lhes aconteceu no passado – remoto ou longínquo – ainda lhes ocupa a mente, bloqueando o fluxo de suas emoções, trazendo-lhes dor e sofrimento. Por isso, insistem em manter-se fixados à cena que originou esse trauma.

A metáfora descrita acima foi utilizada por Freud para demonstrar o que acontece quando alguém é acometido de uma experiência traumática. Vejamos o que diz próprio Freud[10]:

> Os monumentos com que ornamos nossas cidades são também símbolos dessa ordem [símbolos mnêmicos]. Passeando em Londres, verão, diante de uma das maiores estações da cidade, urna coluna gótica ricamente ornamentada, a Charing Cross. No século XIII, um dos velhos reis plantagenetas, que fez transportar para Westminster os restos mortais de sua querida esposa e rainha Eleanor, erigiu cruzes góticas nos pontos em que havia pousado o esquife. Charing Cross é o último desses monumentos destinados a perpetuar a memória do cortejo fúnebre (...) Tanto quanto se justifique a comparação, esses monumentos são também símbolos mnêmicos como os sintomas histéricos. Mas que diriam do londrino que ainda hoje se detivesse compungido ante o monumento erigido em memória do enterro da rainha Eleanor, em vez de tratar de seus negócios com a pressa exigida pelas modernas condições de trabalho? Como esses londrinos pouco práticos, procedem, entretanto, os histéricos e neuróticos: não só recordam acontecimentos dolorosos que se deram há muito tempo, como ainda se prendem a eles emocionalmente; não se desembaraçam do passado e alheiam-se por isso da realidade e do presente. Essa fixação da vida psíquica aos traumas patogênicos é um dos caracteres mais importantes da neurose e dos que têm maior significação prática.

Freud utiliza-se dessa metáfora para explicar os sofrimentos vividos pelas pacientes que sofriam de sintomas histéricos. *Histeris*, em grego, quer

[10] FREUD, Sigmund. **Cinco Lições de Psicanálise**. São Paulo: Editora Abril Cultural, 1979, p. 8.

dizer útero. Por ser uma doença que, no tempo de Freud, acometia, basicamente, as mulheres, houve uma associação entre o nome da moléstia e o órgão feminino.

A paciente com histeria é acometida de um desequilíbrio mental fortíssimo, que lhe rouba energias e a coloca num estado de profunda prostração. Por ter origem numa vivência inconsciente, as portadoras de tal moléstia não conseguem se lembrar da causa da sua enfermidade. Por isso, encontram no próprio corpo, o objeto de descarga desse desequilíbrio emocional. As pacientes histéricas, estudadas por Freud e outros médicos, sempre apresentavam comprometimento de vários órgãos. Anna O., uma das mais importantes pacientes estudadas pelo Dr. Freud, não conseguia movimentar um dos lados do corpo, além de ter perdido consideravelmente uma das vistas. Hoje, poderíamos dizer que a histeria se classificaria como uma doença psicossomática.

Depois de analisar inúmeras pacientes com histeria, Sigmund Freud chegou à conclusão de que as pacientes histéricas sofriam de lembranças carregadas de fortes emoções e, que, por isso mesmo, deveriam ser esquecidas. Seus sintomas são resíduos de lembranças traumáticas, experiências vividas pelo sujeito, que por razões especificas a cada um, marca de maneira especial que as vive. Freud sintetizou essa teoria na célebre frase: os histéricos sofrem de reminiscências[11]. Mas para sustentar tal afirmação, o médico de Viena foi obrigado a formular mais nitidamente sua compreensão do conceito de trauma psíquico.

Freud define o trauma psíquico como sendo[12]:

> Um acontecimento da vida do sujeito que se define pela sua intensidade, pela incapacidade em que se encontra o sujeito de reagir a ele de forma adequada, pelos transtornos e pelos efeitos patogênicos duradouros que provoca na organização psíquica. O traumatismo psíquico caracteriza por um afluxo de excitações que é excessivo em relação à tolerância do sujeito e à sua capacidade de dominar e elaborar psiquicamente estas excitações.

Nesse sentido, o traumatismo psíquico qualifica em primeiro lugar um acontecimento pessoal da história do sujeito, datável e subjetivamente importante em função dos afetos penosos que pode desencadear.

---

[11] FREUD, Sigmund. Ibid. p. 8.
[12] LAPLANCHE, J. PONTALIS, J. **Vocabulário de Psicanálise**. Rio de Janeiro: Editora Martins Fontes, 1995, p. 522.

Não podemos falar de acontecimentos traumáticos de maneira absoluta, sem considerar as especificidades próprias dos sujeitos em questão. Percebemos nos relatos a que tivemos acesso que a experiência clandestina deixou profundas marcas nos militantes que a experimentaram, marcas que foram determinantes para suas vidas na pós-clandestinidade. Mas se essas marcas traumáticas se configuram como um elemento universal nas narrativas – quer orais, quer escritas – aqui analisadas, o evento que as desencadeou vem investido de uma enorme subjetividade, revelando aspectos particulares, específico da gênese do trauma.

Comparemos dois testemunhos. O primeiro é do carioca Marco Aurélio Freitas Lisboa[13], ex-militante do Partido Comunista do Brasil – PC do B – e que viveu clandestinamente por 9 anos.

> Entrei para a clandestinidade em 1970. Na época eu fazia parte do Comitê Estudantil do PC do B, que coordenava o trabalho dos militantes universitários e secundaristas. Fiquei preso no DOPS por 40 dias, em companhia de Jésus, de Elio Ramirez Garcia (que dava assistência ao comitê regional do PC do B) e de outros presos políticos. Em 79, legalizei minha situação e pude reaver meus documentos. Nesses nove anos em que fui obrigado a assumir outras identidades, a vida não foi nada fácil. *A vida pessoal, você nunca mais reconstrói, pois a clandestinidade te toma muita energia. Ainda hoje, não posso ir aos lugares que frenquentava como clandestino... é uma transformação imensa... as coisas não voltam a ser como antes, mesmo depois de tanto tempo*[14]. A vida política, o trabalho militante, este também fica seriamente comprometido.

Neste testemunho é possível perceber que seu autor imputa à experiência clandestina o fato de que os eventos transcorridos ao longo da sua existência, nunca mais foram vividos como antes, mesmo depois de ter abandonado a clandestinidade. Apenas para lembrar: o testemunho de Marco Aurélio nos foi concedido quase 30 anos depois de ele ter saído da clandestinidade. Cronologicamente falando, a militância clandestina de Marco Aurélio distava 30 anos da entrevista concedida para esse trabalho; emocionalmente falando, ouso dizer, não havia se passado tempo algum.

O segundo relato, que usaremos em contraste ao mencionado acima com o objetivo de mostrar a necessidade de se relativizar as vivências

[13] Depoimento dado ao autor em setembro de 2005.
[14] Grifo do autor.

traumáticas, foi-nos concedido por Waldo Silva[15], ex-militante da AP de Belo Horizonte e que viveu clandestino de 1968 a 1979.

> Fui preso, torturado, seriamente machucado. Depois, entrei para a vida clandestina. Como clandestino, morei na zona rural, em bairro pobre, no Rio [de janeiro] fui morar na [favela] Cidade de Deus, dentre um monte de outros lugares. Enquanto clandestino, trabalhava de dia e fazia reuniões com os colegas da organização à noite. Foi um período conturbado, mas produtivo... produtivo dentro do possível, pois a vida de um militante clandestino, durante uma ditadura daquelas, era muito sofrida, muito difícil. *Mas, quero registrar: toda minha luta política foi escolha minha, eu me tornei militante por escolha própria... não quero um tostão de indenização pois sabia muito bem o que estava fazendo*[16].

Observemos que no seu testemunho, Waldo Silva também faz referências à vida clandestina como um momento de limitações e podemos depreender de sua narrativa que para suportá-las era necessária muita força de vontade. Entrementes, podemos inferir, sobretudo no trecho destacado, que as forças traumatizantes não incidiram com a mesma veemência em relação ao testemunho de Marco Aurélio Freitas Lisboa. Julgamos até mesmo possível dizer que no segundo testemunho não há ressentimentos.

Retornando à evolução histórica do conceito de traumatismo psíquico, é importante frisar outro capítulo na história da psicanálise: a aproximação da ideia de trauma e os mecanismos de defesa do ego. Vários textos freudianos, escritos entre 1895 e 1899 expõem ou supõem uma ideia muito clara que tende a explicar como o acontecimento traumático desencadeia por parte da consciência – no lugar das defesas habitualmente utilizadas – uma *defesa patológica*.

Anna Freud, no seu livro *O Ego e os Mecanismos de Defesa* (2006), logo nas considerações iniciais, salienta que, muitos indivíduos, uma vez afetados pelas experiências traumáticas, ficam impossibilitados de recorrerem a mecanismos de organização mental mais saudáveis, vendo-se obrigados a fazerem do elemento traumatizante fonte também de sustentação do equilíbrio mental. Foi a esse complexo e contraditório arranjo mental que Freud denominou de *defesa patológica*. Marco Aurélio Freitas Lisboa, ao se despedir

[15] Depoimento concedido ao autor em setembro de 2006.
[16] Grifo do autor.

do nosso encontro, finaliza: “não há um só dia que não penso na minha outra vida; é em nome daquilo que lutei na clandestinidade que mantém vivo”.

3.2 Militância Interrompida ou Opção pela Clandestinidade?

> *Chegarei assim ao campo e aos vastos palácios da memória, onde se encontram os inúmeros tesouros de imagens de todos os gêneros, trazidas pela percepção. Aí é também depositada toda a atividade de nossa mente, que aumenta, diminui ou transforma, de modos diversos, o que os sentidos atingiram, e também tudo o que foi guardado e ainda não foi absorvido e sepultado no esquecimento. Quando aí me encontro, posso convocar as imagens que quero. Algumas se apresentam imediatamente; outras fazem-se esperar por mais tempo e parecem ser arrancadas de repositórios mais recônditos. Irrompem as outras em turbilhão no lugar daquela que procuro, pondo-se em evidência, como que a dizerem: “Não somos nós talvez o que procuras?” Afasto-as da memória com a mão do meu espírito; emerge então aquela que eu queria, surgindo das sombras. Outras sobrevêm dóceis em grupos ordenados, à medida que conclamo, uma após outra, as primeiras cedendo lugar às seguintes, e desaparecendo para reaparecer quando quero. Eis o que sucede quando falo de memória.*[17]

Gilberto Martins Vasconcelos[18] tinha uma longa ficha de serviços prestados à militância política de esquerda quando ouviu, naquela manhã de 12 de outubro de 1968, a voz de prisão, que foi dada pelos agentes da repressão a aproximadamente 700 estudantes que, clandestinamente, se reuniam em Ibiúna, SP. Vasconcelos já havia passado pelo movimento estudantil secundarista quando entrou para a Política Operária, POLOP, durante o curso de advocacia na Faculdade de Direito de Uberaba. Dessa atuação local, Gilberto migrou, posteriormente, para uma militância estadual, indo compor o quadro de militantes do Comando de Libertação Nacional, o Colina, organização de esquerda de Minas Gerais. É na condição de delegado dessa organização que se deslocou para Ibiúna.

Na ilusão de que era possível realizar um congresso nacional de tamanho vulto, as lideranças do Movimento Estudantil levaram a termo a ideia de realizar o XXX Congresso Nacional da entidade, a União Nacional dos Estudantes (UNE).

---

[17] AGOSTINHO, Aurélio. **Confissões**. São Paulo, Editora Paulus, 1997, p. 278.
[18] Depoimento concedido ao autor em janeiro de 2010.

Com tanta agitação no lugar, os serviços de inteligência das forças armadas não demoraram muito para chegar até o referido local onde se realizaria o evento. Resultado da chegada da polícia: caíram todas as principais militâncias do Movimento Estudantil brasileiro, significando, na prática, a desmobilização das lutas estudantis. O que viria depois, em termos de ação estudantil, seria bastante incipiente e desarticulado.

Preso, Gilberto Vasconcelos, assim como a maioria dos outros estudantes, foi levado para o presídio Tiradentes em São Paulo. Durante a viagem, chegou a uma conclusão inevitável e, sobretudo, assustadora: não mais poderia exercer a sua militância nos moldes antigos. Sabia que um Inquérito Policial Militar contra ele seria instaurado e, em virtude disso, seus passos na vida legal, seriam totalmente cerceados. Mesmo que sua prisão fosse afrouxada, sabia que não poderia mais exercer a militância nas mesmas condições de antes. Todo o ME sentia a pressão do momento, as várias prisões, os sumiços dos companheiros, as arbitrariedades do regime. Tudo isso anunciava um estrangulamento das possibilidades de ir e vir. Conclusão: a única *opção* possível era aderir à clandestinidade.

Optar pela vida clandestina, enquanto projeto político, deve ser visto como consequência da interpretação que determinados militantes fizeram da realidade. Para esses indivíduos, os meios cerceadores utilizados pelos agentes da repressão impuseram um estreitamento de ações de tal envergadura que os impeliram de forma cabal na adesão à vida clandestina. Usando uma metáfora para tentar esclarecer o que queremos dizer, poderíamos afirmar que o militante que está prestes a aderir à clandestinidade vive um drama maior do que o do sujeito que está diante de uma encruzilhada, pois este pode optar entre um ou outro caminho. Já a situação do militante de esquerda diante da clandestinidade é de total ausência de opção, pois simplesmente não há o que se escolher. Ainda que esse militante opte pelo exílio, é preciso dizer que sua capacidade de impor uma pauta de luta contra o regime que se quer vencer fica seriamente comprometida.

De modo bastante prático, vejamos o que significava entrar para a clandestinidade. O militante deveria se desfazer de sua identidade, de tudo aquilo que o caracteriza enquanto sujeito: seu nome de família (e

consequentemente, sua família), seu trabalho, sua escolaridade, seu local de moradia e, talvez, a exigência mais dolorosa: deveria ele abrir mão de suas lembranças pessoais, a fim de não colocar em risco a segurança de pessoas mais próximas.

Sabemos que, num primeiro momento, a clandestinidade tem um lado bastante sedutor. O militante, por alguns instantes, julga ganhar uma liberdade que outrora ele não desfrutara. Acredita, mesmo, que agora, clandestino, poderá ir onde não lhe era permitido, falar o que antes era proibido, enfim, pensa poder levar adiante um projeto de luta o qual, de outra forma, seria impossível engendrar. Frei Betto, no seu livro Batismo de Sangue[19], diz:

> Viver na clandestinidade é como tornar-se invisível para os outros. As pessoas nos veem, mas não nos conhecem, e os que conhecem não podem nos encontrar senão por acaso. Como toda situação de completo despojamento, faz-nos sentir mais livres. Trocar de nome dá sensação de vida nova.

Entretanto, a realidade com que se depara faz com que o militante logo se desiluda com a vida clandestina. A sensação de liberdade é logo substituída pela tomada de consciência de que estar no anonimato da clandestinidade não é estar protegido de nada e, muito menos, desfrutar de condições de levar adiante qualquer rol de reivindicações. Descobre o militante clandestino que a escuridão que supostamente lhe confere mobilidade é a mesma que torna turvos seus próprios caminhos.

Mariana[20], ex-militante da POLOP em Minas Gerais, acerca dessa temática, diz:

> A princípio, a clandestinidade até nos atraia, pois significava a oportunidade de fazermos alguma coisa. Nossa sensação de andarmos correndo atrás do próprio rabo era imensa. Tudo que a gente tinha vontade de fazer, que a gente planejava, não tinha sequencia, já que a repressão era muito grande. Daí que a ida para clandestinidade tinha um tom de esperança, de poder fazer alguma coisa, entende?

Maria Auxiliadora Arantes, num trabalho[21] com militantes da Ação Popular (AP), organização de esquerda marcada por um viés cristão, refere-se assim a essa tomada de consciência:

---

[19] BETTO, Frei. **Batismo de Sangue** – os dominicanos e a morte de Carlos Mariguella. Rio de Janeiro, Editora Bertrand Brasil, 10ª Edição, 1991, p. 52.
[20] Depoimento concedido ao autor em julho de 2008.

> Impedido de ter trabalho compatível com sua formação, quer acadêmica, quer profissional, o militante [clandestino] passará a ter uma vida extremamente constrita. Os militantes de AP, integrados na produção, no campo e na cidade, passarão a se vestir, a comer e a morar de um jeito bastante parco e simples. Abrirão mão de seus confortos pessoais e familiares, sobretudo aqueles que eram de família de classe média; abandonaram seus diplomas universitários, e seguindo os ditames políticos de sua organização, levaram a fundo as suas orientações.

Acerca das agruras trazidas pela vida clandestina, vejamos o singular caso de Marilete Otony Tibery[22]. Marilete participou, em início de 1969, junto a outros estudantes, em Uberaba, MG, da fundação da *Célula dos Onze*[23], organização ligada a dirigentes da Aliança Libertadora Nacional de Ribeirão Preto, SP, cidade distante 170 km da cidade mineira[24].

Em função de inúmeras prisões que ocorreram dentro da organização ribeirãopretana, não demorou muito para que os militares conseguissem informações sobre a Célula dos Onze de Uberaba. Um dos nomes mais procurados era o de Orestes.

Orestes[25] era o dirigente mor da Célula dos Onze e, segundo outros relatos, um dos guerrilheiros mais procurados na região de Ribeirão Preto e que já estava na clandestinidade desde 1966, quando sofreu a primeira prisão na capital paulista. Ao sair, migrou para a região de Ribeirão Preto, onde encontrou apoio de alguns padres dominicanos daquela cidade. Quando a repressão começou a cercar os militantes e os guerrilheiros de Ribeirão Preto, Orestes foi orientado a procurar os dominicanos que viviam em Uberaba.

Na cidade mineira, os padres e as irmãs dominicanas possuíam, desde os anos 50, um hospital, uma escola/internato para moças e uma instituição de ensino superior, a FISTA – Faculdades Integradas São Tomás de Aquino. Nesta, havia o curso de Filosofia, que reunia os estudantes mais radicais,

---

[21] ARANTES, Maria Auxiadora A. C. **Pacto Re-velado**: psicanálise e clandestinidade política. São Paulo, Editora Escuta, 1994, p. 131.
[22] Depoimento concedido ao autor em maio de 2005.
[23] Maiores detalhes, consultar LACERDA FILHO, Mozart. **As Três Moças de Uberaba**: A Participação Feminina nos Movimentos de Resistência à Ditadura Militar Segundo a Ótica de Três Mulheres do Interior do Brasil. Rio Grande do Sul, Editora da Unisinos, 2008, p. 159.
[24] Maiores detalhes, consultar BOTOSSO, Marcelo. **FALN**: A guerrilha em Ribeirão Preto. São Paulo, Editora Holos, 2006.
[25] Marilete afirma não lembrar o nome verdadeiro de Orestes.

alguns adeptos da luta armada, inclusive[26]. Foi na Faculdade de Filosofia da FISTA que Orestes conheceu Marilete Otony Tibery, dentre outros estudantes, e resolveram fundar a Célula dos Onze.

Na última reunião da Célula dos Onze, Orestes aconselhou os outros membros da organização a saírem de Uberaba, pois temia que os agentes da repressão os procurassem, o que, de fato, acabou acontecendo. Sem muitas alternativas, Marilete consegue convencer sua família a mandá-la para Belo Horizonte, onde iria passar uns dias na casa de uma amiga.

Ao chegar à capital mineira, Marilete inicia um período de oito meses na clandestinidade. Assume o nome de Rosa e vai trabalhar numa fábrica de tecidos no centro da cidade. Faz alguns contatos com uma célula da ALN, mas se recusa a participar diretamente de qualquer tipo de militância. Ao ser perguntada sobre a sua adesão à vida clandestina, vejamos o que ela diz:

> Não tinha escolha, não havia outra alternativa. Dois dias depois que saí de Uberaba, os militares bateram na porta lá de casa e exigiam saber onde eu estava. Ou entrava para a clandestinidade ou ia presa e ir preso significava muita dor, né? Então... fazer o quê? Não hesitei, pois se tratava de ficar viva.

Quando perguntada sobre os impactos que essa sua escolha lhe trouxe, ela, de modo muito enfático, afirma:

> Tudo mudou depois da clandestinidade. Não tinha mais nome, família, amigos. Todos os meus projetos foram interrompidos. Toda a minha militância foi interrompida. Tive que elaborar um outro ser dentro de mim... quase fiquei louca. Enquanto a Marilete pensava de um jeito, a Rosa pensava de outro. Foram oito meses de muito sofrimento.

Ao fim de oito meses de clandestinidade em Belo Horizonte, Marilete faz contato com dois estudantes de Uberaba e resolve voltar para a casa. Na sua avaliação, não se julgava um quadro importante e, por isso, não via perigo em voltar para o interior. Ledo engano. Duas semanas após o seu retorno, agentes da repressão de Ribeirão Preto prendem-na em sua própria residência. Primeiro, ela é levada para São Paulo e, depois, para Brasília. Ao todo,

[26] Maiores detalhes, consultar PAULA, Eustáquio Donizete. **Regime militar, resistência e formação de Professores na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras Santo Tomás de Aquino em Uberaba/MG (1964 - 1980).** Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade de Uberaba, 2007.

permanece três meses em posse dos militares. Graças aos contatos do pai, um dos mais importantes criadores de gado Zebu do Brasil, Marilete não foi torturada e teve um retorno rápido para a casa.

Durante a entrevista, solicitamos que Marilete fizesse uma comparação entre o período da clandestinidade e o tempo em que esteve presa, ela diz:

> No meu caso, a vida clandestina deixou marcas muito mais profundas. Durante o período em que estive presa, havia muito o medo da tortura, o que é uma coisa abominável. Mas a clandestinidade te obriga a abrir mão de coisas muito valiosas, suas lembranças... é horrível deixar de ser o que se é. Enquanto estive presa, conhecia o inimigo, sabia o que ele era capaz. Já na clandestinidade, luta-se contra si mesmo.

Detendo-nos um pouco mais a este último relato, seria importante investigarmos, para os objetivos a que este trabalho se propõe, a cisão a que a mente do militante clandestino se sujeita. Não é necessário um olhar mais detalhado para, logo, identificarmos que o clandestino, à medida que abre mão de uma vida em razão da outra, vive uma divisão do ego quase que natural. Afinal, faz parte do *modus operanti* da clandestinidade se assumir uma pessoa que antes não existia.

De todo modo, essa ruptura consigo mesmo pela qual passa todo clandestino é, de certo modo, racionalizada, compreendida, diríamos que é até mesmo uma ruptura *consentida*. Mas, quando Marilete diz: “na clandestinidade, luta-se contra si mesmo”, perece-nos que há nessas palavras um conteúdo diferente do acima mencionado. Analisemos melhor essa questão.

Melanie Klein, nascida em Viena em 30 de março de 1882, foi uma das criadoras do método de interpretação do inconsciente de crianças via jogos e brincadeiras[27].

Entretanto, sua forma de pensar a psicanálise a levará a formular inúmeros conceitos novos, que irão influenciar também o tratamento de adultos. Um desses conceitos é o de cisão (ou clivagem) do ego. Segundo o Dicionário de Psicanálise de Elizabeth Roudinesco e Michel Plon[28], Clivagem significa, na teoria kleiniana:

---

[27] Maiores detalhes, consultar: KLEIN, M. **Psicanálise da Criança**. Rio de Janeiro: Editora Mestre Jou, 1989.

[28] ROUDINESCO, E. PLON, Michel. **Dicionário de Psicanálise**. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 1998, p. 215.

> Também denominada clivagem do objeto ou ainda *splitting* do objeto. Segundo Melanie Klein, constitui a defesa mais primitiva contra a ansiedade. O objeto, alvo das pulsões eróticas e destrutivas, cinde-se em objeto "bom" e objeto "mau", que terão destinos independentes no jogo das introjeções e das projeções. O termo é empregado de vários modos por diferentes autores: como a contrapartida de síntese na formação da estrutura psíquica, como uma descrição das suborganizações patológicas coexistentes da estrutura psíquica, como um modo de organizar a realidade externa com base no fato de as experiências específicas anteriores terem sido "prazerosamente boas" ou "dolorosamente más", e como um mecanismo de defesa contra sentimentos ambivalentes para com um objeto.

O mecanismo descrito por Melanie Klein é considerado o mecanismo de defesa mais primitivo que os indivíduos experimentam contra qualquer tipo de angústia. Segundo ela, os objetos desejados cindem-se em um objeto *bom* e um objeto *mau*. Segundo a teoria psicanalítica kleiniana, ao lançar mão desse recurso, a mente humana consegue suportar melhor as frustrações a que todos estamos sujeitos, uma vez que os objetos por nós internalizados podem não corresponder às nossas expectativas.

Não ter suas expectativas em relação à vida clandestina correspondidas era o dia a dia de inúmeros militantes que entravam para a clandestinidade política. Ainda mais quando a adesão não estava diretamente vinculada a nenhum tipo de perseguição. Nesses casos, não se espera muito dessa nova forma de luta a não ser permanecer vivo.

Entretanto, quando a luta clandestina era vista como uma alternativa real e concreta, uma possibilidade verdadeira de se fazer avançar a luta armada no Brasil, o choque de realidade trazido pelo contraste entre aquilo que se desejava e aquilo que, de fato, era possível realizar vinha carregado de enormes frustrações. Diante de uma condição de enormes fatores impeditivos intrínsecos à condição clandestina, somada às naturais dificuldades de se levar adiante um projeto de guerrilha num país de feições conservadoras, impuseram a esses agentes um enorme sentimento de inércia, num primeiro momento, e de derrota, num momento posterior.

Por isso acreditamos ser tão comum encontrarmos nos testemunhos, quer orais, quer escritos, desses militantes o elemento da luta constante contra si mesmo. Se pensarmos que a vida clandestina torna o militante, antes de tudo, um clandestino para si mesmo – e não apenas para os órgãos de

repressão, para os outros militantes, para sua família, para amigos, para a organização a que pertence – é possível aceitarmos que, como meio de garantir alguma sanidade, seu mundo mental experimente uma ruptura.

Outra conjectura que nos parece bastante pertinente é levarmos em conta que as cisões promovidas pela mente daquele que vive a clandestinidade, além de servir de defesa para o momento imediato, atua, também, como um organizador da memória futura, preservando-a. Quando, por força de todos os conflitos que vive, a mente do militante clandestino se vê obrigada a apelar para a cisão do ego, de alguma maneira, isso também acontece com a memória. E esse é um dos fatores fundamentais para que lembranças tão traumáticas não fossem relegadas ao esquecimento, perdendo-se por completo. Quando se dá a ruptura do ego e ele, então, é divido em dois níveis de experiência, a mente desloca para um dos lados os fatos e acontecimentos vividos na atualidade. Dizendo de outro modo: a cisão do ego, mais do que um mecanismo de defesa, é capital para que as lembranças, por serem muito dolorosas, permaneçam guardadas.

Etchegoyen, numa obra intitulada Fundamentos da Técnica Psicanalítica, chama atenção para o fato de que uma das principais características da mente daqueles que sofrem de algum conflito psíquico é conseguir preservar na memória as lembranças de quando não viviam sob o signo da doença atual. Não fosse essa lembrança, que de algum modo permanece intocada, de nada adiantaria o tratamento psicanalítico, uma vez que um de seus preceitos metodológicos é fazer com que o paciente se recorde de si quando ainda não fora acometido do conflito o qual, posteriormente, o fez sofrer. Vejamos Etchegoyen[29]:

> O método associativo confirma a Freud que as coisas são esquecidas quando não se as quer recordar, porque dolorosas, feias e desagradáveis, contrárias à ética ou à estética (...) Entretanto, é preciso, por força do método de associação livre, fazer com que esse conteúdo esquecido volte a ser lembrado pelo paciente.

Outro aspecto muitíssimo importante, também fonte de enormes frustrações, e que necessitava de esforços mentais enormes, dizia respeito ao

[29] ETCHEGOYEN, Horácio. **Fundamentos da Técnica Psicanalítica**. 2ª Edição, Porto Alegre: Editora Artes Médicas, 1989, p. 16.

custo de vida do militante clandestino. Antes de prosseguir, uma advertência: é preciso considerar que, para muitos militantes na clandestinidade, a figura do elemento responsável por essa condição clandestina acaba se diluindo e, por isso, torna-se secundária. Problemas alheios à esfera política acabam se tornando mais urgentes e, por conseguinte, dividiam a atenção dos que viviam na clandestinidade. O resultado era um desvio por completo da militância política. Acerca disso, vejamos o que diz o ex-guerrilheiro Ottoni Fernandes Júnior, numa obra sua intitulada O Baú do Guerrilheiro[30]:

> A experiência guerrilheira histórica ensina que para cada militante que está na frente militar e que atua clandestinamente, é preciso no mínimo 20 militantes legais, gozando de livre trânsito. Acossados pela repressão, que atuava cada vez mais duramente, com militantes despreparados para a vida clandestina, esta relação tendia a se inverter: logo teríamos 20 clandestinos para cada membro legal. Com uma estrutura tão pesada, era imperioso manter a todo vapor as ações armadas. Precisávamos de armas para repor aquelas perdidas nas quedas de aparelhos e dinheiro para sustentar toda essa estrutura clandestina. Nossas ações já não eram movidas pelo interesse de fazer a propaganda armada ou de denunciar a ditadura militar: a grana era necessária para que as pessoas na clandestinidade andassem de ônibus, comessem, pagassem seus aluguéis.

Jairo de Oliveira Gerwenstein militou em duas organizações de esquerda antes de cair na clandestinidade: AP e MR-8. Entre 1966 e 1967, recebeu treinamento militar num sítio no interior de Minas Gerais. Participou do que os militantes da AP chamavam de integração na produção, tendo ido morar no Vale do Ribeira[31]. Além disso, Jairo participou de ações armadas na região de Patos de Minas, que tinha por meta, entre outras coisas, levantar recursos financeiros para ajudar aqueles que estavam na clandestinidade. Ele próprio viveu nessa situação por sete anos. Vejamos o que ele diz acerca dos problemas financeiros vividos pelas organizações de esquerda e da dificuldade de manter a atenção na militância revolucionária:

---

[30] FERANDES JÚNIOR, Otonni. **O Baú do Guerrilheiro**. Rio de Janeiro: Editora Record, 2004, p. 32

[31] O militante, oriundo da classe média, precisa tomar contato com a realidade direta das pessoas menos abastadas e, por isso, precisavam viver o seu cotidiano mais de perto. Assim, mudava-se para bairros mais pobres. Era uma tentativa de proletarização do militante.

> Durante um tempo, quando as expropriações mantinham o caixa no azul, a vida na clandestinidade, que sempre foi muito difícil, ainda era mais ou menos suportável. Mas, quando acabou o dinheiro, as coisas se complicaram demais. Vi companheiros de clandestinidade arriscarem serem presos na tentativa de fazer contato com a família para conseguirem alguns trocados. Tivemos, isso é muito triste de lembrar, pessoas que pediam esmolas em bares. Conheci um militante que foi obrigado a pedir dinheiro no meio da rua.

Outra situação que ilustra bastante o que estamos discutindo nos relata Maria Madalena Prata Soares, ex-militante da AP em Uberaba e Belo Horizonte. Maria Madalena foi casada com José Carlos Novaes da Mata Machado, outro militante da AP. Eles se conheceram em 1970 e nessa época, ambos viviam na clandestinidade. Desse casamento, nasceu o filho, Dorival. Quando estavam prestes a terem o bebê, José Carlos foi enviado para militar numa favela de Fortaleza, lá permanecendo por um ano.

A perspectiva de ter um filho militando na clandestinidade assustava o casal e Maria Madalena foi enviada para Goiânia, para ter o filho próximo de seus familiares que residiam na capital de Goiás. Maria Madalena[32] assim lembrou-se do episódio:

> Como cheguei a Goiânia, só Deus é que sabe. Não dava para ir pelas estradas oficiais, tinha que ser por outros caminhos. Não tinha dinheiro nem mesmo para a ficha telefônica. O pouco dinheiro que havia, deixei com o José Carlos, pois ele poderia precisar. Meu irmão me buscou num bar perto da rodoviária. Ao me ver, perguntou se militante clandestino não se alimentava tamanha era a minha palidez. Disse a ele que militante clandestino não tem conta em banco e muito menos talão de cheque.

Mas, a situação de militante clandestino exigia outros esforços que não se restringiam apenas à esfera monetária. À medida que a clandestinidade se intensificava, uma forte sensação de isolamento abatia sobre o militante nessas condições. A princípio, esse isolamento era mesmo desejado, uma vez que com ele uma certa sensação de segurança era percebida, e os militantes sentiam-se, por isso, protegidos. É bom que lembremos que, depois da decretação do AI-5, em 13 de dezembro de 1968, desaparecer era fundamental para boa parcela dos militantes das diversas organizações de esquerda, muitas delas, frise-se, criadas já sob a égide da clandestinidade.

[32] Depoimento concedido ao autor em agosto de 2005.

Mas como afirmávamos anteriormente, há um preço a se pagar por tal sensação de proteção. Antes de prosseguirmos, reproduziremos um trecho da entrevista de Herbert de Souza[33] – o Betinho – concedida a Emir Sader, Fernando Molica, Franklin Martins, Marceu Vieira e Suely Caldas, no dia 16 de março de 1996, e publicada pela Editora Revan, na coleção *Quem é,* sob o título de *No Fio da Navalha*. Betinho foi um dos fundadores da AP e viveu na clandestinidade por vários anos, antes de se exilar no Chile, Canadá, Escócia e México. Voltou ao Brasil no início dos anos 80, com a lei da Anistia de 1979.

> **Emir**: Como você viveu os sequestros[34], o do embaixador norte-americano, por exemplo?
> **Betinho**: eu tenho noções muito vagas dessas coisas, porque eu não tinha televisão, não tinha rádio, ouvia muito pouco rádio e não tinha dinheiro para ficar comprando jornal. O que corria de informação era o que corria no seu círculo. Hoje, quando me lembro do período Médici, eu vejo que só depois que eu saí para o exílio, já no Canadá, é que fui estudar esse período.
> **Fernando**: você se desligou da realidade?
> **Betinho**: *Mas a clandestinidade é um isolamento*[35].

Dos inúmeros relatos (escritos ou orais) sobre a vida clandestina que esse trabalho tem por objetivo analisar, esse é um dos mais explícitos em vincular a experiência da clandestinidade ao isolamento político que esta opção, de forma inerente, traz para a vida do militante em tal situação. Vejamos mais detalhadamente o paradoxo trazido na fala de Betinho. Para um sujeito que deseja transformar a situação político-econômico-social de um país via socialismo popular, como era o caso dos militantes da AP, ter a exata noção do que acontecia no palco onde essa guerra se passaria era o mínimo necessário. E eis que, de repente, nem mesmo dinheiro para o jornal havia.

Outro testemunho que corrobora o que acima afirma o ex-militante Betinho é trazido por Alzira Alves de Abreu, no seu artigo *Os Anos de Chumbo: Memória da Guerrilha*. À semelhança dessa pesquisa, Abreu entrevistou ex-militantes que viveram clandestinos. Acerca do isolamento trazido pela

---

[33] SOUZA, Herbert José de. **No Fio da Navalha**. Rio de Janeiro: Editora Revan, 1996, p. 88/89.
[34] Durante a ditadura militar, as organizações de esquerda sequestraram quatro embaixadores: Charles Burke Elbrick, embaixador norte-americano; Nobuo Okushi, embaixador japonês; Ehrenfried Anton Theodor Ludwig Von Holleben, embaixador alemão; Giovanni Enrico Burcher, embaixador suíço.
[35] Grifo do autor.

condição de militante clandestino, vejamos o que um deles afirma (1994, p. 20/21):

> Eu não conseguia [manter o foco na realidade], não tinha serenidade nem mesmo para ler um livro, de vez em quando eu conseguia ler romances, mas ler um livro de economia, de política, numa barra dessas, em que para ir ao banheiro você tinha que ir armado, é muito violento. Para vocês terem uma ideia, isso até se tornou folclórico, a Var-Palmares chegou num determinado momento a criar a chamada comissão de acompanhamento da realidade, que teria como função juntar recortes de jornais, colar numa folha, tirar cópia e passar para os quadros da organização. Isso porque a grande maioria dos quadros de esquerda daquela época não lia sequer jornal.

Podemos afirmar que, ainda que censurados, jornais ou quaisquer outros veículos de informações eram necessários para que a militância pudesse minimamente alinhar suas pautas ao que acontecia dentro do país. Sem acesso a essas informações do cotidiano da luta que se pretendia levar a termo, só restava o isolamento. Com ele, as chances desses militantes, que nunca foram muitas, diminuiriam ao limite do inexistente. Pior: na contra-mão disso, lutavam, esses militantes, contra um inimigo que, se não dispunha de todas as informações de que precisavam, dispunham, isso sim, de todos os mecanismos para tê-las e nenhum escrúpulo em consegui-las.

3.3 Memória, Trauma e Testemunho: Investigando as Polifonias da Clandestinidade

Diante de tudo o que expusemos até, podemos dizer que viver na clandestinidade política é viver uma situação traumática. Sabemos disso porque, quando um ex-militante político narra suas experiências vividas na clandestinidade, ele está narrando uma vivência tão intensamente traumática que sua narrativa beira tanto ao colapso que, em diversos momentos, chega a comprometer a comunicação daqueles conteúdos. Ele *quase* não consegue *re-apresentar* suas emoções.

Entrementes, esse *quase não conseguir* é a única porta de acesso a essas narrativas. Dizendo de outro modo: quando um militante que esteve na condição de clandestinidade narra suas vivências traumáticas – re-vive suas

dores, portanto – esse re-viver é condição fundamental para que ele se aproxime de suas memórias. Robert Antelme, escritor francês, foi preso durante a Segunda Guerra Mundial e levado para vários campos de concentração. Quando do seu retorno para a França, Antelme se propôs a testemunhar aquilo que havia vivido. Citado por Selligman-Silva (2008, p. 70)[36], na sua obra *A Espécie Humana* Robert Antelme afirma:

> Há dois anos, durante os primeiros dias que sucederam ao nosso retorno, estávamos todos, eu creio, tomados por um delírio. Nós queríamos falar, finalmente ser ouvidos. Diziam-nos que a nossa aparência física era suficientemente eloquente por ela mesma. Mas nós justamente voltávamos, trazíamos conosco nossa memória, nossa experiência totalmente viva e sentíamos um desejo frenético de a contar tal qual. E desde os primeiros dias, no entanto, parecia-nos impossível preencher a distância que descobrimos entre a linguagem de que dispúnhamos e essa experiência que, em sua maior parte, nos ocupávamos ainda em perceber nos nossos corpos. Como nos resignar a não tentar explicar como havíamos chegado lá? Nós ainda estávamos lá. E, no entanto, era impossível. Mal começávamos a contar e sufocávamos. A nós mesmos, aquilo que tínhamos a dizer começava então a parecer inimaginável.

E é nesse hiato paradoxal, de ter que lembrar o que não se quer lembrar, que se situa a ação testemunhal daqueles que viveram sofrimentos muitas vezes inenarráveis. Ouçamos Mariana:

> Às vezes as pessoas me pedem para contar como foi que aguentei o tranco, quando tive que deixar minha família, minha casa, meus amigos... quando abandonei minha vida. Não é fácil trazer à tona tudo isso porque sofremos pra caramba, foi muito difícil. O que consola nesses momentos de lembranças é que, de algum modo, me sinto aliviada.

Podemos, então, afirmar que o traço marcante do testemunho de situações traumáticas como a experiência da militância clandestina é ser ele, o testemunho, uma atividade vital para aquele que narra. Em situações de extrema violência há uma enorme carência de se fazer ouvido.

À medida que uma narrativa é elaborada, à medida que deixa de ser uma ideia circunscrita à mente daquele que a possui, ganha o simbolismo das palavras e chega até os ouvidos do outro, imediatamente uma cumplicidade se

[36] SELIGMANN-SILVA, Márcio. Narrar o Trauma – A Questão dos Testemunhos de Catástrofes Históricas. **Psicologia Clínica**, Rio de Janeiro: Departamento de Psicologia da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, v. 20, n.1, p. 70, p. 65-82, 2008.

estabelece, e o sobrevivente se vê na possibilidade de ter, no reconhecimento daquele que ouve, a certeza de que não se lembra em vão. O outro é quem confere valor aos conteúdos das lembranças do narrador. A lembrança transmitida – e consequentemente captada – é uma reafirmação daquilo que se viveu. Encontra o narrador, dessa forma, um mecanismo de perpetuar suas memórias. Afirmando com Selignann-Silva, que muito bem sintetizou a importância de se lembrar dos fatos dolorosos: "narrar o trauma, portanto, tem em primeiro lugar este sentido primário de desejo de renascer". Se me permitirem, é exatamente isso que ocorre com os nossos velhos que estão internados em asilos quando encontram alguém que possa ouvir suas lembranças. Eles renascem.

Maria Clodilte Vieira Ayer Quintela[37] é uma militante histórica da AP de Belo Horizonte, e sua casa é uma espécie de ponto de encontro dos ex-militantes da organização católica na capital mineira. Lá estivemos em setembro de 2005 para tratar especificamente da militância de Gildo Macedo Lacerda, tema abordado durante o nosso mestrado. Conversamos por mais de 3 horas ininterruptas e tratamos de todos os aspectos que diziam respeito à Ditadura Militar. De repente, Clodilte muda drasticamente de assunto, seu semblante se fecha e ela faz uma revelação: descobrira, há pouco tempo, um câncer no fígado e teria que, portanto, enfrentá-lo. Pergunto se ela prefere interromper a entrevista ou que eu desligue o gravador. Simplesmente diz:

> Preciso lhe contar tudo, pois minhas memórias vão me abandonar, sei que vão... já há coisas que não consigo me lembrar direito, datas, nomes, lugares. Mas quando há quem se interesse pelo que está guardado na minha cabeça, fica mais fácil... sinto que as lembranças vão retornando.

Mesmo quando se considera que a fala acima também pode ter sido motivada pela descoberta de uma grave doença – e é provável que esse elemento, de algum modo, esteja mesmo presente –, não se pode deixar de perceber que uma sensação de esperança invade aquele que se dispõe a contar o que sabe e o que viu. É justamente por confiar na possibilidade de

[37] Depoimento concedido ao autor em setembro de 2005.

comunicar suas experiências que o narrador julga ser mais fácil enfrentar os infortúnios que a vida lhes reserva.

Por outro, quando o ouvinte entra em contato com o conteúdo da narrativa, quer das experiências próprias do narrador ou relatos que lhes foram passados, ocorre um processo de assimilação desses conteúdos, dilatando sua compreensão daquilo de que trata a narrativa. Donde se conclui que o papel do ouvinte é fundamental em qualquer testemunho.

Mas é hora de introduzirmos outra categoria de pensamento para que possamos avançar nas nossas considerações. A falência do projeto de homem defendido pela modernidade, o não cumprimento das promessas de um mundo içado por um progresso permanente, faz dos humanos aquilo que Jean-Paul Sartre chamou de *paixão inútil*[38]. Incapaz de se reconhecer naquilo que ele mesmo fez de si, o homem é mergulhado numa permanente sensação de desterritoriedade, onde sua consciência está em eterno conflito com o que o mundo espera dela.

E essa sensação de ser estrangeiro para si mesmo se agrava com o decorrer do século XX, onde, entre outras coisas, o homem é apresentado ao horror em doses cavalares, onde a barbárie passa a ser o cotidiano e a racionalidade é toda posta em cheque. Esse século XX, antes da esperança e do coroamento da inteligência humana, dá lugar ao desespero e a aniquilação do humano, do otimismo de podermos, via racionalidade, alcançarmos o melhor dos mundos. O século XX, enfim, por todas as suas atrocidades, é a expressão pura da realidade não mais vista como confortável e repleta de ordem. Estamos falando de uma realidade compreendida, agora, sob o prisma da catástrofe, do empobrecimento e do irracional.

A clandestinidade é, pois, segundo nosso ponto vista, exemplo concreto de uma realidade calcada por eventos catastróficos. Ainda mais, a clandestinidade vivida após 13 de dezembro de 1968, data em que entrou em vigor o Ato Institucional nº 5.

Mas, quando enxergamos a realidade sob as lentes da catástrofe, de imediato surge um problema epistemológico, que é o das (im)possibilidades de representação. Dizendo de outro modo: se o real está todo envolvido pelo

[38] SARTRE, Jean-Paul. **O Ser o Nada** – Ensaios de Ontologia Fenomenológica. Petrópolis: Editora Vozes, 1996, p. 515.

amálgama da catástrofe, do indizível, pois é como a realidade fica depois de experimentar a barbárie, como representá-la? Como dizê-la? Como comunicá-la? Como torná-la inteligível? Imitando os matemáticos, apliquemos o teorema demonstrado: como narrar uma experiência clandestina se ela é, em si mesma, clandestina? Como as experiências de militância clandestina, dolorosas, catastróficas que são, podem ser expressas em palavras? Dizer dessas experiências em palavras significa aceitar a ideia de que podemos representá-las.

Um estudo que se propõe a analisar os discursos elaborados por quem viveu a experiência-limite, aceita a tese de que essas vivências podem ser trazidas para o campo da representação. Mas, por si só essa crença não garante a execução da empreitada. Acerca dessas discussões epistemológicas, vejamos Seligmann-Silva[39]:

> Com a nova definição de realidade como catástrofe, a representação, vista na sua forma tradicional, passou ela mesma, aos poucos, a ser tratada como impossível; o elemento universal da linguagem é posto em questão tanto quanto a possibilidade de uma intuição imediata da realidade. Essa condenação da representação nos seus moldes tradicionais deu-se não sem ambigüidades: ora exigiu a passagem do discurso para o imagético, ou seja, da palavra para a imagem, ora seus adeptos defenderam uma descrição realista dos fatos, novamente nos moldes tradicionais.

É preciso, portanto, buscar uma nova modalidade de representação que dê conta de pensar os eventos-limites, aqueles que, em sua maioria, de tão tétricos e absurdos, emudeceram os seus protagonistas. Enfim, eventos que chamamos de catástrofes. Estamos falando do testemunho: uma narrativa não dos eventos violentos e catastróficos em si, mas da resistência da compreensão dos mesmos. A matéria prima do testemunho é a inconformidade que passa a habitar a consciência dos homens quando eles se deparam com a necessidade de não legitimar atos de atrocidade. Por isso, todo testemunho é, antes de tudo, um grito de inconformismo lutando contra o esquecimento. Flavio Tavares, num dos mais inconformados testemunhos sobre a violência

[39] NESTROVSKI, Arthur; SELIGMANN-SILVA, Márcio (Org.). Catástrofe e Representação. São Paulo: Editora Escuta, 2000, p. 75.

cometida pelos órgãos de repressão da ditadura militar intitulado Memórias do Esquecimento[40], diz:

> Esquecer? Impossível, pois o que eu vi caiu também sobre mim, e o corpo ou a alma sofridos não podem evitar que a mente esqueça ou que a mente lembre. Sou um demente escravo da mente.

Segundo Márcio Selligmann-Silva, a teoria do testemunho surgiu em diversos e diferentes países, através de múltiplos contextos. No continente europeu, surge como necessidade de se criar um aparato teórico que contemplasse os textos de sobreviventes da Shoah.

Na América Latina, o testemunho está relacionado à experiência de regimes autoritários, seja num contexto de uma ditadura política, de exploração econômica, ou na realidade das minorias étnicas e sexuais. Se dentro da realidade europeia o estudo do testemunho tem aliado a Teoria Literária à Filosofia da História e da Psicanálise, nos países da América Latina, a teoria do testemunho está ligada à função documental e à representação política.

Para Jeanne-Marie Gagnebin, o cuidado com a memória torna-se, além de um objeto de estudo, uma tarefa ética (e por que não dizer histórica e social), visto que tal resgate proporciona a preservação daquilo que estava perdido nos recônditos do passado e que faz parte da história da sociedade, assumindo um duplo viés. Exerce um papel terapêutico – no momento em que os traumas são trabalhados, de maneira a promover a catarse daquele que denuncia – e social, quando a denúncia faz refletir acerca dos fatos, numa explicação do passado que fomenta uma melhor assimilação e compreensão do presente, não num movimento de celebração do que passou, mas no de alerta contra a repetição de tais episódios.

---

[40] TAVARES, Flávio. **Memórias do Esquecimento**. 3ª edição. Rio de Janeiro: Editora Globo, 1999, p. 13.

CAPÍTULO 4. VIDA CLANDESTINA

4.1 TORNANDO-SE INVISÍVEL

As motivações que fizeram com que um grande número de militantes de esquerda aderissem à vida clandestina eram, de um modo geral, vinculadas à tentativa de derrubar o governo dos militares e fugir das perseguições impostas pelos órgãos de repressão.

Acerca da primeira motivação, é preciso considerar que entrar para a clandestinidade fazia parte do rol de lutas de quem militava contra a ditadura que, desde 1964, assolava o Brasil. Vejamos um documento do PCdoB, intitulado: “União dos brasileiros para livrar o país da crise, da ditadura e da ameaça neocolonialista”, datado de junho de 1966. No item Formas de Luta, subitem 10 (REIS FILHO e SÁ, 2006, p. 92), lê-se:

> Concentrando sua atividade contra a ditadura, as massas recorrem a várias formas de luta. Apesar do regime atrabiliário que impera no país, ainda há condições de utilizar formas abertas de atuação. Desfiles, comícios, greves, marchas contra a carestia, assembléias sindicais, paralisações parciais de trabalho têm sido usados pelos estudantes, trabalhadores e donas-de-casa. O emprego destes meios de luta estão relacionados com a situação política e as condições concretas de cada lugar. Às vezes há ambiente mais favorável em um Estado do que em outro para desencadear ações populares. As massas podem ir forçando o uso dos direitos democráticos.
>
> É preciso utilizar também as formas de luta clandestina, tais como distribuição de volantes, pinturas murais, comícios-relâmpagos, demonstrações contra os espolia dores estadunidenses e resistência às violências policiais. É necessário organizar a proteção das manifestações populares diante da brutalidade da reação. Particularmente no campo, onde a mais simples ação é reprimida com ferocidade, a formação de grupos de autodefesa destaca-se como imperativo da luta e da preservação da vida dos camponeses.
>
> Merecem especial atenção os tipos de luta capazes de mobilizar as massas, contribuir para fortalecer o movimento contra a ditadura e ajudar a acumulação de forças. É preciso evitar os atos aventureiristas que isolem os revolucionários e permitem à reação golpeá-los.

Fazendo uma leitura das condições concretas de cada lugar, as organizações de esquerda compreendiam que era necessário usar as mesmas armas do inimigo na tentativa de vencê-los. Diante disso, a clandestinidade não

era vista pelos militantes como uma heterodoxia, uma excentricidade e, muito menos, uma ação irresponsável.

Natália de Melo Souza Andrade, militante da AP que viveu em situação clandestina de 1968 a 1974, assim descreve a possibilidade de ter que aderir à clandestinidade.

> Eu sabia e todos sabiam, né, que daria nisso, na clandestinidade. Quando chegou a hora, não me apavorei. Vi alguns pirarem... ser clandestino é difícil. Largar as coisas é complicado. Só que as pessoas precisam saber que quem está na chuva é para se molhar. Como ser militante naqueles tempos e não pensar na clandestinidade? Um companheiro meu sempre dizia que era melhor se preparar pra ela.

Até que ponto pensar na possibilidade de ter que aderir à condição de clandestinidade é estar preparado para ela, não é fator que podemos inferir com precisão. Podemos, isso sim, conjecturar que a vida clandestina era um elemento discutido entre os militantes de esquerda. Vejamos o depoimento de Teresinha de Jesus Castro, ex-militante da POLOP, que viveu clandestina de 1970 a 1972.

> Minha clandestinidade é um pouco tardia. Quando me tornei clandestina essa já era a realidade de vários de meus companheiros. O que me leva a ela é a prisão de um membro da direção da POLOP. Agora, viver na clandestinidade era falado desde muito antes. Penso que por causa do Partidão... lá, eles viviam muito mais tempo na clandestinidade. Essa possibilidade era muito discutida... até mesmo para você não ser pega de surpresa.

Outro depoimento acerca dessa questão é dado por Waldo Silva, que viveu clandestino por dez anos.

> Na AP de Belo Horizonte, desde 1966, existiam ações clandestinas. Por exemplo: cooptávamos novos companheiros de luta sem fazer alarde. Eu mesmo, estive no interior do Estado... ia ver quem era bom de teoria, de formação. Quem era, eu trazia para Belo Horizonte. Mas ninguém me conhecia, sabia o que eu fazia. Por isso, eu e mais alguns outros, estudamos a clandestinidade a fundo. Por isso suportei tanto tempo, foram 10 anos.

Ao ser perguntado sobre o que ele entendia por estudar a fundo a clandestinidade, ele respondeu de modo bem taxativo:

> Me preparei para ela, me concentrei... encarei de frente e não tive medo. Sabia das pauladas, mas estava preparado. Meu psicológico estava preparado... meu corpo estava preparado. Estudei a Revolução Cubana e como eles fizeram... a determinação. Tudo é determinação e ela não me pegou no improviso.

É preciso considerar que, a partir de 1966, ocorre uma retomada dos movimentos de massa, os estudantes voltam às ruas e as greves nas fábricas ganham fôlego. Diante de um quadro dessa natureza, engendrar ações grevistas ou mesmo de apelo popular contrastava diretamente com a figura de um militante agindo de improviso. Ademais, se julgarmos as ações dos militares para conter o avanço dos militantes de esquerda, veremos que os órgãos de repressão não os viam como quem age de maneira amadora. Apenas a guisa de exemplo, podemos citar que durante os meses de setembro de 1973 e fevereiro de 1974, os órgãos de repressão da ditadura militar prenderam, torturaram e executaram sete membros da AP: Paulo Stuart Wrigth, morto em 05/09/1973; Humberto Câmara Neto, morto em 08/10/1973; Honestino Guimarães, morto em 10/10/1973; José Carlos Mata Machado e Gildo Macedo Lacerda, mortos em 28/10/1973; Eduardo Collier e Fernando Santa Cruz, mortos em 23/02/1974. Essa verdadeira caçada, empreendida pelos agentes da repressão aos membros da AP, revela que esses militantes não eram vistos como pessoas que agiam de improviso.

Outro militante que abordou o tema foi Alfredo, ex-militante da AP e que viveu clandestino por sete anos, de 1969 a 1976:

> Muitos outros companheiros, mais do que aderir a vida clandestina, se profissionalizaram. Eu ouvi um dirigente dizer para um companheiro: precisamos que você vá pra fábrica tal, militar por lá... por isso, vai ter mude de nome e passe a morar num bairro de operários... percebe que essa é uma decisão amadurecida, calculada, refletida?

Podemos dizer, portanto, que aderir a condição de militante clandestino fazia parte das possibilidades de quem militava numa organização de esquerda naquelas condições de enormes constrangimentos políticos. E que, em maior ou menor grau e para o bem ou para o mal, esses militantes contavam com essa alternativa.

Outro aspecto que é mister abordar nessa discussão faz referência a questão da integridade física e, logo, da sobrevivência de quem aderiu aos movimentos de resistência contra a ditadura por força da militância de esquerda. Um fantasma sempre rondou a cabeça desses militantes, sobretudo, depois de da edição do AI-5, em dezembro de 1968: a possibilidade de serem presos, torturados e mortos. Os depoimentos supracitados mostram militantes que discutiam com sua organização (ou parte dela), a possibilidade de aderirem à vida clandestina. Em alguns casos, conforme dissemos, a própria organização assim solicitava.

Doravante, é preciso pensar naquelas adesões à experiência clandestina que aconteceram, mas não tiveram tempo de serem discutidas e nem elaboradas. Francisco Medeiros, ex-militante da POLOP e que viveu clandestino de 1970 a 1976, diz assim:

> Meu ponto caiu. Com ele, dois companheiros de luta foram parar no pau-de-arara, sofreram muito, apanharam pra caramba. As pessoas eram treinadas para não falarem nada na tortura, mas não podia confiar minha vida e meus compromissos da organização no fato de que não iriam abrir nada. Entre falar e dar conta de cumprir há um hiato enorme. Resultado: daquele momento em diante, estava, obrigatoriamente, clandestino.

Para muitos, não houve tempo para discussões junto às organizações. A iminência da prisão tornou-se tão imediata que não deixou outra alternativa e, muito menos, tempo para gestar uma decisão coletiva.

Maria Clodilte Vieira Ayer não viveu clandestina. Entretanto, seu testemunho é aqui abordado por ter convivido com inúmeros ex-militantes clandestinos de Belo Horizonte ou ex-militantes clandestinos em Belo Horizonte, e por isso muito contribui com essa pesquisa

Acerca dessa forma de adesão, ela se lembra de um caso em que um militante foi ao ABC paulista trabalhar como operário num contexto de queda da AP e que não havia tempo hábil e nem outros militantes para discutirem o seu caso, uma vez que a maior parte dos companheiros da organização estavam presos ou clandestinos como ela. Vejamos com ela diz:

> Eduardo estava sozinho, completamente sozinho. Nos encontramos na Afonso Pena por acaso... estava muito abatido e desanimado. O que o

> deixava um pouco mais otimista era a iminência de ir para o ABC paulista, trabalhar numa fábrica. Era visível sua dificuldade em se ver como clandestino, que implicava em ter que sair de Belo Horizonte. Perguntei como estava a situação de outros companheiros que ele tinha contato. Respondeu que todos deviam estar presos ou já mortos. Para não ter o mesmo fim, Eduardo precisava sair daqui.

Nesse caso, a entrada na vida clandestina foi a possibilidade de postergar, por qualquer tempo que fosse, a possibilidade de ser preso. Perguntado se Eduardo conseguira se safar da prisão, a depoente não soube responder.

Outra categoria de militantes que precisa, nesse momento, ter esquadrinhados os motivos que levaram seus membros a entrarem para a clandestinidade é a daqueles que aderiram a essa condição, mas desde o início sabiam que não conseguiriam continuar a sua luta política. Ou seja: entraram para clandestinidade, mas se viram obrigados a abandonar a militância.

Temos o exemplo de Antonio Carlos Braga, ex-militante da POLOP, que aderiu à clandestinidade em 1970, nela permanecendo até 1974. Depois das prisões que ocorreram por conta do desmantelamento do XXX Congresso da UNE, realizado no final de 1968, ele é obrigado a, inicialmente, ir para Belo Horizonte e, posteriormente, Rio de Janeiro, São Paulo e Salvador. Nesses quatro anos de vida clandestina, Antonio Carlos Braga viveu escondido em aparelhos. Vejamos como ele se recorda desses momentos:

> O que mais me incomodava era a palidez. Depois de um tempo trancado num aparelho, você começa a ficar pálido. Olhava no espelho e a palidez estava escancarada no meu rosto. Sair, nem pensar. Em Belo Horizonte, me escondi num apartamento no Sion. Era belíssimo, todo mobiliado com peças de madeira maciça. A dona, muito minha amiga, me hospedou no quartinho da empregada. Fiquei um ano e meio trancado lá dentro. Um dia, um vendedor da enciclopédia Barsa deu de todo dia bater na porta. Eu o espiava pelo vitrô da cozinha. Como tinha um medo danado de ser pego, desconfiei que esse tal vendedor pudesse ser um agente do DOPS disfarçado e, dentro de uma semana, fui embora. Não podia arriscar.

De Belo Horizonte, o depoente fez contato com uma área-próxima[41] da POLOP no Rio de Janeiro, que, seguindo orientações da organização, havia

[41] Área-próxima era o nome dado àqueles que se simpatizavam com a agenda de luta das organizações de esquerda, mas não se tornavam militantes na acepção plena do termo.

conseguido alugar um quartinho de fundos no centro da cidade, para onde se mudou em seguida. Foi mais um ano totalmente clandestino.

> No Rio, as coisas eram mais complicadas. Meu quartinho não era tão protegido e vivia com a sensação permanente de que a polícia iria bater lá a qualquer hora. Quer dizer, todo clandestino deve sentir a mesma coisa, mas, comparando com o aparelho de BH, o Rio era muito desguarnecido. O mais divertido era que a noite, os bares funcionavam e, deitado, ouvia as músicas. Ficava pensando se um dia eu iria poder sentar num bar e, livremente, ouvir músicas novamente. Certa ocasião, muitas prostitutas passaram a frequentar o local e com elas, a polícia. Era hora de mudar de novo. Meu amigo agilizou com o pessoal de São Paulo lá fui eu novamente.

Em São Paulo, Antonio Carlos Braga conseguiu fazer contato com uma tia, irmã de seu pai, que havia se mudado de Uberaba no início dos anos 50, quando se casara com um engenheiro civil. No início dos anos 50, São Paulo era um verdadeiro canteiro de obras e o marido da tia consegue amealhar, portanto, um significativo patrimônio e o casal se enriquece.

Quando Antonio Carlos Braga contou sua história para a tia, ela muito se emocionou e conseguiu, com um casal de amigos, um lugar para ele morar. Assim, Antonio muda-se para uma casa próxima das imediações da Rua Augusta. Nesse novo aparelho, mora um casal com seus dois filhos gêmeos de treze anos, que tinham grandes dificuldades com Matemática. Assim, o ex-militante da POLOP, passava os dias a auxiliar os gêmeos com extrações de raízes quadradas, demonstrações de teoremas, dentre outros exercícios matemáticos. Vejamos o que Antonio Carlos Braga diz desse momento:

> Em São Paulo, minha tia foi um anjo para mim. O pessoal que me acolheu não aprovava minha forma de tentar derrubar a ditadura, mas tinham enorme consideração pelos meus tios. Por isso, me deixaram ficar. Até tinham um perfil de esquerda. Mas diziam que a guerrilha nos tornava heróis em bandidos, assim como os bandidos que queríamos derrubar. Até acho que faz um certo sentido, mas não concordava e continuo não concordando com eles. No meu universo, isso é argumento de pequeno-burguês. A casa era muito bonita e aconchegante, mas, assim como em BH, fiquei no quartinho da empregada, que não dormia no serviço. O mais divertido era ensinar Matemática para os dois filhos do casal, pois me mantinha ocupado. Fiquei lá um ano e meio.

Quando indagado sobre quais ações ele desempenhou quando estava na clandestinidade, ele responde rápido:

> Nenhuma. Estava na clandestinidade para salvar meu pescoço. Ou era isso, ou não era nada. Um dia, meu amigo do Rio de Janeiro apareceu com uns papéis, propondo que, a noite, distribuíssemos pelo bairro. Ficamos só na intenção. Eu havia participado de umas ações armadas em BH e não podia ser pego.

Por isso, é preciso afirmar que a experiência da clandestinidade não é única. Não podemos dizer, portanto, que todos os ex-militantes que aderiram à clandestinidade o fizeram para permanecer na luta política. Até mesmo porque, não conseguiam, pois estavam impedidos de sair à rua, eram sistematicamente procurados pelos agentes da repressão, e consequentemente, precisavam ficar trancados nos aparelhos. Dessa forma, optaram por abandonar a luta contra a ditadura e entraram para a clandestinidade como uma forma de se proteger e fugir da perseguição. É preciso deixar claro que esse trabalho não tem por objetivo diminuir aqueles ex-militantes que escolheram esse caminho.

E há, ainda, casos em que cair na clandestinidade era encarado como sinônimo de *status* perante os demais membros da organização. Mariana, ex-militante da AP, que viveu clandestina por sete anos, de 1969 a 1976, recorda-se de um companheiro que, ao ser escolhido para entrar para a clandestinidade, viu nesse ato um privilégio dentro da organização. Vejamos como ela se recorda desse fato:

> Ele passou a dizer para as pessoas mais próximas que, diante da sua importância para a organização, ele teria que, obrigatoriamente, a aderir à clandestinidade. Acho que ele viu nesse episódio uma maneira de ser condecorado, era como se estivesse recebendo um prêmio. Uma semana depois de clandestino, tenho certeza que ele mudou de opinião.

É preciso dizer que o depoimento a que esse trabalho deve acesso dando conta dessa forma de encarar a vida clandestina limitou-se apenas ao caso narrado.

4.2 Identidade secreta

Aderir à condição de militante clandestino era, de início, sair da cena legal. A principal orientação que esses militantes recebiam era para, em

hipótese nenhuma, colocar a sua vida em risco e nem de outro militante. Primeiro porque não havia muitos militantes disponíveis e todos que, por qualquer motivo, não pudessem continuar na luta, fariam absoluta falta. Segundo porque ter de conviver com a ideia de que um companheiro de luta foi preso por causa da ação de outro militante era uma ideia muito difícil de ser digerida.

Gilberto Martins Vasconcelos – ex-militante da POLOP e, posteriormente, do COLINA – que viveu clandestino por 2 anos, de 1968 a 1970, recorda-se dessas questões:

> A clandestinidade representava uma maneira de proteger a si e as demais pessoas que te rodeava. Não somente outros guerrilheiros, mas até mesmo seus amigos, familiares. Então... éramos treinados para que, no menor sinal de perigo, déssemos um jeito de desaparecer... tem um bar em Belo Horizonte, que adorava ir. Um dia, pensei que estava sendo seguido e nunca mais voltei lá. Eles podiam prender o dono do bar, que era meu amigo... era uma pessoa já de certa idade. Simplesmente sumi.

Para tentar amenizar o risco de serem responsáveis pela prisão de alguma pessoa, os militantes em clandestinidade passaram a entre outras coisas, a usar disfarces como forma de esconder sua imagem conhecida. Os disfarces eram usados, basicamente, em duas situações: para despistar os agentes da repressão e para não deixar que, quando integrados ou na produção, ou no campo, ou na fábrica, as pessoas vissem o rosto verdadeiro de um militante clandestino. As regras de segurança preconizavam que, quanto menos se memorizasse rostos, datas, lugares, menos risco implicava de militantes serem delatados na tortura e, consequentemente, serem identificados pela polícia repressora.

Marco Aurélio Freitas Lisboa, ex-militante do PC do B, clandestino de 1971 a 1979, lembra-se de ter convivido com outros militantes que deixavam barba e cabelo crescer, sobretudo, a fim de se disfarçarem e dificultarem o reconhecimento de suas verdadeiras identidades. Vejamos como ele se refere a esses momentos:

> Na célula em que eu militava, dois companheiros, que eram barbudos e cabeludos, tinham o claro de objetivo de disfarçarem suas verdadeiras fisionomias. Além disso, evitavam olhar de frente para as pessoas para

> que elas não vissem uma possível marca, um jeito de olhar... evitavam qualquer indício que pudesse servir de reconhecimento numa futura acareação ou até mesmo por foto.

É preciso dizer que, quando esses militantes, em sua grande maioria, experimentaram a clandestinidade, estavam vivendo seus anos de juventude. Isso, associado ao fato de que ter cabelos compridos, em meados dos anos 60, fazia parte do cotidiano dos jovens.

Por isso, muitos, quando se viram obrigados a aderirem à clandestinidade e, consequentemente, se disfarçarem, fizeram o caminho inverso do trilhado pelos dois companheiros de Marco Aurélio Freitas Lisboa, que deixaram o cabelo crescer. Ou seja, ao se virem na necessidade de criarem um disfarce, passaram a usar os cabelos extremamente curtos.

Se o disfarce, por um lado era fundamental para a vida do militante clandestino, por outro criava situações embaraçosas, e até mesmo, perigosas. Acompanhemos o relato de Gilberto Vasconcelos:

> Eu já era procurado pela polícia e sabia dos riscos que corria. Mas, não dava para ficar trancado em aparelhos o tempo todo. Vez ou outra eles me pediam para fazer alguma coisa. Foi justamente num dia desses, que eu parei para tomar uma vitamina, que quase cometi um grande erro. Entrei na padaria, pedi a vitamina e sentei no fundo, no último lugar do balcão. Todos, na minha situação andavam armados... estava com o 38 na cintura, ok? Entrou um cara, sentou na outra ponta do balcão e ficou a me encarar. Pronto, senti que a coisa ia ficar torta... enfiei a mão por baixo da camisa e segurei o revolver. E o cidadão, lá, me encarando cada vez mais. A vitamina chegou e num gole só, bebi. De repente, o cara levantou e veio de encontro a mim. Pensei: agora pipoco ele... não tem jeito. Aí ele gritou meu nome: Gilberto, quanto tempo, que você faz aqui? Olhei para ele e por muita sorte me lembrei dele dos tempos da Faculdade de Direito de Uberaba e soltei o 38. Conversamos um tempo para que eu pudesse me acalmar. Na despedida ele me disse: esse cabelo que você está usando, não ficou bem em você, quase não te reconheci, muda isso. Veja só: ele me olhando, tentando certificar que eu era eu mesmo. Como meu disfarce atrapalhava, mais ele me encarava. Quase que ele perde a vida... para mim, ele era da polícia.

Além do disfarce, que buscava uma roupagem nova, a mudança do nome, que buscava uma personalidade nova, torna-se fundamental para quem quer continuar na vida clandestina, para a própria segurança e a da Organização, para conseguir trabalhar e se manter.

Era parte da prática clandestina das Organizações de esquerda no Brasil a utilização de vários nomes: o chamado pseudônimo ou “nome frio” ou “nome de guerra”, que geralmente era escolhido para que os militantes pudessem participar de reuniões em segurança e evitar que fossem identificados, e o nome falso, recurso que demandava uma logística clandestina para fabricar a identidade falsa.

A escolha de “nome frio”, de acordo com os entrevistados, era normalmente aleatória. E para essa escolha não tinha muito segredo, muitos escolhiam nomes fáceis, como Maria ou João, nomes os mais comuns e os mais anônimos possíveis.

Segundo Alfredo:

> Escolhi Alfredo porque era um nome fácil, muito comum nos anos 60. Na minha casa. lembro de irem vários Alfredos, amigos do meu pai. Pensei, então: esse nome serve, é muito comum. Se escolhesse um nome mais sofisticado, poderia chamar atenção. Não houve nada de inspiração, somente uma escolha pragmática.

Francisco Medeiros chama atenção para o problema da assimilação de um nome novo. Afirma:

> O importante era escolher um nome fácil de assimilar. Fácil para as outras pessoas assimilarem e, sobretudo, fácil para você mesmo assimilar. Pensa comigo: se você escolhe um nome muito diferente, nem mesmo você decora aquele nome e aí, as pessoas vão te chamar e você vai se mostrar vacilante. Então, escolhíamos nomes simples e diretos. Conheci uma pessoa que, depois que voltamos a nossa vida legal, entrou com processo jurídico e mudou de nome só para poder usar o nome adotado na clandestinidade. Foi o que chamo de assimilação perfeita.

Havia alguns subterfúgios adotados pelos militantes que necessitavam de mudar o nome. O mais comum deles era a repetição dos nomes pelos militantes nas reuniões que as organizações promoviam. A tese era a de que a maioria desses militantes poderiam estar ou poderiam vir a estar no futuro experimentando a clandestinidade. Por isso, eles faziam questão de frisar os nomes frios uns dos outros. Era um mecanismo de solidificar a identidade secreta adotada pelos militantes. Mariana diz:

> Havia uma orientação tácita, não era necessariamente verbalizada, mas sabíamos dela. Você chegava num encontro e todos passavam a te chamar pelo nome que você dava. A repetição do nome era uma regra de assimilação. Se eu era Mariana, todos, ao se dirigirem a mim, começavam a frase sempre por Mariana. Funcionava como uma lavagem cerebral com o objetivo de internalizar uma nova vida, uma nova personalidade. Aos poucos, você ia se desligando da antiga e assimilando uma nova. E eu fazia a mesma coisa com os demais.

A mudança de nome é algo muito mais doloroso do que o uso do disfarce. Esse último enfrentava muita resistência entre os militantes, embora fosse visto como uma atitude inevitável tendo em vista a mecânica da vida clandestina. A mudança de nome, por seu turno, exige uma disposição dos militantes clandestinos que não se atem ao campo político. No seu artigo *A Ilusão Biográfica*, Pierre Bourdieu (2006, p. 186), refere-se assim ao nome próprio.

> Por essa forma inteiramente singular de nominação que é o nome próprio, institui-se uma identidade social constante e durável, que garante a identidade do indivíduo biológico em todos os campos possíveis onde ele intervém como agente, isto é, em todas as suas histórias de vida possíveis.

Exemplificando a perspectiva apontada por Bourdieu, Clodilte Ayer narra assim experiência de Gildo Macedo Lacerda, militante da AP que chegou à militar na direção nacional da última chapa da UNE, em 1969, quando este viu-se obrigado a trocar de nome.

> Gildo era muito apegado ao próprio nome, as suas coisas, seus amigos, família... acho que todo mundo é assim, né? Por isso, lembro que ele demorou um pouco a entender as coisas. Quando ele foi pego no decreto 477[42], ele ficou muito abalado. Num de nossos encontros na casa de um simpatizante da AP, ele já na clandestinidade, ele me falou da dificuldade que enfrentava para abandonar o Gildo e assimilar uma nova identidade. Até onde sei, não foi nada fácil para ele enfrentar esse processo.

O nome próprio, dentro dessa lógica, tem o poder de assegurar uma matriz de identidade através do tempo e garantir a unidade através dos

[42] Decreto publicado em 26 de fevereiro de 1969, que previa punições para atos de indisciplina cometidos por professores, alunos, funcionários ou empregados de estabelecimentos de ensino público ou particulares. Por força desse decreto, qualquer aluno que fosse alvo de um Inquérito Policial Militar (IPM), estava, automaticamente, desligado de qualquer curso superior. Gildo Macedo Lacerda foi preso no XXX Congresso da UNE, em Ibiúna, realizado em 12 de outubro de 1968 e, por isso, teve um IPM aberto contra si.

espaços sociais, preservando a individualidade nos diferentes campos percorridos. O indivíduo, militante ou não, percorrendo geografias sociais distintas, mantém sua identidade garantida à medida que conserva seu nome verdadeiro. Acreditamos que, por isso, muitos militantes clandestinos sentiram imensas dificuldades quando da necessidade de trocarem de nome, uma vez que essa troca implicava abrir mão dessa identidade social constante e durável.

Uma das táticas para tentar superar essa dificuldade foi a racionalização da ideia de que o nome adotado e, consequentemente, as mudanças trazidas por essa ação, teria prazo de validade limitado. Vejamos Waldo Silva:

> Na minha percepção, iríamos derrubar os militares muito em breve... achei, pessoalmente eu achava mesmo que de fins de 1968 ao final de 1969, nos conseguiríamos, por conta de tudo que fazíamos, por fim à ditadura. Por isso, sempre pensei na minha clandestinidade como algo passageiro e breve... me dispôs a trocar de nome, sabendo que logo, logo voltaria a ser quem era.

Assim sendo, entrar para a clandestinidade, assumir outra identidade e consequentemente, outra vida, é algo percebido como provisório, com data certa para terminar, e terminaria com o fim da ditadura, ou seja, com a chegada da esquerda no poder. Não tinha um sentido de duração, era mais uma tarefa dentre as muitas assumidas pelos militantes das diversas Organizações. Entretanto, para muitos, a clandestinidade durou anos e com ela o sentido de compromisso também.

Acerca desse compromisso dos militantes com as tarefas assumidas dentro das organizações de esquerda, é singular as posições de dois dos entrevistados: Alfredo e Mariana. Somente foi possível nos referir a eles pelos nomes que usaram na clandestinidade. Ambos não permitiram que publicássemos nenhuma particularidade acerca das suas vidas na atualidade e o motivo alegado foi, justamente, o compromisso com os demais membros da organização a que pertenceram.

Alfredo não me autorizou a usar seu nome verdadeiro e nem a descrever maiores detalhes sobre sua vida na atualidade (onde mora, onde trabalha, estado civil, dentre outros). Segundo ele, vários episódios ainda não foram devidamente esclarecidos e teria que solicitar a autorização para os

companheiros de militância para tratar desses assuntos. Além do mais, poderia revelar, sem querer, nomes de outras pessoas.

Vejamos um e outro caso. Com a palavra Alfredo.

> Não posso permitir que você publique meus dados verdadeiros, pois não tenho autorização dos outros [ex-militantes] para falar... não sei o que eles pensariam a respeito disso. Isso para mim é muito complicado.

Pergunto, então, se ele ainda se sente clandestino.

> Acho que sim... não fizemos um balanço dessa história, as coisas ainda estão abertas. Você entende, não entende? Muitos morreram, muitos apanharam pra caramba... sinto que essas coisas ainda não foram conversadas... não sei se as pessoas que viveram essas coisas, querem falar.

Digo-lhe, então, que a ditadura havia acabado, que sua organização, ao menos nos moldes clássicos, não existia mais, e que, talvez, não fizesse mais sentido não tratar abertamente de tudo o que se passou. Ele retrucou dizendo:

> A ditadura pode até não existir mais, ter acabado. É lógico que sei disso. Mas os compromissos assumidos com a minha organização, com as pessoas que conheci, com as pessoas que não estão mais aqui... para mim é tudo muito real. Não me obrigue, peço a você.

Peço que ele escolha um nome para que possamos nos referir a ele e aos seus testemunhos. Ele responde:

> Use o nome de quando eu estava na clandestinidade, Alfredo. Peço, aliás, que você se refira a mim, de agora em diante, com o nome de Alfredo.

Vejamos o caso de Mariana. Quando perguntada sobre a possibilidade de usar o seu nome verdadeiro, ela se mostra muito insegura e me pediu um tempo para pensar, dizendo que até o final da entrevista me daria uma resposta. Antes, porém, quis saber como os outros depoentes estavam fazendo. Disse-lhe que havia os que concordaram em usar seus nomes verdadeiros e havia também, os que não concordaram, preferindo estes o uso de nomes fictícios.

Ao final da entrevista ela diz:

> Acho melhor você não usar meu nome verdadeiro... não sinto segurança de que estou fazendo o certo. Para ser bem honesta, não gosto muito de falar sobre essas coisas... ainda não gosto. Pode ser que um dia eu me sinta mais a vontade para recordar essa parte da minha vida... ainda sinto muito desconforto falar sobre minha vida clandestina. Talvez por isso fugi tanto desse momento.

Mariana refere-se ao fato de ter combinado nosso encontro por três vezes e somente na última aceitou falar. Das duas vezes anteriores, ela desmarcou em cima da hora. A uma peculiaridade envolve o depoimento de Mariana: ela foi a única pessoa entrevistada que não foi nos foi apresentada por alguém. Os demais depoentes que tiveram seus testemunhos utilizados nessa pesquisa foram, sempre, indicados por alguém, fato que, de alguma maneira, ajudou a promover uma relação de confiança entre entrevistado e entrevistador.

Pergunto, pois, como faço para me referir a ela e ao seu depoimento no decorrer da pesquisa. Ela diz para eu usar o nome Mariana, que, segundo seu depoimento, seria o nome que daria a sua filha, caso tivesse uma. Mariana não teve filhos. Também não me autorizou a dar mais detalhes de sua vida na atualidade.

Se esquecer seus nomes verdadeiros era uma etapa da vida clandestina que muito exigia dos militantes da esquerda brasileira, o inverso era igualmente doloroso. Marco Aurélio Freitas Lisboa, ex-militante do PC do B, somente retornou à vida legal após a decretação da Lei da Anistia, de 28 de agosto de 1979, na qual os acusados de cometer crimes políticos durante o regime militar foram anistiados.

A dificuldade de assumir suas verdadeiras identidades dava-se por motivos muito parecidos com aqueles presentes quando da necessidade de apagar os traços da vida legal, ou seja, dificuldade de assimilação de uma nova identidade. Mesmo que essa nova identidade fosse, na verdade, mais velha do que a criada durante a experiência clandestinidade, uma vez que essa era a verdadeira identidade, o militante precisava fazê-la voltar à tona. Com a palavra Marco Aurélio:

> Voltar à vida legal foi igualmente horrível no meu caso... o esforço que fiz foi tão grande para esquecer o Marco que encontrar com ele de novo foi um susto. As pessoas me chamavam pelo nome verdadeiro e eu demorava para responder. Não foi um ato-reflexo... não foi imediato. Depois da anistia, passei a me encontrar com os antigos companheiros... não muitos, mas alguns eu me encontrava. Sempre que me chamavam de Marco, eu assustava.

Waldo Silva, ex-militante da AP viveu clandestino por dez anos. Vejamos suas impressões:

> A [lei da] Anistia me trouxe de volta. Mas recuperar o Waldo de antes não era uma consequência direta da aplicação dessa ou daquela lei. Eu fiquei dez anos sem falar meu nome, sem ouvir meu nome, sem escrever meu nome, sem mostrar um documento verdadeiro... não seria da noite para o dia que eu expurgaria a minha vida clandestina. Foi um baita sofrimento... somente quem viveu, sabe o que foi essa experiência. Me lembro de uma amiga que me mandou o convite de casamento da filha... era para o Waldo Silva... tava escrito no envelope. Demorei muito pra aceitar e perceber que era comigo. Deve ser por isso que não fui ao casamento.

4.3 Esconderijos

Aparelho é o nome dado ao local onde o militante de esquerda, clandestino ou não, usava para se esconder, esconder um companheiro de luta, esconder documentos da organização a que pertencia, esconder, eventualmente, armas, enfim, era um local que servia para quase tudo o que dizia respeito às atividades, a maioria clandestinas, exigidas pela militância. E foram nesses aparelhos que muitos militantes se esconderam durante a experiência da clandestinidade política.

Muitos eram cedidos por pessoas simpáticas ao rol de lutas defendidas pelo movimento de esquerda e, nesses casos, era comum as pessoas que originalmente habitavam esses aparelhos esconderem os militantes que, clandestinos, estavam sendo procurados pelos órgãos de repressão da ditadura militar. Marilete Otony Tibery, clandestina em Belo Horizonte por oito meses, se escondeu no apartamento cedido por uma família que aprovava a luta dos guerrilheiros clandestinos. Vejamos como ela se recorda dessa época:

> Depois de cair na clandestinidade, fui morar num apartamento no centro de Belo Horizonte... de lá não saía para nada, nem mesmo para comprar um pão, uma fruta, essas coisas bem simples. Havia um medo muito grande do que a polícia fazia com os militantes clandestinos e eu não era diferente... morria de medo, também, é claro. O moço que me abrigou no seu apartamento era muito simpático e gentil. Sempre chegava depois das sete da noite e trazia duas marmitas... uma pra mim e outra pra ele. A minha dava para o almoço do dia seguinte. Ele não almoçava em casa, então minha comida era a marmita do dia anterior. Conversamos de tudo no período em que estive lá e ele sempre me perguntava como eu encarava o que estava acontecendo no país. Ele trazia o jornal, lia as principais notícias e sempre me perguntava o que eu achava.

Natália de Melo e Souza, clandestina por seis anos, ex-militante da AP, também foi acolhida por simpatizantes da luta contra a ditadura. Ela se recorda assim desse momento:

> Eu sempre desejei me formar médica e, por isso, fiz muitas amizades com médicos. Uma dessas amizades me foi muito útil. Como estava sendo procurada pela polícia repressora, precisava de um aparelho que fosse acima de qualquer suspeita... morar na casa de um médico, junto de sua esposa e um filho pequeno seria o ideal para alguém nas minhas condições. Ninguém suspeitaria de uma família assim. Fiquei nessa casa por dois anos e apenas saí para ver minha mãe que ficou doente. Recebia a visita de Frederico que me dava as orientações de como as coisas estavam e também me trazia notícias de minha mãe, coisa que era contra as regras de segurança das organizações. Mas, como tivemos um romance breve e ele gostava de mim, ele me fazia esse favor. Outra sorte que dei foi o fato de a esposa do médico ter gostado de mim desde o início... jogávamos Gamão, que eu adorava... ela me pediu para ensinar. Foi ótimo... ela não trabalhava e à tarde era assim que me distraia.

A figura do proprietário da residência muitas vezes funcionava como uma barreira protetora para o militante clandestino que estava escondido nesses aparelhos. Diferentemente do aparelho ocupado somente por militantes, as residências ocupadas, em muitos casos, por famílias inteiras, desviavam a atenção dos agentes da repressão, qualificando-se para abrigar militantes clandestinos. Até mesmo quando houve episódios em que os órgãos de repressão chegaram até esses aparelhos por conta de investigações em curso, ter a figura do proprietário e sua família foi determinante para que o militante clandestino não fosse descoberto.

Francisco Medeiros, ex-militante da POLOP e que viveu na clandestinidade por seis anos, relembra uma passagem em que estava

escondido numa casa de simpatizantes, na cidade de Campinas, quando a policia chegou, fazendo perguntas:

> Lembro-me muito bem... era uma terça-feira, estava bem na volta do dia, devia ser umas duas da tarde. Apertaram a campanhia... era daquelas de zumbido... jamais vou esquecer aquele zumbido. Depois, bateram palmas... depois bateram palmas e tocaram a campanhia de novo. Fui para o meu quarto e de lá ouvia as pessoas falarem. A polícia procurava ou um tal de Almir ou um tal de Chico ou um tal de Nunes... todos nomes que eu usei nas operações em São Paulo e Jundiaí. A minha sorte é que a família que me abrigou almoçava tarde e, quando eles chegaram, estavam todos à mesa ainda comendo. Acho que aquela cena da família reunida à mesa, não passava a imagem de uma família que escondia subversivo ou escondia terrorista... não sei, acho que foi isso. Ouvi quando seu *x*[43] pediu para eles entrarem e lhes ofereceu o almoço. Um dos policiais queria revistar a casa, mas o policial que parecia chefiar a operação não achou necessário e disse que a denúncia que eles receberam deveria ser um engano. Se desculparam e foram embora. Naquela mesma noite, infelizmente, tive que sair de lá.

Outra modalidade de aparelhos eram os alugados. Estes apresentavam um problema a ser solucionado: quem alugaria esse imóvel, que poderia ser um quartinho de fundos, uma residência, um apartamento, dentre outros. Houve casos, em que os imóveis alugados eram pequenos sítios e, até mesmo, pequenas fazendas.

No início, as organizações de esquerda usavam quadros que ainda não eram procurados pela polícia para alugarem esses aparelhos. A lógica era simples de compreender: um militante caçado pelos órgãos de repressão da ditadura militar deveria ter sua identidade preservada. Por isso, essa tarefa ficava sob os encargos dos militantes menos expostos. Teresinha de Jesus Castro ficou clandestina por dois anos, de 1970 a 1972, e era militante da POLOP. Ao sair de Uberaba, foi viver a clandestinidade em Ribeirão Preto, cidade paulista distante 170 km da cidade mineira. Ela se lembra de um episódio que ilustra bem essa problemática.

> Quando cheguei a Ribeirão Preto, a organização usou meu rosto... não me conheciam... ninguém me conhecia. Pediram para que eu montasse uma história qualquer. Fui até o dono do imóvel, um pequeno quarto nos fundos de uma oficina de bordadeiras... disse que trabalhava de enfermeira e que cuidava de uma senhora. No meio

[43] Francisco Medeiros pede para eu não revelar o nome do dono na casa em que estava escondido.

> desse blá blá blá todo, disse que dormia com ela e por isso ele não me encontraria tão fácil no imóvel, o que explicaria o fato de eu não estar todo dia lá. Paguei seis meses adiantados. Duas pessoas que eu não conhecia... dois companheiros passaram a morar no quartinho. Como nunca mais voltei até lá, não sei o que aconteceu. Um deles, eu sei que foi pro exílio naquele mesmo ano. Do segundo, nunca tive a menor notícia.

Outro que se lembra das tratativas de como conseguir um aparelho para se esconder é Jairo de Oliveira Gerwenstein, ex-militante da AP da cidade Mineira de Patos de Minas e que viveu clandestino por sete anos, de 1967 a 1974. Jairo teve contato com os guerrilheiros do MNR – Movimento Nacional Revolucionário – e, por isso, recebeu treinamento militar cujo objetivo era montar um foco guerrilheiro no Triângulo Mineiro[44]. Viveu sua clandestinidade em Belo Horizonte, São Paulo e Rio de Janeiro. Assim se recorda de como conseguiu um aparelho para se esconder.

> Em Belo Horizonte, fiz contato com um amigo que trabalhava numa loja de discos de vinil. Ele me disse que conseguiria um apartamento no centro da cidade, mas que eu teria que esperar até o dia seguinte. Dormi na rodoviária... tinha alguns policiais, mas eu ainda não era conhecido pelo pessoal da repressão. No dia seguinte, fui até ele e recebi as chaves de um minúsculo apartamento próximo à Praça Sete. Era pra eu dizer ao porteiro que o Doutor Ambrósio me emprestou o lugar para eu passar alguns dias. Fiquei dois anos... dois anos totalmente clandestino. Esse porteiro... não me lembro o nome dele... também me ajudou. Ele sabia que havia algo de errado e nunca me importou.

Perguntamos, então, se ele tinha ideia de como o local foi alugado. Ele responde:

> Fui saber depois que esse meu amigo da loja de vinil havia, ele mesmo, alugado o apartamento, que era de um tio dele. Por isso, não houve burocracia... foi tudo rápido.

Fizemos outras perguntas: se ele sabia qual a ligação desse amigo com a organização a que ele, Jairo, pertencia; se era esse amigo, também, um militante ou se apenas um simpatizante da causa. Assim ele responde:

---

[44] Para maiores detalhes, consultar o livro Memórias do Esquecimento, do jornalista Flávio Tavares.

> Não sei dizer. Ele era uma pessoa muito culta e de muitos contatos, isso eu sei. Também sei que, depois que fui para São Paulo, outros militantes usaram o aparelho da Praça Sete... era assim que o chamávamos. Até meados de 1974, muitos de nós se escondeu por lá. Agora, qual a exata função dele na organização não posso dizer.

Outro procedimento muito usado pelos militantes clandestinos para conseguir um aparelho para se esconderem era alugarem, eles próprios, esses imóveis. Na imensa maioria das vezes, os militantes procuravam esses imóveis para alugar nos classificados dos jornais, selecionavam os que mais se adequavam as exigências de uma vida clandestina (discrição do imóvel, preço do aluguel, poder ser alugado diretamente do dono, dentre outros) e fechavam o negócio eles mesmos.

Aqui, vale lembrar que, principalmente depois de 1968, a militância clandestina passou por um processo de profissionalização, no qual inúmeras regras de segurança foram incorporadas. Dentre elas, a tese de que um militante menos procurado, portanto, com maior mobilidade, deveria alugar o aparelho para outro militante mais procurado já não correspondia à melhor tática a ser adotada. Depois de 1968, as organizações, em sua imensa maioria, já não possuíam quadros que dispunham dessa condição: quase todos eram conhecidos da polícia da ditadura e procurados pelos agentes dos órgãos de repressão.

Deriva dessa condição, portanto, a premissa de que o militante clandestino deveria conseguir um aparelho para se esconder sem que essa atitude representasse a possibilidade de expor outro militante. Em decorrência desses entendimentos, os militantes na condição de clandestinidade se viram obrigados a criar um esquema de sustentação de suas vidas clandestinas que passava por inúmeros procedimentos, dentre eles constava a necessidade de eles mesmos se esconderem.

Alfredo recorda-se assim desses momentos:

> De Belo Horizonte até São Paulo, fui de carona com uns vizinhos de onde eu estava morando. Como dei conta de sustentar a minha condição de alguém que procurava emprego na capital do Estado, eles não suspeitaram de nada. Disse a eles que conseguir emprego em Belo Horizonte não estava dando muito certo e que precisava me mudar. Chegando em São Paulo, me deixaram perto do Edifício do Banespa. Tinha um ponto com um colega nas imediações. Nesse

> encontro, senti que as coisas estavam ficando muito complicadas, pois meu contato não apareceu... medo, senti muito medo. Sabia que tinha acontecido alguma coisa. Tomei uma água tônica num bar e perguntei ao balconista se ele conhecia algum imóvel para alugar. Respondeu dizendo que, numa Rua do [bairro] Bom Retiro, ele conhecia um quarto nos fundos de uma residência... quando vi o quartinho mobiliadinho, percebi que era ótimo. Tinha um corredor independente que dava acesso ao quarto. O dono quis saber o que eu fazia... contei a mesma coisa que disse em BH, que estava desempregado e que teria de tentar a vida numa grande cidade. Ele foi com a minha cara... pelo menos eu acho... e me alugou na hora. Tinha o valor do primeiro aluguel e uns poucos trocados para comer por um mês. Paguei e fui me esconder.

Outra militante que negociou pessoalmente o aluguel de seu aparelho foi Natália de Melo e Souza. Vejamos o que ela diz:

> Depois de 1969, a minha clandestinidade era inevitável. Eu tinha participado de inúmeras passeatas, encontros com estudantes, tinha ido muitas portas de fábricas... ou ficava clandestina, ou morria. Eu era figurinha carimbada na mesa da repressão. Saí de casa numa quinta-feira a noite e não voltei. Inicialmente, dormi na casa de alguns amigos... mas logo precisei negociar um cantinho para mim. A organização me deu uns trocados, eu tinha um pouco de grana e juntando tudo, fui até a Liberdade, pois sabia que estavam alugando uma casa que me parecia ideal. A dona morava na rua de cima e em pouco tempo já estava escondida nela. O único detalhe que foi mais difícil de superar foi quando ele me perguntou o que uma sozinha queria com uma casa para alugar. Disse-lhe que meu noivo, assim como toda a minha família, morava no interior e que nos encontrávamos somente nos fins de semana. Acho que ela acreditou.

4.4 A vida cotidiana do militante clandestino

Aqui, nos dedicaremos à analise de como esses militantes clandestinos viveram o seu dia a dia na clandestinidade, escondidos em aparelhos, deixando-os muitíssimas poucas vezes e tentaremos compreender como essa vida de restrições interferiu no modo de desempenhar suas funções políticas.

Também será foco dessa análise a natureza da clandestinidade vivida pelos ex-militantes que entrevistamos: se a clandestinidade era total ou parcial em relação ao contato com outros militantes e com a organização a que pertencia. Nenhum dos nossos entrevistados esteve na condição de clandestinidade total, isolado totalmente de sua organização ou de outros militantes, mantendo, ainda que de forma bem precária, algum tipo de contato com poucos companheiros e/ou com a organização a que pertencia.

Vejamos Mariana, ex-militante da AP e que foi clandestina por sete anos, de 1969 a 1976. Ela foi deslocada de São Paulo para Salvador no início de 1970, permanecendo na capital baiana por três anos. Nessa época, as principais capitais brasileiras, São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte, estavam sob forte vigilância por parte dos órgãos de repressão – vale lembrar que, em 1969, o exército brasileiro criou a *Operação Bandeirantes*, fechando cada vez mais o cerco contra as organizações de esquerda e seus membros. Por isso, houve o entendimento da direção nacional da AP de que alguns militantes deveriam ser deslocados para outras capitais nacionais.

Mas havia enorme dificuldade de chegar a uma terra desconhecida e de montar estratégias de luta contra um inimigo que aumentava a cada dia o seu poder de fogo. É sobre esse período que, neste momento, ela está se referindo:

> Em Salvador, a sensação de isolamento foi maior... ser clandestino é estar isolado sempre, mas em Salvador a coisa piorou... havia somente um companheiro com que eu mantinha esporádicos contatos... as vezes esses contatos eram semanais, as vezes quinzenais. Depois de uns cinco meses, fiz contato com dois novos companheiros. Ele, também foi enviado de São Paulo e ela era de Salvador mesmo.

Sobre as articulações políticas e o isolamento trazido pela clandestinidade, Mariana, afirma:

> O trabalho da AP não era um trabalho de luta armada propriamente dita. Desde seu nascimento, o que a AP fazia de melhor era levar uma conscientização maior até as pessoas, chamar a atenção delas para os descalabros que estavam acontecendo. Coisas do marxismo cristão. Mas, o isolamento era tão grande que andava armada... tinha muito medo. Fiz curso de tiro com um companheiro durante minha clandestinidade em São Paulo. Sabe o que é estar sozinha a maior parte do tempo? Cobria um ponto hoje e não sabia quando encontraria alguém de novo. Uma ação simples... entregar para os companheiros que estavam na legalidade uma resma de panfletos podia durar até dois meses. Isso aconteceu comigo. Havia um companheiro que rodava no mimeógrafo umas coisas da revolução Cubana... esse material ficou comigo mais de dois meses... nesses dois meses, aguardei alguém que me dissesse o que fazer, com quem encontrar. Pensa bem: dois meses é muito tempo... Em Salvador, pensava de vez em quando que já não pertencia mais a AP.

Antonio Carlos Braga, militante da POLOP que viveu clandestino por quatro anos, narra seu dia a dia em aparelhos:

> Acordava logo cedo... mesmo em casa, nunca fui de acordar tarde. No aparelho em que estava, havia dois outros companheiros, um de São Paulo e outro do Rio de Janeiro. Nesse período, fiquei quase nove meses sem sair do aparelho, foi muito difícil... os outros dois, tinham uma liberdade maior... ou uma coragem maior, tanto que eles saiam para encontrar com outros companheiros. Passei até mesmo a duvidar da confiança das pessoas em mim. Uma das poucas vezes que saí de casa, foi para encontrar com minha companheira, que estava noutro aparelho. Disse a ela que achava que a POLOP não confiava mais em mim, pois nunca era solicitado para nada. Ela me disse que não era por isso... era por segurança, precaução por parte da organização, essas coisas. O que sei é que foram tempos muito duros, de muita privação, de muitos grilos na cuca. A sensação de inutilidade era muito grande.

Sentimento oposto ao do entrevistado acima relata-nos Francisco Medeiros, também ex-militante da POLOP que viveu clandestino por seis anos, de 1970 a 1976. Medeiros fala de uma angústia profunda por saber das quedas de seus companheiros de luta. Era meados de 1971, momento em que o governo Médici não poupava esforços na tentativa de dizimar as organizações de esquerda. Mas, justamente por saber da paulatina diminuição dos quadros das organizações, a clandestinidade era vista por Francisco como sendo um mal menor e representava a possibilidade de se manter vivo. Como ele mesmo diz: “primeiro, precisávamos ficar vivos, depois a gente via o que fazia”. Vejamos mais detalhes de seu depoimento:

> O momento mais difícil da minha experiência na clandestinidade foi o tempo em que passei clandestino no Rio de Janeiro. Havia chegado de Jundiaí passando por São Paulo e fiquei sabendo das mortes dos companheiros. A polícia do Freury não estava de brincadeira. No Rio, foi para Botafogo... havia um pessoal e eu sabia que podia me amoitar por lá... ao menos por uns dias. Mas, não consegui me lembrar do endereço... gravei, mas depois esqueci... a gente era treinado para isso, para esquecer coisas. Fiz contato com um amigo da época de faculdade e ele me disse que uma senhora podia me abrigar. Fui até sua casa em Copacabana e ela me deixou ficar por uns dias. Disse que seu filho retornaria dali uns 15 dias, tempo que eu poderia ficar na casa dela. Fiquei lá mais de um ano. O filho dela me adorou. Evidentemente que era um sacrifício enorme... pensa: nada de rua, nada de amigos, nada de organização, nada de nada. É muito cruel. Mas, pensava nos companheiros mortos, na brutalidade de suas mortes... você tá pensando o quê? Os milicos batiam... ninguém morria logo, com um tiro na testa... era f, f, muito f. Então, eu... eu pensava nisso e me concentrava e me conformava com a clandestinidade. Pensava que era a única maneira de me manter vivo... o que aquele pessoal que morreu no pau-de-arara ia pensar de mim se eu não sobrevivesse? Aceitei a clandestinidade e fiquei vivo. Pena que não resolveu muita coisa, mas isso é outro assunto.

Um subterfúgio muito comum utilizado pelos militantes clandestinos era a troca de nomes. Aproveitando uma brecha na lei, os militantes procuravam

um cartório e diziam terem perdido todos os seus documentos. De posse de um jornal, onde uma pessoa que, de fato, anunciava que os havia perdido, tiravam uma nova Certidão de Nascimento e, com ela, providenciavam o restantes dos documentos que faltavam. De posse desse novo nome, era possível ter alguma mobilidade, percorrer algum itinerário antes indisponível e, quem sabe, até mesmo realizar alguma operação militar mais audaciosa. Teresinha de Jesus Castro, ex-militante da POLOP que ficou clandestina por dois anos, relembra assim esses momentos:

> No Rio de Janeiro, em 1970, não dava para ser você mesmo, isso não dava... era muito arriscado. Havia a necessidade de você desaparecer. Eu achava que a minha prisão era questão de dias, de horas porque lá, em Ribeirão Preto, eu havia me arriscado muito... o pavor era muito grande... o medo era muito grande... isso de um lado. De outro, eu precisa ajudar meus companheiros, muitos já estavam clandestinos desde 1968. Com um amigo, aprendi que você tirava uma certidão de nascimento novinha em folha somente indo ao cartório. Era assim: vigiávamos o jornal esperando uma pessoa publicar que havia perdido seus documentos. Com esse anúncio, íamos no cartório e nos passávamos por essa pessoa. Se o escrivão pedisse um documento qualquer, a gente dizia o que? Que perdemos... não tinha como ele saber que aquela pessoa do jornal não era eu. Isso, conjugado com o fato de que a pessoa que atendia não ligava muito, dois dias depois tinha uma certidão nova. Com ela, retirávamos a segunda via dos documentos restantes. A única possibilidade de dar errado era quando a pessoa que, de fato, perdeu os documentos originais fosse muito mais velha ou muito mais nova do que eu. Por isso, ficava de olho no comportamento da pessoa do cartório. Se ele expressasse qualquer suspeita, tinha sair correndo dali.

Perguntei como ela passou a se chamar e o que isso mudou na sua vida de militante clandestina.

> Passei a me chamar Ana Maria de Souza Silva. Foi muito bom... nome simples e comum. A mudança na minha militância foi da água pro vinho... de repente, eu podia ir há alguns lugares. Na prática, não foi bem assim, pois tinha muito medo. Mas cobrir um ponto deixou de ser algo tão penoso, tão martirizante. A organização me passou tarefas que antes eu não fazia. Ajudei a montar uma célula em Nova Friburgo e outra em Niterói... sempre que a barra pesava, eu usava meus documentos frios. Foi assim que me infiltrei numa fábrica de sapatos no Rio de Janeiro. Cheguei a trabalhar algum tempo com carteira assinada. Quando fui presa, os espertos lá do DOPS demoraram um mês para saber que eu era eu... deu tempo de todos [que se encontraram com ela] fugirem.

Se por um lado, a criação de um novo nome permitiu uma maior mobilidade para os militantes clandestinos, por outro houve um preço a se pagar por isso. A criação de um novo nome implicou a criação de uma nova identidade, situações que, para alguns entrevistados, não foram tão fáceis. Vejamos a seguir Maria Madalena Prata Soares, militante da AP que viveu clandestina sete anos.

> A criação de um novo nome nos impunha situações inusitadas, para dizer o mínimo. Eu sabia... todos nós sabíamos que um novo nome era a possibilidade de não deixar as engrenagens pararem de funcionar e isso era muito importante. Mas, principalmente no começo da clandestinidade, a troca do nome era embaraçosa. Convivi um ano com uma outra militante clandestina, que eu sabia que usava um nome falso, assim como eu... ela também sabia disso. Qual era o nosso assunto? Nada de importante, nada de revolução, nada de ações políticas... falamos de tudo, menos daquilo que interessava. Até meu sotaque de mineira tive que disfarçar, pois era fundamental não saber nada uma da outra.

Observemos que traços de identidade há muito arraigado, o sotaque por exemplo, são, de uma hora para outra, indesejáveis e perigosos. Da mesma forma, podemos nos referir à urgência que tinha o militante clandestino em se desfazer do seu passado e, no lugar, criar uma vida presente que fosse capaz de dar sentido e significado às ações que engendrava.

Outro sacrifício imposto pela troca de nomes dava-se no momento em que esses militantes clandestinos eram torturados pelos agentes da repressão da ditadura militar. A tentativa desesperada de manter-se incógnito – insistindo em assumir seu nome frio, e com isso proteger seus companheiros e, consequentemente, sua organização – levou muitos militantes clandestinos a suplícios dobrados. Vejamos dois depoimentos que tratam desse assunto. O primeiro é de Teresinha de Jesus Castro.

> Quando fui para o pau-de-arara, minha preocupação era ganhar tempo... sabia que as coisas iam ficar bem ruins. A única meta era ganhar as primeiras 24 horas... tinha a sensação nítida de que quanto mais insistia na minha versão, no meu nome falso, mais apanhava. Não sei se eles já sabiam sobre mim, o que eu fazia, a organização que eu ajudava, quem eu era, afinal. Sei que quanto mais insistia em repetir minha história, mais o pau comia... numa certa hora, vieram outros dois agentes do Dops para me bater. Um deles, eu consegui reconhecer e deduzi que eles estavam me seguindo antes de me prender... fiquei me sentindo uma estúpida por não ter sacado antes

> que aquele cara era um agente da ditadura. Minha cabeça pirou, falei: putz, esse daí sabe o meu verdadeiro nome e não vai adiantar continuar mentindo. Mas estabeleci uma regra: eles que falem quem eu sou, eu não digo nada. Resisti dois dias, tempo suficiente para os demais sumirem... depois vieram os choques e meu corpo não aguentou... tive que contar tudo.

Francisco Medeiros conta os problemas enfrentados por tentar manter sua identidade falsa quando foi levado para as câmaras de tortura no Dops paulista:

> Ao ser preso, fui imediatamente levado para a tortura. Me despiram, o que torna mais ultrajante o fato de ser torturado, me bateram muito no rosto e me afogaram sucessivas vezes. Até então permanecia em silêncio. O mais alto dos três torturadores me disse que eu apanhava daquele jeito por causa do meu silêncio e que, quando eu quisesse colaborar, eles não me bateriam mais. Disse, então, que tudo era um engano e que eles não haviam prendido o cara certo... dei o meu nome frio e inventei uma história para tentar ganhar tempo. Me bateram mais ainda, com mais violência do que antes. Fui jogado em cima de uma cadeira, mas não consegui me equilibrar e cai no chão. Me espancaram ali mesmo. Foi um festival de chutes na cabeça, no estômago, no peito. De repente um deles me chamou de Francisco e não pude me fazer de indiferente... fingir, sabe? Fingir que eu não era eu. Comecei a chorar muito e eles entenderam que eu estava concordando em ser chamado pelo meu nome verdadeiro. Disseram para mim que eu apanharia mais um pouco por ousar enganar a policia paulista... muito decepcionado comigo mesmo e muito machucado, não resisti e acabei contando o que sabia.

Percebe-se, portanto, nessas narrativas o paradoxo da situação da troca de nomes. Necessária por um lado e condenatória por outro. Olhando do ponto de vista da militância clandestina, cunhar uma nova identidade era requisito muitas vezes necessário para continuar o projeto que abraçaram. Mas, quando eram presos, quando caíam nas mãos da repressão, o fato de ter que sustentarem uma versão fria de suas próprias vidas era a senha que os torturadores necessitavam para aumentar a violência contra esses militantes. Era como se pagassem pela ousadia de tentar enganar os arautos da lei, encarnados na figura dos torturadores. Esses, portanto, viam-se com plenos poderes para infligirem os mais rebuscados métodos de provocar dor nesses militantes. Afinal, eles mentem e, por isso, tudo merecem sofrer. Podemos afirmar que, ironicamente, um recurso para se manterem vivos – a adoção de um nome clandestino – se mostrava, depois, numa perversa permissão para terem seus corpos violados.

4.5 Relacionamentos Clandestinos

Dos mecanismos que tentam regular a vida dos militantes de esquerda em situação de clandestinidade, o mais evidente e o que essa pesquisa encontrou com mais clareza e distinção é o que diz respeito à interferência da organização na vida particular dos seus membros. Podemos afirmar que, em muitos casos, a primeira tenta manter uma forte hierarquização sobre os segundos de tal ordem que, em muitos aspectos, o militante se vê cerceado para além das limitações naturais da sua condição de clandestino, por si só, é bom lembrar, bastante cerceadora. E dentre os aspectos mais prejudicados são os que tangem aos relacionamentos íntimos[45].

Jairo de Oliveira Gerwenstein lembra-se assim desses momentos:

> Quando passei por Belo Horizonte, conheci Júlia. Ela pertencia ao Movimento Estudantil e, logo fomos um com a cara do outro. O problema era a minha clandestinidade... não dava para namorar, ir na casa dela, sentar-se a mesa e falar de futebol com o pai dela. Nossos encontros eram muito esporádicos... Foi uma história de amor que a ditadura não deixou acontecer.

Quando nos preparávamos para lhe fazer outra pergunta, ele, subitamente volta ao assunto:

> A ditadura não deixou Júlia e eu ficarmos juntos... isso aconteceu. Mas o maior problema seria interno, dentro da AP. A orientação era para que nós não tivéssemos qualquer relacionamento com ninguém da militância... aliás, não podia ter relacionamento era com ninguém. Eu mesmo vivi uns quatro anos sem se quer olhar para uma pessoa. Sei de amigos que a organização ordenava... ordenava, era essa a palavra... dava a ordem para interromper o namoro. As pessoas, pensa, tinham que se separar... era uma solidão imensa... o sujeito arrumava uma companhia e tinha que manter segredo... era a clandestinidade dentro da clandestinidade.

Perguntei, então, de Júlia, se ele sabia do paradeiro dela.

---

[45] Preferimos a expressão *relacionamento íntimo* à expressão *relacionamento amoroso*, como faz, por exemplo, Elizabeth Fernandes Xavier Ferreira no seu trabalho Mulheres, Militância e Memória. A opção se dá por entendermos que o sentimento que aproximavam os militantes clandestinos uns dos outros não era, necessariamente, um sentimento de amor, no sentido comumente atribuído ao termo. Entendemos que outros referenciais levavam esses militantes a manterem esses relacionamentos, tais como solidão, carência afetiva, medo. Julgamos que, a partir daí, mantinham, isso sim, uma intimidade.

> Sem saber, nosso último encontro foi no coreto da Praça Tiradentes... acho que foi um pouco antes do AI-5. O pai dela era muito rico e poderoso, um dos mais importantes criadores de gado do Estado de Minas e, quando soube que a filha estava envolvida com a AP, a mandou para morar na Europa com uma tia. Soube disso por intermédio de uma amiga dela. Sabe que fiquei feliz? Estava protegida. Mas tinha consciência de que nunca mais nos veríamos.

Alfredo teve um envolvimento mais duradouro durante seus anos de militância legal e clandestina. Conheceu Mara em Uberlândia ainda quando iniciava sua formação política. Diz ter sofrido forte censura da AP quanto ao seu relacionamento com Mara, também militante da AP.

> Mara era uma militante muito bonita e intelectualmente muito atraente. Nos encontramos a primeira vez em Uberlândia, na casa de um marceneiro de formação comunista. Ela queria o apoio dos comunistas para as reivindicações do Movimento Estudantil ligadas ao triângulo Mineiro e, por isso, tinha viajado de Belo Horizonte até Uberlândia. Eu, que conhecia todos os comunistas da cidade, estava lá naquele dia. Ela falou por horas. Seu cabelo de franja e sua simpatia contagiava a todos. Como já havia feito minha iniciação na AP, já havia pichado uns muros, logo pedi para falar e ela se mostrou muito atenta ao que dizia. Quando o encontro foi dado por encerrado, me aproximei e disse que queria vê-la de novo. Ela disse que seria impossível, pois voltaria para Belo Horizonte naquele dia mesmo, no último ônibus. Mas que se algum dia eu fosse para lá, que a procurasse no Centro Acadêmico do curso de Economia da UFMG. Isso era 1965 ou 1966.

Pergunto, então, se foi isso que ele fez.

> Nosso encontro em Belo Horizonte deu-se meio por acaso. Fui na casa de uns amigos do curso de medicina conhecer um cara que havia acabado de chegar de Recife e, segundo as pessoas que eu tinha contato, era muito inteligente e tinha uma visão da AP que nós, mineiros, não tínhamos. De fato, sua argumentação era muito eloquente, mas nada mais que isso. Dizia que mais hora menos hora, a AP iria ter que fazer foco guerrilheiro, essas coisas. Ele foi um dos mentores da Guerrilha do Araguaia, mas, curiosamente, não foi enviado para lá, permanecendo no sudeste até ser enviado para o exílio no Chile. Mas quem estava lá? A Mara. Só que agora vivendo semi-clandestina e usando um disfarce... estava toda loira e tive medo de me aproximar dela. Não sabia se as pessoas a conheciam como Mara... não queria dar bandeira. Mas para minha surpresa, foi ela que se lembrou de mim e fomos, depois da reunião, para uma lanchonete que ficava no edifício Maleta, na Praça Afonso Arinos. Conversamos até de madrugada... achei estranho ela, de alguma maneira já ser clandestina, mas arriscar-se a ficar em um local público. Mas, a alegria de ter encontrado ela de novo era o que importava e não queria estragar aquele momento. Quando nos despedimos, ela disse que me encontraria naquele mesmo lugar dois dias depois.

Aproveitei uma pausa na sua respiração para lhe perguntar se eles levaram adiante o romance e quais as artimanhas desenvolvidas para driblar as dificuldades que um relacionamento naquelas circunstâncias impunha. Com um leve sorriso, Alfredo responde:

> Compareci ao encontro dois dias depois... mas saímos logo dali. Eu achava que ficar indo no mesmo lugar num intervalo de tempo tão pequeno era muito arriscado. Ao lado da Praça Sete, havia uma pequena pensão e sugeri que conversássemos lá. A dona era pessoa muito tranquila... pra alugar um quarto não precisava de dar nenhum nome, era só pagar. Nesse dia, tivemos certeza que seria muito difícil viver um sem o outro. Mas... como contar isso para a direção da AP? Era meados de 1968 e nós dois estávamos atolados até o pescoço com os preparativos do XXX Congresso. Eu era delegado da AP e iria com certeza, ela tinha outras prioridades também. Mas contamos. Foi uma confusão dos diabos.

Peço para ele esclarecer qual o posicionamento da organização diante de uma situação como aquela. Ele diz:

> Dentro da AP, fomos chamados de pequenos burgueses para cima... nossa, os caras ficaram muito contrariados. Me perguntavam como eu, com minha experiência, deixei uma coisa dessas acontecer... me envolver com uma pessoa naquela hora... essas coisas de militante sem preparo... fizeram com que me sentisse dessa forma: um militante sem preparo para a vida de militante. Uma vergonha, uma vergonha. Pereira [nome fictício criado por Alfredo], líder da AP em Belo Horizonte, me chamou de filhinho de papai, de desbundado, de irresponsável... disse que se eu e Mara fôssemos presos, eu era o único culpado e que a AP não faria nada para nos ajudar. Acrescentaram que o melhor era nunca mais nos vermos.

Pergunto se ele seguiu as orientações dadas. Ele responde:

> É claro que não. Demos um tempo, mas não deixamos de nos ver... até mesmo porque havia muito o que fazer para que Ibiúna saísse do papel. E eu estava mesmo convencido que era muito importante que o XXX Congresso fosse realizado... era uma vitória nossa sobre os milicos. Mas ela não foi para o Congresso. Não me lembro bem, mas sei que, no fim das contas, Mara acabou indo para São Paulo. Tanto que, depois de Ibiúna, eu tive notícia dela em São Paulo, dando apoio aos que estavam no presídio Tiradentes. E ela descobriu, por meio de vários contatos, que eu estava em Belo Horizonte aguardando o desfecho das prisões em Ibiúna. Se arriscou muito por mim... foi até a

> um advogado da sua família e pediu que me representasse e, por isso e por não ter nada contra mim até então, fui solto em fevereiro de 1969.

Pergunto se é nesse momento que ele se torna clandestino e, se sim, como a vida clandestina interferiu na sua dinâmica com Mara. Vejamos sua resposta:

> Em fevereiro de 1969, ambos éramos totalmente clandestinos. Eu por conta da prisão de Ibiúna e Mara por opção, para ficar comigo. Sua militância era muito importante para a AP, mas se ela quisesse, forçasse um pouco, não precisaria entrar de vez na clandestinidade naquela hora... poderia continuar como estava. Mas ela preferiu viver de vez na clandestinidade. Fomos, então, de Belo Horizonte para São Paulo. Lá fomos morar numa ruazinha de Santana, bairro discreto da capital. Fiz uns contatos com a AP de São Paulo, mas eles não tinham a mesma pegada da AP mineira. Por isso, ficamos com medo, inseguros de nos acontecer alguma coisa. Mara resolve voltar a BH... na avaliação dela, por não ter sido presa, era ela quem deveria voltar e tentar fazer contato novamente. Nesse meio tempo, ficamos sabendo do estouro de um aparelho na serra de Moeda, local muito próximo a Belo Horizonte, onde metade dos militantes clandestinos da AP de Minas Gerais havia, em algum momento, ficado escondido. Voltar, então, era muito perigoso... não sabíamos como, realmente, as coisas estavam. Ficamos articulando uma maneira de não nos isolarmos muito... havia muito medo de perdermos os poucos contatos que nos restava. Um dia, no meio de uma discussão teórica, ela defendendo que deveríamos voltar a BH e eu defendendo que o melhor seria ficar de molho em São Paulo, entrou, pela janela, um cheiro muito forte de carne frita... alguém estava passando um bife, eu acho. Imediatamente, Mara correu até ao banheiro com uma imensa vontade de vomitar. Resultado: estávamos esperando um filho.

Alfredo dá um longo suspiro e continua:

> Aí, meu amigo, as coisas ficaram complicadas de vez. Não tivemos alternativa a não ser pedir ajuda da direção da AP... era meados de 1970... você não sabe o que representam dois militantes clandestinos esperando um filho em meados de 1970, com a tigrada toda no seu calcanhar... A reação da AP foi a esperada... falaram um monte de coisas para nós, que não dava pra confiar em militantes do interior, que não dava para fazer nada, que, se quiséssemos ter o filho, era preciso agir por conta própria. Foi o que fizemos. Havia um amigo dos tempos da medicina da UFMG. Na verdade, ele era de Uberlândia. Estava em São Paulo trabalhando numa clínica no centro da cidade. Tomei coragem, fui até lá e aconteceu uma coisa inacreditável: foi ele quem me recebeu, logo de cara... coisa de militante com sorte. Contei todo o nosso drama e ele concordou em dar os primeiros cuidados à Mara. Ela teve uma gravidez muito difícil... durante o tempo em que ele cuidou de Mara, não me cobrou nada. A única coisa que não fez foi deixar ela ter o filho lá, pois isso poderia complicar bastante.

Pergunto, então, como eles fizeram para Mara dar à luz.

> Quando ela estava com sete meses mais ou menos, nosso relacionamento passou por um longo desgaste... falta de grana... de perspectiva quanto ao nosso futuro... sem casa para morar... sem amigos, abandonados pela AP. Ela disse que não estava preparada para ser mãe naquelas circunstâncias, coisa que concordei de imediato e quando ela disse que ia para casa dos pais, não me opus. Para ser franco, até achei melhor. Nessa época, estávamos frios um com outro e apenas disse a ela que iria esperar as coisas se acalmarem mais um pouco e a procuraria para conhecer o bebê. Ela até perguntou sobre como as coisas ficariam entre nós... disse que quando tudo acabasse, pensaria no assunto. Numa manhã de outubro, fomos para a catedral da Sé para que um primo dela a levasse de volta para Juiz de Fora, cidade onde os pais moravam. Não fiquei para ver ela ir embora com o nosso filho.

Diante do exposto, perguntamos se ele teve notícias de Mara e do bebê e se o restante da gravidez correu tudo bem. Ele responde assim:

> Eu tinha o número do telefone da casa para onde ela seria levada... não tinha contato na casa dos pais dela. O combinado era que ela iria ficar na casa dos pais somente até dar a luz. Mas os pais acharam muito arriscado ela ir para essa casa com um bebê de colo e mudaram os planos. Eles foram para a casa de uma tia em Ubá, onde ela ficou uns seis meses... por isso, eu tentava falar com ela e na maioria das vezes, ninguém atendia. Ou, quando alguém atendia, não me dava informação. Depois Mara me disse que não contou sobre mim... para me proteger, ela disse que o pai da criança era outro. Então, ninguém sabia quem era Alfredo. Nesse meio tempo, a AP me deslocou para o Rio de Janeiro e, por isso, perdemos totalmente o contato. Só fui falar com Mara em 1977, quando fui até Juiz de Fora procurá-la.

Alfredo alonga-se no sofá, dá um longo suspiro novamente e continua a contar sua história.

> Neste tempo, a criança estava com sete anos e aprendeu a chamar o avô de pai. Quando nos encontramos, Mara disse que sentia muito todo o nosso desencontro... chorou muito e me pediu muitas desculpas. Eu também pedi desculpas, pois me sentia também muito culpado. Percebi que ela não estava bem... algo me dizia que ela não estava bem. Para aliviar um pouco a tensão, contei como havia sido meus anos de vida clandestina, as lutas, as perdas, as prisões dos companheiros... o problema é que quem passa pelo que eu passei, não alegra ninguém... nessa época eu era só amargura. Mas até que ela aguentou firme, sabe? Fez um monte de pergunta, disse que acompanhava pelos jornais, que sabia que a imprensa estava censurada, mas que fazia de tudo para acompanhar. Quando acabou essa conversa foi inevitável falarmos de nós. Me disse que estava com outra pessoa, que teve que reconstruir sua vida com outra pessoa que soube acolher uma mulher solteira carregando um filho e que os pais dela gostavam muito dele. Me perguntou se eu havia encontrado

> alguém. Disse que na clandestinidade era muito difícil se vincular a uma pessoa e que, também, não queria passar de novo pelo que passei quando ela foi embora. Na despedida, pedi para ela dar uma nova chance para nós, mas sabia no meu íntimo que isso era muito difícil, mas pedi assim mesmo. Ela respondeu que nossa vida juntos não poderia mais existir. Desde então, nunca mais nos falamos. Não sei nem mesmo se ela contou a verdade para o garoto.

Perguntamos se ele não sentia falta de procurar o filho, de se apresentar a ele, de contar toda a verdade. Alfredo responde:

> Minha mulher [Alfredo se casou em 1980] sempre me incentivou muito a procurar o garoto... dizia que ele precisava saber a verdade, que iria fazer bem a nós dois... coisas desse tipo. Aí teve um dia que pensei: quer saber, ele é meu filho e minha história com a mãe dele é muito bonita. Ele tem de saber. O que fiz? Fui até Juiz de Fora novamente e liguei para Mara. Mas para minha imensa surpresa ela havia falecido um ano antes e o garoto passava uma temporada na Alemanha. O curioso é que, com a morte dela, avaliei que não fazia sentido ele saber de nada... ia ficar parecendo que eu estava me aproveitando da situação... que iria contar minha versão da história... que ele não teria como ouvir dela o que aconteceu. Os avós não me conheciam, nunca soube o que ela contou de nós para eles. Acho que nunca disse nada de mim. Por isso, deixei as coisas como estavam. É duro pensar assim, mas tirei esse meu filho da minha vida.

É fácil compreender que a clandestinidade vivida por esses militantes os obrigava, em determinadas circunstâncias, a lidar com uma relativa perda da sua autonomia. Não se tomava as decisões apenas com base nas suas intenções, na racionalidade de seus desejos. As decisões eram, muitas vezes, tomadas pelas próprias condições da militância clandestina. Quando perguntamos a Alfredo se ele, de alguma maneira, guardava rancor pelas escolhas feitas, pelo que resultou das decisões tomadas, ele responde:

> Não guardo mágoa de nada. Tudo o que me aconteceu só aconteceu em virtude das minhas escolhas, daquilo que eu acreditava ser o certo naquele momento. Se a direção da AP soube nos entender ou não, não serei eu a dizer. Se estivesse no comando de uma organização de esquerda, naquele momento, sendo responsável direto por vários outros militantes, será que eu não faria a mesma coisa? Acho que sim. Em relação ao comportamento de Mara, creio que ela acreditava estar fazendo o melhor quando não revelou a minha existência para a sua família, nem para o garoto. Os planos eram para que me juntasse a ela e ao bebê em, no máximo um ano. O que aconteceu? Só nos reencontramos sete anos depois. Ou seja: não dá para pensar em rancor, nem em mágoa. Se erramos, erramos todos; se acertamos, acertamos todos. Particularmente é assim que penso.

Outro depoimento que ilustra as agruras de se manter relacionamentos durante a clandestinidade política é o de Maria Madalena Prata Soares. Ela estava na AP, no mínimo, desde 1966. Seu envolvimento com a Ação Católica seu deu em Uberaba, MG, quando participava ativamente da JUC, Juventude Universitária Católica, daquela cidade. Além disso Gilberto e Ricardo, seus irmãos, mais velhos do que ela, já militavam na AP e, logo, aderir aos ideais revolucionários cristãos foi uma questão de tempo.

Em Belo Horizonte, em julho de 1967, foi morar com favelados. Ela se lembra assim desses momentos:

> Seguindo orientação da AP, fui morar com os favelados nos arredores de Belo Horizonte, ajudando-os a resistir quando sofressem investidas para derrubarem seus barracos. Além disso, participava de pichações contra a ditadura e realizava panfletagens na greve de Contagem. Por conta de tudo isso, tive que entrar para a clandestinidade e adotei o nome de Maria Elizabeth Paiva, a Bete. Isso foi depois do AI-5.

Em 1969 descobre, Maria Madalena descobre que estava grávida de um companheiro da AP. Mesmo esperando um filho numa gravidez de cinco meses, ela foi deslocada para São Paulo, indo integrar uma célula têxtil, no bairro do Bom Retiro. Ela relembra esses momentos:

> Fui morar num aparelho que ficava no bairro do Bom Retiro. Lá também participei de várias pichações e panfletagens. Havia umas reuniões noturnas com os operários que eram muito produtivas. Eu explicava o contexto que o Brasil vivia e eles entendiam seu grau de exploração. Era um trabalho que gostava muito, mas tive que interromper porque Eduardo, meu filho, nasceu em julho. Aos vinte e dois anos eu era clandestina, mãe, revolucionária e procurada pela polícia.

Ficando de pé, acrescentou de modo muito enfático: “E estava sozinha, completamente sozinha”.

Neste interregno, José Carlos Novaes da Mata Machado[46], também vinculado a AP, havia acabado de sair da prisão e ainda estava em São Paulo. Ao tomar conhecimento da situação de Maria Madalena por intermédio de

[46] Para maiores detalhes sobre a trajetória política de José Carlos Novaes da Mata Machado, consultar LIMA, Samarone. **Zé:** José Carlos Novaes da Mata Machado, uma biografia. Belo Horizonte, Editora Maza, 1998.

outros membros da AP, foi lhe fazer uma visita de solidariedade. Ela recorda dessa maneira esses momentos:

> José Carlos chegou ao hospital e me disse que estava ali para prestar solidariedade a mim. Se apresentou, dizendo se chamar apenas Zé, contou-me sobre sua militância política, da sua participação na AP e das ações que havia realizado na faculdade de Direito da UFMG. Era um rapaz encantador, desses que transmite seus sonhos e te faz sonhar com ele... seu idealismo e amor pelo Brasil eram evidentes. Aproveitei e contei sobre a minha experiência com os favelados, da minha participação na greve de Contagem, do meu filho, da minha ida para São Paulo e da minha solidão... estava separada do pai do Eduardo. Como estava muita fraca, ele propôs continuar a conversa outro dia. Antes de ir embora, perguntou meu nome, pois até àquela hora me chamava de companheira... Bete, respondi.

Depois de novos encontros, ainda com Maria Madalena no hospital, os dois começaram a namorar. Logo que ela teve alta, José Carlos foi ao seu encontro e lhe pediu em casamento. Vejamos como ela se recorda desses episódios:

> O José Carlos me pediu em casamento logo depois que saí do hospital, levando comigo meu filho. Não é qualquer homem que aceita fazer isso. Mas o José Carlos não era qualquer um. Mas como fazer o casamento de dois clandestinos e procurados pela polícia? Pedi ajuda ao meu irmão Gilberto, que estava morando em São Paulo e ele disse que poderia ser na sua casa. Era só arrumar um padre que aceitasse casar dois clandestinos. Eu e ele éramos muitos católicos e casamento era coisa séria... o jeito quem deu foi um amigo nosso, que conseguiu um padre casado, mas que podia realizar o casamento... pelas leis do direito canônico, dizia o José Carlos, ex-padre pode continuar casando as pessoas quando elas se amam... era o nosso caso. Digo para as pessoas: quando casei, os noivos eram clandestinos, a noiva já era mãe e o padre que fez o casamento não era padre mais.

Casados, foram deslocados para Fortaleza, no Ceará. O cenário encontrado pelos dois militantes eram desolador: companheiros presos, desaparecidos, Movimento Estudantil inexistente, trabalho operário completamente desmantelado e, como se tudo isso não bastasse, a AP comunicou a ambos que não poderia enviar mais dinheiro para o sustento deles. Vejamos as recordações de Maria Madalena:

> A situação era péssima. O José Carlos, ainda que fosse muito otimista e acreditasse muito no que fazia, não deu conta de esconder sua frustração... não havia nada, simplesmente não havia nada. Era

> começar tudo do zero. Mas... clandestinos, como começar do zero? Vendemos uns braceletes meus, ele juntou com alguma economia que havia feito... esse dinheiro nos levou a um bairro chamado Henrique Jorge, na periferia de Fortaleza. Pior de tudo você não sabe... já não existia mais AP. Houve um racha e nos tornamos APML... Ação Popular Marxista Leninista. Era uma forma de diferenciar a AP que foi para o Araguaia. Nós, APML, não acreditávamos na teoria do foco guerrilheiro e, por isso, ficamos nas cidades. Mas o racha resultou numa enorme perda de militantes.

É neste momento que o casal descobre que Maria Madalena estava, novamente, grávida, tornando muito complicada uma situação que já era delicadíssima. Na avaliação de ambos, alguma coisa precisava ser feita, no sentido de proporcionar melhores condições de saúde, sobretudo para o filho que iria nascer. Pediram novamente a ajuda de Gilberto Prata, irmão de Maria Madalena, que a essa altura estava morando em Goiânia. Maria Madalena recorda-se assim desses momentos:

> José Carlos desejava que Dorival [nome dado ao filho mais novo, em homenagem ao também militante Jair Ferreira de Sá, um dos líderes da AP, que usou esse codinome em vários momentos de sua militância clandestina] nascesse em Goiânia... entendia que era mais seguro. Mas, para isso, precisávamos de dinheiro. Meu irmão trabalhava numa fábrica da Eternit e não ganhava tanto assim. Ajuda veio de uma companheira, a Grauninha, que tinhas alguns contatos com enfermeiros... quando comecei os trabalhos de parto, ela me levou para o hospital. O José Carlos conseguiu um dinheiro com o pai. Isso deu para que comprássemos o necessário para duas semanas mais as passagens de ônibus até Goiânia. Depois que Dorival nasceu, fui para a casa de meu irmão.

Duas semanas depois, Maria Madalena voltava a Fortaleza. Ficar na casa do irmão era muito perigoso, pensava ela, uma vez que Gilberto Prata exercia, ainda que de maneira esporádica, algum tipo de militância. Se os agentes da repressão descobrissem onde Gilberto estava morando, levariam para a prisão os dois irmãos e, por mais absurdo que fosse, levariam também o recém-nascido. Isso, por tabela, implicava pôr toda a AP que estava sendo montada no Ceará em risco.

Chegando a Fortaleza, o cenário não podia ser pior. As condições de vida pioravam, e a pequena casa, sem condições de abrigar duas pessoas, abrigava agora cinco, em função de três militantes que por lá se escondiam. Sobre esses momentos, Maria Madalena compartilha suas memórias:

> No inverno, as chuvas castigaram Fortaleza, e a periferia, que era onde morávamos, se afundou em lama. Uma noite, caiu uma tromba d'água que nos deixou em estado de alerta... cinco adultos e duas crianças completamente encharcados, sem ter para onde ir. O dinheiro acabando, o isolamento cada vez maior... a saúde dos meninos piorando... era hora de repensar aquela vida.

Uma opção, que antes desse episódio sequer era cogitada, tomava vulto para Maria Madalena e José Carlos: enviar os filhos para a casa do pai de José Carlos, o ex-deputado do MDB cassado pelo AI-5 e advogado de renome Edgar Godoy da Mata Machado. A decisão foi tomada depois que Dorival teve meningite. Voltemos às lembranças de Maria Madalena:

> Depois da meningite do Dorival, não restou mais nenhuma dúvida... aquela situação não podia mais continuar... que diabos de revolução estávamos fazendo? Que militância era aquela. O José Carlos não falava para não me preocupar mais ainda, mas eu sabia que ele estava insatisfeito. Um dia, chegando em casa, vi quando ele discutia com um companheiro de AP... quando me viu, tentou disfarçar... tenho certeza que o assunto era as miseráveis condições que tinha que enfrentar. Nesse mesmo dia, falamos da situação de saúde do Dorival e resolvemos enviar os meninos para Belo Horizonte. Dr. Edgar e dona Yeda saberiam o que fazer com eles.

Pergunto, então, como foi a separação dos filhos, tanto do ponto de vista da logística necessária quanto do ponto de vista afetivo. Maria Madalena responde:

> Estando clandestino, nenhuma relação se solidifica... há sempre a sensação de incerteza no ar. Acho que deixamos essa sensação chegar nos filhos... o que eu senti foi um medo terrível de nunca mais poder ver os dois. Mas havia um consolo: os pais do José Carlos poderiam dar uma vida que, naquele momento, para nós seria impossível. Era nisso que a gente se agarrava... quando decidimos que eu iria para BH, só pensava em dar a eles o que eles precisavam. Choramos uma noite inteira... sabe quantos meses Dorival tinha? Dorival estava com nove meses... uma idade em que estar perto da mãe é fundamental. No dia seguinte, compramos as passagens e levei os garotos para BH. Na rodoviária de Fortaleza, tudo foi muito rápido... havia um monte de polícia e José Carlos não podia dar bobeira. Mas ainda assim, percebi seu choro.

Pergunto se houve algum momento em que a família toda se reuniu novamente. Maria Madalena responde:

> Em março de 1973, voltei a Belo Horizonte [ela havia deixado os filhos em novembro de 1972] para buscar o Dudu, meu filho mais velho... Dorival estava bem melhor, mas ainda não era hora de buscá-lo. José Carlos dizia que se pelo menos um deles pudesse ir vê-lo, já era suficiente para aliviar sua saudade... tratava Dudu como se fosse filho legítimo dele. Quando cheguei em Fortaleza, foi a maior festa... há tempos não via o José Carlos tão feliz.

Pergunto se Dudu ficou com eles até a prisão de José Carlos, em outubro de 1973. Maria Madalena recorda assim estes últimos momentos ao lado do marido:

> O Dorival, José Carlos nunca mais viu... desde que eu o levei para a casa do avô, em novembro de 1972. A última vez que José Carlos viu o Dudu foi em Salvador no dia quatro de outubro de 1973, quando ele foi para o Rio de Janeiro. No Rio de Janeiro, as coisas estavam despencando... todo mundo caindo, sendo preso, torturado, desaparecendo. Uma companheira até tentou avisar o José Carlos, mas o recado dela não chegou a tempo. No Rio de Janeiro, José Carlos confidenciou a um amigo de Belo Horizonte que o melhor seria sair do País... mas antes tinha que passar em BH, ver os pais, o filho... não deu tempo...

José Carlos foi preso em 22 de outubro de 1973 na cidade de São Paulo e morto pelos agentes da repressão uma semana depois na cidade de Recife. Na sua prisão, e de mais oito membros da AP, pesou bastante os serviços prestados por Gilberto Prata aos órgãos de repressão da ditadura militar. Sob a alegação de que seria assassinado, o irmão de Maria Madalena aceitou colaborar com os agentes da ditadura. Se fazendo passar por um ex-militante que gostaria de retornar à ativa, Gilberto, por intermédio da irmã – que não sabia dos planos do irmão –, localiza José Carlos e o entrega à polícia repressora. Os demais membros da APML que tiveram contato com Gilberto Prata foram todos presos e assassinados pelos órgãos de repressão da ditadura militar.

Os relatos expostos anteriormente – de Jairo, Alfredo e Maria Madalena – mostram que, de alguma maneira, as relações íntimas entre os militantes clandestinos são marcadas por fragmentações e descontinuidades próprias do contexto em que vivem. A necessidade de se apegar a alguém é uma necessidade da espécie humana e não seria diferente com militantes que

vivem em clandestinidade. Entretanto, os arranjos, quer logísticos quer afetivos, para que essas relações se sustentem é de tal ordem que, por vezes, fica impossível, mantê-los, e os encontros acabam se perdendo para sempre, como é o caso de Jairo e Alfredo.

Outro aspecto que nos parece importante ao analisarmos essas relações é a influência que a organização de esquerda a que pertencem esses militantes exerce sobre essas relações. Partindo da ideia de que a vida em clandestinidade exige disciplina, sobriedade e, sobretudo, desapego a qualquer tipo de pessoas, as organizações enxergam nos vínculos afetivos uma fonte de desvio dos seus objetivos primeiros. Por outro lado, o isolamento natural, provocado pela situação de clandestinidade, faz aflorar a necessidade de companhia, oscilando os militantes entre esses dois extremos.

4.6 PRISÃO E TORTURA

Os acontecimentos políticos que nortearam a vida pública e privada de vários países da America Latina, particularmente a partir dos anos 60, quando vários golpes de estado implantaram ditaduras militares, impuseram a tais povos a vivencia do terror. E dentre as diversas formas de terror institucionalizadas, estava a tortura, usada não só para a obtenção de informações sobre os grupos revolucionários e seus membros, como também para impor, via medo, o silêncio e o conformismo a todos, militantes ou não.

É preciso dizer que, no Brasil, a tortura não consistia num fato novo, nem foi usada pela primeira vez pelos militares. Menos de trinta anos antes, durante o Estado Novo, os brasileiros já tinham conhecido seus horrores através das ações de Filinto Muller.

Entretanto prender, torturar e matar foi a tônica dos agentes da repressão, sobretudo depois de 1968. Tudo era permitido para defender a segurança nacional. A base jurídico-filosófica para justificar qualquer ato, tornando lícito o que é intrinsecamente ilícito, foi desenvolvida durante três anos de prolongados debates na Escola Superior de Guerra (ESG) e encontrava-se já cristalizada em meados de 1968 (ARRUDA, 1983), um ano antes da criação, em São Paulo, da *Operação Bandeirantes*.

Sistematizado para o combate à subversão, o uso da tortura generalizou-se rapidamente entre os militantes brasileiros. O recurso à violência atingiu tais dimensões que, nos anos seguintes, seria utilizado indiscriminadamente até mesmo dentro das Forças Armadas, para a apuração de crimes comuns praticados por militares, chegando a atingir integrantes dos próprios órgãos de segurança, torturados por seus ex-companheiros.

Nem todos os militantes que entrevistamos para pesquisa foram presos e torturados e nem todos os que viveram essa experiência aceitou falar sobre ela. Em alguns casos, houve quem até se prontificou a fazê-lo, mas não conseguiu.

Dos motivos alegados para deixarem de tratar do tema, os mais recorrentes são aqueles que evidenciam as cicatrizes não curadas, ou parcialmente curadas. O colapso causado pela situação de tortura e os traumas daí advindos impossibilitam esses militantes de traduzirem sua dor. Vejamos o depoimento de Francisco Medeiros acerca dessa questão:

> Não quero falar [sobre sua prisão e tortura]... melhor dizendo, não posso... não posso porque ressuscita muita dor. Às vezes penso naquilo tudo, mas ainda não consigo acreditar que passei por aquilo tudo... não consigo acreditar como sobrevivi àquilo tudo. Não consigo acreditar que vi aquilo ser feito nos companheiros, isso também não acredito. Sinto muito, mas não consigo falar.

Francisco Medeiros foi preso numa blitz de trânsito da polícia militar de São Paulo, em 1970. Suas ligações com a POLOP, que aderiu à luta armada, obrigavam-no a andar armado e portando, em algumas ocasiões, anotações sobre possíveis ações de expropriação, dentre outros documentos. O guarda que o abordou estranhou o fato de Francisco gaguejar muito ao responder às perguntas feitas e pediu para que ele descesse do fusca branco a fim de que fosse feita uma revista no carro.

Desesperado, saiu em desabalada correria, mas foi pego pelos policiais. Encontraram dentro do automóvel um revólver calibre 32 e as anotações. Então, Francisco Medeiros foi levado à sede da Operação Bandeirantes, onde foi barbaramente torturado por semanas. A certa altura, seus torturadores suspeitaram que ele fosse homossexual e, por isso, tentaram humilhá-lo com sevícias de ordem sexual. Seu estado de saúde ficou seriamente abalado e,

ainda preso, necessitou de cuidados médicos. Conseguiu ser transferido para o presídio Tiradentes por influência de um advogado da família e depois foi libertado, momento em que adere de vez à clandestinidade. Sua resistência às torturas e o fato de que não disse nada aos torturadores, rendeu-lhe alguma fama dentro da POLOP. Pessoalmente, entretanto, as torturas deixaram cicatrizes profundas.

Outra depoente que não aceitou dizer nada sobre sua prisão e, posteriormente, sua experiência com a tortura foi Mariana. Vejamos o que ela conseguiu falar acerca dessa experiência:

> Falar da minha prisão é muito complicado... não acertei contas com isso. Não estive num parque de diversões, ok? [Mariana irrompe numa crise de choro; quando consegue se recompor, inicia, novamente, sua narrativa] É muito difícil pensar naquilo tudo... o rosto de cada um deles é muito vivo na minha memória. Desculpe, mas não consigo. [Novamente, Mariana chora muito].

Segundo Maria Clodilte Vieira Ayer, militante da AP, Mariana foi presa em dezembro de 1968, em Belo Horizonte depois que outro militante da AP foi preso. Acredita-se que, sob tortura, esse militante tenha contado algo e, por isso, três outros militantes foram presos. Dentre eles, estava Mariana. De imediato, ela foi levada para o DOPS da Avenida Afonso Pena, onde foi barbaramente torturada por mais de cinco horas. Essa rotina se repetiu por dez consecutivos dias. Ainda segundo relato de Clodilte, a situação de Mariana era tão drástica que um dos carcereiros teria intercedido por ela, aconselhando os torturadores a tomarem cuidado para que ela não morresse, pois seu estado de saúde era crítico.

Em janeiro de 1969, Mariana foi localizada pelo setor da AP responsável por rastrear militantes desaparecidos. Gildo Macedo Lacerda, também militante da Ação Popular, em início de vida clandestina, recebeu, por intermédio de um amigo, a notícia de que Mariana estava agonizando na prisão e fez contato com Antonio Jardim de Moura, notório advogado da capital de Minas Gerais. Este, em função de grande pressão que estava sofrendo por parte dos militares, delegou ao colega Márcio de Oliveira, a missão de representar Mariana. Márcio imediatamente fez uma queixa-crime na Ordem dos Advogados do Brasil de Belo Horizonte, denunciando os maus tratos que a

sua, agora, cliente estava sofrendo. Paralelamente a esse esforço dos militantes da AP e dos advogados mineiros, os pais de Mariana iniciaram uma pressão sob os delegados do DOPS, querendo saber como estava seu estado de saúde. A conjugação de todas essas medidas surtiu efeito e Mariana foi libertada em abril de 1969. Segundo ainda as memórias de Clodilte, esse tempo, de janeiro a abril, em face do espancamento sistematizado que Mariana sofreu, foi utilizado para torná-la "apresentável" para a família e os amigos.

Contudo, se há aqueles que não conseguem falar da sua prisão e do aconteceu enquanto esteve preso, também há os que conseguem narrar esses episódios. Mais do que narrar, pode-se perceber que alguns entrevistados têm uma grande necessidade de compartilhar esses momentos de sua vida política.

Aristóteles em sua obra Arte poética (2004) destaca o efeito catártico da tragédia. Para o filósofo estagirita, reviver algum trauma quando se assiste à apresentação teatral de uma tragédia provoca, de algum modo, uma sensação de ordenamento mental onde, antes, havia apenas desordem.

Aplicando sua teoria da catarse das tragédias no conteúdo colhido através dos depoimentos dos militantes que estiveram em clandestinidade, foram presos e, depois, torturados, podemos afirmar que, muitas vezes, quando suas lembranças são trazidas à tona, a sensação trágica cede lugar a uma sensação *re-significada* de sentido e ordenação. Dizendo de outra forma: para muitos militantes que se encontram nessa situação, *re*-lembrar suas tragédias representa uma forma de torná-las suportáveis.

Vejamos o que diz Antonio Carlos Braga, ex-militante da POLOP mineira que viveu clandestinamente quatro anos. Antonio foi preso no Rio de Janeiro em julho 1969, quando um aparelho no bairro de Botafogo foi estourado pela polícia repressora. Vejamos o que ele nos diz:

> Olha: eu nunca senti tanto medo na vida... parecia que estava antecipando o que viria a acontecer. Da maneira como a repressão foi entrando no aparelho, senti que podia esperar pelo pior. Havia uns dez homens dentro do apartamento e uns vinte do lado de fora... todos com armamento pesado, fuzil, metralhadora... e olha que éramos estudantes, viu? Eles queriam o Jean [Marc van der Waid], o [José Carlos] Mata Machado, o Gildo [Macedo Lacerda]... e uns outros nomes que eu não conhecia. Falavam os nomes e punham o cano do revólver na nossa boca, dizendo que não iriam embora sem saber onde eles estavam e que matariam todo mundo se não contássemos. Me lembro que um rapaz baixinho... acho que era da Paraíba, pelo

> sotaque, era nordestino, com certeza, tentou conversar com os militares. Ele tomou uma coronhada de metralhadora na cabeça que em segundos empapuçou toda a sua roupa de sangue e ele quase desmaiou. A polícia desceu todo mundo para o hall do edifício, fizemos uma fila e íamos sendo colocados no camburão... na minha vez, o agente da polícia civil Argemiro me disse que, se eu sabia rezar, era melhor começar já, pois rapidinho eu iria entender o significado da palavra sofrimento. Bateu com a porta do camburão na minha cabeça, escarrou no meu rosto e me chamou de comunista filha da puta. Era só o começo...

Pergunto se sabe como os agentes dos órgãos de repressão localizaram o seu aparelho. Ele responde:

> Era um aparelho muito conhecido... a gente não sabia disso, é lógico. Mas na prisão, ficamos sabendo que a polícia já sabia da sua existência há pelo menos um ano antes de sermos presos. O problema é que muita gente frequentava aquele apartamento... até mesmo quem não era militante, passava por lá. É claro que descuidamos da segurança, não é mesmo? Para você ter uma ideia de como funcionava basta eu te dizer que quando um militante perdia o ponto com um companheiro, era para Botafogo que ele se dirigia, batia na porta e alguém abria. Eu acho, não tenho é como provar, que muitos agentes duplos devem ter frequentado esse aparelho a fim de saber como ele funcionava. Eles nos prenderam no dia e hora que quiseram.

Peço para que ele me diga para onde foi levado depois de ter sido preso. Ele responde:

> Fui levado, primeiro, para a Rua da Relação número 40... nunca vou esquecer esse endereço... lá funcionava o DOPS. Chegamos no meio da madrugada e fomos direto para as salinhas dos fundos, ao lado do pátio interno. No grupo em que estava, havia mais cinco pessoas. Nos puseram um ao lado do outro e começaram as provocações... xingavam de bicha, de comunista, de traidores da pátria... falavam um monte de bobagens. O que mais me assustava era um sujeito baixinho que não tirava o olho de mim... a pressão era tanta que fiquei imaginando se ele já me conhecia... se sabia da minha história de militância. Se ele soubesse, não adiantaria inventar nada. Ali mesmo, enfileirados, eles diziam que quem colaborasse, não sofreria nada. Mas... quem insistisse em não falar nada, iria apanhar muito. Uma coisa inusitada aconteceu: esse mesmo sujeito, o tal baixinho... disse para o cara que comandava a operação que seria melhor nos levar para as salas e lá quem quisesse colaborar, colaborava. Ali, perto das outras pessoas, ninguém falaria por medo de ser rotulado de traidor da luta das esquerdas. Eles discutiram um pouco e decidiram nos levar.

Pergunto se ele poderia descrever o que aconteceu dentro da sala. Ele continua:

> Lá dentro, o pau cantou, meu amigo... fui humilhado de todos os modos que um ser humano pode imaginar... a mente humana, na hora de pensar em como fazer o outro sofrer, é muito fértil. Primeiro, me mandaram tirar a roupa. Quis ficar de cuecas e meias... não sei porque, me atentei no detalhe da meia e não tirei... talvez uma forma inconsciente de resistir, sei lá. O líder, o sujeito que comandava as ações dentro da sala, quando viu que eu não tirei nem a cueca e nem a meia, me deu um soco na boca tão violento que achei que havia quebrado todo meu rosto, minha cabeça... quando vi, estava no chão... um soco repentino... eu sabia que ia apanhar, mas não espera aquele soco... não compreendi que era tão importante ficar nu naquele momento. Cheguei ao absurdo de pedir desculpas. Na mesma hora em que eu tentava me levantar, eles me levaram para o afogamento e me mergulharam num barril com uma água imunda... tentando respirar, bebi litros daquela água. Eles me afogando e me perguntando sobre os nomes... eu não negava, eu não afirmava nada... não dava tempo... mal puxava um pouco de ar, eles me mergulhavam de novo. Completamente molhado, fraco e sem noção de nada, fui levado para o pau-de-arara... aquilo dói. Tive saudades do afogamento. No pau-de-arara, era chute e soco para todo lado... eles batem nas suas costelas de um jeito que parece que seu corpo vai explodir... eu sentia meus órgãos se desintegrando. Comecei a contar uma história... disse que perdi a carona para casa e que por isso aceitei passar a noite no apartamento de Botafogo. Tentei emplacar a ideia de que era a pessoa errada no lugar errado no dia errado. Evidente que eles não acreditavam em nada e me batiam mais. Não esqueço o rosto do sujeito que ficava atrás de mim. No pau-de-arara, sua cabeça pende para trás e por isso alguém fica ali, espancando suas orelhas... quando eles viram que eu não aguentava mais, me puseram no chão. Como saía sangue por todo o meu corpo, um deles disse que seria melhor eu descansar um pouco. Me sentaram numa cadeira... para ganhar mais tempo, deixei meu corpo cair no chão de novo, o que só aumentou a raiva deles. Me sentaram, mas tomei uns 20 tapas no rosto... todo mundo batia... eles chegavam ao absurdo de chamar quem estava noutra sala para te bater. Veio uns três de outra sala e me bateram no rosto pra valer. É uma estratégia de humilhação... é como se te dissessem: podemos fazer o que quiser com você, seu comunista filha da puta. Há horas que você não sabe o que incomoda mais, se as pancadas ou a humilhação. A tortura te enverga até te quebrar. Depois de umas quatro horas, me levaram para uma cela. Na entrada, me jogaram e disseram para os outros que não precisavam mais de mim... que eu já havia aberto tudo, que eu era um traidor... tudo para me desmoralizar frente aos companheiros. Nesse dia eu não falei nada. Só fui falar alguma coisa, no dia seguinte.

Pergunto, então, se ele não gostaria de continuar sua narrativa. Pergunto também, se seria possível falar sobre esse dia seguinte. Antonio Carlos Braga prossegue:

> Foi assim: depois dessa primeira sessão de tortura... os companheiros me disseram depois... alguém mandou um balde com água, um pedaço de sabão de barra e um amontoado de estopa... um pano usado em oficina mecânica. Eles me lavaram, me puseram num banco de

> concreto e, me disseram depois, acabei dormindo. Quando acordei, a cela estava vazia... na noite anterior tive a sensação de ter umas quatro pessoas lá. Resolvi rápido o mistério, estavam todos sendo torturados, pois aos poucos eles iam voltando. A cena que mais me marcou nestes dias do DOPS não foi ser torturado... é claro que marcou profundamente. O que quero dizer é a cena das pessoas voltando, todas ensanguentadas, machucadas... com as fezes escorrendo pelo corpo... alguns com suspeita de fraturas... outros passando direto para a enfermaria, é horrível. É uma cena indescritível. De repente, dois homens jogam o companheiro Julio dentro da cela e me levam para a tortura novamente. Ordenam que eu tire a roupa e me sentam na mesma cadeira. As pessoas são as mesmas e novamente querem saber dos nomes, dos pontos, dos documentos, dos assaltos... continuo com a mesma história do dia anterior. Um deles diz assim: tá bom, você é que pediu. Aquelas palavras prenunciaram o que de pior vivi na minha vida. Primeiro, colocaram um fio desencapado no meu pênis e meus pés numa bacia d'água. A corrente elétrica passando pelo seu corpo te faz desejar a morte com todas as forças. Supliquei para que me matassem... eles diziam: aqui ninguém mata, aqui a gente provoca dor. Tomei choque de todas as formas... nos ouvidos, na boca, no ânus... eles enfiam o fio dentro do seu ânus, dão muito choque e depois colocam o mesmo fio na sua boca. Não resisti e contei o que sabia... foi pior: o que eu sabia, eles já haviam descoberto... falavam que eu ia morrer se não contasse algo de novo. Mais choque, mais tapa no rosto, mais chute na cabeça, mais xingamentos... acho que desmaiei. Acordei na cela novamente.

Depois do silêncio, que acompanhou o fim dessa narrativa, peço para que ele conte como saiu da prisão. Antonio Carlos Braga também foi libertado graças ao trabalho de outros companheiros que conseguiram localizá-lo. Foi representado por um advogado de São Paulo chamado Jurandir Bastos de Almeida, que também alegou maus-tratos e incapacidade do Estado de garantir sua vida, já que Antonio estava muito machucado. Em novembro de 1969, ele foi libertado. Entrou para a clandestinidade em janeiro de 1970 e permaneceu assim até 1974.

5. Considerações finais

Ainda que de maneira implícita, uma premissa que sempre orientou este trabalho é a nossa preocupação com a preservação da memória contida nos relatos daqueles que viveram a clandestinidade política num período tão conturbado da nossa história, que foram os anos da ditadura militar implantada em abril de 1964.

Preocupação que se tornou mais evidente se levarmos em conta que são poucos ainda os trabalhos que tratam de esquadrinhar como foram vividos os anos em que militantes de organizações políticas aderiram à vida clandestina. Talvez isso ocorra em virtude de um certo desconforto do historiador em lidar com um conteúdo ainda não decantado, às vezes em estado de ebulição. Fazer uma historiografia que traduza em escrita inteligível a história do tempo presente é lidar com memórias ainda em construção imagens inacabadas de um passado igualmente inacabado.

Por outro lado, se formos esperar a memória desses indivíduos sofrer um processo de decantação, corremos o risco de perder a oportunidade de ouvi-los, afinal mais hora menos hora suas vozes, infelizmente, se calarão. Perderemos, assim, testemunhas oculares da história.

Disso decorre que aquele que lida a memória contida nas narrativas orais acredita que se faz história dando locução aos relatos sobre os acontecimentos do passado e que estes se encontram armazenados na memória dos indivíduos. Sabemos que essa memória social é seletiva, e, em cada era histórica, se escolhe, classifica e interpreta, de modo distinto o significado dessas rememorações, implicando num conteúdo dinâmico, polifônico e permanentemente mutável. Parafraseando o mais célebre filho de Éfeso, cidade da Jônia, situada na Grécia Antiga, o filósofo pré-socrático Heráclito: ninguém ouve a mesma narrativa mnemônica duas vezes, pois aquele que narra está em permanente transformação, assim como aquele que ouve. Quem quer que se lance na difícil tarefa da arte de ouvir relatos não pode disso se esquecer.

A memória coletiva se apresenta, portanto, como um eficiente mecanismo metodológico usado para, permanentemente, confrontar os

eventos alocados no passado e aquilo que presenciamos no presente. Afirmando com Cavalheiro e Molina (2009, p. 9):

> Lembrar é reler, recriar, reconhecer e, sobretudo, resgatar. É necessário libertar o que foi dito, feito, sonhado, desejado e ficou reprimido. Resgatar o que aconteceu e/ou poderia ter acontecido. Ampliamos nossa consciência do mundo quando rememoramos nossas experiências, nossas vivências.

Outra crença que foi eixo norteador desta pesquisa é a de que a fonte oral é uma alternativa bastante viável justamente quando se faz essa história de conteúdo urgente e, em função disso, bastante revolto. O processo dialogal estabelecido entre o historiador (ou outro pesquisador, uma vez que outras ciências lançam mão da metodologia da história oral) e o depoente, quando da entrevista, constitui-se como uma experiência bastante significativa, além de se criar vínculo capaz de levar a ambos a possibilidade de manifestação da memória. Desse ponto de vista, todos os humanos podem ter suas memórias registradas, analisadas, interpretadas, colaborando para que uma maior compreensão da vida possa ser alcançada.

Entrementes, ao tratarmos da investigação do passado por meio de fontes orais, não podemos perder de vista as dificuldades que tal empreitada apresenta. Além dos aspectos metodológicos de ordem prática, como a realização das entrevistas, as transcrições, a preservação desse material e, sobretudo, as análises que se em cima disso se constrói, estamos lidando com afetividades, sentimentos, conteúdo que exige extremo cuidado por parte do condutor da pesquisa. O que sai da boca de um entrevistado vem carregado de emoção e precisa encontrar um ouvido com formação sólida em ética e moral.

Do contrário, corre-se o risco de cairmos na vala comum do uso banal, aquilo que muitos intelectuais chamaram de abusos da história oral. Num primeiro momento, a palavra *abuso* tinha mesmo o significado de excesso. Como toda novidade, a história oral ainda corre o risco de ter no seu uso excessivo seu principal detrator. De algum tempo para cá, o vocábulo abuso assumiu a conotação de uso irresponsável por parte de muitos pesquisadores despreparados. Estes viram nessa metodologia uma espécie de curinga a ser usado em qualquer lugar, sustentando interpretações pouco acuradas, breves e sem nenhuma densidade.

No caso de uma pesquisa em que se propõe a ouvir relatos de natureza tão íntima como os que ouvimos de nossos entrevistados, a postura ética e cuidadosa é componente essencial. Responsabilidade no trato de conteúdos que envolvem prisões, torturas, humilhações é elemento imprescindível. Nesse tipo de relato, a todo momento, o entrevistador é questionado sobre o uso dos depoimentos, onde serão publicados, quem serão os leitores. Não por acaso, isso ocorreu em quase todas as entrevistas. Poucos foram os depoentes que não nos indagaram sobre nossas intenções. Houve até mesmo quem não concordou em nos conceder suas lembranças, sob o medo de terem suas falas distorcidas ou mal contextualizadas. Reproduzimos um trecho de um e-mail enviado em resposta a uma solicitação de entrevista, no qual um ex-militante se recusou a falar sobre o assunto e explicou suas razões:

> Caro Sr. Mozart Lacerda Filho,
> Fico muito feliz em saber que alguém está interessado em saber o que aconteceu conosco, que fomos à luta para libertar o Brasil das garras da ditadura. Ainda mais quando o interesse é sobre um momento tão difícil de nossa batalha, que foram os anos de vida clandestina. Entretanto, não me leve a mal, mas já concedi outros depoimentos sobre minha experiência que tiveram os usos mais variados, menos o de ser fiel ao que vivi. Por isso, sinto-me na condição de quem, por hora, não deseja retomar o assunto. Abraços e muitas felicidades.

O cuidado a que nos referimos não se conquista, necessariamente, em cursos universitários, quer de graduação ou de pós. É preciso buscar essa competência, o que exige o envolvimento pessoal de cada pesquisador e a firme determinação de não se deixar levar por abusos.

Encerrando esse primeiro momento dessas considerações finais, gostaríamos de dizer que este trabalho compreende o binômio história/ memória para muito além da simples ideia de conservação de um conjunto de informações que usamos simplesmente com o objetivo de decifrar o passado. Nossa percepção vai muito mais além: entendemos a relação entre história e memória como um processo constante de atribuição de significados, não apenas para o passado, mas, de forma muito esclarecedora, também para o presente.

Além disso, é preciso desenvolver algumas análises no tocante aos significados do golpe civil-militar de abril de 1964 e suas consequências para a compreensão de um passado recente de nossas vidas. A primeira delas peca, acreditamos, por sua simplicidade. Consideramos que estudar os acontecimentos que envolvem os fenômenos que tiveram ligação direta com a chegada dos militares ao poder, e a clandestinidade é um deles, nos permite um grau de compreensão para que, no mínimo, nos tornemos vigilantes para que isso não ocorra de novo.

Mais: à medida que nossa compreensão desses fenômenos se alarga, informações possam vir à tona e clarear pontos que ainda merecem os devidos esclarecimentos. Recentemente, o Governo do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva envolveu-se numa celeuma na qual se revisitava a Lei da Anistia. Essa reforma, caso fosse aprovada, permitiria, no limite, que membros dos órgãos de repressão do governo militar que praticaram atos de tortura fossem processados. Em face da forte reprimenda dos setores que se viram prejudicados com tal reforma, o projeto foi reformulado, e as mudanças postas de lado, demonstrando o quão forte são esses setores. Quem perde é o povo brasileiro, que tem seu direito ao conhecimento dos fatos suprimidos, obstruindo o fortalecimento da nossa democracia.

Passaremos agora a considerações mais autorais. Passados sete anos de envolvimento com essas narrativas – ainda durante o mestrado, já nos interessávamos pelo assunto e colhíamos alguns depoimentos – nos é muito significativa uma série de sentimentos experimentados e que gostaríamos de compartilhar.

O primeiro que nos vem à mente é consciência de termos ouvido pessoas com um altíssimo grau de comprometimento com a causa abraçada. Em diversos momentos nessa trajetória, foi possível perceber como esses militantes acreditavam naquilo que faziam e, por isso, doavam-se de forma irredutível. Não se pretende, com essas afirmações, cristalizar versões já bastante conhecidas nem tampouco construir visões mitificadas desses ou daqueles indivíduos.

Mas, à título de fazermos justiça, é preciso considerar que fazia parte do rol de virtudes de um militante que se dispunha à clandestinidade a coragem

necessária para abandonar casa, família, amigos, amores e tudo o mais, para adotar um projeto de vida com alto grau de privações, inclusive as de ordem política.

Ao abraçar tal projeto, os militantes tinham de conviver com a Irmã gêmea da coragem, que era a insegurança que permeava todas as esferas de uma vida clandestina. Lidar com os momentos de não-certeza, nos quais não havia portos seguros ou caminhos retos era uma constante para quem viveu clandestino. A cada encontro marcado, a sensação perene de que poderia ser o último; a cada ação desempenhada, a incerteza dos seus resultados; a cada prisão de um companheiro, o medo de ser o próximo.

A vida clandestina é toda marcada pela impossibilidade de se prever os seus resultados, o que fez com que esses militantes experimentassem um amargo paradoxo: diante da realidade que viviam, eles acreditavam que a militância política era a única possibilidade de se alterar o rumo que as coisas tomavam. Por isso, tantos nela mergulharam com ímpeto total e lhe dedicaram o que costumamos chamar de melhores anos de suas vidas.

Entretanto, toda convicção cedia lugar às mais profundas dúvidas quando se estava sob a égide da vida clandestina, que faziam todas as previsões naufragarem no imenso hiato que era ter de existir sem poder ter identidade, caminhar sem poder deixar pegadas, escrever sem poder assinar... Nessa condição, de ser sem poder ser, viveram esses militantes o tempo em que foram clandestinos.

Mas, apesar de toda a névoa de insegurança que envolvia os militantes clandestinos, eles continuaram. Apesar dos riscos que suas vidas corriam, perseveravam. Mesmo quando a ida para o exílio (passo dado por muitos outros militantes clandestinos) era uma escolha possível, inúmeros militantes decidiram permanecer no Brasil. Mais: decidiram permanecer na luta clandestina. Por isso, outro sentimento que nos é muito forte quando analisamos essas trajetórias de vida é uma espécie de fidelidade às suas próprias crenças.

Dos treze entrevistados, houve quem tivesse condições de se exilar em algum país e, dessa forma, evitar as possíveis consequências que acarretavam a experiência da clandestinidade. Em vários depoimentos foi possível perceber

que, entre arcar com essas consequências e abandonar a organização a que pertenciam, seus membros e suas ideologias, eles preferiram ficar. É significativo e demonstra como se forjava a personalidade de um militante sua crença de que o papel do revolucionário é mesmo o de fazer a revolução, mantra recitado e exaustivamente repetido. Em alguns momentos, inclusive, nos foi possível perceber que a opção por ficar no Brasil e não buscar o exílio era vista como uma atitude de grande bravura. Na escala de valor dos militantes clandestinos, muitos acreditavam que sair do país era uma espécie de ato de covardia. Vejamos Gilberto Vasconcelos:

> Eu tive todas as chances de sair [do Brasil]... conhecia pessoas na França, na Itália, nos Estados Unidos... mas eu não admitia para mim mesmo que o melhor era sair. Muitos como eu achavam que precisavam de nós aqui dentro. Todos os dias, sabíamos de companheiros que estavam sendo moídos dentro da cadeia, companheiras que estavam sendo estupradas pelos torturadores... [elevando muito o tom de voz] Quem saiu abandonou gente pra trás sofrendo muito. Eu não digo que foram traidores, mas os que ficaram... esses foram heróis. Ninguém vai ter coragem de admitir, mas eu sei de muitos companheiros que não foram bem recebidos quando voltaram do exílio.

Evidentemente que esse trabalho não tomou partido nessa polêmica questão, até mesmo porque não era essa a nossa intenção. Entretanto, quando temos em vista os militantes que foram presos e, depois, torturados, afirmamos que ao menos das agruras físicas os que optaram por sair do país se livraram.

Por último, precisamos enaltecer a virtude da generosidade e o não-egoísmo, características marcantes desses ex-militantes. Em vários momentos de suas narrativas, pudemos perceber sua solidariedade com os companheiros de luta e sua força se colocarem no lugar uns dos outros. Diríamos, inclusive, que a solidariedade entre eles foi um dos elementos aglutinadores de sua teia social. Sem ela, aquilo que já se configurava bastante difícil, como enfrentar um inimigo muitas vezes mais poderoso, seria impossível. E, como não poderia deixar de ser, a generosidade e a solidariedade estiveram presentes o tempo todo no tratamento dispensado ao autor deste trabalho.

Indefinições ainda ficam: que papel teve nas ações políticas desses militantes o isolamento inerente à vida clandestina? Foi esse isolamento, juntamente com outros fatores, a causa do distanciamento com as massas?

Que tipo de sequela emocional deixou essa militância clandestina? A clandestinidade está mais para uma escolha ou para uma falta de opção? Admitindo que as duas possibilidades existiram, é necessário perguntar qual a configuração de cada uma delas? A clandestinidade era uma ordem que vinha da organização ou era uma adesão de cunho pessoal? Acreditamos que essas perguntas ainda persistem e demandarão novas investidas a fim de que sejam compreendidas.

6. Referências

ABREU, Alzira Alves de. Os Anos de Chumbo: Memória da Guerrilha. In FERREIRA, Marieta de Moraes (Org.). **Entre-vistas**: abordagens e usos da História Oral. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1994.

AGOSTINHO, Aurélio. **Confissões**. São Paulo: Editora Paulus, 1997, p. 278.

ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares; WEIS, Luis. Carro-Zero e Pau-de-arara: o cotidiano da oposição de classe média ao regime militar. In SCHWARCZ, Lilia Moritz (org.). **História da vida privada**. 4º Volume. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e oposição no Brasil (1964-1984).** Editora Vozes: Petrópolis, 1984.

ARANTES, Maria Auxiliadora de Almeida Cunha. **Pacto Re-velado**: psicanálise e clandestinidade política. São Paulo: Editora Escuta, 1994.

BETTO, Frei. **Batismo de Sangue** – Os Dominicanos e a Morte de Carlos Mariguella. 10ª edição. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 1991, p. 52.

BOTOSSO, Marcelo. **FALN** – A Guerrilha em Ribeirão Preto. São Paulo: Editora Holos, 2006.

BOURDIEU, Pierre. A Ilusão Biográfica. IN FERREIRA, Marieta de Moraes, AMADO, Janaina. **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 6ª edição, 2005.

CAPELATO, Maria Helena Rolim, DUTRA, Eliana Regina de Freitas. Representação política: o reconhecimento de um conceito na historiografia brasileira. In CARDOSO, Ciro Flamarion, MALERBA, Jurandir. **Representações**: contribuição a um debate transdisciplinar. Campinas: Papirus, 2000.

CAVALCANTI, Pedro Celso Uchoa, RAMOS, Jovelino. **Memórias do exílio**: Brasil 1964-19?? São Paulo: Editora Livramento, 1976.

COSTA, Albertina de Oliveira. **Memórias das mulheres no exílio**. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1980.

COUTO, Adolpho João de Paula. **Revolução de 1964: a versão e o fato**. Porto Alegre: Editora Gente do livro, 1999.

CRUZ, Sebastião Velasco; MARTINS, Carlos Estevam. De Castelo a Figueiredo: uma incursão na pré-história da “abertura”. In: SORJ, Bernardo; ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares de (orgs.). **Sociedade e política no Brasil pós-64.** São Paulo: Editora Brasiliense, 1983.

ETCHEGOYEN, Horácio. **Fundamentos da Técnica Psicanalítica**. 2ª Edição. Porto Alegre: Editora Artes Médicas, 1989.

FERNANDES JÚNIOR, Otonni. **O Baú do Guerrilheiro**. Rio de Janeiro: Editora Record, 2004.

FERREIRA, Elizabeth Fernandes Xavier. **Mulheres, militância e memória**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.

FERREIRA, Marieta de Moraes (Org.). **Entre-vistas**: abordagens e usos da História Oral. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1994.

FERREIRA, Marieta de Moraes, AMADO, Janaina. **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 6ª edição, 2005.

FICO, Carlos. **Além do golpe**: versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar. Rio de Janeiro: Record, 2004.

FORGET, Danielle. **Conquistas e resistências do Poder**. São Paulo: Edusp, 1994.

FREUD, Anna. **O ego e os mecanismos de defesa**. Porto Alegre: Artmed, 1999.

FREUD, Sigmund. **Cinco Lições de Psicanálise**. São Paulo: Editora Abril Cultural, 1979.

_____. **Inibições, sintomas e ansiedade**. Volume XX. Rio de Janeiro: Editora Imago, 1988.

_____. **Introdução à psicanálise e as neuroses de guerra**. Volume XVII. Rio de Janeiro: Editora Imago, 1988.

GABEIRA, Fernando. **O que é isso companheiro?** Rio de Janeiro: Codecri, 1979.

GASPARI, Elio. **A ditadura envergonhada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

_____. **A ditadura escancarada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

GORENDER, Jacob. **Combate nas trevas** – A esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada. São Paulo: Editora Ática, 1990.

GUEVARA, Che. **A guerra de guerrilhas**. 3a Edição, São Paulo: Edições Populares, 1982.

JOUTARD, P. História oral: balanço da metodologia e da produção nos últimos 25 anos. In: FERREIRA, M. M.; AMADO, J. (Orgs.). **Usos e abusos da história oral**. 5. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2002.

KLEIN, Melanie. **Notas sobre alguns mecanismos esquizóides.** In Klein, M. Obras completas de Melanie Klein. Buenos Aires: Paidós. 1987.

_____. **Psicanálise da Criança**. Rio de Janeiro: Editora Mestre Jou, 1989.

LAPLANCHE, Jean; PONTALIS, J. B. **Vocabulário de Psicanálise**. Rio de Janeiro: Editora Martins Fontes, 1995.

LACERDA FILHO, Mozart. **As Três Moças de Uberaba**: A Participação Feminina nos Movimentos de Resistência à Ditadura Militar Segundo a Ótica de Três Mulheres do Interior do Brasil. Rio Grande do Sul, Editora da Unisinos, 2008, p. 159.

_____. **Os caminhos, as Pessoas, as Idéias: A Trajetória Política de Gildo Macedo Lacerda, sua Rede de Sociabilidades e sua Geração.** Dissertação (Mestrado em História). Universidade Julio de Mesquita Filho – Unesp/Franca. 2006.

LEVI, Giovanni. Usos da Biografia. IN FERREIRA, Marieta de Moraes, AMADO, Janaina. **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 6ª edição, 2005.

MALERBA, Jurandir. Sem título. Disponível em http://www.ufg.br/this2/uploads/files/107/Malerba.pdf, acessado em 25/06/2011.

MANFREDINI, Luiz. **As moças de Minas**. São Paulo: Alfa Ômega, 1989.

MIRANDA, Nilmário; TIBÚRCIO, Carlos. **Dos filhos desse solo** – mortos e desaparecidos políticos durante a ditadura militar: a responsabilidade do Estado. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 1999.

NORA, Pierre. **Entre memória e história**: a problemática dos lugares. Revista Projeto História. São Paulo: Departamento de História de Pontifícia Universidade Católica de São Paulo / PUC-SP, no.10, 1993, pp. 07-28.

PAIVA, Maurício. **O sonho exilado**. Rio de Janeiro: Mauad, 1986.

PAULA, Eustáquio Donizete. **Regime militar, resistência e formação de Professores na faculdade de filosofia, ciências e Letras Santo Tomás de Aquino em Uberaba/MG (1964 - 1980).** Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade de Uberaba, 2007.

PEREIRA, José Pacheco. **A sombra**: estudos sobre a clandestinidade comunista. Lisboa: Gradiva, 1993.

REIS FILHO. Daniel Aarão. **A revolução faltou ao encontro**: os comunistas no Brasil. São Paulo, Brasiliense, 1990.

_____. **Ditadura militar, esquerdas e sociedade.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

REMOND, René. Do político. In REMOND, René. **Por uma História Política**. Rio de Janeiro, FGV, 2003.

RIDENTI, Marcelo Siqueira. **O fantasma da revolução brasileira**. São Paulo: Editora da Unesp, 1993.

ROUDINESCO, Elizabeth; PLON, Michel. **Dicionário de Psicanálise**. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 1998.

SANTOS, Antonio César de Almeida. **Fontes Orais: Testemunhos, Trajetórias de Vida e História.** In http://www.pr.gov.br/arquivopublico/pdf/palestra_fontes_orais.pdf, acessado em 17/10/2006.

SANTOS, Nilton. **História da UNE** – Volume 1: Depoimentos de ex-dirigentes. São Paulo: Livramento, 1980.

SARTRE, Jean-Paul. **O ser e o Nada**: Ensaios de Ontologia Fenomenológica. Petrópolis: Editora Vozes, 1996.

SELIGMANN-SILVA, Márcio. Narrar o Trauma – A Questão dos Testemunhos de Catástrofes Históricas. **Psicologia Clínica**, Rio de Janeiro: Departamento de Psicologia da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, v. 20, n.1, p. 70, p. 65-82, 2008.

_____. A História Como Trauma. In NESTROVSKI, Arthur; SELIGMANN-SILVA, Márcio (Org.). **Catástrofe e Representação**. São Paulo: Editora Escuta, 2000.

SIRINELLI, Jean-François. Os Intelectuais. In REMOND, René. **Por uma História Política**. Rio de Janeiro, FGV, 2003.

SILVA, Mário Augusto Medeiros. **Os Escritores da Guerrilha Urbana**. São Paulo: Annablume, 2008.

SILVA, Helenice Rodrigues. **"Rememoração"/comemoração: as utilizações sociais da memória**. Revista Brasileira de História. São Pulo, v. 22, nº 44, pp. 425-438, 2002.

SOARES, G.A.D. O Golpe de 64. In: D´ARAUJO, M.C. et alli (org.). **Visões do golpe: a memória militar sobre 1964.** Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

SOUZA, Herbert José de. **No Fio da Navalha**. Rio de Janeiro: Editora Revan, 1996.

TAVARES, Flávio. **Memórias do esquecimento**. Rio de Janeiro: Globo, 3º edição, 1999.

VASCONCELOS, José Gerardo. **Memória da Saudade**: Busca e Espera no Brasil Autoritário. São Paulo: Annablume, 2000.

VENTURA, Zuenir. **1968, o ano que não terminou**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1988.

VIANA FILHO, Luis. **O Governo Castelo Branco**. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1976.

ANEXOS

ATOS INSTITUCIONAIS

ATO INSTITUCIONAL (Nº 1)

À NAÇAO

É indispensável fixar o conceito do movimento civil e militar que acaba de abrir ao Brasil uma nova perspectiva sobre o seu futuro. O que houve e continuará a haver neste momento, não só no espírito e no comportamento das classes armadas, como na opinião pública nacional, é uma autêntica revolução.

A revolução se distingue de outros movimentos armados pelo fato de que nela se traduz, não o interesse e a vontade de um grupo, mas o interesse e a vontade da Nação.

A revolução vitoriosa se investe no exercício do Poder Constituinte. Este se manifesta pela eleição popular ou pela revolução. Esta é a forma mais expressiva e mais radical do Poder Constituinte. Assim, a revolução vitoriosa, como Poder Constituinte, se legitima por si mesma. Ela destitui o governo anterior e tem a capacidade de constituir o novo governo. Nela se contém a força normativa, inerente ao Poder Constituinte. Ela edita normas jurídicas sem que nisto seja limitada pela normatividade anterior à sua vitória.

Os Chefes da revolução vitoriosa, graças à ação das Forças Armadas e ao apoio inequívoco da Nação, representam o Povo e em seu nome exercem o Poder Constituinte, de que o Povo é o único titular. O Ato Institucional que é hoje editado pelos Comandantes-em-Chefe do Exército, da Marinha e da Aeronáutica, em nome da revolução que se tornou vitoriosa com o apoio da Nação na sua quase totalidade, se destina a assegurar ao novo governo a ser instituído, os meios indispensáveis à obra de reconstrução econômica, financeira, política e moral do Brasil, de maneira a poder enfrentar, de modo direto e imediato, os graves e urgentes problemas de que depende a restauração da ordem interna e do prestígio internacional da nossa Pátria. A revolução vitoriosa necessita de se institucionalizar e se apressa pela sua institucionalização a limitar os plenos poderes de que efetivamente dispõe.

O presente Ato institucional só poderia ser editado pela revolução vitoriosa, representada pelos Comandos em Chefe das três Armas que respondem, no momento, pela realização dos objetivos revolucionários, cuja frustração estão decididas a impedir. Os processos constitucionais não

funcionaram para destituir o governo, que deliberadamente se dispunha a bolchevizar o País. Destituído pela revolução, só a esta cabe ditar as normas e os processos de constituição do novo governo e atribuir-lhe os poderes ou os instrumentos jurídicos que lhe assegurem o exercício do Poder no exclusivo interesse do País. Para demonstrar que não pretendemos radicalizar o processo revolucionário, decidimos manter a Constituição de 1946, limitando-nos a modificá-la, apenas, na parte relativa aos poderes do Presidente da República, a fim de que este possa cumprir a missão de restaurar no Brasil a ordem econômica e financeira e tomar as urgentes medidas destinadas a drenar o bolsão comunista, cuja purulência já se havia infiltrado não só na cúpula do governo como nas suas dependências administrativas. Para reduzir ainda mais os plenos poderes de que se acha investida a revolução vitoriosa, resolvemos, igualmente, manter o Congresso Nacional, com as reservas relativas aos seus poderes, constantes do presente Ato Institucional.

Fica, assim, bem claro que a revolução não procura legitimar-se através do Congresso. Este é que recebe deste Ato Institucional, resultante do exercício do Poder Constituinte, inerente a todas as revoluções, a sua legitimação.

Em nome da revolução vitoriosa, e no intuito de consolidar a sua vitória, de maneira a assegurar a realização dos seus objetivos e garantir ao País um governo capaz de atender aos anseios do povo brasileiro, o Comando Supremo da Revolução, representado pelos Comandantes-em-Chefe do Exército, da Marinha e da Aeronáutica resolve editar o seguinte.

ATO INSTITUCIONAL

Art 1º - São mantidas a Constituição de 1946 e as Constituições estaduais e respectivas Emendas, com as modificações constantes deste Ato.

Art 2º - A eleição do Presidente e do Vice-Presidente da República, cujos mandatos terminarão em 31 (trinta e um) de janeiro de 1966, será realizada pela maioria absoluta dos membros do Congresso Nacional, dentro de 2 (dois) dias, a contar deste Ato, em sessão pública e votação nominal.

§ 1º - Se não for obtido o quorum na primeira votação, outra realizar-se-á no mesmo dia, sendo considerado eleito quem obtiver maioria simples de votos;

no caso de empate, prosseguir-se-á na votação até que um dos candidatos obtenha essa maioria.

§ 2º - Para a eleição regulada neste artigo, não haverá inelegibilidades.

Art 3º - O Presidente da República poderá remeter ao Congresso Nacional projetos de emenda da Constituição.

Parágrafo único - Os projetos de emenda constitucional, enviados pelo Presidente da República, serão apreciados em reunião do Congresso Nacional, dentro de 30 (trinta) dias, a contar do seu recebimento, em duas sessões, com o intervalo máximo de 10 (dez) dias, e serão considerados aprovados quando obtiverem, em ambas as votações, a maioria absoluta dos membros das duas Casas do Congresso.

Art 4º - O Presidente da República poderá enviar ao Congresso Nacional projetos de lei sobre qualquer matéria, os quais deverão ser apreciados dentro de 30 (trinta) dias, a contar do seu recebimento na Câmara dos Deputados, e de igual prazo no Senado Federal; caso contrário, serão tidos como aprovados.

Parágrafo único - O Presidente da República, se julgar urgente a medida, poderá solicitar que a apreciação do projeto se faça, em 30 (trinta) dias, em sessão conjunta do Congresso Nacional, na forma prevista neste artigo.

Art 5º - Caberá, privativamente, ao Presidente da República a iniciativa dos projetos de lei que criem ou aumentem a despesa pública; não serão admitidas, a esses projetos, em qualquer das Casas do Congresso Nacional, emendas que aumentem a despesa proposta pelo Presidente da República.

Art 6º - O Presidente da República, em qualquer dos casos previstos na Constituição, poderá decretar o estado de sítio, ou prorrogá-lo, pelo prazo máximo de 30 (trinta) dias; o seu ato será submetido ao Congresso Nacional, acompanhado de justificação, dentro de 48 (quarenta e oito) horas.

Art 7º - Ficam suspensas, por 6 (seis) meses, as garantias constitucionais ou legais de vitaliciedade e estabilidade.

§ 1º - Mediante investigação sumária, no prazo fixado neste artigo, os titulares dessas garantias poderão ser demitidos ou dispensados, ou ainda, com vencimentos e as vantagens proporcionais ao tempo de serviço, postos em disponibilidade, aposentados, transferidos para a reserva ou reformados, mediante atos do Comando Supremo da Revolução até a posse do Presidente

da República e, depois da sua posse, por decreto presidencial ou, em se tratando de servidores estaduais, por decreto do governo do Estado, desde que tenham tentado contra a segurança do Pais, o regime democrático e a probidade da administração pública, sem prejuízo das sanções penais a que estejam sujeitos.

§ 2º - Ficam sujeitos às mesmas sanções os servidores municipais. Neste caso, a sanção prevista no § 1º lhes será aplicada por decreto do Governador do Estado, mediante proposta do Prefeito municipal.

§ 3º - Do ato que atingir servidor estadual ou municipal vitalício, caberá recurso para o Presidente da República.

§ 4º - O controle jurisdicional desses atos limitar-se-á ao exame de formalidades extrínsecas, vedada a apreciação dos fatos que o motivaram, bem como da sua conveniência ou oportunidade.

Art 8º - Os inquéritos e processos visando à apuração da responsabilidade pela prática de crime contra o Estado ou seu patrimônio e a ordem política e social ou de atos de guerra revolucionária poderão ser instaurados individual ou coletivamente.

Art 9º - A eleição do Presidente e do Vice-Presidente da República, que tomarão posse em 31 de janeiro de 1966, será realizada em 3 de outubro de 1965.

Art 10 - No interesse da paz e da honra nacional, e sem as limitações previstas na Constituição, os Comandantes-em-Chefe, que editam o presente Ato, poderão suspender os direitos políticos pelo prazo de 10 (dez) anos e cassar mandatos legislativos federais, estaduais e municipais, excluída a apreciação judicial desses atos.

Parágrafo único - Empossado o Presidente da República, este, por indicação do Conselho de Segurança Nacional, dentro de 60 (sessenta) dias, poderá praticar os atos previstos neste artigo.

Art 11 - O presente Ato vigora desde a sua data até 31 de janeiro de 1966; revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro-GB, 9 de abril de 1964.

ARTHUR DA COSTA E SILVA Gen.-Ex.
FRANCISCO DE ASSIS CORREIA DE MELLO Ten.-Brig.

AUGUSTO HAMANN RADEMAKER GRUNEWALD Vice-Alm.

ATO INSTITUCIONAL Nº 2

À NAÇÃO

A Revolução é um movimento que veio da inspiração do povo brasileiro para atender às suas aspirações mais legítimas: erradicar uma situação e uni Governo que afundavam o País na corrupção e na subversão.

No preâmbulo do Ato que iniciou a institucionalização, do movimento de 31 de março de 1964 foi dito que o que houve e continuará a haver, não só no espírito e no comportamento das classes armadas, mas também na opinião pública nacional, é uma autêntica revolução. E frisou-se que:

a) ela se distingue de outros movimentos armados pelo fato de que traduz, não o interesse e a vontade de um grupo, mas o interesse e a vontade da Nação;
b) a revolução investe-se, por isso, no exercício do Poder Constituinte, legitimando-se por si mesma;
c) edita normas jurídicas sem que nisto seja limitada pela normatividade anterior à sua vitória, pois graças à ação das forças armadas e ao apoio inequívoco da Nação, representa o povo e em seu nome exerce o Poder Constituinte de que o povo é o único titular.

Não se disse que a revolução foi, mas que é e continuará. Assim o seu Poder Constituinte não se exauriu, tanto é ele próprio do processo revolucionário, que tem de ser dinâmico para atingir os seus objetivos. Acentuou-se, por isso, no esquema daqueles conceitos, traduzindo uma realidade incontestável de Direito Público, o poder institucionalizante de que a revolução é dotada para fazer vingar os princípios em nome dos quais a Nação se levantou contra a situação anterior.

A autolimitação que a revolução se impôs no Ato institucional, de 9 de abril de 1964 não significa, portanto, que tendo poderes para limitar-se, se tenha negado a si mesma por essa limitação, ou se tenha despojado da carga de poder que lhe é inerente como movimento. Por isso se declarou, textualmente, que "os processos constitucionais não funcionaram para destituir

o Governo que deliberadamente se dispunha a bolchevizar o País", mas se acrescentou, desde logo, que "destituído pela revolução, só a esta cabe ditar as normas e os processos de constituição do novo Governo e atribuir-lhe os poderes ou os instrumentos jurídicos que lhe assegurem o exercício do poder no exclusivo interesse do País".

A revolução está viva e não retrocede. Tem promovido reformas e vai continuar a empreendê-las, insistindo patrioticamente em seus propósitos de recuperação econômica, financeira, política e moral do Brasil. Para isto precisa de tranqüilidade. Agitadores de vários matizes e elementos da situação eliminada teimam, entretanto, em se valer do fato de haver ela reduzido a curto tempo o seu período de indispensável restrição a certas garantias constitucionais, e já ameaçam e desafiam a própria ordem revolucionária, precisamente no momento em que esta, atenta aos problemas administrativos, procura colocar o povo na prática e na disciplina do exercício democrático. Democracia supõe liberdade, mas não exclui responsabilidade nem importa em licença para contrariar a própria vocação política da Nação. Não se pode desconstituir a revolução, implantada para restabelecer a paz, promover o bem-estar do povo e preservar a honra nacional.

Assim, o Presidente da República, na condição de Chefe do Governo revolucionário e comandante supremo das forças armadas, coesas na manutenção dos ideais revolucionários,

CONSIDERANDO que o País precisa de tranqüilidade para o trabalho em prol do seu desenvolvimento econômico e do bem-estar do povo, e que não pode haver paz sem autoridade, que é também condição essencial da ordem;

CONSIDERANDO que o Poder Constituinte da Revolução lhe é intrínseco, não apenas para institucionalizá-la, mas para assegurar a continuidade da obra a que se propôs,

Resolve editar o seguinte:

ATO INSTITUCIONAL Nº 2

Art 1º - A Constituição de 1946 e as Constituições estaduais e respectivas emendas são mantidas com as modificações constantes deste Ato.

Art 2º - A Constituição poderá ser emendada por iniciativa:

I - dos membros da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal;

II - do Presidente da República;

III - das Assembléias Legislativas dos Estados.

§ 1º - Considerar-se-á proposta a emenda se for apresentada pela quarta parte, no mínimo, dos membros da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal, por mensagem do Presidente da República, ou por mais da metade das Assembléias Legislativas dos Estados, manifestando-se cada uma delas pela maioria dos seus membros.

§ 2º - Dar-se-á por aceita a emenda que for aprovada em dois turnos na mesma sessão legislativa, por maioria absoluta da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.

§ 3º - Aprovada numa, a emenda será logo enviada à outra Câmara, para sua deliberação.

Art 3º - Cabe à Câmara dos Deputados e ao Presidente da República a iniciativa dos projetos de lei sobre matéria financeira.

Art 4º - Ressalvada a competência da Câmara dos Deputados e do Senado e dos Tribunais Federais, no que concerne aos respectivos serviços administrativos, compete exclusivamente ao Presidente da República a iniciativa das leis que criem cargos, funções ou empregos públicos, aumentem vencimentos ou a despesa pública e disponham sobre a fixação das forças armadas.

Parágrafo único - Aos projetos oriundos dessa, competência exclusiva do Presidente da República não serão admitidas emendas que aumentem a despesa prevista.

Art 5º - A discussão dos projetos de lei de iniciativa do Presidente da República começará na Câmara dos Deputados e sua votação deve estar concluída dentro de 45 dias, a contar do seu recebimento.

§ 1º - Findo esse prazo sem deliberação, o projeto passará ao Senado com a redação originária e a revisão será discutida e votada num só turno, e deverá ser concluída no Senado Federal dentro de 45 dias. Esgotado o prazo sem deliberação, considerar-se-á aprovado o texto como proveio da Câmara dos Deputados.

§ 2º - A apreciação das emendas do Senado Federal pela Câmara dos Deputados se processará no prazo de dez dias, decorrido o qual serão tidas como aprovadas.

§ 3º - O Presidente da República, se julgar urgente a medida, poderá solicitar que a apreciação do projeto se faça em 30 dias, em sessão conjunta do Congresso Nacional, na forma prevista neste artigo.

§ 4º - Se julgar, por outro lado, que o projeto, não sendo urgente, merece maior debate pela extensão do seu texto, solicitará que a sua apreciação se faça em prazo maior, para as duas casas do Congresso.

Art 6º - Os arts. 94, 98, 103 e 105 da Constituição passam a vigorar com a seguinte redação:

Art. 94 - O Poder Judiciário é exercido pelos seguintes órgãos:

I - Supremo Tribunal Federal;

II - Tribunal Federal de Recursos e Juízes Federais;

III - Tribunais e Juízes Militares;

IV - Tribunais e Juízes Eleitorais;

V - Tribunais e Juízes do Trabalho.

Art. 98 - O Supremo Tribunal Federal, com sede na Capital da República e jurisdição em todo o território nacional, compor-se-á de dezesseis Ministros.

Parágrafo único - O Tribunal funcionará em Plenário e dividido em três Turmas de cinco Ministros cada uma.

Art. 103 - O Tribunal Federal de Recursos, com sede na Capital Federal, compor-se-á de treze Juízes nomeados pelo Presidente da República, depois de aprovada a escolha pelo Senado Federal, oito entre magistrados e cinco entre advogados e membros do Ministério Público, todos com os requisitos do art. 99.

Parágrafo único - O Tribunal poderá dividir-se em Câmaras ou Turmas.

Art. 105 - Os Juízes Federais serão nomeados pelo Presidente da República dentre cinco cidadãos indicados na forma da lei pelo Supremo Tribunal Federal.

§ 1º - Cada Estado ou Território e bem assim o Distrito Federal constituirão de per si uma Seção judicial, que terá por sede a Capital respectiva.

§ 2º - A lei fixará o número de Juízes de cada Seção bem como regulará o provimento dos cargos de Juízes substitutos, serventuários e funcionários da Justiça.

§ 3º - Aos Juízes Federais compete processar e julgar em primeira instância.

a) as causas em que a União ou entidade autárquica federal for interessada como autora, ré, assistente ou opoente, exceto as de falência e acidentes de trabalho;
b) as causas entre Estados estrangeiros e pessoa domiciliada no Brasil;
c) as causas fundadas em tratado ou em contrato da União com Estado estrangeiro ou com organismo internacional;
d) as questões de direito marítimo e de navegação, inclusive a aérea;
e) os crimes políticos e os praticados em detrimento de bens, serviços ou interesse da União ou de suas entidades autárquicas, ressalvada a competência da Justiça Militar e da Justiça Eleitoral;
f) os crimes que constituem objeto de tratado ou de convenção internacional e os praticados a bordo de navios ou aeronaves, ressalvada a competência da Justiça Militar;
g) os crimes contra a organização do trabalho e o exercício do direito de greve;
h) os habeas corpus em matéria criminal de sua competência ou quando a coação provier de autoridade federal não subordinada a órgão superior da Justiça da União;
i) os mandados de segurança contra ato de autoridade federal, excetuados, os casos do art. 101, I, i, e do art. 104, I, b.

Art 7º - O Superior Tribunal Militar compor-se-á de quinze Juízes vitalícios com a denominação de Ministros, nomeados pelo Presidente da República, dos quais quatro escolhidos dentre os Generais efetivos do Exército, três dentre os Oficiais Generais efetivos da Armada, três dentre os Oficiais Generais efetivos da Aeronáutica e cinco civis.

Parágrafo único - As vagas de Ministros togados serão preenchidas por brasileiros natos, maiores de 35 anos de idade, da forma seguinte:

I - três por cidadãos de notório saber jurídico e reputação ilibada, com prática forense de mais de dez anos, da livre escolha do Presidente da República;

II - duas por Auditores e Procurador- Geral da Justiça Militar.

Art 8º - O § 1º do art. 108 da Constituição passa a vigorar com a seguinte redação:

§ 1º - Esse foro especial poderá estender-se aos civis, nos casos expressos em lei para repressão de crimes contra a segurança nacional ou as instituições militares.

§ 1º - Competem à Justiça Militar, na forma da legislação processual, o processo e julgamento dos crimes previstos na Lei nº 1.802, de 5 de janeiro de 1963.

§ 2º - A competência da Justiça Militar nos crimes referidos no parágrafo anterior com as penas aos mesmos atribuídas, prevalecerá sobre qualquer outra estabelecida em leis ordinárias, ainda que tais crimes tenham igual definição nestas leis.

§ 3º - Compete originariamente ao Superior Tribunal Militar processar e julgar os Governadores de Estado e seus Secretários, nos crimes referido no § 1º, e aos Conselhos de Justiça nos demais casos.

Art 9º - A eleição do Presidente e do Vice-Presidente, da República será realizada pela maioria absoluta dos membros do Congresso Nacional, em sessão pública e votação nominal.

§ 1º - Os Partidos inscreverão os candidatos até 5 dias, antes do pleito e, em caso de morte ou impedimento insuperável de qualquer deles, poderão substituí-los até 24 horas antes da eleição.

§ 2º - Se não for obtido o quorum na primeira votação, repetir-se-ão os escrutínios até que seja atingido, eliminando-se, sucessivamente, do rol dos candidatos, o que obtiver menor número de votos.

§ 3º - Limitados a dois os candidatos, a eleição se dará mesmo por maioria simples.

Art 10 - Os Vereadores não perceberão remuneração, seja a que título for.

Art 11 - Os Deputados às Assembléias Legislativas não podem perceber, a qualquer título, remuneração superior a dois terços da que percebem os Deputados federais.

Art 12 - A última alínea do § 5º do art. 141 da Constituição passa a vigorar com a seguinte redação:

Não será, porém, tolerada propaganda de guerra, de subversão, da ordem ou de preconceitos de raça ou de classe.

Art 13 - O Presidente da República poderá decretar o estado de sítio ou prorrogá-lo pelo prazo máximo de cento e oitenta dias, para prevenir ou reprimir a subversão da ordem interna.

Parágrafo único - O ato que decretar o estado de sítio estabelecerá as normas a que deverá obedecer a sua execução e indicará as garantias constitucionais que continuarão em vigor.

Art 14 - Ficam suspensas as garantias constitucionais ou legais de vitaliciedade, inamovibilidade e estabilidade, bem como a de exercício em funções por tempo certo.

Parágrafo único - Ouvido o Conselho de Segurança Nacional, os titulares dessas garantias poderão ser demitidos, removidos ou dispensados, ou, ainda, com os vencimentos e as vantagens proporcionais ao tempo de serviço, postos em disponibilidade, aposentados, transferidos para a reserva ou reformados, desde que demonstrem incompatibilidade com os objetivos da Revolução.

Art 15 - No interesse de preservar e consolidar a Revolução, o Presidente da República, ouvido o Conselho de Segurança Nacional, e sem as limitações previstas na Constituição, poderá suspender os direitos políticos de quaisquer cidadãos pelo prazo de 10 (dez) anos e cassar mandatos legislativos federais, estaduais e municipais.

Parágrafo único - Aos membros dos Legislativos federal, estaduais e municipais, que tiverem seus mandatos cassados não serão dados substitutos, determinando-se o quorum parlamentar em função dos lugares efetivamente preenchidos.

Art 16 - A suspensão de direitos políticos, com base neste Ato e no, art. 10 e seu parágrafo único do Ato institucional, de 9 de abril de 1964, além do disposto no art. 337 do Código Eleitoral e no art. 6º da Lei Orgânica dos Partidos Políticos, acarreta simultaneamente:

I - a cessação de privilégio de foro por prerrogativa de função;

II - a suspensão do direito de votar e de ser votado nas eleições sindicais;

III - a proibição de atividade ou manifestação sobre assunto de natureza política;

IV - a aplicação, quando necessária à preservação da ordem política e social, das seguintes medidas de segurança:

a) liberdade vigiada;

b) proibição de freqüentar determinados lugares;

c) domicílio determinado.

Art 17 - Além dos casos previstos na Constituição federal, o Presidente da República poderá decretar e fazer cumprir a intervenção federal nos Estados, por prazo determinado:

I - para assegurar a execução da lei federal;

II - para prevenir ou reprimir a subversão da ordem.

Parágrafo único - A intervenção decretada nos termos deste artigo será, sem prejuízo da sua execução, submetida à aprovação do Congresso Nacional,

Art 18 - Ficam extintos os atuais Partidos Políticos e cancelados os respectivos registros.

Parágrafo único - Para a organização dos novos Partidos são mantidas as exigências da Lei nº 4.740, de 15 de julho de 1965, e suas modificações.

Art 19 - Ficam excluídos da apreciação judicial:

I - os atos praticados pelo Comando Supremo da Revolução e pelo Governo federal, com fundamento no Ato Institucional de 9 de abril de 1964, rio presente Ato Institucional e nos atos complementares deste;

II - as resoluções das Assembléias Legislativas e Câmara de Vereadores que hajam cassado mandatos eletivos ou declarado o impedimento de Governadores, Deputados, Prefeitos ou Vereadores, a partir de 31 de março de 1964, até a promulgação deste Ato.

Art 20. - O provimento inicial dos cargos da Justiça federal far-se-á pelo Presidente da República dentre brasileiros de saber jurídico e reputação ilibada.

Art 21 - Os projetos de emenda constitucional, enviados pelo Presidente da República, serão apreciados em reunião do Congresso Nacional, dentro de 30 (trinta) dias, e serão considerados aprovados quando obtiverem em ambas as votações, a maioria absoluta dos membros das duas Casas do Congresso.

Art 22 - Somente poderão ser criados Municípios novos depois de feita prova cabal de sua viabilidade econômico-financeira, perante a Assembléia Legislativa.

Art 23 - Constitui crime. de responsabilidade contra a probidade na administração, a aplicação irregular pelos Prefeito da cota do imposto de Renda atribuída aos Municípios pela União, cabendo a iniciativa da ação penal ao Ministério Público ou a um terço dos membros da Câmara Municipal.

Art 24 - O julgamento nos processos instaurados segundo a Lei nº 2.083, de .12 de novembro de 1953, compete ao Juiz de Direito que houver dirigido a instrução do processo.

Parágrafo único - A prescrição da ação penal relativa aos delitos constantes dessa Lei ocorrerá dois anos após a data da publicação incriminada, e a da condenação no dobro do prazo em que for fixada.

Art 25 - Fica estabelecido a partir desta data, o princípio da paridade na remuneração dos servidores dos três Poderes da República, não admitida, de forma alguma, a correção monetária como privilégio de qualquer grupo ou categoria.

Art 26 - A primeira eleição para Presidente e Vice-Presidente da República será realizada em data a ser fixada pelo Presidente da República e comunicada ao Congresso Nacional, a qual não poderá ultrapassar o dia 3 de outubro de 1966.

Parágrafo único - Para essa eleição o atual Presidente da República é inelegível.

Art 27 - Ficam sem objeto os projetos de emendas e de lei enviados ao Congresso Nacional que envolvam matéria disciplinada, no todo ou em parte, pelo presente Ato.

Art 28 - Os atuais Vereadores podem continuar a perceber remuneração até o fim do mandato, em quantia, porém, nunca superior à metade da que percebem os Deputados do Estado respectivo.

Art 29 - Incorpora-se definitivamente à Constituição federal o disposto nos arts. 2º a 12 de presente Ato.

Art 30 - O Presidente da República poderá baixar atos complementares do presente, bem como decretos-leis sobre matéria de segurança nacional.

Art 31 - A decretação do recesso do Congresso Nacional, das Assembléias Legislativas e das Câmaras de Vereadores pode ser objeto de ato complementar do Presidente da República, em estado de sítio ou fora dele.

Parágrafo único - Decretado o recesso parlamentar, o Poder Executivo correspondente, fica autorizado a legislar mediante decretos-leis em todas as matérias previstas na Constituição e na Lei Orgânica.

Art 32 - As normas dos arts. 3º, 4º, 5º e 25 deste Ato são extensivas aos Estados da Federação.

Parágrafo único - Para os fins deste artigo as Assembléias emendarão as respectivas Constituições, no prazo de sessenta dias, findo o qual aquelas normas passarão, no que couber, a vigorar automaticamente nos Estados.

Art 33 - O presente Ato institucional vigora desde a sua publicação até 15 de março de 1967, revogadas as disposições constitucionais ou legais em contrário.

Brasília, 27 de outubro de 1965; 144º da Independência e 77º da República.

H. CASTELLO BRANCO
Juracy Montenegro Magalhães
Paulo Bossisio
Arthur da Costa e Silva
Vasco Leitão da Cunha
Eduardo Gomes

ATO INSTITUCIONAL Nº 3

À NAÇÃO

CONSIDERANDO que o Poder Constituinte da Revolução lhe é intrínseco, não apenas para institucionalizá-la, mas para assegurar a continuidade da obra a que se propôs, conforme expresso no Ato institucional nº 2;
CONSIDERANDO ser imperiosa a adoção de medidas que não permitam se frustrem os superiores objetivos da Revolução;
CONSIDERANDO a necessidade de preservar a tranqüilidade e a harmonia política e social do Pais;
CONSIDERANDO que a edição do Ato institucional nº 2 estabeleceu eleições indiretas para Presidente e Vice-Presidente da República;
CONSIDERANDO que é imprescindível se estenda à eleição dos Governadores e Vice-Governo de Estado o processo instituído para a eleição do Presidente e do Vice-Presidente da República;
CONSIDERANDO que a instituição do processo de eleições indiretas recomenda a revisão dos prazos de inelegibilidade;
CONSIDERANDO, mais que e conveniente à segurança nacional alterar-se o processo de escolha dos Prefeitos dos Municípios das Capitais de Estado;
CONSIDERANDO, por fim, que cumpre fixar-se data para as eleições a se realizarem no corrente ano.
O Presidente da República, na condição de Chefe do Governo da Revolução e Comandante Supremo das Forças Armadas,
Resolve editar seguinte:

ATO INSTITUCIONAL Nº 3

Art 1º - A eleição de Governador e Vice-Governador dos Estados far-se-á pela maioria absoluta dos membros da Assembléia Legislativa, em sessão pública e votação nominal.

§ 1º - Os Partidos inscreverão os candidatos até quinze dias antes do pleito perante a Mesa da Assembléia Legislativa, e, em caso de morte ou impedimento insuperável de qualquer deles, poderão substituí-los até vinte e quatro horas antes da eleição.

§ 2º - Se não for obtido o quorum na primeira votação, repetir-se-ão os escrutínios até que seja atingido, eliminando-se, sucessivamente, do rol dos candidatos, o que obtiver menor número de votos.

§ 3º- Limitados, a dois os candidatos ou na hipótese de só haver dois candidatos inscritos, a eleição se dará mesmo por maioria simples.

Art 2º - O Vice-Presidente da República e o Vice-Governador de Estado considerar-se-ão eleitos em virtude da eleição do Presidente e do Governador com os quais forem inscritos como candidatos.

Art 3º - Para as eleições indiretas, ficam reduzidos à metade os prazos de inelegibilidade estabelecidos na Emenda Constitucional nº 14, de 3 de junho de 1965 e nas letras m , s e t do inciso I e nas letras b e d do inciso, II do art. 1º da Lei nº 4.738, de 15 de julho de 1965.

Art 4º - Respeitados os mandatos em vigor, serão nomeados pelos Governadores de Estado, os Prefeitos dos Municípios das Capitais mediante prévio assentimento da Assembléia Legislativa ao nome proposto.

§ 1º - Os Prefeitos dos demais Municípios serão eleitos por voto direto e maioria simples, admitindo-se sublegendas, nos termos estabelecidos pelos estatutos partidários.

§ 2º - É permitido ao Senador e ao Deputado federal ou estadual, com prévia licença da sua Câmara. exercer o cargo de Prefeito de Capital de Estado.

Art 5º - No corrente ano, as eleições de Governadores e Vice-Governadores de Estado realizar-se-ão em 3 de setembro; as de Presidente e Vice-Presidente da República, em, 3 de outubro; e as de Senadores e Deputados federais e estaduais, em 15 de novembro.

Art 6º - Ficam excluídos de apreciação judicial os atos praticados com fundamento no presente Ato institucional e nos atos complementares dele.

Art 7º - Este Ato Institucional entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 5 de fevereiro de 1966; 145º da Independência e 78º da República.

H. CASTELLO BRANCO
Mem de Sá
Zilmar Araripe
Decio de Escobar
Juracy Magalhães
Eduardo Gomes

ATO INSTITUCIONAL Nº 4

Convocação do Congresso Nacional para discussão, votação e promulgação do Projeto de Constituição apresentado pelo Presidente da República.

CONSIDERANDO que a Constituição federal de 1946, além de haver recebido numerosas emendas, já não atende às exigências nacionais;
CONSIDERANDO que se tornou imperioso dar ao País uma Constituição que, além de uniforme e harmônica, represente a institucionalização dos ideais e princípios da Revolução;
CONSIDERANDO que somente uma nova Constituição poderá assegurar a continuidade da obra revolucionária;
CONSIDERANDO que ao atual Congresso Nacional, que fez a legislação ordinária da Revolução, deve caber também a elaboração da lei constitucional do movimento de 31 de março de 1964;
CONSIDERANDO que o Governo continua a deter os poderes que lhe foram conferidos pela Revolução;
O Presidente da República resolve editar o seguinte Ato Institucional nº 4:
Art 1º - É convocado o Congresso Nacional para se reunir extraordinariamente, de 12 de dezembro de 1966 a 24 de janeiro de 1967.
§ 1º - O objeto da convocação extraordinária é a discussão, votação e promulgação do projeto de Constituição apresentado pelo Presidente da República.
§ 2º - O Congresso Nacional também deliberará sobre qualquer matéria que lhe for submetida pelo Presidente da República e sobre os projetos encaminhados pelo Poder Executivo na última sessão legislativa ordinária, obedecendo estes à tramitação solicitada nas respectivas mensagens.
§ 3º - O Senado Federal, no período da convocação extraordinária, praticará os atos de sua competência privativa na forma da Constituição e das Leis.
Art 2º - Logo que o projeto de Constituição for recebido pelo Presidente do Senado, serão convocadas, para a sessão conjunta, as duas Casas do Congresso, e o Presidente deste designará Comissão Mista, composta de onze

Senadores e onze Deputados, indicados pelas respectivas lideranças e observando o critério da proporcionalidade.

Art 3º- A Comissão Mista reunir-se-á nas 24 horas subseqüentes à sua designação, para eleição de seu Presidente e Vice-Presidente, cabendo àquele a escolha do relator, o qual dentro de 72 horas dará seu parecer, que concluirá pela aprovação ou rejeição do projeto.

Art 4º - Proferido e votado o parecer, será o projeto submetido a discussão, em sessão conjunta das duas Casas do Congresso, procedendo-se à respectiva votação no prazo de quatro dias.

Art 5º - Aprovado projeto pela maioria absoluta será o mesmo devolvido à Comissão, perante a qual poderão ser apresentadas emendas; se o projeto for rejeitado, encerrar-se-á a sessão extraordinária.

Art 6º As emendas a que se refere o artigo anterior deverão ser apoiadas por um quarto de qualquer das Casas do Congresso Nacional e serão apresentadas dentro de cinco dias seguintes ao da aprovação do projeto, tendo a Comissão o prazo de doze dias para sobre elas emitir parecer.

Art 7º- As emendas serão submetidas à discussão do Plenário do Congresso, durante o prazo máximo de doze dias, findo o qual passarão a ser votadas em um único turno.

Parágrafo único - Aprovada na Câmara dos Deputados pela maioria absoluta será, em seguida, submetida à aprovação do Senado e, se aprovada por igual maioria, dar-se-á por aceita a emenda.

Art 8º - No dia 24 de janeiro de 1967 as Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal promulgarão a Constituição, segundo a redação final da Comissão, seja a do projeto com as emendas aprovadas, ou seja o que tenha sido aprovado de acordo com o art. 4º, se nenhuma emenda tiver merecido aprovação, ou se a votação não tiver sido encerrada até o dia 21 de janeiro.

Art 9º - O Presidente da República, na forma do art. 30 do Ato institucional nº 2, de 27 de outubro de 1965, poderá baixar Atos Complementares, bem como decretos-leis sobre matéria de segurança nacional até 15 de março de 1967.

§ 1º - Durante o período de convocação extraordinária, o Presidente da República também poderá baixar decretos-leis sobre matéria financeira.

§ 2º - Finda a convocação extraordinária e até a reunião ordinária do Congresso Nacional, o Presidente da República poderá expedir decretos com força de lei sobre matéria administrativa e financeira.

Art 10 - O pagamento de ajuda de custo a Deputados e Senadores será feito com observância do disposto nos §§ 1º e 2º do art. 3º do Decreto Legislativo nº 19, de 1962."

Brasília, 7 de dezembro de 1966; 145º da Independência e 78º da República.

H. CASTELLO BRANCO
Carlos Medeiros Silva
Zilmar Araripe
Ademar de Queiroz
Manoel Pio Corrêa
Eduardo Gomes

ATO INSTITUCIONAL Nº 5, DE 13 DE DEZEMBRO DE 1968

O Presidente da República Federativa Do Brasil, ouvido o Conselho de Segurança Nacional, e

CONSIDERANDO que a Revolução brasileira de 31 de março de 1964 teve, conforme decorre dos Atos com os quais se institucionalizou, fundamentos e propósitos que visavam a dar ao País um regime que, atendendo às exigências de um sistema jurídico e político, assegurasse autêntica ordem democrática, baseada na liberdade, no respeito à dignidade da pessoa humana, no combate à subversão e às ideologias contrárias às tradições de nosso povo, na luta contra a corrupção, buscando, deste modo, "os. meios indispensáveis à obra de reconstrução econômica, financeira, política e moral do Brasil, de maneira a poder enfrentar, de modo direito e imediato, os graves e urgentes problemas de que depende a restauração da ordem interna e do prestígio internacional da nossa pátria" (Preâmbulo do Ato Institucional nº 1, de 9 de abril de 1964);

CONSIDERANDO que o Governo da República, responsável pela execução daqueles objetivos e pela ordem e segurança internas, não só não pode permitir que pessoas ou grupos anti-revolucionários contra ela trabalhem, tramem ou ajam, sob pena de estar faltando a compromissos que assumiu com o povo brasileiro, bem como porque o Poder Revolucionário, ao editar o Ato Institucional nº 2, afirmou, categoricamente, que "não se disse que a Resolução foi, mas que é e continuará" e, portanto, o processo revolucionário em desenvolvimento não pode ser detido;

CONSIDERANDO que esse mesmo Poder Revolucionário, exercido pelo Presidente da República, ao convocar o Congresso Nacional para discutir, votar e promulgar a nova Constituição, estabeleceu que esta, além de representar "a institucionalização dos ideais e princípios da Revolução", deveria "assegurar a continuidade da obra revolucionária" (Ato Institucional nº 4, de 7 de dezembro de 1966);

CONSIDERANDO, no entanto, que atos nitidamente subversivos, oriundos dos mais distintos setores políticos e culturais, comprovam que os instrumentos jurídicos, que a Revolução vitoriosa outorgou à Nação para sua defesa,

desenvolvimento e bem-estar de seu povo, estão servindo de meios para combatê-la e destruí-la;

CONSIDERANDO que, assim, se torna imperiosa a adoção de medidas que impeçam sejam frustrados os ideais superiores da Revolução, preservando a ordem, a segurança, a tranqüilidade, o desenvolvimento econômico e cultural e a harmonia política e social do País comprometidos por processos subversivos e de guerra revolucionária;

CONSIDERANDO que todos esses fatos perturbadores, da ordem são contrários aos ideais e à consolidação do Movimento de março de 1964, obrigando os que por ele se responsabilizaram e juraram defendê-lo, a adotarem as providências necessárias, que evitem sua destruição, Resolve editar o seguinte:

ATO INSTITUCIONAL Nº 5

Art 1º - São mantidas a Constituição de 24 de janeiro de 1967 e as Constituições estaduais, com as modificações constantes deste Ato Institucional.

Art 2º - O Presidente da República poderá decretar o recesso do Congresso Nacional, das Assembléias Legislativas e das Câmaras de Vereadores, por Ato Complementar, em estado de sitio ou fora dele, só voltando os mesmos a funcionar quando convocados pelo Presidente da República.

§ 1º - Decretado o recesso parlamentar, o Poder Executivo correspondente fica autorizado a legislar em todas as matérias e exercer as atribuições previstas nas Constituições ou na Lei Orgânica dos Municípios.

§ 2º - Durante o período de recesso, os Senadores, os Deputados federais, estaduais e os Vereadores só perceberão a parte fixa de seus subsídios.

§ 3º - Em caso de recesso da Câmara Municipal, a fiscalização financeira e orçamentária dos Municípios que não possuam Tribunal de Contas, será exercida pelo do respectivo Estado, estendendo sua ação às funções de auditoria, julgamento das contas dos administradores e demais responsáveis por bens e valores públicos.

Art 3º - O Presidente da República, no interesse nacional, poderá decretar a intervenção nos Estados e Municípios, sem as limitações previstas na Constituição.

Parágrafo único - Os interventores nos Estados e Municípios serão nomeados pelo Presidente da República e exercerão todas as funções e atribuições que caibam, respectivamente, aos Governadores ou Prefeitos, e gozarão das prerrogativas, vencimentos e vantagens fixados em lei.

Art 4º - No interesse de preservar a Revolução, o Presidente da República, ouvido o Conselho de Segurança Nacional, e sem as limitações previstas na Constituição, poderá suspender os direitos políticos de quaisquer cidadãos pelo prazo de 10 anos e cassar mandatos eletivos federais, estaduais e municipais.

Parágrafo único - Aos membros dos Legislativos federal, estaduais e municipais, que tiverem seus mandatos cassados, não serão dados substitutos, determinando-se o quorum parlamentar em função dos lugares efetivamente preenchidos.

Art 5º - A suspensão dos direitos políticos, com base neste Ato, importa, simultaneamente, em:

I - cessação de privilégio de foro por prerrogativa de função;

II - suspensão do direito de votar e de ser votado nas eleições sindicais;

III - proibição de atividades ou manifestação sobre assunto de natureza política;

IV - aplicação, quando necessária, das seguintes medidas de segurança:

a) liberdade vigiada;

b) proibição de freqüentar determinados lugares;

c) domicílio determinado,

§ 1º - o ato que decretar a suspensão dos direitos políticos poderá fixar restrições ou proibições relativamente ao exercício de quaisquer outros direitos públicos ou privados.

§ 2º - As medidas de segurança de que trata o item IV deste artigo serão aplicadas pelo Ministro de Estado da Justiça, defesa a apreciação de seu ato pelo Poder Judiciário.

Art 6º - Ficam suspensas as garantias constitucionais ou legais de: vitaliciedade, mamovibilidade e estabilidade, bem como a de exercício em funções por prazo certo.

§ 1º - O Presidente da República poderá mediante decreto, demitir, remover, aposentar ou pôr em disponibilidade quaisquer titulares das garantias referidas neste artigo, assim como empregado de autarquias, empresas públicas ou sociedades de economia mista, e demitir, transferir para a reserva ou reformar militares ou membros das polícias militares, assegurados, quando for o caso, os vencimentos e vantagens proporcionais ao tempo de serviço.

§ 2º - O disposto neste artigo e seu § 1º aplica-se, também, nos Estados, Municípios, Distrito Federal e Territórios.

Art 7º - O Presidente da República, em qualquer dos casos previstos na Constituição, poderá decretar o estado de sítio e prorrogá-lo, fixando o respectivo prazo.

Art 8º - O Presidente da República poderá, após investigação, decretar o confisco de bens de todos quantos tenham enriquecido, ilicitamente, no exercício de cargo ou função pública, inclusive de autarquias, empresas públicas e sociedades de economia mista, sem prejuízo das sanções penais cabíveis.

Parágrafo único - Provada a legitimidade da aquisição dos bens, far-se-á sua restituição.

Art 9º - O Presidente da República poderá baixar Atos Complementares para a execução deste Ato Institucional, bem como adotar, se necessário à defesa da Revolução, as medidas previstas nas alíneas d e e do § 2º do art. 152 da Constituição.

Art 10 - Fica suspensa a garantia de habeas corpus , nos casos de crimes políticos, contra a segurança nacional, a ordem econômica e social e a economia popular.

Art 11 - Excluem-se de qualquer apreciação judicial todos os atos praticados de acordo com este Ato institucional e seus Atos Complementares, bem como os respectivos efeitos.

Art 12 - O presente Ato Institucional entra em vigor nesta data, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 13 de dezembro de 1968; 147º da Independência e 80º da República.

A. COSTA E SILVA
Luís Antônio da Gama e Silva
Augusto Hamann Rademaker Grünewald
Aurélio de Lyra Tavares
José de Magalhães Pinto
Antônio Delfim Netto
Mário David Andreazza
Ivo Arzua Pereira
Tarso Dutra
Jarbas G. Passarinho
Márcio de Souza e Mello
Leonel Miranda
José Costa Cavalcanti
Edmundo de Macedo Soares
Hélio Beltrão
Afonso A. Lima
Carlos F. de Simas

PROJETO DE PESQUISA REFORMULADO

UNESP – UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
Faculdade de História, Direito e Serviço Social de Franca, SP

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
DOUTORADO EM HISTÓRIA

A EXPERIÊNCIA DA CLANDESTINIDADE NOS RELATOS ESCRITOS DE EX-MILITANTES POLÍTICOS DURANTE A DITADURA MILITAR – 1964 A 1979

Projeto de pesquisa elaborado para o programa de Pós-graduação em história da UNESP – Campus de Franca – Doutorado em História

Linha de Pesquisa: História e Cultura Política
Orientador: Samuel Alves Soares
Candidato: Mozart Lacerda Filho

FRANCA, SP – 2006

01. RESUMO

O objetivo desta pesquisa é compreender a experiência da clandestinidade através da memória social, em relatos orais de ex-militantes que foram clandestinos entre 1964 e 1979. Pretende-se, também, entender como eram construídas e mantidas as suas redes de sociabilidades ─ uma vez que delas dependiam sua sobrevivência ─ e mapear a tensão permanentemente vivida por eles em função de serem obrigados a se manterem numa situação limítrofe. Importante ressaltar que as vozes desses atores políticos apontam para uma multitonalidade, e, por isso, ambiciona-se buscar um sentido para a pluralidade de verdades que brotam desses relatos. O desafio é recompor trajetórias individuais em uma trajetória coletiva, através da explicitação de valores de referência comuns aos discursos e a um núcleo de sentido. Ademais, esperamos, nesse trabalho, mostrar como a vida subjetiva desses ex-militantes interferiram nas suas decisões políticas. A clandestinidade como vivência traumática também será investigada por esse estudo. As fontes de pesquisa são os relatos de ex-militantes pertencentes a algum tipo de organização clandestina. Estes relatos foram colhidos entre os anos de 2004 a 2010. Para o tratamento metodológico das fontes, sobretudo as de cunho oral, dialogaremos com Maurice Halbwachs, Verena Alberti, Elizabeth Ferreira e Marieta de Moraes Ferreira. Para as análises que partem da concepção da experiência clandestina como traumática e catastrófica, utilizaremos nesse trabalho as discussões teóricas propostas por Márcio Seligmann-Silva acerca da relação história e catástrofe. Ainda nessa mesma linha, utilizaremos os pontos de vista de Jeanne Marie Gagnebin. Tendo em vista que o tema da clandestinidade exige uma interpretação polifônica, conceitos psicanalíticos – trauma, sublimação, resistência, dentre outros – serão discutidos. Para tanto, textos de Sigmund Freud e Melanie Klein foram analisados, assim como o trabalho da psicanalista ─ e ex-militante da organização de esquerda Ação Popular ─ Maria Auxiliadora Arantes que investiga a condição da clandestinidade numa perspectiva interna.

2. INTRODUÇÃO E JUSTIFICATIVA

2.1 Introdução:

O golpe civil-militar de abril de 1964 restringiu a liberdade de ação dos militantes das organizações política de esquerda. As restrições impostas pelo golpe militar foram diminuindo os espaços de atuação política legal. Partidos políticos dissolvidos, organizações políticas declaradas ilegais, sindicatos, universidades associações de classe e entidades estudantis proibidos e invadidas. Restaram, à militância política de esquerda, poucas alternativas: sair do país ou nele permanecer em condição de clandestinidade. E é esta decisão que se apresentava a todos os que estavam implicados na luta política.

A clandestinidade política foi a alternativa que muitos militantes de esquerda encontraram para continuar no país, combatendo o regime militar, entre 1964 e 1979. Todas as organizações políticas, colocadas na ilegalidade e proibidas, tiveram muitos de seus militantes presos, torturados e assassinados. Muitos foram banidos, muitos foram exilados. Um contingente significativo permaneceu dentro do Brasil e tornaram-se clandestinos.

Objetivavam, em linhas gerais, com a clandestinidade combater o regime militar, resistir em luta contra os avanços do regime opressor e denunciar as violências cometidas contra os militantes. O militante político que fez a escolha da clandestinidade, provavelmente estava capturado pelas condições sociais e políticas que imperavam no país.

Nesta perspectiva, a escolha da clandestinidade era uma questão de sobrevivência, decorrente de sua condição de militante perseguido e considerado inimigo pelas forças militares e policiais.

A clandestinidade é comumente narrada ─ tanto nos relatos orais quantos nos escritos ─ como uma experiência de solidão e vulnerabilidade ante o restante da sociedade e a própria organização a que pertenciam. Em função disso, os militantes eram obrigados a redefinirem suas identidades, criando assim um micro-universo invisível e ambíguo.

A clandestinidade não representava uma ruptura completa com a sociedade, mas sim se caracterizava por criar um contexto de isolamento relativo. É por isso que exige a adoção de novos nomes e, mais do que isso, de outras personalidades, com distintas características pessoais e profissionais,

redes de relações sócias e estórias de vida. Todos os laços anteriores têm de ser cortados sem que, contudo, novas relações possam ser assumidas por representarem riscos individuais e para a organização. Desta feita, a clandestinidade consiste em uma situação onde duas condições antagônicas convivem simultaneamente: a visibilidade e a invisibilidade.

2.2 Justificativa

Podemos assim justificar a necessidade desta pesquisa:

a) Por intermédio da militância clandestina de ex-militantes políticos é possível acessar todo um conjunto de compreensões daquilo que viveram outros militantes em semelhante situação. Ancorados na tese, bem ao estilo das pesquisas qualitativas, de que através do particular, conseguimos alcançar o geral, um estudo que decodifique as convergências de idéias geracionais, os itinerários percorridos e as redes de sociabilidades montadas e sustentadas por esses militantes serve-nos de fio condutor para se alcançar estruturas sociais de outros autores políticos que viveram experiências semelhantes.
b) A história coletiva torna-se viva nas recordações de seus agentes sem que esses sejam destituídos de suas singularidades. Assim, a identidade de grupo engloba e dá significado às afinidades e idiossincrasias de seus membros enquanto individualidades, que representa o valor central em que os ex-militantes fizeram suas escolhas político-ideólogicas e existencial.
c) Necessário se faz um estudo que aprofunde em aspectos ainda pouco debatidos pela historiografia que pensa os antagonismos em regime de exceção: a não-identificação das pessoas comuns com os projetos revolucionários das organizações de esquerda, fator que levou as pretensões revolucionárias ao insucesso. E essa não-identificação se recrudesce em situações de clandestinidade, seja da organização, seja do militante.

02. ANÁLISE BIBLIOGRÁFICA

A situação de clandestinidade exige o abandono de antigas relações sociais e, em seu lugar, novas relações são adotadas, uma vez que trocaram de nomes, mudaram o rosto e, em muitos casos, tiraram novos documentos. Os clandestinos afastaram-se de seus familiares e amigos de profissão. Deixam suas casas, seus bens, suas roupas. Ou seja: os militantes em situação de clandestinidade passaram a levar, num primeiro momento, uma vida de militância invisível. Sua sobrevivência estava diretamente ligada ao poder de invisibilidade de sua militância política.

Para sustentar essa atuação política invisível, os militantes clandestinos tiveram que montar uma nova rede de sociabilidades que lhes permitissem uma certa mobilidade de ações. Em sua grande maioria, essa rede era composta por outros militantes em situação de clandestinidade, o que aumentava mais ainda a tensão existente.

Uma característica muito interessante para a sustentação de uma rede de sociabilidades clandestina é o controle necessário sobre a mesma. Ela não pode ser muito pequena a ponto de não expressar capacidade de mobilização, mas também não pode ser muito grande a ponto de representar um risco para a segurança do militante e da própria organização. Seu sucesso e seu fracasso dependem do mesmo fator, portanto: sua agilidade.

Esses militantes em rede dependiam de um outro fator fundamental para sua sobrevivência: capacidade para ocupar os espaços a eles destinados no jogo político a que se propunham. Trilhar os itinerários políticos de forma a conseguirem expressar suas idéias era determinante para justificar a existência da própria clandestinidade. Entretanto, esses itinerários não eram determinados exclusivamente pelos militantes ou suas organizações. Em alguns eram, eles, levados a se deslocarem para esse ou aquele lugar. Nesses deslocamentos eram levados em conta os objetivos que se tinha em mente e que se desejava alcançar. Compreender a racionalidade que neles se observa é avançar na compreensão dos fatores determinantes para as escolhas políticas de seus atores.

Montando e sustentando essa rede de sociabilidades alternativa, trilhando trajetórias geográficas e ideológicas, os militantes de esquerda em situação de clandestinidade foram debatendo idéias, pontos de vistas,

produzindo documentos que expressavam suas interpretações do momento político brasileiro. No fim desse processo, fizeram parte daquilo que denominamos de geração: um grupo de pessoas com pressupostos ideológicos semelhantes, que buscam mais ou menos as mesmas coisas e compartilham de solidariedades a fim de tornar concretas suas aspirações[47].

Para tanto, adotamos o trabalho de Jean-François Sirinelli[48] ─ Os Intelectuais ─ como corrimão epistemológico. Sirinelli defende que as redes de sociabilidades são grupos onde seus integrantes fomentam discussões teóricas, trocam experiências, debatem o tempo e a realidade em que se inserem e, sobretudo, trocam "solidariedades", que, segundo ele, "constituem muitas vezes a base de redes de intelectuais"[49].

Sobre as trajetórias percorridas pelos militantes clandestinos, podemos afirmar, segundo Sirinelli, que é possível desenhar o mapa de interesses e engajamento de um grupo de militantes ─ grupos de indivíduos que atuam na fronteira do político com o intelectual ─ a partir da observação e análise dos itinerários percorridos por ele.

Salienta Sirinelli, que nem sempre as trajetórias são lineares e retas, demonstrando um engajamento desde muito cedo. Por vezes, os percursos são marcados pela fragmentação.

Outro aspecto que deve ser levado em conta pelo historiador ao analisar percursos é a necessidade de interpretação que eles exigem. Mas o cuidado aqui deve ser imenso. Sobretudo com as análises globais. Devido a uma extensa possibilidade de situações vividas durante o decorrer de um percurso, deve-se evitar explicações generalizantes. O que não nos impede de buscar os "campos magnéticos" que num determinado período atraíram os militantes.

Por fim, sobre o conceito de geração, Sirinelli diz que é por meio das gerações que processos de transmissão cultural são levados a cabo. Os grupos geracionais contribuem para a solidificação de ideais, que passando de membro a membro de uma organização, vai se construindo e se perpetuando.

---

[47] No nosso trabalho de mestrado, intitulado *Os Caminhos, As Pessoas, As Idéias: a Trajetória Política de Gildo Macedo Lacerda, sua Rede de Sociabilidades e sua Geração*, focamos esses conceitos a fim de elucidar a participação de Gildo Macedo Lacerda dentro do cenário político em questão.

[48] SIRINELLI, Jean-François. Os Intelectuais. In REMOND, René. **Por uma História Política**. Rio de Janeiro, FGV, 2003.

[49] SIRINELLI, p. 248.

Na origem das gerações, percebemos uma espécie de acontecimento fundador que une atores oriundos de faixas etárias diferentes, comungando das mesmas perspectivas. É a rede de sociabilidades sendo formada segundo critérios geracionais. Entretanto, os ideais desse acontecimento não são os mesmos à medida que as gerações vão se sucedendo, ou seja, as repercussões dos primeiros acontecimentos não são eternas. Mas é possível perceber que uma geração extrai uma bagagem genética desse primeiro acontecimento fundador, criando uma memória coletiva, onde se misturam o inato e o adquirido e que formam os substratos de gerações futuras.

No tocante ao uso de fontes orais, utilizaremos o conceito de memória coletiva, desenvolvido por Maurice Halbwachs, em obra de mesmo nome. Antes de passarmos a uma análise mais detalhada da obra, faremos algumas considerações preliminares.

O conceito de memória e como ela funciona vem sendo tema dos estudos de filósofos e cientistas há séculos. Este conceito vem se modificando e se adequando às funções, às utilizações sociais e à sua importância nas diferentes sociedades humanas. Em cada época procurou-se explicar a memória utilizando-se de metáforas compreensíveis, construídas em torno de conhecimentos que caracterizam o momento histórico.

Nos anos 1970, a pesquisa histórica recuperou a importância das experiências individuais e das situações singulares, privilegiando a dimensão do vivido. Tais mudanças de enfoque geraram discussões sobre o uso de novas fontes e novas metodologias históricas, ocorrendo um renovado impulso ao campo da história cultural. É nesse contexto que as fontes orais passaram a ser utilizadas pelo historiador.

A história oral deve ser entendida como um método capaz de produzir interpretações sobre processos históricos referidos a um passado recente, o qual, muitas vezes, só é dado a conhecer por intermédio de pessoas que participaram ou testemunharam algum tipo de acontecimento. Segundo o professor Antonio César de Almeida Santos[50]:

---

[50] SANTOS, Antonio César de Almeida. **Fontes Orais: Testemunhos, Trajetórias de Vida e História.** In http://www.pr.gov.br/arquivopublico/pdf/palestra_fontes_orais.pdf, acessado em 17/10/2006.

> Quando uma pessoa passa a relatar suas lembranças, transmite emoções e vivências que podem e devem ser partilhadas, transformando-as em experiência, para fugirem do esquecimento. No momento em que a entrevista é realizada, o entrevistado encontra um interlocutor com quem pode trocar impressões sobre a vida que transcorre ao seu redor; é um momento no qual as lembranças são ordenadas com o intuito de conferir, com a ajuda da imaginação, ou da saudade, um sentido à vivência do sujeito que narra a sua história. Ao traduzir experiências vividas, relacionadas à situação atual dos sujeitos, a entrevista conforma-se a uma comunicação articulada por associações mais menos livres.

A matéria prima dos depoimentos com quais trabalhamos na história oral são as lembranças. Segundo Maurice Halbwachs[51], "a lembrança é em larga medida uma reconstrução do passado com ajuda de dados emprestados do presente, e, além disso, preparada por outras reconstruções feitas em época anteriores e de onde a imagem de outrora se manifestou já bem alterada". Isso implica dizer que as lembranças do passado não estão condenadas a estarem desconectadas do tempo presente.

Halbwachs, com seus estudos, contribuiu definitivamente para a compreensão dos quadros sociais que compõe a memória. Assim sendo, ele diz que a memória individual projeta, sempre, a uma coletividade. O sujeito traz em si a lembrança, mas está sempre relacionando-se com a sociedade, seus grupos e instituições. É no contexto dessas relações que construímos nossas lembranças. A rememoração individual se faz na tessitura das memórias dos diferentes grupos com que nos relacionamos. Segundo Helenice Rodrigues da Silva[52]:

> Nos estudos de Maurice Halbwachs, a memória não é só um fenômeno de interiorização individual, ela é, também e sobretudo, uma construção social e um fenômeno coletivo. Sendo uma construção social, a memória é, em parte, modelada pela família e pelos grupos sociais. Vale dizer, a memória individual se estrutura e se insere na memória coletiva. Halbwachs parte, então, de uma oposição entre o universo da memória (situada em termos da experiência vivida, da imagem, do afeto, etc) e o da história (situada em termos de uma crítica, de um problema, de conceitos). A formulação de tal dicotomia permitiu a demonstração dos mecanismos da constituição de uma memória coletiva, ou seja, ela mostrou as modalidades do seu enraizamento e da sua ligação a comunidades concretas.

Importante destacar na obra de Halbwachs é que pela memória o passado vem à tona, misturando-se com as percepções imediatas, deslocando-

[51] HALBWACHS, p. 71.
[52] SILVA, p. 427.

as, ocupando todo o espaço da consciência. Afirma também que a natureza da lembrança é social e que ela nos aparece por efeito de várias séries de pensamentos coletivos emaranhados, e se não podemos atribuí-las exclusivamente a estes, ela se torna independente, mas necessita de um apoio por si só para se sustentar. A memória coletiva é fruto da construção social do passado. Os relatos individuais vão criando núcleos de sentido, desnudando uma vivência coletiva, uma participação grupal. Desta participação coletiva da história, obtém-se pontos de vistas comuns entre os membros de um grupo. Aquilo que denominamos comunidade afetiva. Vejamos o próprio Maurice Halbwachs[53]:

> Não basta que eu tenha assistido ou participado de uma cena onde outros homens eram espectadores ou atores para que, mais tarde, quando eles a evocarem diante de mim, quando reconstituírem peça por peça a sua imagem em meu espírito, subitamente esta construção artificial se anime e tome a aparência de coisa viva, e a imagem se transforme em lembrança. Freqüentemente, é verdade, tais imagens que nos são impostas pelo nosso meio, modificam a impressão que possamos ter guardado de um fato antigo, de uma pessoa outrora conhecida. Pode ser que essas imagens reproduzam mal o passado, e que o elemento ou a parcela de lembrança que se achava primeiramente em nosso espírito, seja sua expressão mais exata: para algumas lembranças reais se junta assim uma massa compacta de lembranças fictícias.

Outra precaução que tivemos no trato das entrevistas foi com o problema da escuta. Ouvir, num trabalho de história oral, é tão importante quanto perguntar, uma vez que é ouvindo que tornamos possível a situação de comunicação. Neste sentido, trabalhos com a autora Elizabeth Ferreira e a obra *Mulheres, Militância e Memória*. Neste trabalho, a autora entrevista 13 mulheres que viveram a militância política, foram clandestinas, estiveram presas, foram torturadas e, no caso de algumas, foram para o exílio.

A autora, ao trabalhar com o material das entrevistas, coloca-se como sujeito de um diálogo em que a escuta é tão produtora de memorização das ex-militantes, quanto os seus testemunhos. Desenvolve, para isso, a noção de centralidade do terceiro elemento na linguagem, ou seja, daquele termo que torna possível a própria situação comunicativa.

Estando face a face com os nossos entrevistados, somos, no dizer da autora, o terceiro termo que permite a fala dos ex-militantes sobre suas

[53] HALBWACHS, p. 28.

trajetórias políticas, e nessa mediação pragmática, contribui para estabelecer uma conexão dinâmica entre o passado e o presente no processo de construção da memória coletiva. Tem-se, assim, a idéia de que o entrevistador possui uma função mediadora.

Outro trabalho que será bastante utilizado nesta pesquisa é *Pacto-revelado: Psicanálise e clandestinidade política*, de Maria Auxiliadora de Almeida Cunha Arantes. A autora, ex-militante da Ação Popular e ela mesma clandestina por 11 anos, faz uma interpretação da experiência da clandestinidade à luz da psicanálise. Segundo a Cunha Arantes, "o recurso às construções da psicanálise me aproxima da vida clandestina, por circunstâncias políticas, tornando possível uma compreensão re-significada dos fragmentos de experiências de vida, aqui relatados"[54].

Os relatos a que se refere a autora são de 5 ex-militantes: Elzira Vilela, Maria Luísa de Barros Carvalho, Aldo Arantes, Haroldo Lima e Herbert de Souza (deste último, a autora teve acesso a um texto escrito em 1972, quando Betinho estava no exílio no Chile).

Primeiro ponto que Maria Auxiliadora considera em sua obra é a da escolha que o militante faz pela clandestinidade. Segundo a autora[55]:

> A clandestinidade política, como escolha, pode ser entendida como uma conseqüência da interpretação da realidade feita por determinados militantes de oposição, que decidiram permanecer no país, e clandestinamente agir e lutar pela queda do regime militar. A partir da escolha da clandestinidade, se vê o militante mergulhado num intrincado processo. A opção de viver dentro do país à margem da ilegalidade imposta pelo regime militar, o coloca em lugar de risco permanente. Ele deverá dar conta deste risco, deste desafio. Aceitou entrar no combate. Deverá buscar fora e dentro de si as possibilidades de enfrentamento da luta.

Entrementes, salienta a autora, toda escolha é sempre uma decisão penosa uma vez que implica sempre em perda e em conflito interno. Esse conflito interno mais a necessidade de buscar uma alternativa política que o momento exigia, surge a capacidade de mobilidade do militante. Capacidade essa que o compelia rumo as ações de militante, segundo a autora. Por isso, os militantes não viam na escolha pela clandestinidade uma opção para se salvarem, para se protegerem. A clandestinidade não era um ganho, um

[54] ARANTES, p. 87.
[55] Ibid, p. 129.

tesouro. Era sim, a única forma de lhe possibilitar lutar contra os militares. Como a própria autora diz: “dos clandestinos que falo, a clandestinidade foi uma opção de luta e não de fuga”[56].

Mais adiante, a autora retoma o tema da escolha para mostrar que, à medida que o cerco aumentava sobre a militância clandestina, a vida em reclusão significou não mais a possibilidade de manter-se engajado num projeto político. Mas representava sim uma opção pela não-vida. Aqui, a autora opera com os conceitos freudianos de principio de vida e o principio de morte.

Num primeiro momento, segundo a autora, a clandestinidade foi interpretada como sendo uma ação motivada por forças inconscientes que buscavam a satisfação do prazer de estar vivo. Prazer este que na psicanálise é responsável pela nossa sobrevivência em situações de perigo. Entretanto, quando a mobilidade da rede de sociabilidades dos militantes clandestinos deixaram de atender suas expectativas e necessidades, a opção pela reclusão em aparelhos trouxe a tona não mais o instinto de sobrevivência mais sim a dimensão do fracasso da luta política.

Outra consideração muito interessante arrolada pela autora é a vivência clandestina daquele que estava integrado à produção. Experiência majoritariamente vivida pelos militantes da AP, a integração na produção era uma forma de extrair do militante de classe média suas convicções burguesas. Era, se quisermos, um ritual de purificação. Nesse sentido, inúmeros militantes foram deslocados para zonas rurais, fábricas, bairros operários, enfim lugares onde pudesse, esses militantes, entrar em contato com a “verdadeira” massa popular.

Mas a escolha pela integração na produção, gerava um outro tipo de clandestinidade. Não mais uma clandestinidade totalmente isolada, uma vez que o militante clandestino se relacionava com outros poucos companheiros, com os camponeses, com os operários, pois era para isso que ele estava integrado na produção. Segundo Arantes[57], “por isso é que embora desterritorializado de seu ambiente de origem, familiar e social, o clandestino fez um arranjo psíquico que lhe permitiu, passado anos, relatar a experiência como uma história, conscientemente processada”.

---

[56] Ibid, p. 129.
[57] Ibid, p. 136.

Como pretendemos estudar a memória social dos militantes em situação de clandestinidade através dos relatos escritos em livros de memória, necessário será um estudo sobre a construção desses discursos. A abordagem escolhida, pelo menos por hora, é a trazida por Danielle Forget, em sua obra *Conquistas e Resistências do Poder*. Nela, a autora afirma que "analisar um discurso é o mesmo que comprovar a definição do exercício do poder tal como é encarada pelo atores políticos e também a definição da imagem que fazem de si mesmos, que pretendem manter ou restaurar"[58]. Em relação à vivência da clandestinidade, podemos antever um problema para o historiador que se estuda as memórias de ex-militantes: o tempo que separa as lembranças do autor do momento em que ele escreve sobre elas.

03. OBJETIVOS DA PESQUISA

a) Compreender a experiência da clandestinidade através dos relatos orais de ex-militantes que viveram essa experiência durante os anos de chumbo da ditadura militar.
b) Entender como eram construídas e mantidas as redes de sociabilidades dos militantes clandestinos, uma vez que dela dependiam sua sobrevivência e mapear a tensão permanentemente vivida por eles em função de serem obrigados a se manterem numa situação de experiência limítrofe.
c) Tendo em vista que as vozes desses atores políticos apontam para uma multitonalidade, ambiciona-se, também, buscar um sentido para a pluralidade de verdades que brotam desses relatos. Portanto, o desafio é recompor trajetórias individuais em uma trajetória coletiva, através da explicitação de valores de referência comuns aos discursos e a um núcleo de sentido.
d) Analisar até que ponto pode-se falar em *escolha da clandestinidade* uma vez que quando se faz uma escolha, pressupõem-se ter várias alternativas e dentre elas, opta por uma. Na medida que pensamos a entrada de um militante de organização de esquerda na vida

[58] FORGET, p. 29.

clandestina, nem sempre se verifica uma opção entre várias alternativas. Ao contrário: em muitos casos a clandestinidade era a *única* opção.

e) Identificar, analisar e descrever os diferentes tipos de clandestinidade: clandestinidade na cidade, no campo, armada, não-armada, clandestinidade em que o sujeito saí para o exílio e depois volta para dentro do país.

f) Adotando nesse trabalho uma perspectiva multi-disciplinar, pretendemos usar outras interpretações para a situação de clandestinidade (seja de que modalidade ela for) dos militantes e das organizações de esquerda, além das dadas pela história. Referimo-nos explicitamente à psicanálise e a antropologia.

4. FONTES DE PESQUISA

Segue abaixo duas tabelas arrolando os depoentes que utilizaremos na elaboração dessa pesquisa.

Nome	Organização	Tempo de clandestinidade	Período vivido na clandestinidade	Atuação Política de origem
14. Gilberto Martins Vasconcelos	POLOP	2 anos	1968 – 1970	Movimento Estudantil
15. Francisco Medeiros	POLOP	6 anos	1970 - 1976	Movimento Estudantil
16. Waldo Silva	AP	10 anos	1969 – 1979	Movimento Estudantil
17. Marilete Otony Tibery	ALN	8 meses	1969 – 1970	Movimento Estudantil
18. Teresinha de Jesus Castro	POLOP	2 anos	1970 – 1972	Movimento Estudantil
19. Jairo de Oliveira Gerwenstein	AP	7 anos	1967 – 1974	Movimento Estudantil
20. Mariana (pseudônimo)	AP	7 anos	1969 – 1976	Movimento Estudantil
21. Marco Aurélio F. Lisboa	PC do B	8 anos	1971 – 1979	Movimento Estudantil
22. Natália de Melo Souza Andrade	AP	6 anos	1968 – 1974	Movimento Estudantil
23. Alfredo (pseudônimo)	AP	7 anos	1969 – 1976	Movimento Estudantil
24. Antonio Carlos Braga	POLOP	4 anos	1970 – 1974	Movimento Estudantil
25. Maria Clodilte V. Ayer	AP	Não viveu clandestina		Movimento Estudantil
26. Maria Madalena P. Soares	AP	7 anos	1967 – 1974	Movimento Estudantil

Nome	Data da 1ª entrevista	Data da 2ª entrevista	Cidade onde iniciou sua militância	Cidades onde atuou como clandestino	Profissão Atual
14. Gilberto Martins Vasconcelos	Janeiro de 2010	Fevereiro de 2010	Uberaba	Belo Horizonte São Paulo	Advogado
15. Francisco Medeiros	Julho de 2006	Janeiro de 2007	São Paulo	São Paulo Campinas Jundiaí Rio de Janeiro Salvador Recife	Advogado
16. Waldo Silva	Setembro de 2006	Julho de 2007	Belo Horizonte	Belo Horizonte Uberaba Uberlândia Rio de Janeiro São Paulo	Assessor político
17. Marilete Otony Tibery	Maio de 2005	Junho de 2005	Uberaba	Belo Horizonte	Dona de casa
18. Teresinha de Jesus Castro	Abril de 2004	Maio de 2004	Uberaba	Uberaba Ribeirão Preto São Paulo Rio de Janeiro	Dona de casa
19. Jairo de Oliveira Gerwenstein	Julho de 2007	Julho de 2009	Patos de Minas	Belo Horizonte São Paulo Rio de Janeiro	Empresário
20. Mariana (pseudônimo)	Julho de 2008	Janeiro de 2009	Belo Horizonte	Belo Horizonte São Paulo Salvador Recife Curitiba	Funcionária Pública
21. Marco Aurélio F. Lisboa	Setembro de 2005	Julho de 2006	Belo Horizonte	Belo Horizonte São Paulo	Funcionário Público e Político
22. Natália de Melo Souza Andrade	Janeiro de 2005	Julho de 2005	São Paulo	São Paulo Diadema Santo André Rio de Janeiro	Médica
23. Alfredo (pseudônimo)	Janeiro de 2007	Março de 2007	Uberlândia	Belo Horizonte São Paulo Rio de Janeiro	Não permitiu informar
24. Antonio Carlos Braga	Maio de 2009	Junho de 2009	Uberaba	Belo Horizonte Rio de Janeiro São Paulo Salvador	Professor universitário

25. Maria Clodilte V. Ayer	Setembro de 2005	Julho de 2006	Belo Horizonte		Professora aposentada
26. Maria Madalena P. Soares	Agosto de 2005	Outubro de 2005	Uberaba	Belo Horizonte São Paulo Recife	Professora universitária

04. CRONOGRAMA

Ano letivo de 2007	**F**	**M**	**A**	**M**	**J**	**A**	**S**	**O**	**N**
Levantamento Bibliográfico	X	X	X	X	X				
Cumprimento Dos Créditos	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Re-Entrevistar Alguns Ex-Militantes	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Leitura e Fichamento de Textos	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Análise dos Documentos Obtidos nos Acervos Documentais	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Ano Letivo De 2008	**F**	**M**	**A**	**M**	**J**	**A**	**S**	**O**	**N**
Cruzamento Dos Dados Obtidos Nas Entrevistas Com Informações Oriundas Das Fontes Bibliográficas	X	X	X	X	X	X			
Elaboração do Sumário Detalhado da Tese							X	X	X
Ano letivo de 2009	**F**	**M**	**A**	**M**	**J**	**A**	**S**	**O**	**N**
Elaboração da Versão da Tese para Exame de Qualificação	X	X	X	X	X				
Exame Geral de Qualificação						X	X	X	X
Ano letivo de 2010	**F**	**M**	**A**	**M**	**J**	**A**	**S**	**O**	**N**
Elaboração da Versão Final da Tese	X	X	X	X					
Revisão do texto					X	X			
Defesa da Tese							X	X	X

05. REFERÊNCIAS

ARANTES, Maria Auxiliadora de Almeida Cunha. **Pacto Re-velado**: psicanálise e clandestinidade política. São Paulo: Editora Escuta, 1994.

CALDAS, Álvaro. **Tirando o Capuz**. Rio de Janeiro: Garamond, 5ª edição, 2004.

CAPELATO, Maria Helena Rolim, DUTRA, Eliana Regina de Freitas. Representação política: o reconhecimento de um conceito na historiografia brasileira. In CARDOSO, Ciro Flamarion, MALERBA, Jurandir. **Representações**: contribuição a um debate transdisciplinar. Campinas: Papirus, 2000.

CAVALCANTI, Pedro Celso Uchoa, RAMOS, Jovelino. **Memórias do exílio**: Brasil 1964-19?? São Paulo: Editora Livramento, 1976.

COSTA, Albertina de Oliveira. **Memórias das mulheres no exílio**. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1980.

DANIEL, Herbert. **Passagem para o próximo sonho**. Rio de Janeiro: Codecri, 1982.

FERREIRA, Elizabeth Fernandes Xavier. **Mulheres, militância e memória**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.

FERREIRA, Marieta de Moraes, AMADO, Janaina. **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 6ª edição, 2005.

FICO, Carlos. **Além do golpe**: versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar. Rio de Janeiro: Record, 2004.

FORGET, Danielle. **Conquistas e resistências do Poder**. São Paulo: Edusp, 1994.

FORTES, Luiz Roberto Salinas. **Retrato Calado**. São Paulo: Marco Zero, 1988.

FREITAS, Alípio. **Resistir é preciso**. Rio de Janeiro: Record, 1981.

GABEIRA, Fernando. **O que é isso companheiro?** Rio de Janeiro: Codecri, 1979.

KOUTZII, Flávio. **Pedaços de morte no coração**. Porto Alegre: LPM, 1984.

MANFREDINI, Luiz. **As moças de Minas**. São Paulo: Alfa Ômega, 1989.

MOURA, Mariluce. **A revolta das vísceras**. Rio de Janeiro: Codecri, 1982.

PAIVA, Maurício. **Companheira Carmela**: a história da luta de Carmela Pezutti e seus dois filhos na resistência ao regime militar e no exílio. Rio de Janeiro: Mauad, 1996.

_____. **O sonho exilado**. Rio de Janeiro: Mauad, 1986.

POLARI, Alex. **Em busca do tesouro**. Rio de Janeiro: Codecri, 1982.

REMOND, René. Do político. In REMOND, René. **Por uma História Política**. Rio de Janeiro, FGV, 2003.

RIDENTI, Marcelo Siqueira. **O fantasma da revolução brasileira**. São Paulo: Editora da Unesp, 1993.

SANTOS, Antonio César de Almeida. **Fontes Orais: Testemunhos, Trajetórias de Vida e História.** In http://www.pr.gov.br/arquivopublico/pdf/palestra_fontes_orais.pdf, acessado em 17/10/2006.

SANTOS, Nilton. **História da UNE** – Volume 1: Depoimentos de ex-dirigentes. São Paulo: Livramento, 1980.

SIRINELLI, Jean-François. Os Intelectuais. In REMOND, René. **Por uma História Política**. Rio de Janeiro, FGV, 2003.

SILVA, Helenice Rodrigues. **"Rememoração"/comemoração: as utilizações sociais da memória**. Revista Brasileira de História. São Pulo, v. 22, nº 44, pp. 425-438, 2002.

SYRKIS, Alfredo. **Os carbonários**: memória da guerrilha perdida. São Paulo: Global, 1980.

TAVARES, Flávio. **Memórias do esquecimento**. Rio de Janeiro: Globo, 3º edição, 1999.

VALADARES, Loreta. **Estilhaços: em tempos de luta contra a ditadura**. Salvador: Secretaria da Cultura e Turismo, 2005.